

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**O IDEALISMO PRÁTICO DE ROBERTO SIMONSEN.  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INDÚSTRIA NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO.**

**Fábio Maza**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.**

**Orientador: Prof. Dr. Ulysses Telles Guariba Neto**

**São Paulo  
2002**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE HISTÓRIA SOCIAL**

**O IDEALISMO PRÁTICO DE ROBERTO SIMONSEN  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INDÚSTRIA NA CONSTRUÇÃO DA  
NAÇÃO.**

**Fábio Maza**

**São Paulo  
2002**

COMISSÃO EXAMINADORA

---

(Orientador)

---

(1º Examinador)

---

(2º Examinador)

---

(3º Examinador)

---

(4º Examinador)

Os positivistas discutiam e citavam teoremas de mecânica para justificar as suas idéias de governo, em tudo semelhante aos canatos e emirados orientais.

A matemática do positivismo sempre foi um puro falatório que, naqueles tempos, amedontrava toda a gente. Havia mesmo quem estivesse convencido que a matemática tinha sido feita e criada para o positivismo, como se a Bíblia tivesse sido criada unicamente para a Igreja Católica e não também para a Anglicana.

**Lima Barreto. *Triste fim de Policarpo Quarersma.***

O estabelecimento da classe dos engenheiros, com seu caráter próprio, tem importância tanto maior quanto essa classe será sem dúvida o agente direto e necessário da coalizão entre os cientistas e os industriais, única pela qual poderá diretamente começar o novo sistema social.

**Auguste Comte. *Opuscles sur la philosophie sociale.***

O torno mecânico é a reedição ciclópica do torno de pedal... o instrumento que nos estaleiros de Londres corta as chapas é uma navalha gigantesca; a tesoura mecânica, de dimensão monstruosa, corta o ferro como o alfaiate corta o pano; e o martelo-pilão a vapor se assemelha à cabeça de um martelo comum, mas é tão pesado que nem o deus Tor conseguiria brandi-lo.

**Karl Marx. *O Capital.***

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a Vera Núbia, cujo segundo nome já indica os motivos de seu brilho. Em especial dedico a Raphaela, razão primeira de todo meu esforço e da minha vida. É ela que me nutre nos caminhos desta nossa existência fugidia.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao professor Ulysses Telles Guariba Neto pela a orientação deste trabalho;

Aos professores Shozo Motoyama e Marcos Antônio Silva pelas críticas e sugestões na arguição do relatório de qualificação, lembrando, porém, que todas as idéias contidas neste trabalho são de minha inteira responsabilidade.

Aos colegas do Centro Interunidade de História da Ciência (CHU-USP) pelas fecundas discussões e pelos momentos agradáveis compartilhados na Universidade de São Paulo.

Ao João Alberto da Costa Pinto, amigo e irmão que através de *e-mails*, telefonemas e conversas possibilitou-me discutir certos autores e idéias contidas aqui.

Ao José Maria Oliveira Silva, amigo da Universidade Federal de Sergipe que indicou textos, deu sugestões e criticou partes deste trabalho.

Ao Roberto Costa Carvalho, que com profissionalismo e dedicação não apenas fez a correção ortográfica e gramatical, mas opinou com sugestões valiosas na parte final da elaboração do texto.

Ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe que teve toda a compreensão para com este professor e colega.

À Professora Neuza Maria Góis Ribeiro, coordenadora do CICAT/POSGRAP/UFS, sempre solícita e orientando os bolsistas CAPES/PICDT.

A CAPES pela concessão de bolsa, sem a qual tornaria este trabalho inexequível.

A Leonardo e Rosangela pela ajuda estratégica em momentos de dificuldade, mas também pelos instantes de plena alegria.

A Lala, minha secretária em assuntos cotidianos. Sem ela tudo seria mais difícil.

Denis Beauchamp pela amizade e notícias de Quebec.

Aos amigos Luís, Eneida, Grego (Atanásio) e Roberto, pelo apoio em vários momentos.

Aos meus pais, Miguel e Iracy, como também a Mayara.

## RESUMO

O objetivo central deste trabalho é analisar a obra do empresário e historiador Roberto Simonsen. No conjunto de discursos, palestras e conferências proferidas por Simonsen, dois temas aparecem de forma constante nas diversas fases de sua atuação. A nossa hipótese é que, por trás das propostas de industrialização defendidas por Simonsen, se achava uma determinada concepção de Ciência e tecnologia que iria servir de alicerce a uma maneira de pensar e agir, norteadora de sua prática empresarial e intelectual. Como, no decorrer de sua prática, forjou esta noção de Ciência e tecnologia e como esta concepção foi determinante em seu projeto político e industrialista, são as preocupações primeiras do desenvolvimento neste trabalho.

A industrialização está diretamente ligada à construção da nação. O que pensamos ser possível contemplar, dos escritos e discursos de Simonsen, é que a criação da nação significava instrumentalizar o país com mecanismos econômicos racionais, elaborados com base em uma certa imagem mitificada da Ciência, como também na utilização de um amplo artefato técnico.

Procuramos analisar como as concepções de Ciência e de tecnologia de Simonsen sustentavam a construção da nação em seu projeto político-industrialista. Para isto, examinamos o conjunto de seus escritos, artigos e conferências, visando articulá-lo a sua trajetória intelectual. Agindo assim, foi possível apreender como, no embate político de sua prática, Simonsen foi construindo sua idéia de Ciência e de tecnologia, o que lhe permitiu formular diversos temas básicos do seu projeto industrialista.

Palavras-chaves: Ciência; Tecnologia; Industrialização; Nação; Empresário.

## **ABSTRACT**

The main objective of this thesis is to analyze the workmanship of the entrepreneur and historian Robert Simonsen. In the set of speeches, lectures and conferences pronounced by Simonsen, two subjects constantly appeared in many phases of his political performance. Our hypothesis is that, as base of the proposals of industrialization defended by him there was a distinct conception of Science and Technology that would serve of foundation to a way of thinking and acting; something that particularly led his work and intellectual practices.

As, during his activities, he forged a specific notion of Science and Technology, and as this conception was determinative in his politic and industrialist life, that is the first concern of the development of this paper.

In his sense, the construction of a nation is directly related to its industrialization.

What we think it is possible to contemplate, from the writings and speeches of Simonsen, is that the creation of a nation meant to structure the country with rational economic mechanisms, elaborated on the basis of a certain glamorized picture of Science, as well as in the use of an ample technical device.

We also analyze how Simonsen conceptions of Science and Technology based the construction of a nation in his political-industrialist project. To do so, we examined the set of his writings, articles and conferences, aiming to articulate it to his intellectual role. From this observation, it was possible to apprehend how Simonsen, trough his political life, gradually built his own idea of Science and Technology.

Arguments that allowed him to formulate different and diverse basic themes of his industrialist project.

Key words: Science; Technology; Industrialization; Nation; Entrepreneur.



## RESUMÉ

L'objectif central de ce travail est d'analyser l'oeuvre de l'entrepreneur et historien Roberto Simonsen. Dans l'ensemble de ses discours, exposés et conférences, deux thèmes apparaissent de manière constante dans les diverses phases de ses actes. Notre hypothèse est que, derrière les propositions d'industrialisation défendues par celui-ci, on sentait une conception déterminée de la science et de la technologie qui allait servir de base à une manière de penser et d'agir, et allait orienter sa pratique des affaires ainsi que son côté intellectuel. Comment, au cours de sa pratique, a-t-il forgé cette notion de science et de technologie et comment cette conception a-t-elle été déterminante dans son projet politique et industriel, voici les premières préoccupations du développement de ce travail.

L'industrialisation est directement liée à la construction de la nation. A notre avis, ce qu'il est possible de voir dans ses écrits et ses discours, c'est que la création d'une nation signifiait instrumentaliser le pays par des mécanismes économiques rationnels, élaborés sur la base d'une certaine image mythique de la science, ainsi que par l'utilisation de beaucoup de machines.

Nous avons essayé d'analyser comment les concepts de la science et de la technologie de Simonsen soutenaient la construction de la nation dans son projet politico-industriel. Pour ceci, nous avons examiné l'ensemble de ses écrits, articles et conférences, avec comme objectif de les articuler à sa trajectoire intellectuelle. Ce faisant, il a été possible d'apprendre comment, dans le choc politique de sa pratique, Simonsen a construit son idée de la science et de la technologie, ce qui lui a permis de formuler divers thèmes de base de son projet industriel.

Mots-Clés: Science; Technologie; Industrialisation; Nation; Entrepreneur.

## SUMÁRIO

<b>Resumo.....</b>	<b>vi</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>vii</b>
<b>Resumé.....</b>	<b>viii</b>
<b>Índice.....</b>	<b>x</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>01</b>
<b>Capítulo I.....</b>	<b>18</b>
<b>Capítulo II.....</b>	<b>64</b>
<b>Capítulo III.....</b>	<b>102</b>
<b>Capítulo IV.....</b>	<b>136</b>
<b>Capítulo V.....</b>	<b>192</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>228</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>230</b>

## ÍNDICE

<b>Introdução .....</b>	<b>01</b>
<b>Capítulo I – Ciência Positiva e Indústria</b>	
1. Ciência positiva, evolucionismo e darwinismo .....	18
1.1. Um bando de novas idéias .....	20
2. Positivismo difuso .....	21
2.1. Evolucionismo e darwinismo .....	27
3. Determinismo geográfico e estudo do meio .....	33
3.1. Estudar o meio .....	38
4. Ciências Naturais e Ciências Sociais .....	39
4.1. O ambiente intelectual da ELSP .....	44
4.1.1. A Sociologia de Simonsen .....	48
4.2. A discussão com a Sociologia americana .....	51
5. A Ciência Econômica .....	58
<b>Capítulo II – Técnica, Tecnologia e Organização</b>	
1. Técnica e Tecnologia .....	64
1.1. Tecnologia e Indústria .....	69
2. Utensílios mecânicos e maquinaria .....	74
3. Organização científica do trabalho .....	81
3.1. Do taylorismo à preocupação em servir .....	84
4. Engenheiros e tecnologia implícita .....	91
5. Pesquisa tecnológica .....	95
<b>Capítulo III – O obreiro feliz e organizado: entre o discurso da raça e de população</b>	
1. Raça e população .....	102
1.1. Raça e população no pensamento de Simonsen .....	106
1.2. Da raça à população como fator econômico .....	113
2. Escravo como fator de produção .....	115
3. O componente racial e a planificação da imigração .....	120
3.1. Imigração planificada .....	121
3.2. Técnicos para o Brasil .....	122
4. A paz social .....	125
4.1. A metamorfose do trabalhador e do operário em construção .....	127

4.2. Obreiro feliz e organizado .....	128
4.3. Formalização do mercado de trabalho .....	130
<b>Capítulo IV – Simonsen e o debate intelectual do seu tempo</b>	
1. Simonsen: o intelectual e sua obra .....	136
1.1. O culto à ação .....	140
1.2. Simonsen e a modernização conservadora .....	142
1.2.1. Antiliberalismo e pensamento conservador .....	146
2. Os heróis da reconstrução: idealização do papel do engenheiro .....	157
3. O combate ao atraso e a questão nacional .....	164
3.1. Simonsen e o passado colonial brasileiro .....	167
3.2. O papel de Portugal e a questão do feudalismo .....	170
4. Indústria e construção da nação: burguesia industrial e seu projeto .....	173
4.1. A organização corporativa e sindical na polêmica entre Oliveira Vianna e a FIESP .....	178
4.2. Indústria e nação .....	185
4.3. As dificuldades na industrialização .....	188
<b>Capítulo V – Planejamento, Indústria e Hegemonia Política</b>	
1. Racionalização como doutrina social .....	192
1.1. Racionalização total .....	193
2. Os embates em torno da planificação .....	196
2.1. Ciência Econômica e ideologia .....	201
2.2. O debate .....	204
3. Origem e natureza da planificação .....	211
4. Os elementos constitutivos da planificação .....	214
4.1. O papel do Estado .....	218
4.2. O capital estrangeiro .....	221
5. Planejamento, Ciência e Técnica .....	223
<b>Considerações Finais</b> .....	228
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	230

## INTRODUÇÃO

No dia 25 de maio de 1948 morria Simonsen. A maneira como ocorreu sua morte é repleta de simbolismo. No momento em que discursava na Academia Brasileira de Letras, saudando o político e economista belga Paul van Zoeland, Simonsen foi acometido de um *colapso cardíaco*.<sup>1</sup> Este acontecimento só reforçou a idéia de ser ele um homem de trabalho, afinal desaparecia trabalhando.

Para Azevedo (1948), a figura de Simonsen constituiu-se de uma aura de admiração e mistificação. Ele não morreu vítima de problemas de saúde como qualquer mortal. A alegoria criada pelo autor é um convite idílico, suavizador do episódio trágico. A morte, sábia e educadora, esta velha senhora convidara Simonsen a deixar seus afazeres, conduzindo-o com suas mãos tremulas. Só assim Simonsen pararia de trabalhar: “a morte o convidou para interromper seu luminoso discurso...”.<sup>2</sup>

A dimensão do acontecimento ganha cores das mais vivas, pois Simonsen retira-se da vida como um ator que morre no palco. Pronunciava mais um de seus “luminosos” discursos, convidando seus ouvintes a uma profunda reflexão. Morreu fazendo o que gostava de fazer.

A imagem que muitos de seus contemporâneos tinham dele era a de um homem de ação, voltado constantemente ao trabalho e preocupado com os mais diversos problemas do país. Jamais esmorecia sua “fibra de lutador” posta “a serviço da coletividade”, mesmo que isto o levasse ao “sacrifício da própria saúde”.<sup>3</sup>

Ao comentar sua morte, Dertônio (1948) afirma ter sido ele “notável homem público, industrial e engenheiro, uma das expressões mais robustas e inquietas do homem de ação”.<sup>4</sup> Insinua que Simonsen “aplicou sua vontade e capacidade” em ações “quase parecendo traçadas dos planos superiores” para, com isto, “guiar nosso país a um futuro de paz e prosperidade”. Reafirma a “marcante personalidade” de Simonsen e o caráter pragmático de seu pensamento: “Sua ação foi sempre direta, pelas obras e pelo exemplo”.<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> Enciclopédia Mirador, 1977.

<sup>2</sup> Azevedo, 1948: 30.

<sup>3</sup> Norschese, 1946:69.

<sup>4</sup> Dertônio, 1948:35.

<sup>5</sup> Ibidem: idem.

Outro autor, mais recente, o coloca no rol dos “industriais míticos”<sup>6</sup> em que também se destaca o Conde Matarazzo, porém, mais pelas suas atividades do que propriamente por sua ação na construção de uma “consciência industrializante”. Este papel caberia a Roberto Simonsen, um dos “marcos de consciência e ação” em favor do “destino industrial para o Brasil”.<sup>7</sup>

A estas representações mitificadas e mistificadas do empresário – “traçadas dos planos superiores” – se juntam outros adjetivos que constituem o conjunto de significados atribuídos a ele. Assim, Simonsen é visto por uns como “engenheiro proficiente” e “notável economista”,<sup>8</sup> ou o “homem de ação”, seu lema era “fazer sempre”.<sup>9</sup> Outros ainda destacavam sua “inteligência e operosidade”.<sup>10</sup>

Simonsen também era um líder, um “legítimo capitão de indústria”, “historiador”, “economista” e “pesquisador industrial”. Suas características psicológicas eram apresentadas como sendo as de um “homem seguro de si próprio porque ciente da sua capacidade”.<sup>11</sup>

Há, entre alguns de seus coetâneos, um verdadeiro oceano de adjetivos para caracterizá-lo. Assim, Azevedo (1948) classifica-o como “moderno industrial”, “preciosidade intelectual”, “grande cérebro”, portador de uma “visão clara das coisas” e de uma “inteligência e cultura multiforme”.<sup>12</sup> No cipoal de adjetivos e nobres qualificações, um deles assume a maior importância e passa a ser o eixo unificador das qualidades descritas acima: Simonsen era um “verdadeiro organizador” ou ainda, “autêntico organizador”. Todo o relato de Azevedo (1948) é, neste sentido, de mostrar Simonsen como um homem que sabia “comandar e executar”.

De certa maneira, Simonsen contribuía para a composição desta imagem de “homem de ação” voltado ao trabalho e senhor de si. Em um de seus primeiros trabalhos publicados, ele se apresenta como um cultivador da “ação”.<sup>13</sup> Em 1928, quando da inauguração do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), ao defender os industriais dos ataques dos que os acusavam de monopólio, Simonsen assim se exprimia: “O único monopólio que nós industriais possuímos é do nosso trabalho, do nosso esforço e das nossas iniciativas”.<sup>14</sup>

Em discurso na Assembléia Nacional Constituinte, em 30 de janeiro de 1934,

---

<sup>6</sup> Martins, 2000:2.

<sup>7</sup> Ibidem: idem.

<sup>8</sup> Amzalak, 1944.

<sup>9</sup> Reis Filho, 1948:3.

<sup>10</sup> Revista Industrial... abr. 1947.

<sup>11</sup> O Observador... 1948:63.

<sup>12</sup> Azevedo, 1948.

<sup>13</sup> Simonsen, 1919.

<sup>14</sup> Simonsen, 1928a:15.

publicado no mesmo ano sob a rubrica de “Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades Brasileiras”,<sup>15</sup> Simonsen inicia suas palavras se apresentando como engenheiro e “homem de trabalho”. O que se pode perceber em diversas passagens de sua obra é que ele sempre foi cioso de sua imagem e não poupou esforços para defendê-la a todo transe. Assim, ao publicar, em 1931, “A construção dos quartéis para o exército”,<sup>16</sup> ele o faz objetivando combater “as campanhas de demolição” e as “críticas” contra as obras realizadas, para o exército brasileiro, pela Companhia Construtora de Santos. Os exemplos poderiam se multiplicar através da exposição de diversas passagens de sua obra, nas quais ele busca definir o seu caráter pessoal e profissional.

Todas as características apresentadas aqui sobre Simonsen, ao nosso ver, correspondem, de certa maneira, à realidade de sua personalidade e de sua trajetória profissional. Mais do que as aferir, com a realidade histórica, estas representações, o que fica é a forma como seus contemporâneos o imaginavam. Simonsen foi de fato um “homem de ação”, não perdendo as oportunidades que se apresentavam para defender suas idéias. Não importava a ocasião. Um discurso de paraninfo, um relatório de diretoria, ou, ainda, um parecer em comissão governamental, eram oportunidades em que Simonsen expressava seu projeto político-ideológico, envolvendo a defesa da industrialização do país.

Apesar do significativo número de artigos de contemporâneos seus e de sua copiosa produção intelectual, é relativamente pequena a produção historiográfica voltada a seu pensamento. Em um levantamento, realizado pela Associação Nacional de História (ANPUH) e pela Universidade de São Paulo (USP), sobre a produção histórica no Brasil<sup>17</sup> nos cursos de pós-graduação das universidades brasileiras, durante o período de 1985 a 1994, constata-se a elaboração de apenas uma dissertação de mestrado, no ano de 1987. Outro levantamento, realizado por Fico e Polito (1994), cobre o período de 1980 a 1989 e faz a mesma referência<sup>18</sup>. Com o título “O pensamento industrialista de Roberto Simonsen: análise de ideologia”, Vieira (1987) objetivou evidenciar os temas fundamentais do projeto industrialista de Simonsen. Em seu trabalho, buscou ordenar e sistematizar a produção intelectual de Roberto Simonsen, sem, no entanto, preocupar-se com uma análise mais detalhada e profunda de seus elementos. Nas palavras da autora, limitou-se a fazer “uma leitura comentada do conjunto das obras de Simonsen”.<sup>19</sup>

---

<sup>15</sup> Simonsen, 1934b.

<sup>16</sup> Simonsen, 1931a: 01.

<sup>17</sup> Capelato, 1995.

<sup>18</sup> Fico; Polito, 1994.

<sup>19</sup> Vieira, 1987:4.

Ademais, há uma tese de doutoramento, apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no ano de 1967, que se intitula “Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico”.<sup>20</sup> Sua autora assim define seu objetivo: “uma tentativa de análise global dos seus trabalhos publicados, bem como de um esforço de interpretação do que o seu labor representou para o desenvolvimento econômico do Brasil”.<sup>21</sup>

Além destes trabalhos específicos, temos os de Decca<sup>22</sup>, Antonacci<sup>23</sup> e, mais recentemente, de Wienstein<sup>24</sup>, que não têm como escopo principal analisar a totalidade da obra de Simonsen, tratando apenas de alguns aspectos de sua prática empresarial, uma vez que não se propunham abarcar todas suas realizações.

Temos ainda os trabalhos de caráter biográfico de Lima (1973, 1976a, 1976b), que produziu diversas obras ricas em detalhes da vida de Simonsen, mas que pecam nas análises de seu pensamento, não transcendendo a imagem do empresário coerente, progressista e combativo, o que acaba por esconder elementos conservadores do projeto político de Simonsen. Cabe ainda ressaltar a contribuição de Carone<sup>25</sup>, que selecionou textos para publicação, escreveu e orientou trabalhos sobre as obras de Simonsen.

## CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INDÚSTRIA E NAÇÃO.

A idéia central deste trabalho formou-se a partir do contato com os discursos e textos do empresário e historiador Roberto Simonsen, como também da análise de alguns elementos da sua prática empresarial.

No conjunto de discursos, palestras e conferências proferidas por Simonsen, dois temas aparecem constantemente nas diversas fases da atuação do empresário-engenheiro. A nossa hipótese é que, por trás das propostas de industrialização defendidas por Simonsen, se achava uma determinada concepção de Ciência e tecnologia que iria servir de alicerce a uma maneira de pensar e agir norteadora de sua prática empresarial. O projeto de industrialização proposto por Simonsen, e que tem como fundamento básico a racionalização de amplos

---

<sup>20</sup>Fanganiello, 1967.

<sup>21</sup>Ibidem: 01.

<sup>22</sup>Decca, 1986.

<sup>23</sup>Antonacci, 1993. Antonacci não se preocupa diretamente com o conjunto das obras de Simonsen. Seu objetivo é reconstruir os discursos de técnicos e empresários que participaram da criação do IDORT nos anos de 1930. Os trabalhos de Simonsen são analisados em função de seu envolvimento na fundação do IDORT.

<sup>24</sup>Weinstein, 2000. Tratando das relações de trabalho no Brasil e a modernização na indústria, enfocando experiências do SENAI e SESI, a autora envolve-se com diversas obras de Simonsen, apresentando análises e dados bastantes interessantes sobre o empresário paulista.

<sup>25</sup>Carone, 1971. Carone orientou a tese de mestrado de Maria Rosa Viera (1987), *Op. Cit.*, além de fazer a biografia, seleção e notas para a “Evolução Industrial do Brasil e outros estudos”, de Simonsen.



setores e atividades da sociedade brasileira, ganha contornos mais precisos quando nos debruçamos sobre estes dois temas: a Ciência e a tecnologia. Como, no decorrer de sua prática empresarial, forjou uma determinada concepção de Ciência e tecnologia e como esta concepção foi determinante em sua prática empresarial, inclusive em seu projeto de industrialização, são as preocupações primeiras do desenvolvimento deste trabalho.

O tema da industrialização está diretamente ligado à construção da nação. Esta afirmação não se apresenta como novidade.<sup>26</sup> O que pensamos nos ser possível presumir, dos escritos e discursos de Simonsen, é que a criação da nação significava instrumentalizar o país com mecanismos econômicos racionais, elaborados com base em uma certa imagem mitificada da Ciência, como também na utilização de um amplo artefato técnico. Construir a nação, do ponto de vista então dito como racional, pressupunha a formação de uma alma nacional e, paralelamente, da própria raça.

Em resumo, estudamos como as concepções de Ciência e de tecnologia de Simonsen sustentavam seu projeto de construção da nação. Para isto, buscamos analisar o conjunto de seus escritos, artigos e conferências, visando articulá-los a sua trajetória. Agindo assim, foi possível apreender como, no embate político de sua prática, Simonsen foi construindo sua idéia de Ciência e de tecnologia, o que lhe permitiu formular diversos temas básicos de seu projeto industrialista.

A reflexão sobre os vários momentos de sua vida e seus efeitos nos permitiu recuperar elementos centrais de suas concepções de Ciência e tecnologia e perceber como estas concepção alimentavam e eram alimentadas por aqueles instantes. Portanto, possibilitou-nos entender, de forma mais precisa e abrangente, seu projeto de industrialização e de construção da nação.

Tratou-se de compreender Simonsen no interior do debate de seu tempo e, em algumas ocasiões bem determinadas, identificar os autores que foram fundamentais para suas formulações e com os quais efetivamente dialogava.

A princípio, podemos afirmar que a noção de Ciência que Simonsen esposava tinha o caráter positivista e evolucionista. Isto pode ser observado em sua preocupação constante de estudar o meio em que os homens atuavam, buscando descobrir leis que regessem a dinâmica da sociedade ou a “lógica” da natureza. Para Simonsen, a economia movia-se por leis naturais

---

<sup>26</sup> Em seu livro, “O silêncio dos vencidos”, Edgar Decca (1930) desenvolve o tema da industrialização nos anos trinta como projeto político da burguesia brasileira, contrapondo-se à idéia, corrente na historiografia brasileira, de uma burguesia frágil, incapaz de formular um projeto cujo centro estaria na indústria, o que teria levado o Estado a promover o desenvolvimento industrial. Decca aponta a existência de um projeto de construção da nação a partir da fábrica, nas perspectivas expostas em alguns trabalhos de Simonsen (*Op. Cit.*).

e o papel dos técnicos seria o de descobrir estas leis para melhor servir à indústria. Há, em sua recorrente afirmação da necessidade de estudar o meio, um certo determinismo geográfico expresso em diversas passagens de suas obras<sup>27</sup>. A representação da sociedade como organismo vivo filia-o a uma concepção de Ciência ligada ao Evolucionismo. Criticando o livre-câmbio e o liberalismo, utilizava idéias darwinistas, entre outros argumentos, para a defesa de uma intervenção moderada do Estado na vida econômica.<sup>28</sup>

A Sociologia defendida por Simonsen pode também ser denominada de positivista e evolucionista, pois valoriza sobremaneira o método, a experiência e a representação da sociedade como um organismo vivo. A Sociologia, para ele, deveria seguir os mesmos princípios das demais ciências, atuando no campo experimental para testar suas hipóteses.

Por sua vez, a tecnologia é entendida por ele, em alguns momentos, como a *Ciência aplicada à indústria*. Sua relação com a Ciência é de complementaridade e subordinação.

Em vários ramos do conhecimento temos passado da fase das abstrações e das generalidades para a da ciência, onde essas generalidades se transformam em leis, desde que se subordinem a métodos precisos e seguros. E a terceira etapa é a ‘técnica’, onde a ciência se vai aplicar, objetivamente. E da técnica, ao inverso, levamos diariamente novos elementos para a fixação de novas leis, que permitem, por sua vez, a criação de novas doutrinas, novas hipóteses, que alargam continuamente o campo da filosofia. Estabelece-se assim como que uma permanente interdependência entre a região das hipóteses e a esfera das concretizações; e quanto mais intenso é o intercâmbio de conhecimentos tanto mais útil se vai tornando a ciência que fica sendo o núcleo central dessas relações (SIMONSEN, 1933:21).

Assim, a Ciência é vista aqui como instrumento de métodos precisos que, se bem aplicados, podem descobrir as leis que movem os fenômenos, sejam da natureza ou sociais. Já a tecnologia é a Ciência aplicada. Ela contribui para a descoberta de novas leis e hipóteses, mas está subordinada, nesta função, à Ciência.<sup>29</sup> Não obstante esta observação, sempre

---

<sup>27</sup> Em uma de suas obras principais, *Historia Econômica do Brasil (1500/1820)*, Simonsen insiste, em várias passagens, nas dificuldades que o meio-ambiente impôs ao processo de colonização e à formação nacional: “Deparando um meio pouco atraente ao elemento europeu, e adstrito a produções tropicais, para aqui trouxeram uma grande massa de população africana, que se reuniu à população autóctone, povo primitivo, ainda na idade da pedra polida. Com tais elementos, o diminuto contingente de brancos formou uma civilização inteiramente nova, em ambiente reconhecidamente difícil” (Simonsen, 1978:33). Outras passagens acentuam as dimensões do meio-ambiente na formação nacional (Ibidem: 35, 44, 61, 77, 85, 87).

<sup>28</sup> “A zona temperada e fria da América do Norte é excepcionalmente favorável ao imigrante europeu, cuja evolução biológica melhorou, mesmo sem cruzamento, conforme tem sido verificado nos estudos ali realizados. O meio físico em tudo facilitava ao imigrante o acesso ao interior” (Simonsen, 1978:33 – grifo nosso). E, ainda, “O livre-câmbio traduz a liberdade de escambo entre nações, com o conseqüente predomínio das mais fortes muitas vezes em detrimento dos interesses e do padrão de vida das menos aparelhadas. O protecionismo cerceia de alguma forma e por algum tempo a permuta entre as nações, mas traduz uma grande liberdade de produção dentro das fronteiras do país que o adota” (Simonsen, 1932:9).

<sup>29</sup> Para Simonsen, a colonização do Brasil ter-se-ia dado em bases científicas, necessidade imposta pela adversidade do meio físico. “Os poderosos recursos da cultura e da técnica moderna, a experiência do passado e

persiste uma imprecisão do termo tecnologia na obra de Simonsen. As palavras ‘técnica’ e ‘tecnologia’ são utilizadas aleatoriamente, assumindo significados múltiplos. Deste modo, técnica, muitas vezes, significa tecnologia, mas também método de organização de trabalho ou comercial. Por sua vez, tecnologia, em alguns momentos, confunde-se com mecanização e em outros momentos é tratada como pesquisa tecnológica. Este fato não retirava, entretanto, o fascínio que Simonsen nutria pela tecnologia ou técnica e pela Ciência.

Ciência e tecnologia são fatores fundamentais para o aumento da produtividade e eficiência no trabalho. Com resultado, consegue-se baratear as mercadorias, que, por sua vez, permitem criar um mercado interno. Este é de fundamental importância para a indústria nacional, fator primeiro para a formação da nação. Assim sendo, Ciência e tecnologia articulam-se com a indústria em uma relação de mão dupla, propiciando a construção da nação.

Em toda parte as indústrias são consideradas padrão do adiantamento de um povo. Os núcleos devotados à pesquisa industrial são verdadeiros centros de elaboração mental, centros de permutas de idéia, centros de irradiação de inteligência e progresso. As indústrias são grandes cooperadoras da formação das elites. Basta mencionar que as invenções (...) constituem o princípio vital das grandes indústrias. São incontestáveis os benefícios carreados ao alargamento da inteligência do homem, sua capacidade produtora, ao aumento da sua cultura, pelas descobertas no campo físico-químico e pelas máquinas, frutos primordiais das invenções. Foram as máquinas que reduziram o preço de custo das utilidades, pondo ao alcance dos bolsos mais modestos o que d’antes era privilégio dos ricos. A competição industrial exalta a inteligência do homem, estimulando-o a novas pesquisas, a novos estudos, a novas descobertas, na ânsia incessante de desbravar os campos infinitos da ciência. A máquina, aumentando sua produtividade, afasta-o do trabalho manual embrutecedor, aguça-lhe a inteligência, permite a elevação do nível dos salários, a redução das horas de trabalho, favorece as possibilidades da instrução proletária, melhora enfim a sorte da humanidade (SIMONSEN, 1928a:8/9).

A clara intenção de Simonsen, nesta passagem, é mostrar o ambiente favorável que a indústria proporciona ao desenvolvimento cultural, científico e tecnológico da humanidade. portanto, a indústria fornece as bases culturais e econômicas para o exercício da Ciência e da tecnologia. Este caminho é de mão dupla: Ciência e tecnologia instrumentalizam a indústria com recursos que lhe permitem o aumento da produtividade em níveis antes não imagináveis.

Para Simonsen, a indústria era fator principal para superação das mazelas nacionais e só ela poderia viabilizar uma integração das várias regiões do país. Com o recurso do aparelhamento fiscal, dos transportes, ou, em outras palavras, com planejamento das diversas

---

as concentrações de capitais, permitem-lhes a adoção de políticas coloniais fixadas em bases cientificamente determinadas e adaptáveis às mais variadas condições mesológicas”. (Simonsen, 1978:77).

atividades constitutivas do cenário econômico, o país poderia constituir as possibilidades desejáveis para o desenvolvimento industrial. Só por meio da indústria é que o país poderia ocupar um papel de relevo no cenário internacional. Deste modo, a indústria era a chave para a superação dos obstáculos herdados do passado e artefato básico na construção de uma nação unitária.

A indústria deseja um mercado interno rico para a necessária expansão da sua produção. Tanto vale dizer, que anseia pela formação de capitais nacionais, pelo aumento do poder aquisitivo dos brasileiros, pela união cada vez mais intensa de todas as regiões do país, pela crescente liberdade nas intercomunicações dos Estados; enfim, pela unidade e grandeza cada vez maiores de nossa pátria (SIMONSEN, 1973:71).

A tentativa de vincular os interesses da indústria aos interesses da nação será uma constante referência na obra de Simonsen.

## METODOLOGIA.

A explicitação da metodologia para qualquer trabalho intelectual sempre se apresenta como uma tarefa delicada. Afinal, ela implica uma decisão teórica que determina as formas e os caminhos que a pesquisa irá tomar. Todavia, no processo de investigação não cabe um esquema prévio de categorizações. As categorias que servem de apoio ao trabalho historiográfico devem surgir no decorrer da construção do caminho da investigação.<sup>30</sup> Em outros termos, compreendemos as categorias como sendo históricas, próprias para a “investigação de processos” e ao “escrutínio dos ‘fatos’ que no momento mesmo da interrogação, modificam sua forma”.<sup>31</sup>

Assim procuramos proceder quando cotejamos o material empírico da pesquisa com conceitos como positivismo ou com as definições de intelectual e engenheiro. Ao agir desta maneira, trabalhamos com uma noção de positivismo que não se restringiu a ortodoxia comtista, mas antes, buscou compreender este conceito como uma maneira difusa de pensar correspondente a diversos segmentos intelectuais nas primeiras décadas do século XX no Brasil. A mesma perspectiva nos orientou quando enfrentamos a necessidade de definir os engenheiros, como intelectuais portadores de um projeto político que lhes atribuía um papel como construtores da hegemonia.

Por sua vez, se considerarmos a história como um campo de múltiplas experiências, no

---

<sup>30</sup> Khoury, 1989.

<sup>31</sup> Thompson, 1981:56.

qual interesses e valores variados estão em antagonismo, não poderemos então esquecer-nos da intencionalidade presente na ação dos agentes históricos. Partindo deste ponto é que buscamos apreender as intenções contidas nos discursos de Simonsen, visando superar a impressão de superfície de suas experiências para melhor compreender seu projeto político.

Em primeiro lugar, devemos destacar que não fazemos uma diferenciação entre, de um lado, os discursos, conferências e escritos e, de outro, da prática empresarial e profissional de Simonsen. As duas experiências são percebidas como ações concretas que visavam convencer pessoas, dissimular contradições, plasmar idéias ou impor projetos e versões como as únicas possíveis. Assim sendo, não operamos uma dicotomia artificial no interior das variadas experiências de Simonsen, tal como a de considerar seus discursos e escritos como construções teóricas abstratas e, por este motivo, deslocados do real, distinguindo-os de sua prática empresarial e profissional. Ambas as situações serão consideradas como ação concreta. Em outras palavras, pensar e representar “são momentos da práxis tanto como agir”.<sup>32</sup> A palavra que ganha sentido objetivo no discurso é vista como ação concreta que abre “fissuras” na realidade.<sup>33</sup> Por trás dos discursos de Simonsen ou de sua atuação empresarial, percebemos situações vivenciadas em uma realidade vazada de complexas relações entre os homens e grupos sociais. Deste modo, o “objetivo da análise é verificar como a linguagem explicita uma ideologia e, através da crítica da linguagem, a possibilidade de desmontagem e compreensão desta ideologia”.<sup>34</sup>

Os discursos de Simonsen são vistos como práticas interventoras na realidade social, resultado de choques com outros interesses e valores, surgidos na experiência cotidiana. Na análise de sua obra, faz-se necessário contextualizar cada discurso no conjunto de seus trabalhos, como também relacioná-los à conjuntura em que foi produzido. Em outras palavras, trata-se de perceber a materialidade do discurso, ou seja, ao ser analisado o texto produzido por Simonsen, observar a “materialidade de objeto”.<sup>35</sup> Isto significa levar em conta as condições históricas, materiais da produção dos textos analisados. Muitos trabalhos de Simonsen foram publicados por instituições como a FIESP e a CIESP, obras que muito falam por seus conteúdos. Há ainda trabalhos que foram divulgados sob os auspícios do próprio autor, como outros publicados por editoras conhecidas no mercado editorial.

Quando falamos da intencionalidade contida no discurso, não queremos com isto dizer que se trata, exclusivamente, de um instrumento que oculta a realidade, que os agentes

---

<sup>32</sup> Chauí, 1978:9.

<sup>33</sup> Sevcenko, 1985.

<sup>34</sup> Silva, 1987: 94 (grifo nosso).

<sup>35</sup> Cavalari, 1999.

sociais, ao produzi-lo, agem tão-somente de forma sistemática, visando escamotear a realidade. Há uma boa dose de eventualidade na ação destes agentes, o que nos impede de considerar o discurso como mero exercício conspiratório e manipulador. Mais do que encará-lo como uma simples estratégia de controle, devemos entender o “próprio discurso como produtivo e como fonte de poder”.<sup>36</sup> Isto significa dizer que deve ser apreciado como “arma de convencimento na luta”<sup>37</sup> por interesses específicos.

Neste sentido, tanto as palavras como as ações de Simonsen visavam em primeiro plano convencer sua própria classe e, com isto, reestruturá-la para, em seguida, mudar a “visão que tinham da indústria os políticos, profissionais e reformistas da classe média”.<sup>38</sup>

Como expressão ideológica, as representações que Simonsen fazia da indústria e de sua classe eram reais e imaginárias. Reais no sentido de que correspondiam aos limites do espaço material em que ele estava inserido. Imaginárias porque, como toda ideologia, promovia uma inversão da realidade, o que não as exclui do campo da práxis social.<sup>39</sup>

Outro aspecto da questão é trazer à tona os lugares de onde Simonsen falava. Ao discorrer sobre a organização científica do trabalho, seus espaços são os de suas empresas, como também o IDORT. Discorrendo sobre a necessidade da formação científica de uma numerosa elite, fá-lo perante seus pares na ELSP<sup>40</sup>. Na FIESP<sup>41</sup> e na CIESP<sup>42</sup> lança seu brado em favor da industrialização, enquanto nas comissões governamentais projeta um planejamento completo da economia nacional. Pensamos ser imperioso procurar os vínculos institucionais e sociais de sua obra; também abordarmos as relações de Simonsen com as diversas instituições, grupos e organismos de que ele participou, porque muitos de seus discursos, pareceres, conferências e livros foram resultados de seus empenhos nestas mesmas instituições, grupos e organismos. Os conteúdos de vários de seus trabalhos estavam ligados a questões imediatas destes espaços, o que não quer dizer que Simonsen estivesse sempre ao sabor das variações de humor neles verificados. O que queremos dizer é que, no âmbito destes lugares, Simonsen intervinha, buscando impor seus pontos de vista e obter a aceitação de suas

---

<sup>36</sup> Weinstein, 2000: 20.

<sup>37</sup> Prado, Maria Lígia Coelho. Prefácio à edição Brasileira In: Weinstein, 2000.

<sup>38</sup> Weinstein, 2000:21.

<sup>39</sup> Marx e Engels, em trecho suprimido da “Ideologia Alemã”, afirmavam: “As representações que estes indivíduos elaboram são representações a respeito de sua relação com a natureza, ou sobre suas mútuas relações, ou a respeito de sua própria natureza (...) em todos estes casos, estas representações são expressão consciente – real ou ilusória – de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, de sua organização política e social (...) Se a expressão consciente das relações reais destes indivíduos é ilusória (...), isto é consequência de seu modo de atividade material limitado e das suas relações sociais limitadas que daí resultaram (Marx; Engels, 1999:36).

<sup>40</sup> ELSP – Escola Livre de Sociologia e Política

<sup>41</sup> FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

<sup>42</sup> CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

propostas por seus iguais. A apreciação do produto de seu trabalho intelectual, através de vínculos institucionais, nos parece o melhor caminho, pois reforça as apreciações com o material empírico oriundo destas instituições, ampliando-se as possibilidades de uma mais adequada reconstrução histórica de sua obra.

A utilização deste procedimento metodológico se deve também a uma imposição originária da própria prática de Simonsen. É característica em Simonsen a multiplicidade de atividades. Simonsen atuou como engenheiro, empresário, professor, historiador, deputado, senador e conselheiro do governo federal. Apesar de acreditarmos que a condição de empresário se sobrepõe a todas as demais, não a consideramos suficiente para compreender o conjunto de sua obra. Há instantes em que Simonsen aparece como um intelectual sincero que espelha uma desinteressada preocupação de entender o país. Assim, ao procurarmos as mediações institucionais em que ele forjou sua obra, acreditamos poder recuperar as várias facetas de seu trabalho intelectual. Cabe, por fim, esclarecer que não entendemos as instituições, comissões e organismos de que Simonsen participou como algo abstrato, sem a devida caução no social. A nosso ver, todos estes lugares são resultados dos conflitos sociais existentes na sociedade, apresentando-se, em vários casos, como espaços legitimadores dos grupos em contenda.

Em seus trabalhos publicados se percebe um claro sentido de engajamento. Simonsen constrói seu projeto de industrialização, atacando em diversas frentes: ora como diretor da Cia Construtora de Santos, outras vezes no Instituto de Engenharia, outras no CIESP ou, ainda, como deputado. Seus temas são os mais variados: urbanismo, disciplina, higiene, organização do trabalho, política protecionista, formação de elites comprometidas com valores da Ciência e da técnica, criação de uma nova moral do trabalho, estabilidade cambial e da moeda, enfim, a racionalização total do aparelho produtivo e do Estado. Estes temas surgem desde o início de sua atuação e vão ganhando refinamentos com seus embates políticos.

Não obstante, cabe ainda precisarmos outras duas atitudes metodológicas frente aos estudos dos textos de Simonsen. A primeira delas comporta as etapas do procedimento a ser seguido na análise de cada trabalho focado neste processo:

1. reconstrução do contexto histórico e intelectual em que foi produzido o texto, questão já discutida acima;
2. diagnósticos feitos por Simonsen sobre o tema focalizado;
3. propostas de soluções para os problemas observados;
4. impacto, se possível, das propostas formuladas.

De certa maneira, este procedimento dá conta da estrutura narrativa identificada por Lamounier, quando se debruçou sobre o pensamento autoritário brasileiro da República Velha. Para este autor, a narrativa dos intelectuais deste período seguia um determinado padrão: “reflexões histórico-sociológicas sobre a formação colonial”, “diagnóstico do presente” e “proposição de algum modelo alternativo de organização político-institucional”.<sup>43</sup> Podemos observar na obra de Simonsen este mesmo procedimento. Há, quase sempre, em boa parte dela, uma apresentação do problema com seus devidos antecedentes históricos, um diagnóstico e a proposição de medidas para solucioná-lo. Considerando que Simonsen agia assim, então nos parece adequado o procedimento identificado acima.

A segunda atitude que deve constar como orientação geral, para a análise da obra de Simonsen, é aquela que deve buscar apreender as perplexidades e indagações existentes na fala de nosso autor. Neste sentido, não será salutar agir de forma retrospectiva, ou seja, buscar erros ou mesmo a singularidade de seu pensamento no futuro, mas, antes, recuperar as “indagações” e “perplexidades” daquele que viveu e procurou, como nós, equacionar os problemas de seu tempo.<sup>44</sup>

Para melhor compreendermos a noção de Ciência esposada por Simonsen e o caráter tecnocrático de governar que ele defendia, devemos também compreender a natureza da racionalidade contida em suas propostas de Ciência, tecnologia, organização do trabalho etc. Para tanto, devemos observar os próprios dilemas por que passa a razão moderna. Antes de prosseguirmos neste caminho, convém observar que não se trata de fazer uma exaustiva reconstrução da razão moderna e de seus impasses atuais. O que buscamos realizar é, tão-somente, anotar algumas considerações que servirão de baliza para analisar alguns aspectos da obra de Simonsen.

Na crise da Modernidade, uma questão nos parece central: a crítica à razão moderna. No mapeamento desta crítica e desta crise, parece-nos importante levantar duas vertentes que, de certa maneira, são bastante exemplares. Partindo da constatação do esvaziamento atual da razão moderna em favor de uma razão analítica, operativo-racional<sup>45</sup>, podemos constatar, em linhas bem gerais, dois tratamentos para esta questão. O primeiro deles, ao nosso ver, confunde razão com razão instrumental, atribuindo a cada ato racional relações de poder que, por sua vez, gerariam outras formas de instrumentalização e opressão, formando assim um

---

<sup>43</sup> Lamounier, 1978 (grifo no original)

<sup>44</sup> Lorenzo; Costa, 1997:10.

<sup>45</sup> Paulo Netto, 1994.



círculo vicioso que desembocaria, segundo Rouanet (1988) e Paulo Netto (1994), no irracionalismo moderno. O segundo tratamento é aquele que aponta uma distinção entre razão moderna ou crítica e razão instrumental ou razão analítica.<sup>46</sup>

O primeiro tratamento faz lembrar certos “sociólogos da ciência”, assim denominados por Thuillier, que decidem provar que “a ciência não existe”. Thuillier explica-lhes que, ao precederem assim, articulam uma série de procedimentos racionais e várias ferramentas analíticas para demolirem “cuidadosamente todas as belas imagens referentes à Racionalidade e ao Método científico”. O paradoxo é que eles são cientistas e utilizam formas metódicas e racionais para promover suas críticas, resultando em suas teses, segundo o mesmo Thuillier, “a ciência...” reduzida a “relações de poder (...). Toda racionalidade, enfim, desaparece”. As críticas de Thuillier são bastante pertinentes, uma vez que este autor não acredita que a Ciência seja a única forma de perceber “as estruturas do real”. Para ele, “a derrapagem científica só começa a partir do momento em que se considera que nenhuma outra maneira de compreender o real é possível”.<sup>47</sup>

Quanto à segunda posição, trata-se de resgatar os elementos críticos da razão moderna. Para Rouanet, é na estrutura do pensamento iluminista e, em particular, na Ilustração<sup>48</sup> que se devem buscar os elementos que originaram a razão instrumental, uma razão em que se adaptam meios para atingirem-se determinados fins. Mas é também à Ilustração que se precisa ir para resgatar a “razão crítica” ou a “crítica racional”.<sup>49</sup>

De certa maneira, Rouanet segue os passos de Adorno e Horkheimer, que identificaram no próprio processo de esclarecimento “o germe para a regressão que hoje tem lugar por toda a parte”<sup>50</sup> o pensamento moderno. Não obstante, os mesmos autores afirmam que, “enquanto mera construção de meios, o esclarecimento é tão destrutivo como o acusam seus inimigos românticos” e que sua superação positiva se dará quando ele “tiver a ousadia de superar o falso absoluto que é o princípio da dominação cega. O espírito dessa teoria intransigente seria capaz de inverter a direção do espírito do progresso impiedoso”.<sup>51</sup> Em resumo, o esclarecimento significava para eles o “despertar do sujeito” e este processo tem como preço “o reconhecimento do poder como o princípio de todas as relações”.<sup>52</sup> Se isto é

---

<sup>46</sup> Ibidem: idem.

<sup>47</sup> Thuillier, 1994:31 (grifos no original).

<sup>48</sup> Rouanet define Iluminismo como uma forma de pensar que transpõe os limites do movimento intelectual do século XVIII, uma “tendência transepocal”. O movimento intelectual do século XVII, ele denomina Ilustração (Rouanet, 1998).

<sup>49</sup> Rouanet, 1998:125.

<sup>50</sup> Adorno; Horkheimer, 1985:13.

<sup>51</sup> Ibidem: 52.

<sup>52</sup> Ibidem: 24.

verdade, então não poderia ser outra a relação entre os homens e a natureza. Seu resultado é a alienação em função do objeto em que se exerce o poder.<sup>53</sup>

No tempo em que Adorno e Horkheimer escreveram estas considerações, seria muito difícil não acreditar que os holofotes de Auschwitz cegavam os olhos alheios com seus “raios gelados”, fazendo ver o que Goya profetizara corretamente: “El sueño de la razón produce monstruos”.<sup>54</sup> Por este motivo, a obra dos dois filósofos de Frankfurt possui um tom notadamente sombrio. Eles argumentaram que o “autoritarismo não significou traição ao ideal das Luzes, e sim desenvolvimento de sua dinâmica intrínseca”.<sup>55</sup>

Apesar de concordarmos com as críticas dos dois filósofos, expostas acima, nossa perspectiva foi a de ressaltar um viés crítico, por este motivo libertador, da razão. Não que o Iluminismo não possuía a dimensão autoritária, mas é preciso não confundir a razão usada como “instrumento de dissolução do existente e de construção de uma nova realidade”<sup>56</sup> com sua manifestação instrumental. Admitindo que a incompetência de nosso olhar é estrutural, agrada-nos a perspectiva de Rouanet, a de um entrelaçamento entre olhar e visão.<sup>57</sup> Assim, é necessário buscar a dimensão crítica da razão para promover a superação da perspectiva operatória que ela assumiu em diversas esferas da atividade humana.

Por outro lado, a crítica a uma razão instrumental não pode deixar de seguir de perto o desenvolvimento do capitalismo. Assim, para Paulo Netto, a constituição da razão moderna está ligada à “socialização da sociedade” que, através do capitalismo, assiste aos processos de industrialização e urbanização. Quanto a estes processos, a sociedade, reclamando sabê-los “necessários a um crescente controle da natureza”, possibilitou-nos, através do quadro histórico-social, “apreender a especificidade do ser social”.<sup>58</sup> No entanto, o processo de

---

<sup>53</sup> Jeffrey Herf afirma ser *Dialética do Iluminismo* a obra “mais importante escrita pelos teóricos críticos sobre o nacional-socialismo”. Apesar desta opinião, não deixa de ver esta obra com olhar crítico. Assevera que Adorno e Horkheimer argüíram ser “implícita nos primeiros tempos do Iluminismo” a “síntese de razão, dominação e mito”, cuja inteireza se revelava nas “orgias de Sade”, nos “aforismo de Nietzsche” e em Auschwitz. Este último seria a “verdade do iluminismo: a razão como dominação total”. Herf aponta então os limites da obra: “o pouco espaço concedido, se é que algum foi, à contribuição do Iluminismo para a tradição política liberal”. Ou seja, “pluralismo político”, “parlamentos”, “debate público”, “defesa da liberdade individual contra o estado”. Para Herf o livro “se concentra na razão científica” (Herf, 1993: 259). O erro básico histórico dos autores teria sido combinar razão e mito, algo da modernidade alemã, e estendê-la para a modernidade em geral. O autor aponta ainda que o “paradoxo cultural da modernidade alemã” consistiu no “fato de certos pensadores alemães terem abraçado a tecnologia moderna ao mesmo tempo em que rejeitavam a razão iluminista”. Ou seja, o que define os elementos formadores do “modernismo reacionário” é o fato “paradoxal” de “rejeitar o Iluminismo e ao mesmo tempo abraçar a tecnologia”. O que se buscava era ser a Alemanha “tecnologicamente adiantada”, mas “fiel à sua alma”. (Ibidem).

<sup>54</sup> Rouanet, 1997:285-299.

<sup>55</sup> Capelato, 1989:242.

<sup>56</sup> Rouanet, 1988:129.

<sup>57</sup> “... só a visão justifica o uso do olhar. Sem o olhar a visão é ilusória, sem a visão o olhar é inútil... a ilustração é as duas coisas: olhar a serviço da visão, visão funcionalizada pelo olhar” (Rouanet, 1988:127).

<sup>58</sup> Paulo Netto, 1994:31 (grifo nosso).

“socialização da sociedade” possibilitou também o “inaudito da inteligência”.<sup>59</sup> Para Paulo Netto, a lógica do evoluir do capitalismo demanda um “conhecimento *desantropomorfizador*” da natureza:

A mesma massa crítica indica que esse ‘desencantamento’ (Weber) é imperativo a um *comportamento instrumental*: a lógica do desenvolvimento capitalista implica uma atitude *manipuladora* em face da natureza, que reclama precisamente o conjunto de procedimentos próprios à inteligência – a *ação* (social) exigida por aquela lógica, demanda a quantificação, a calculabilidade, a formalização. A razão analítica é, pois, o *órganon* privilegiado da relação entre sujeito e objeto: é o *cálculo racional* que parametra a intervenção do primeiro sobre o segundo. A *racionalidade do mundo objetivo*, simétrica ao seu ‘desencantamento’, todavia, não se restringe ao trato do metabolismo sociedade/natureza...é, na mesma e contraditória medida, a estruturação de uma específica forma de fenômeno social, aquela engendrada pela *reificação* (PAULO NETTO, 1994:31 – destaques no original).

Este fenômeno não é residual, mas um “componente sócio-objetivo” que condiciona o desenvolvimento do capitalismo. A tendência histórico-cultural é a de que, com a “hipertrofia prática do comportamento instrumental”, se passa de uma “redução teórica da razão à racionalidade analítica”.<sup>60</sup> Em outras palavras, “a razão analítico-formal é entronizada como o espaço da racionalidade”.<sup>61</sup>

O pensamento em seus procedimentos se torna uma máquina: “Quanto mais a maquinaria do pensamento subjuga o que existe, tanto mais cegamente ela se contenta com essa reprodução”.<sup>62</sup> Sua reprodução está vinculada a processo de produção em que a subjetividade é “substituída pelo trabalho tanto mais suave dos mecanismos automáticos de controle”.<sup>63</sup>

Ao considerar a razão como elemento que contribui para a reprodução econômica, Adorno e Horkheimer tratam-na como uma razão que se reduz na medida em que a produção capitalista se impõe, exigindo uma forma de pensar operacional, pragmática. A lógica de coisificação da fábrica avança sobre a lógica do pensamento. O que conta é um pensamento que incide sobre a realidade para administrá-la, controlá-la, submetê-la.

Assim, como podemos observar esta perspectiva de uma razão instrumental ou analítica na obra de Simonsen? A nossa hipótese é a de que este tipo de racionalidade

---

<sup>59</sup> Para Paulo Netto, a razão dialética “supõe” a inteligência e sua superação na perspectiva hegeliana. Segundo o autor, o “tratamento hegeliano” das formas de proceder do intelecto contribui para a “compreensão exaustiva” do pensamento operativo-racional, que é, na sua visão, “essencialmente *limitada* na escala em que não envolvendo o caráter negativo – (...) *crítico* da razão, específico de sua dimensão – *esgota* e *reduz* a racionalidade aos comportamentos manipuladores do sujeito em face do mundo objetivo” (Ibidem: 29).

<sup>60</sup> Ibidem: 32.

<sup>61</sup> Ibidem: 40.

<sup>62</sup> Adorno; Horkheimer, 1985:39.

<sup>63</sup> Ibidem: 41.

manipuladora aparece em todo o percurso de sua obra. Caso considerarmos a função do engenheiro como a daquele que dispõe de homens e máquinas no ato da produção, então nossa impressão se torna mais nítida. No ato de defesa da organização científica do trabalho, mais ainda, na forma como Simonsen é favorável à ação dos técnicos na defesa de uma sociologia que aplique seus resultados à sociedade, na expectativa de extensão das formas classificatórias da natureza ao âmbito das normas técnicas, em resumo, em todos estes momentos, parece-nos estar em jogo um tipo de racionalidade que se destina a adaptar seus meios a determinados fins e que não se debruça criticamente sobre seus próprios pressupostos. Confirmam-se as críticas de Adorno e Horkheimer: “O esclarecimento pôs de lado a exigência clássica de pensar o pensamento”.<sup>64</sup> Em todas estas experiências citadas acima, há um esforço de racionalizar vários procedimentos que se iniciavam no âmbito fabril, passavam por diversos setores da atividade social e terminavam na própria reorganização do Estado.

Por último, a guisa esclarecimento, gostaríamos de justificar a utilização da expressão “idealismo prático” no título deste trabalho. Cunhada por Simonsen, ela sintetiza várias questões presentes em sua obra. No que há de paradoxal em seus termos, está expresso o conteúdo pragmático de seu pensamento, mas também seu modo desinteressado de buscar entender o país. Reflete também a preocupação de Simonsen em buscar uma “alma” para profissões como a Engenharia, aliando a prática do engenheiro com um sentido ideal mais geral, em benefício da sociedade. Expressa também uma de suas justificativas em defesa da indústria e dos negócios em geral, ou seja, que as atividades comerciais, industriais etc deveriam servir à sociedade. Enfim, sem nos atermos ao conteúdo das proposições expostas acima, acreditamos que “idealismo prático” sintetiza facetas diversas do pensamento de Simonsen.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. O objetivo do primeiro capítulo é apreender as noções e representações que Simonsen construiu em relação à Ciência e como estas se articulam com seu projeto de industrialização.

O segundo capítulo visa compreender as relações que Simonsen estabelecia entre técnica, tecnologia, organização do trabalho e o processo de industrialização.

No terceiro capítulo, buscamos perceber como ocorreu um deslocamento, nas obras de Simonsen, dos elementos do discurso racial para o de uma noção de população como fator econômico. Trataremos também de observar como Simonsen pensava a escravidão e o papel

---

<sup>64</sup> Adorno; Horkheimer, 1985.

econômico a que reduzia o escravo. Por fim, da construção de um operariado despolitizado e organizado pelos métodos da Ciência, substanciando a transmutação da população em trabalhador coletivo disciplinado.

No quarto capítulo, procuramos considerar a obra de Simonsen no debate intelectual de seu tempo. Primeiro compreender que tipo de intelectual era Simonsen e como se compôs sua obra. Logo em seguida, o papel que ele atribuía ao engenheiro na sociedade. Depois, reconstruir as análises que Simonsen fazia de nosso passado colonial e os entraves que apontava para o desenvolvimento do país. Dando continuidade, tratamos de seu ideal na industrialização e do papel desta para a construção da nação. Por fim, procuramos recuperar suas propostas de racionalização ampla da sociedade, passo em que prepara seu desejado planejamento econômico.

No último capítulo, reconstruímos o debate em torno do planejamento da economia nos anos de 1940, como Simonsen encarava a planificação como uma técnica neutra. Propomo-nos também a compreender como Ciência e técnica se articulam com suas propostas de planificação da economia.

# CAPÍTULO I

## CIÊNCIA POSITIVA E INDÚSTRIA

### 1. CIÊNCIA POSITIVISTA, EVOLUCIONISMO E DARWINISMO.

A hipótese central deste capítulo é a de que a noção que Simonsen nutria de Ciência estava amparada em uma dimensão positivista de pensar, circundada por elementos do Evolucionismo e do darwinismo social. Para sustentarmos esta conjetura, convém evocar a representação "ideal-típica" do Positivismo elaborada por Michael Löwy. A idéia fundamental do método positivista seria a de que a Ciência só pode ser objetiva e verdadeira na medida em que eliminar totalmente qualquer interferência de preconceitos ou prenoções. Para Löwy, o axioma da neutralidade valorativa do Positivismo nas ciências sociais implica negar ou ignorar "o condicionamento histórico-social do conhecimento".<sup>1</sup>

Por outro lado, o autor afirma que, para o Positivismo, a sociedade seria regida por leis naturais e invariáveis, independente da vontade e ação humanas: na vida social reina uma harmonia natural. Por conseqüência, esta mesma sociedade poderia ser epistemologicamente assimilada pela natureza e ser estudada pelos mesmos métodos, *démarches* e processos empregados pelas ciências naturais.

As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos".<sup>2</sup>

O modelo descrito acima, que Löwy denomina de "dimensão positivista" do pensar, será útil para analisar os componentes que informam a concepção que Simonsen possuía de Ciência. As premissas positivistas contidas no modelo apresentado por Löwy aparecem articuladas nas análises que Simonsen realizou da Ciência e da Sociologia, cabendo-nos buscar as mediações que estabelecem os contatos dos elementos do modelo com as múltiplas influências sociais e institucionais que incidiam sobre o empresário-autor.

---

<sup>1</sup> Löwy, 1988:18.

<sup>2</sup> Ibidem: 17.

Assim sendo, a preocupação manifesta em vários textos de Simonsen é a de descobrir leis que demonstrem o funcionamento da sociedade e da natureza, desdobrando-se, esta preocupação, na defesa de um método que garantisse a objetividade e a neutralidade. No discurso fundador da Escola Livre de Sociologia e Política – ELSP, no ano de 1933, Simonsen expõe seu desejo de que as ciências sociais alcançassem o mesmo estatuto de objetividade das ciências naturais. Em outro de seus trabalhos,<sup>3</sup> declara seu "amor ao método", em um claro procedimento de valorização deste como fato de cientificidade, garantidor da objetividade e neutralidade no trato dos problemas, sejam eles de ordem social ou técnica.

Nesta perspectiva, a Ciência, para Simonsen, apresenta-se como uma orientadora segura para os estudos das instituições e da sociedade, combatendo assim os procedimentos empíricos, tanto no campo das soluções técnicas quanto no dos problemas sociais.

Discursando como paraninfo da primeira turma de bacharéis em Ciências Políticas e Sociais, da ELSP, no ano de 1937, Simonsen, ao abordar a “complexidade dos problemas” naquele momento<sup>4</sup>, afirma que, somente com “preparo técnico” e “pesquisas pacientes dos verdadeiros contornos das nossas realidades”, se conseguiria “diagnosticar, com precisão”, os obstáculos ao progresso do país.<sup>5</sup>

No ano de 1947, próximo do final de sua vida, ao falar na Academia Brasileira de Letras quando foi recepcionado como acadêmico, discorrendo sobre o grau de cultura de um povo, Simonsen assevera que, quanto mais “atrasada” for essa cultura, mais o povo irá recorrer a “apelos ao ignoto” para contornar suas dificuldades. Assim, no passado, teria sido comum a recorrência a superstições, “amuletos”, “evocações aos deuses”, “aos demônios”, ou, ainda, “a adoração às forças da natureza”, substituindo “muitos dos preceitos que hoje a ciência aponta, com precisão e presteza”.<sup>6</sup>

Ao referir-se aos esforços da agricultura americana para vencer o clima inóspito em várias regiões, Simonsen não perde a oportunidade de defender o papel da Ciência no fomento do progresso americano:

É a ciência, portanto, ao serviço constante da inteligência ávida do americano que perscruta ao solo os seus íntimos segredos, colocando-o ao serviço do trabalho intenso e organização (SIMONSEN, 1919:25).

---

<sup>3</sup> Simonsen, 1912.

<sup>4</sup> “A insuficiência de nosso aparelhamento técnico e a falta de preparo especializado da grande massa de nossos homens” (Simonsen, 1943:17).

<sup>5</sup> Ibidem, 1943:18.

<sup>6</sup> Simonsen: 1947c: 62.

A Ciência deve perscrutar o solo de sua investigação através de métodos de sondagem que permitam uma análise objetiva, racional, isenta de interferências políticas e ideológicas. A Ciência tem como objetivo descobrir as leis que movem a natureza para que os homens possam melhor aparelhá-las em seu benefício.

### 1.1. UM BANDO DE NOVAS IDÉIAS.

Na obra de Simonsen, que compreende o período de 1912 a 1948, parece ainda ecoar a famosa frase de Silvio Romero<sup>7</sup>. Entre 1868 e 1878 um “bando de idéias novas agita então o Brasil”.<sup>8</sup> Este período, que para alguns ficou conhecido como o da Ilustração brasileira, é lembrado por Paim como de forte “espírito crítico”. Ele suscitou “idéias que se tornavam simpáticas sempre que poderiam nutrir o inconformismo...”<sup>9</sup>.

Por volta de 1870 um novo período vai se abrir na história do pensamento brasileiro. É então que novos matizes de idéias, originados na filosofia dos séculos XVII e XVIII, começam a impregnar a vida intelectual brasileira. O positivismo, o naturalismo, o evolucionismo, enfim, todas as modalidades do pensamento europeu do século XIX – vão se exprimir agora no pensamento nacional e determinar um notável progresso de espírito crítico (...) notável progresso econômico (...) ascensão do padrão de vida de certas classes da população e na incipiente aparelhagem técnica do país... (CRUZ COSTA, 1956:129)

Assim, no último quartel do século XIX, abrem-se as “mais largas perspectivas à inteligência nacional”.<sup>10</sup>

O significado deste surto de idéias novas foi que ele plasmou o pensamento social brasileiro. Para Paim, ele foi a “ante-sala da ascensão do positivismo”. Por sua vez, outro autor aponta a disseminação de correntes doutrinárias que, em contato com a realidade nacional, provocaria uma “valorização difusa de uma espécie de cientificismo dominante que as elites encontravam nas obras de Darwin, Comte, Stuart Mill, Spencer, Renan e Taine, etc”.<sup>11</sup> Foram fatos como estes que levaram muitos autores a sustentar uma posição eclética. Assim, não é de estranhar-se, por exemplo, que Euclides da Cunha afirme estar aberto a várias correntes filosóficas. Em artigo publicado em 24 de maio de 1892 o autor busca marcar sua postura filosófica ao afirmar que não se filiava a nenhuma das “escolas filosóficas”

---

<sup>7</sup> “Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte (...) Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folklore, novos processos de crítica e de história literária...” (Romero, Silvio *apud* Cruz Costa, 1956:136).

<sup>8</sup> Cruz Costa, 1956.

<sup>9</sup> Paim, 1967:126.

<sup>10</sup> Cruz Costa, 1956:130.

<sup>11</sup> Trindade, 1999:109 (grifo no original).



existentes<sup>12</sup>.

O exemplo de ecletismo em Euclides da Cunha não foi fortuito. Simonsen foi um leitor do escritor: “Li e reli sua obra”, confessa Simonsen em um discurso pronunciado em 1943, nas “Comemorações Euclidianas”, realizadas em São José do Rio Pardo.

Este fenômeno, de uma reunião de elementos doutrinários de origens diversas que não chegam a articular-se em uma unidade e que mais parece marcar uma mentalidade positivista difusa no Brasil, encontra respaldo em outras realidades históricas. Deste modo, Donzelli relembra que, na Itália dos anos 80, do século XIX, o Positivismo “não se inspirava tanto em Comte ou Littré, mas antes em Darwin e Spencer, no evolucionismo e organicismo, percebidos, talvez, como sistemas mais abertos”.<sup>13</sup>

A autora fala-nos de “uma corrente, caracterizada pelo ecletismo”, o que nos pode ajudar a entender o Positivismo no Brasil e, particularmente, na obra de Simonsen, não através de uma transposição de realidades históricas diferentes, mas, antes, como uma possibilidade de compreendê-lo como um “clima”, uma “atmosfera” difusa no pensamento social brasileiro. É isto que pretende este capítulo ao postular que a concepção de Simonsen era de caráter positivista, secundada por elementos do Evolucionismo e darwinismo social.

## 2. POSITIVISMO DIFUSO

Após a ligeira digressão exposta acima, podemos assinalar que a Ciência, em que Simonsen se apoiava, possuía fortes elementos do pensar positivista. Mas esta perspectiva estaria incompleta se não se articulasse em um cenário mais amplo, correndo-se o risco, ao não proceder assim, de promover uma exegese dos textos do autor sem o devido suporte de uma análise que se respalde no social. Isto sendo verdadeiro, então nos compete realizar uma análise do ambiente institucional e social de onde Simonsen falava. Em outro item deste capítulo, teremos oportunidade de fazer uma abordagem dos aspectos institucionais, quando tratarmos da sociologia de Simonsen.

Por ora, neste tópico em que buscamos arrolar mais elementos que nos levem a entender melhor a concepção de Simonsen sobre Ciência, limitar-nos-emos a relacionar sua visão positivista de Ciência com aquilo que Kropf identificou como sendo um “pensamento difuso” na realidade nacional brasileira. Referimo-nos aqui não a um positivismo dogmático,

---

<sup>12</sup>Este posicionamento do autor de Os Sertões se dá em um contexto de profundas divergências, como o projeto de criação da Escola Politécnica elaborado por Paula Souza. (Cunha, 1995).

<sup>13</sup> Donzelli, 1999:81.

fiel a uma ortodoxia, e sim a uma maneira de pensar disseminada no universo cultural de parte da intelectualidade brasileira nas primeiras décadas do século XX. Um “positivismo instrumental” que, reajustado às necessidades e anseios das elites locais, serviu como elemento construtor de uma imagem do país. Este positivismo, identificado como difuso, foi também a “base de sustentação ideológica do programa social de modernização estabelecido no Brasil na virada do século”.<sup>14</sup> Para Khopt, o que prevaleceu nas primeiras décadas do século XX foi um positivismo instrumental e não a ortodoxia comtiana em sua plenitude. Ao nosso ver, é mais uma forma de pensar difusa, que se utilizava de vários elementos da filosofia positivista para dar conta da realidade brasileira e, assim procedendo, refletia uma “dimensão positivista”<sup>15</sup> do universo de conhecimento de vários intelectuais.

Ao analisar a participação dos positivistas no advento da República, Cruz Costa afirma que as “idéias positivistas não influíram”, como almejavam os discípulos de Augusto Comte, “na diretriz política dos primeiros momentos da República”. Ao contrário, “declinaram logo para recrudescerem um pouco, é certo, durante a elaboração da Constituição de 1891. Mas, ainda aí, é o liberalismo clássico que dominará”.<sup>16</sup>

A conclusão de Cruz Costa é óbvia, levando-se em conta que ele dá mais ênfase ao apostolado. Cruz Costa acredita que “a ideologia positivista não conseguiria (...) modificar o sentido liberal da época”. Aponta o declínio do movimento, a partir de 1890, e sua substituição por uma forma difusa de pensar:

É a partir de 1890 (...) que se inicia o declínio da influência dos positivistas. Ela, porém, far-se-ia sentir ainda de maneira difusa, no desenvolvimento de um longo período da primeira fase de vida republicana (CRUZ COSTA, 1956:261 – grifo nosso).

Este fenômeno de um positivo difuso, não-ortodoxo, não estaria apenas ligado à predominância do liberalismo no cenário político pós-1890, mas também ao fato de que, ao entrar em contato com a realidade brasileira, as doutrinas européias sofreram “transformações e deformações”. Para Cruz Costa o “pensamento sofre influências das condições de vida”.<sup>17</sup>

Por outro lado, introduzindo a discussão sobre os pensadores brasileiros e as idéias que aportaram no Brasil, Paim assevera:

... os principais dentre nossos pensadores trataram de enfrentar os desafios de seus

---

<sup>14</sup> Khopt, 1994.

<sup>15</sup> Löwy, 1988:18.

<sup>16</sup> Cruz Costa, 1956:259.

<sup>17</sup> Ibidem: 15.

respectivos momentos. E fizeram no passado como o fazem no presente a partir do ambiente brasileiro e não como cultores de idéias exóticas elaboradas no exterior (PAIM, 1967:10).

Há, na análise de Paim, algo que o aproxima das considerações de Cruz Costa, já que este também considera o ato de filosofar fruto dos esforços dos pensadores que buscavam entender os momentos por eles mesmos experimentados.<sup>18</sup> Assim, Paim defende que o ato de filosofar não era resultado de “idéias exóticas”, mas a decorrência dos desafios do presente de cada pensador. Algo bem diferente de “as idéias fora do lugar”.<sup>19</sup>

Uma mentalidade positivista difusa<sup>20</sup> também é apontada por Paim. Assevera haver “o predomínio, no seio da intelectualidade, de uma atitude mental difusa, mas persistente”,<sup>21</sup> que se relaciona ao positivismo<sup>22</sup>. Procura, então, definir o que vem a ser esta “*mentalidade positivista*”:

Caberia denominá-la de *mentalidade positivista*, aceitando para o primeiro termo a definição de Lalande: conjunto de disposições intelectuais, hábitos do espírito e crenças fundamentais de um indivíduo (PAIM, 1967:192 – destaques no original).

A questão de como definir este positivismo difuso aparece também em Bosi. Como Paim, Bosi também define o positivismo difuso como “esquemas mentais” que servem “como veículos úteis para racionalizar interesses e vontades”.<sup>23</sup> Para este autor, o Positivismo encerra “uma ideologia de longa duração capaz de legitimar a ação intervencionista do poder público em um contexto local e, depois da Revolução de Trinta, nacional”.<sup>24</sup>

---

<sup>18</sup> Neste sentido, o objetivo do livro de Cruz Costa será: “... encarar o problema das vicissitudes da filosofia européia no Brasil em função do conjunto das condições de nossa vida histórica” (Cruz Costa, 1956: 17).

<sup>19</sup> Roberto Schwarz, ao referir-se à deformação, inadequação e deslocamento das idéias importadas para o Brasil, abre a controvérsia sobre o Liberalismo como “idéia fora do lugar”. Sua tese central, a da “disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as idéias do liberalismo europeu” (Schwarz, 1973:151) é bastante questionada. Apesar de considerarmos interessante suas observações sobre o “favor” como mecanismo social que compunha a vida ideológica do país, filiamo-nos à crítica de Capelato quanto ela afirma: “O liberalismo no Brasil é sem dúvida uma idéia importada e o mesmo ocorre com qualquer outra (...) isso não significa descompasso nem inadequação à realidade” (Capelato, 1989:16). Neste sentido, não podemos concordar com a afirmação de Cruz Costa que fala em “deformação” das idéias importadas pelo país. Será mais correto pensar em como os autores nacionais interpretaram as idéias de fora, à luz da realidade brasileira.

<sup>20</sup> Ao tratar do Positivismo na Itália do final do século XIX, Donzelli aduz: “É mais correto, na verdade, considerar o positivismo como um clima natural, como uma época caracterizada por uma mentalidade positiva e positivista”(Donzelli, 1999:81).

<sup>21</sup> Paim, 1967:192.

<sup>22</sup> Paim tem uma posição bastante crítica e negativa quanto ao Positivismo. Assim, em resumo, se expressa o autor: “... a corrente positivista obstaculizou o desenvolvimento em todos os sentidos da meditação filosófica empreendida pela Escola de Recife, em nome da exaltação do saber de índole científica. Ainda assim, não contribuiu para a criação de institutos devotados ao ensino ou à pesquisa das ciências” (Paim, 1967:198). Para uma visão diametralmente oposta do papel do Positivismo na instituição da ciência no Brasil ver: Kropt, 1994.

<sup>23</sup> Bosi, 1999.

<sup>24</sup> Ibidem: 277.

Este pensar não-dogmático também é identificado entre os militares por João Quartim de Moraes, que, ao falar do "positivismo militar posterior a Benjamin Constant", assevera possuir este grupo não “uma posição doutrinária rigorosa”, mas apenas uma visão caracterizada pelo “culto à ciência” e pela “confiança no advento próximo da concórdia universal”, fruto de uma “elevada noção da coisa pública e da cidadania”.<sup>25</sup>

No âmbito deste capítulo, não é possível discutirmos a interpretação progressista que Moraes atribui ao positivismo. Compete-nos, antes, buscar compreender como o Positivismo (aqui entendido como forma difusa de pensar, como “esquemas mentais” ou “disposições intelectuais” e “hábitos do espírito”, tal qual foi identificado mais acima) se constitui como a “base de sustentação ideológica do programa de modernização” do país forjado na virada do século XIX.<sup>26</sup> Algo orgânico na construção do “paradigma do moderno”.<sup>27</sup> Por “paradigma do moderno” entendemos não um modelo rígido, mas um “conjunto de procedimentos”, “hábitos internalizados”, “questões/problemas” que mobilizaram “obsessivamente” e orientaram as reflexões de toda uma geração. Simonsen pode ser inserido no grupo de intelectuais que, nos anos de 1930, pensou e concebeu um projeto de modernização do Brasil por vias autoritárias, projeto este que visava construir uma nação em que as bases estariam assentadas em uma nova elite de homens formados pelos critérios de uma cultura tecnocientífica.

Em nossa opinião, o Positivismo irá contribuir para uma perspectiva modernizadora na sociedade brasileira. Em outras palavras, o Positivismo teria constituído uma “ideologia da modernização brasileira”.<sup>28</sup> Sob o influxo desta “ideologia”, pensou-se um Estado forte e centralizado que exerceria uma “tutela modernizadora sobre a sociedade”.<sup>29</sup>

Para melhor empreendermos as mediações necessárias de todas as questões expostas acima com o pensamento de Simonsen, convém um último procedimento. Alonso busca estabelecer critérios que possam identificar um positivista. Para esta autora, alguns analistas acentuam a “fidelidade doutrinária como critério” para identificação de um positivista, enquanto outros privilegiam os positivistas “como a vanguarda de uma pequena burguesia”.<sup>30</sup>

---

<sup>25</sup> Moraes, 1997:85.

<sup>26</sup> Kropf, 1994:203.

<sup>27</sup> Herschamann; Pereira, 1994.

<sup>28</sup> Alonso, 1996:123.

<sup>29</sup> Ibidem: 122.

<sup>30</sup> Ibidem, 123. Cruz Costa ao buscar os vínculos sociais desta doutrina, acredita serem os positivistas representantes de “novas elites” do século XIX. Filhos “da modesta burguesia comercial e burocrática” que irão se direcionar para as escolas técnicas, a Central e a Militar: “... burguesia, formada por militares, médicos e engenheiros – mais próximos das ciências positivas, graças à índole de suas profissões...”.(Cruz Costa, 1956:142 – grifo nosso).

Alonso sustenta que os critérios para a avaliação do Positivismo devem ser os das “condições brasileiras de sua emergência e não a fidelidade doutrinária”.<sup>31</sup> A autora propõe, então, uma série de características para classificação de intelectuais positivistas:

Primeiro e obviamente, os positivistas fazem parte do cientificismo (...) comungam a crença na capacidade da ciência em descobrir as leis que regem os fenômenos sociais e de fornecer instrumentos de explicação e de intervenção na realidade. A ciência é vista como a alavanca do progresso e da civilização (...). Daí se deriva como regra comum uma espécie de vanguarda da civilização. (ALONSO, 1996:124 – grifo no original).

Todos estes atributos estão, em maior ou menor grau, contidos no conjunto da obra de Simonsen. Seu cientificismo se expressa através de seu amor confesso à Ciência. Simonsen repete, em várias passagens de suas obras, seu deslumbre pela Ciência e pela técnica. Em “À margem da profissão” ele inicia seu discurso fazendo uma declaração de apreço à Ciência:

Apaixonado pela ciência, sempre entendi que nela deveríamos buscar as soluções para os nossos casos. Deixá-los à discrição das ações e reações das forças naturais e dos livres fatores econômicos seria ainda por muito tempo conduzir o país a uma servidão econômica, quase tão penosa quanto à sujeição política, em benefício de nações melhor aparelhadas (SIMONSEN, 1932: 8).

Não se deve deixar os acontecimentos entregues às “forças naturais” ou aos “livres fatores econômicos”. Só através da Ciência que, ao perscrutar a realidade social, descobre as leis de seu funcionamento, virá a solução dos problemas sociais e econômicos do país. Há, na obra de Simonsen, uma forte subordinação da política à Ciência, antevendo-se em seu pensamento uma forma tecnocrática de governar. Por outro lado, ele deposita uma enorme esperança no papel do engenheiro como “vanguarda da civilização”, um profissional que, bem ao gosto de Comte, se configurava como elemento intermediário entre o mundo industrial e a Ciência.<sup>32</sup> A importância do engenheiro no desenvolvimento econômico do país e a visão tecnocrática de governar serão tratadas mais à frente, no capítulo IV deste trabalho.

Por ora, convém apontar uma segunda distinção que Alonso evoca para definir um intelectual positivista. A autora afirma que, em conformidade com outras correntes científicas, o Positivismo procura deslocar o “discurso legitimador da nacionalidade” para o campo da Ciência, criticando, assim, os bacharéis e literatos. Não outra razão levou Simonsen afirmar haver “incontestavelmente em nosso meio, mais do que alhures, a aristocracia da

---

<sup>31</sup> Alonso, 1996:126.

<sup>32</sup> “O estabelecimento da classe dos engenheiros, com seu caráter próprio, tem importância tanto maior quanto essa classe será sem dúvida o agente direto e necessário da coalizão entre cientistas e os industriais, única pela qual poderá diretamente começar o novo sistema social” (Comte, 2000:194).

palavra, o mandonismo literário”.<sup>33</sup> Estas palavras ganham um significado mais preciso quando consideramos que elas foram pronunciadas em um contexto em que Simonsen procurava valorizar os homens de negócios. Assim, a oposição entre “aristocracia da palavra” e a “função dos homens de negócios”<sup>34</sup> tem como objetivo melhor expressar a “importância social do comércio”, uma vez que os grandes problemas econômicos obrigavam os governos “a pesquisar mais do que nunca, princípios de direção baseados na própria ciência da natureza humana”.<sup>35</sup> Ao discorrer sobre a “alma” dos negócios, Simonsen identifica-a como a “alma da ciência dos negócios”.<sup>36</sup>

Por fim, compete ainda afirmar que o Positivismo possuía uma “vocação modernizadora” e contrária ao Liberalismo. Em seu discurso havia um forte componente antiliberal “no sentido que o liberalismo tinha a esse tempo”, ou seja, de associação ao bacharelismo.<sup>37</sup>

Ao arrolarmos os elementos que distinguem os intelectuais positivistas, não queremos dizer que Simonsen foi um positivista. O que procuramos tão-somente foi identificar elementos comuns ao pensamento positivista na obra de Simonsen. Assim, o crédito na Ciência, a eleva o do engenheiro   vanguarda do progresso, a crítica ao discurso bacharelesco opondo-lhe o discurso científico e, ainda, o antiliberalismo são dados que compõem o universo mental de Simonsen. Este se ligava a uma “dimensão positivista” de pensar, imbuída em “esquemas mentais” ou “hábitos de espírito” que formavam uma “mentalidade positivista” que perpassava por vários segmentos do pensamento social brasileiro.

Entretanto, esta perspectiva é meramente referencial. Para ganhar maior objetividade, deve-se buscar a historicidade no complexo de argumentos e práticas do autor analisado. Assim, o objetivo deste capítulo é perquirir o "conjunto de procedimentos" presentes na reflexão que Simonsen fazia da Ciência e as mediações sociais e institucionais que o vinculam a um tipo de pensar comum a vários segmentos sociais de seu tempo.

---

<sup>33</sup> Simonsen, 1932:114.

<sup>34</sup> “A função dos Homens de Negócios” foi uma conferência de Simonsen realizada no Mackenzie College a 19 de novembro de 1920, quando o autor foi paraninfo dos bacharelados em comércio. Entre os presentes na platéia estava Menotti Del Picchia, que elogiou o “brilhante engenheiro santista” por ter pronunciado uma “bela página de energia moral, de bom senso prático, de orienta o idealisticamente utilitária”.

<sup>35</sup> Simonsen, 1932:115.

<sup>36</sup> Ibidem: 117.

<sup>37</sup> Alonso, 1996:127.

## 2.1. EVOLUCIONISMO E DARWINISMO

Ao iniciar este capítulo, afirmamos que nossa hipótese central era a de que as reflexões de Simonsen sobre Ciência estavam nucleadas por uma forma positivista de pensar, circundadas por elementos presentes em concepções evolucionistas e darwinistas. Sua corriqueira representação da sociedade como organismo vivo está filiada a uma concepção de Ciência ligada ao Evolucionismo. Objetivando melhor esclarecer esta questão, devemos reconstruir as representações que Simonsen fazia da sociedade.

A primeira destas representações é a que vê a sociedade como uma máquina social. Utilizando-se de leis da Física e da Mecânica, Simonsen extrapola-as para o âmbito do social. Agindo assim, confirma, em Rumo à verdade, a "dimensão positivista" de seu procedimento metodológico de análise, em que a sociedade é "epistemologicamente assimilada pela natureza".<sup>38</sup>

A lei da ação e reação de Newton, observada na física e mecânica, faz-se sentir na mecânica social... (SIMONSEN, 1933:25).

Em outras passagens de "Rumo à Verdade", Simonsen invoca "a lei da física social" para justificar a hierárquica da sociedade, porque dividida entre as "instâncias superiores para comandar e resolver" e outra que dever ser "dirigida e moldada".<sup>39</sup>

Além destas representações, ligadas mais diretamente à Mecânica e à Física (que, ao nosso ver, confirmam os procedimentos positivistas de análise através de termos como "mecânica social", "física social"), ocupar-nos-emos em delinear outras representações, mas vinculadas à Biologia. Elas apontam o pensamento de Simonsen cotejando o Evolucionismo. A reprodução da sociedade como organismo, como um corpo humano, depõe a favor desta assertiva. Elogiando Spencer, Simonsen afirma que autor inglês considerava a "sociedade como um organismo" e termina por filia-lo, ao lado de Comte, "ao conceito evolucionista".<sup>40</sup>

Outra afirmação, instigante para a nossa hipótese, é a que Simonsen faz quando analisa o papel das elites no conhecimento da realidade. Para ele, nossos grupos dirigentes ignoravam "a biologia das nações" e conclui com uma metáfora do corpo para apontar a importância social daquelas elites:

---

<sup>38</sup> Löwy, 1988:17.

<sup>39</sup> Simonsen, 1933:40.

<sup>40</sup> Ibidem: 14 e 15.

Não importa que se afirmem por uma minoria: os nervos, o cérebro e as glândulas endócrinas são pequenos em relação à massa do corpo humano, mas sem sua função não é possível a vida e sem o conhecimento de suas atividades o estudo da psicologia humano é incompleto e insuficiente (SIMONSEN, 1933:36).

Esta afirmação se dá em um contexto bastante específico. Suas palavras foram pronunciadas quando da fundação da ELSP e traduzem um forte sentimento, de parte das elites paulistas, em relação aos acontecimentos de 1932. O objetivo marcadamente explícito da fundação da escola é a formação de uma nova elite destinada a dirigir os destinos do país. Assim, Simonsen mobiliza todo um aparato imagético e analítico para justificar a necessidade desta nova elite como contraponto às velhas, formadas sob o signo do bacharelismo.

No mesmo discurso, na ELSP, ao discorrer sobre a crise dos anos de 1930, Simonsen utiliza-se de uma metáfora biológica para discutir o descompasso entre produção e distribuição:

... na organização econômica, a produtividade em excesso traz a miséria, da mesma forma que no organismo animal a plethora de vida em certos crescimentos celulares gera a morte (SIMONSEN, 1933:29).

A utilização de metáforas deste tipo continua no decorrer de sua obra. Em um outro contexto, no ano de 1941, ao discorrer sobre o problema de habitação em uma conferência no IDORT, chega a definir a “casa moderna” como uma “verdadeira instituição biológica”.<sup>41</sup> Assim, as casas modernas deveriam possuir “um número mínimo de atributos” essenciais para o conforto como o corpo humano precisa do mínimo de predicados para seu bom funcionamento.

A representação da sociedade como corpo possui um desdobramento político inevitável. Visto cada órgão como portador de uma função, seu bom desempenho passa a ser fundamental para o funcionamento de todo o organismo, seja ele biológico ou social. Bobbio (1993), em seu “Liberalismo e democracia”, adverte que nas doutrinas organicistas não há espaço para o ser singular, ganhando sentido o indivíduo somente quando integrado ao conjunto. Talvez esta seja uma das raízes doutrinárias que embasam as críticas que Simonsen fazia ao excesso de individualismo na sociedade e ao Liberalismo.

Para melhor desenvolver as questões da relação funções/organismo, como também suas conseqüências políticas, será necessário buscar outros elementos teóricos que justifiquem vários desdobramentos de natureza conservadora da obra de Simonsen. A discussão filosófica

---

<sup>41</sup> Simonsen, 1943b: 223.



entre o todo e as partes aparece em certas passagens de seus textos de forma ligeira, mas nos permite fazer algumas inferências políticas. Voltando a utilizar exemplos da Física para discorrer sobre questões da sociedade, Simonsen, ao discursar no Senado, em abril de 1947, sobre a restauração da democracia no país e a necessidade de planejamento da economia, assim se expressa:

A lembrança da teoria sobre composição de forças – um dos mais encantadores capítulos da mecânica – oferece, constantemente, sugestivo exemplo da situação ideal que desfrutaríamos se conseguíssemos, num mesmo sentido, todos os fatores que possam concorrer para o nosso engrandecimento, de forma que a resultante da sua soma traduzisse o valor total das várias componentes, integralmente aproveitadas em benefício da pátria. Componham-se, no entanto, esses fatores em direção oposta, e essas forças, que tão bem poderiam ser aproveitadas em sentido construtivo, anular-se-ão ou destruir-se-ão em manifestações estéreis (SIMONSEN, 1973:317 – grifos nossos).

Duas questões básicas podem ser observadas nesta passagem. A primeira é que o todo se apresenta como a somatória das partes que se unem "num mesmo sentido", o que exclui o contraditório, o que nega. Assim, qualquer oposição no interior do conjunto aparece como desperdício de energia, prejudicando o sentido único exigido para o bom andamento de todo o organismo comprovado pelas leis da Mecânica. Neste sentido, e esta é a segunda questão, toda oposição é negada, pois a constituição do todo não se dá pela existência dos contrários, mas pela soma das partes<sup>42</sup>. Esta observação não é uma mera formalidade teórica, uma vez que, ao pronunciar seu discurso, Simonsen tem sob sua mira reais adversários no cenário político.

Suas preocupações estão voltadas para obstruir todos os entraves à implantação de uma política de planificação da economia. Critica, então, aquilo que denomina de falange da ortodoxia do liberalismo econômico e pugna por um planejamento que obrigue a “mobilização coordenada de todas as forças vivas do país”<sup>43</sup> ao mesmo objetivo. Sua preocupação é desqualificar os conflitos sociais, colocando-os como fator desagregador e prejudicial para a mobilização de recursos que possam impulsionar o progresso e bem-estar da nação. Urge então evitar "a formação de um ambiente propício à cultura de germes nocivos"<sup>44</sup> às instituições democráticas.

---

<sup>42</sup> Para Spencer, o consenso deveria ser orgânico, ou seja, deveria ser um “consenso natural” entre as diversas partes do organismo social. Para melhor entender este aspecto sobre Spencer, ver: Capelato, 1989: 141.

<sup>43</sup> Simonsen, 1973:321.

<sup>44</sup> Ibidem: 320.

Germes nocivos. Mais uma vez a utilização da metáfora biológica, o que implica o reforço de uma visão autoritária da política, uma vez que os "germes nocivos" são invasores de um corpo saudável e, sendo assim, devem ser combatidos.

Enquanto objetiva escamotear o conflito interno, é extremado quando se trata das relações internacionais. Sob o signo do pós-Primeira Guerra, Simonsen desenvolve a tese de que o término da guerra nas trincheiras corresponderia ao início da guerra econômica. Utiliza-se de uma explicação darwinista para evocar a necessidade de o Brasil melhor preparar-se e aparelhar-se para os embates da guerra econômica que anuncia. A nova realidade impõe, inexoravelmente, a necessidade de produzir ou perecer, mas produzir de forma eficiente. Daí, sua defesa da organização científica do trabalho e sua crítica ao Liberalismo. Deixadas ao sabor das leis do mercado, as nações melhor aparelhadas tenderiam a vencer as de menor capacidade produtiva.

Em sua crítica ao livre-câmbio e ao Liberalismo, entre outros argumentos, recorria também às concepções darwinistas para a defesa de uma intervenção moderada do Estado na vida econômica.<sup>45</sup> Neste debate, ele deixava transparecer uma visão darwinista das relações comerciais, mas operava uma inversão de sinais, objetivando defender uma política protecionista para a indústria brasileira.

Deixá-los à discrição das ações e reações das forças naturais e dos livres fatores econômicos seria por muito tempo conduzir o país a uma servidão econômica, quase tão penosa quanto a sujeição política, em benefício de nações melhor aparelhadas. Intervencionista, nunca o fui para combater leis naturais, mas sim exclusivamente com o intuito de criar situações em que o Brasil pudesse aproveitar em seu favor as resultantes dessas leis. Da liberdade ampla de intercâmbio comercial resulta, pela atuação natural de conhecidos fatores, o predomínio dos mais fortes (SIMONSEN, 1932:8 – grifos nossos).

Dois anos depois destas palavras, discursando em 30 de janeiro de 1934 como deputado classista na Assembléia Nacional Constituinte, Simonsen repete as mesmas idéias:

... nação nova tem de ser protegida, pois não dispõe dos aparelhamentos econômicos dos países adiantados, e os mais fracos, os que não dispuserem de tais aparelhamentos, fatalmente terão de perecer na concorrência internacional (SIMONSEN, 1934b: 43 – grifos nossos).

---

<sup>45</sup> “O livre-câmbio traduz a liberdade de escambo entre nações, com o conseqüente predomínio das mais fortes, muitas vezes em detrimento dos interesses e do padrão de vida das menos aparelhadas. O protecionismo cerceia de alguma forma e por algum tempo a permuta entre as nações, mas traduz uma grande liberdade de produção dentro das fronteiras do país que o adota” (Simonsen, 1932:9). Em uma outra oportunidade, quando discursa na fundação da ELSP, Simonsen faz um balanço geral sobre a Sociologia, iniciando com autores como Vico, passando por Comte, Spencer, Durkheim, Lombroso, Ferri e, ainda, por Simiand e Pareto, filiando-os à “influência do conceito evolucionista” (Simonsen, 1933).

A ligação de Simonsen com uma noção darwinista da história deve ser cuidadosamente analisada para não correremos o risco de imputar-lhe o epíteto de darwinista social<sup>46</sup>, esquecendo-nos das mediações concretas que formavam o seu pensamento.

Simonsen, apesar de utilizar a frase “o predomínio dos mais fortes”, não acredita em um fatalismo das leis naturais. O que mais nos interessa neste capítulo, destinado ao entendimento de como ele via a Ciência, é sua afirmação sobre a utilização das “leis naturais” em favor dos interesses do Brasil. Simonsen acreditava ser possível identificá-las e instrumentalizá-las em proveito de um objetivo. Assim, temos evidências de qual significado ele atribui à Ciência. Conhecer as “leis naturais” que movem os fenômenos (sejam eles ligados à natureza ou à ação do homem) para melhor intervir na realidade. Como estas leis se articulam é questão bastante complexa, como se verifica em várias afirmações, carregadas de conteúdo organicista e mecanicista, na obra de Simonsen.

Além disto, os mais fracos são aqueles que não dispõem de aparelhamentos, sem os quais poderão perecer. Nota-se que não se trata de uma lei de ferro. Pela perspectiva industrialista que Simonsen defendia, sabemos que ele acreditava que o país poderia aparelhar-se melhor, superando, assim, os obstáculos que entravavam seu desenvolvimento.

Seria de perguntar-se qual o significado de “melhor aparelhadas”. No decorrer da leitura de suas obras, poderemos perceber que esta denominação se vincula a um amplo painel de condições necessárias à produção industrial e agrícola. Melhor aparelhada é a nação que possui tecnologia, mas também uma política protecionista racional, uma política de crédito organizada ou, ainda, uma política comercial que defenda os interesses nacionais.

Em outras palavras, a nação que tiver sua produção social assentada em bases racionais, mesmo que esteja sujeita às “circunstâncias adversas próprias da marcha para o progresso”, pode superar suas dificuldades, enquanto nações mais atrasadas, “por não terem um organização social racionalizada”, podem sofrer menos o impacto destas mesmas

---

<sup>46</sup> Para Thuiller, a “luta pela existência” não era entendida por Darwin no sentido restrito do termo. Para o naturalista inglês, a “luta pela existência” não era pensada como a luta de um contra o outro, mas como “situações em que seres vivos se defrontam com dificuldades ameaçadoras para sua existência” (Thuiller, 1994:194). O autor lembra as influências de Spencer e diz que a expressão “persistência do mais apto” foi aproveitada por Darwin, mas que possuía um mero caráter metafórico. Para Darwin, a natureza não era uma “personagem misteriosa” que deveria ser identificada como uma “potência ativa ou divina”. O processo de seleção natural era “simplesmente uma forma de designar o conjunto dos mecanismos” que controlavam a reprodução dos seres vivos (Ibidem, 1994:195).

Assim sendo, foi Spencer quem cunhou a expressão “sobrevivência do mais apto”, que permanece como um “exemplo clássico” do “argumento circular”, “tautológico”, ou seja, “o mais apto sobrevive porque é mais apto” (Ferreira, 1990:68). Para Thuiller, a expressão constitui uma tautologia “de poder explicativo duvidoso”.

circunstâncias adversas. Não é outro o sentido de constante afirmação de Simonsen, a de que “erramos menos” porque “crescemos menos”.

É no processo de industrialização do país que podemos apreender sua perspectiva evolucionista na história. Industrializar-se significava “ir para frente”, como bem observou Capelato, no ideário da maioria dos liberais paulistas. Todavia, enquanto para estes a indústria era uma perspectiva para o futuro, para Simonsen e seus pares era um imperativo do presente. Para Decca, dos elementos que constituem o “tema da industrialização” enunciado por Simonsen, “o mais estratégico” seria o que “abole definitivamente a possibilidade de a história realizar-se sem o desenvolvimento da indústria”<sup>47</sup>. O autor de “O silêncio dos vencidos” tem como escopo principal o ano de 1928, justamente quando é fundado o Centro de Indústria do Estado de São Paulo (CIESP) como consequência da cisão da Associação Comercial de São Paulo. O discurso de Simonsen, nesta ocasião, explicita um projeto de industrialização do país sob a hegemonia da burguesia industrial. O que Simonsen busca fazer, ao enunciar os pressupostos deste projeto político, é ultrapassar o âmbito de sua classe, mobilizando vários segmentos da sociedade para este “imperativo nacional” que seria a industrialização.

Não só as possibilidades históricas são abolidas sem o advento da indústria, mas a própria história é campo privilegiado que justifica a inevitabilidade da industrialização. Ao dirigir-se, em março de 1931, aos acadêmicos paulistas, quando é proclamado membro da Academia Paulista de Letras, declara que, ao debruçar-se sobre as dificuldades de nosso meio, foi “haurir, nas lições de nossa e de outras histórias, as explicações para essas dificuldades”.<sup>48</sup>

Em “As crises do Brasil”, escrito em outubro de 1930 como proposta do CIESP para pensar “as origens das crises no Brasil e os meios e processos de atenuá-las ou evitá-las”,<sup>49</sup> Simonsen afirma que o “movimento ondulatório” representado pelas crises “perturbam a marcha normal de nossa evolução”.<sup>50</sup> A industrialização, vista como “marcha” inexorável a estágios superiores de civilização e cultura, é confirmada pela história. Assim, a instalação da indústria no Brasil foi um “imperativo inelutável na história de sua economia”.<sup>51</sup>

... nos ensina a história econômica quanto contribui a indústria para o enriquecimento dos povos e que são os países fortemente industriais os que maior volume de intercambio produzem (SIMONSEN, 1935:31).

---

<sup>47</sup> Ibidem: 160.

<sup>48</sup> Simonsen, 1943b: 59.

<sup>49</sup> Simonsen, 1930:3.

<sup>50</sup> Ibidem: 31.

<sup>51</sup> Simonsen, 1935:30.

Estas palavras são pronunciadas na Câmara de Deputados quando critica a política comercial brasileira e o tratado assinado com os norte-americanos altamente favorável a eles. Para tanto, Simonsen passa em revista as políticas comerciais de países como a França, a Inglaterra e os próprios Estados Unidos, reservando um capítulo às “lições do passado”, em que historia os tratados comerciais desde a época colonial. Finda, propondo uma “política econômica” para o país que abrangesse uma “política comercial e financeira”.<sup>52</sup>

Assim, a história é instrumento aferidor de obstáculos e possibilidades para a marcha “inelutável” da evolução brasileira rumo ao industrialismo que já vingava em outros países. Conhecer suas histórias, como também o meio e o homem brasileiro, para a superação de nosso atraso, era tarefa que competia à Ciência, somente ela possuía os instrumentos adequados para averiguar a nossa realidade.

### 3. “DETERMINISMO GEOGRÁFICO” E ESTUDO DO MEIO

Há, em sua constante afirmação da necessidade de estudar o meio, um forte determinismo geográfico <sup>53</sup>, fato este também identificado em Simonsen pelo historiador Carone. Entretanto, Carone considera este fato uma peça inicial da posição de Simonsen, esquemática e facilmente criticável, que seria superada posteriormente pela abordagem de diversos fatores que promove em sua análise do desenvolvimento industrial.<sup>54</sup>

Concordando em parte com esta opinião, achamos que o determinismo geográfico, apontado por Carone, não desaparece da obra de Simonsen, antes é redesenhado e irá servir como mais um elemento de justificação para o menor desenvolvimento do Brasil em relação a países como os Estados Unidos. É certo que suas explicações não se circunscrevem ao âmbito do geográfico, sendo considerada uma série de outros fatores como causa do atraso do país. Mais que a constatação de um elemento explicativo do atraso do país, acreditamos que a presença dos aspectos geográficos e climáticos nas análises de Simonsen é fundamental para compreendermos o papel da Ciência e, principalmente, da tecnologia no desenvolvimento econômico.

---

<sup>52</sup> Ibidem: 66.

<sup>53</sup> Em uma de suas obras principais, “Historia Econômica do Brasil (1500/1820)”, Simonsen insiste, em várias passagens, nas dificuldades que o meio-ambiente impôs ao processo de colonização e de formação nacional. “Deparando um meio pouco atraente ao elemento europeu, e adstrito a produções tropicais, para aqui trouxeram uma grande massa de população africana, que se reuniu à população autóctone, povo primitivo, ainda na idade da pedra polida. Com tais elementos, o diminuto contingente de brancos formou uma civilização inteiramente nova, em ambiente reconhecidamente difícil” (Simonsen, 1978:33). Outras passagens acentuam as dimensões do meio-ambiente na formação nacional (Ibidem: 35, 44, 61, 77, 85, 87).

<sup>54</sup> Carone, 1977.

Em seu clássico “História Econômica do Brasil”, há uma série de passagens em que Simonsen descreve o ambiente difícil e as hostilidades mesológicas que os portugueses encontraram ao chegarem ao Brasil. Há uma série de referências às melhores condições climáticas que os colonizadores europeus encontraram nos Estados Unidos. Para Simonsen, o meio brasileiro era desfavorável e pouco atraente ao europeu, que só pensava em enriquecer-se para voltar a seu país de origem.

Como bem observou Herschamann<sup>55</sup>, a natureza foi muito utilizada por escritores do século XIX, como também pelos do início do século XX, como “fonte de inspiração” ou base “documental” para seus discursos. Ela passava a “assumir um papel central como princípio explicativo da existência”, e à Ciência cabia “reduzir o meio físico às suas 'leis'...”. Em seus escritos de História Econômica, é freqüente Simonsen evocar a natureza e o clima como formadores de um “ambiente reconhecidamente difícil” para os imigrantes e colonizadores. A escravidão negra é justificada por uma condição quase natural que possuíam os negros para resistir ao clima adverso, enquanto o branco europeu se via debilitado neste ambiente.

No capítulo IX – Os fundamentos econômicos da expansão Paulista – de “História Econômica do Brasil”, Simonsen aponta a capitania paulista como uma das mais pobres no período colonial, devido a seu meio desaparelhado e sua “áspera natureza”. O isolamento inicial de sua gente teria contribuído para a formação psicológica do povo paulista e preparado a concentração de energias que o levou à expansão das bandeiras.<sup>56</sup>

A descrição da áspera natureza brasileira não era exclusiva de Simonsen. Basta citar as realizadas por Paulo Prado em seu “Retrato do Brasil”. O fato de Simonsen referir-se às condições climáticas desfavoráveis não nos parece filiá-lo ao Naturalismo, uma vez que a natureza, para ele, não se apresenta como fonte inspiradora. Mesmo assim, chamam-nos a atenção as constantes descrições fisiográficas e antropogeográficas de sua obra e talvez não seja demais inferir que a “natureza-espaço físico” seja utilizada como forma de perceber uma unidade nacional. Mas isto deve ser matizado na medida em que quem, de fato, dá unidade à nação são suas atividades econômicas.

Esta questão aparece nitidamente em outro de seus trabalhos. Em discurso de saudação ao ministro da Agricultura (este discurso foi reunido a outros em uma obra intitulada “O

---

<sup>55</sup> Herschamann, Micael. A arte do operatório: Medicina, Naturalismo e Positivismo. 1920-1937. In: Herschamann; Pereira, 1994.

<sup>56</sup> Esta tese se baseia em Paulo Prado, pródigo em descrições da natureza inóspita presente na formação brasileira em seu “Retrato do Brasil”. A idéia de isolamento inicial do povo paulista acha-se em outro livro seu, intitulado “Paulística”. Simonsen escreve: “Paulo Prado, em um de seus admiráveis estudos sobre a formação paulista, faz ressaltar, com maestria, os sentimentos de ardente altivez e independência que caracterizam durante esse tempo os formadores dessas entradas” (Simonsen, 1978:209).

trabalho moderno"), pronunciado em Santos, a 27 de dezembro de 1918,<sup>57</sup> Simonsen afirma que a história da exploração das riquezas naturais do país "repete, impressionantemente a história de nossa conformação geológica".<sup>58</sup> Passa a descrever vários aspectos da formação geológica brasileira, relacionando-os às atividades econômicas. Mas, ao nosso ver, apesar de utilizar-se das metáforas geológicas como fator de identificação da nação brasileira, é no âmbito das atividades econômicas que devem ser buscados os reais fatores da constituição da nação, tanto no presente como no passado:

Impõe-se, portanto, e cada vez mais, a exploração generalizada e intensiva de nossas riquezas e a conseqüente promoção de íntimas relações interestaduais em nosso país, para que a nacionalidade brasileira se mantenha una, à semelhança do maciço central que forma o núcleo da nossa natureza (SIMONSEN, 1919:27).<sup>59</sup>

Mesmo que não possamos falar de um determinismo geográfico absoluto, que a tudo explicaria, as referências aos fatores geográficos, geológicos e climáticos apresentam-se em vários momentos como variantes explicativas da realidade social e econômica do país. Assim, em um memorando, elaborado por ele em 1939 para uma missão universitária norte-americana que visitava o país, que foi posteriormente publicado sob o título de "Evolução industrial do Brasil e outros estudos", Simonsen afirma, ao comparar o Brasil a outros países mais industrializados, que poderíamos ter atingido um grau mais elevado de desenvolvimento não fossem os "determinismos de ordem geológica e geográfica".<sup>60</sup> Depois de referir-se a riquezas naturais como o carvão, o minério de ferro e combustíveis existentes nos Estados Unidos, sentenciava que a "amenidade do seu clima e maior proximidade do continente europeu", possibilitava "a cultura e a exportação de cereais" escassos nos "centros industriais da Europa".<sup>61</sup> Mas esta vantagem se completa com o "aparelhamento econômico e mecânico" que facilitava a grande cultura em várias regiões dos Estados Unidos.

Este tema se esclarece melhor quando nos reportamos a um debate, entre Simonsen e um outro deputado, na Assembléia Nacional Constituinte, em 1934. Em discurso que tratava

---

<sup>57</sup> Este discurso causou tão boa impressão ao ministro, que Simonsen seria convidado a fazer parte da missão oficial do governo brasileiro que visitou, no ano seguinte, a Inglaterra.

<sup>58</sup> Simonsen, 1919:26.

<sup>59</sup> No mesmo texto, Simonsen pergunta: "E no nosso Brasil o que vemos? Geologicamente, um imenso maciço de terras altas, separadas das outras do continente pelos vales do Amazonas e do Paraná e margeada no litoral por uma estreita faixa de terras baixas" (Simonsen, 1919:25). É difícil não ver nessa passagem ecos de Euclides da Cunha. O livro "Os sertões" começa com as seguintes palavras: "O planalto central do Brasil desce, nos litorais do sul, em escarpas inteiriças, altas e abruptas". A esse início segue uma série de descrições das formações geognósticas do Brasil que, segundo Euclides da Cunha, é um resumo da "morfologia do grande maciço continental" (Cunha, 1995:102).

<sup>60</sup> Simonsen, 1973:5.

<sup>61</sup> *Ibidem*: 7.

de um dos temas mais recorrentes em seu ideário – o padrão de vida da população brasileira –, Simonsen é aparteado por Arruda Falcão. O tema básico das discordâncias é a organização do crédito. O aparteante acreditava que era a organização do crédito que forneceria os elementos para que se produzisse a riqueza. Simonsen responde asseverando que só se adquire “crédito pelo trabalho, pelo esforço, pelas garantias materiais e morais”.<sup>62</sup> Completa, dizendo que o crédito “não se adquire por decreto”.<sup>63</sup>

Esta contenda não deixa de resvalar na relação entre determinismo geográfico e produção de riquezas. Ao analisar a posição do Brasil no comércio internacional, Simonsen afirma que, ao estudar o “problema do homem e do meio”, se deveria observar que o país se encontra em uma zona tropical e subtropical. Em consequência disto, os Estados Unidos, localizado em zona temperada, possuía uma vantagem comparativamente maior em decorrências de seus produtos serem de mais fácil consumo do que os produtos tropicais brasileiros. Chega mesmo a propor ao seu oponente que se ativesse “ao determinismo geográfico”, partindo do princípio de que as condições de nosso meio eram “muito mais difíceis do que as do meio americano”<sup>64</sup>.

Seu oponente não se dá por vencido e retruca que o “clima nada tem com a economia”. Então Simonsen replica: ”V.Exa. não tem razão: o clima influi também na evolução econômica de um povo”.<sup>65</sup> O debate continua e Falcão insiste: ”A questão que V.Exa. está discutindo é a da formação da riqueza. A formação da riqueza, pela produção, disse V.Exa., não depende do fator político”. Simonsen objeta dizendo: “Sempre depende um pouco; mas não essencialmente”.<sup>66</sup>

O longo debate, aqui transcrevemos apenas um pequeno trecho dele, ajuda-nos a entender o papel que os elementos geográficos tinham no desenvolvimento econômico para Simonsen. Não eram fatores únicos, mas tinham sua importância. Mais do que um “determinismo geográfico”, Simonsen fazia análises geográficas e econômicas, observando o estágio de distribuição dos recursos no solo e no subsolo, como também a produção de bens, sua distribuição e consumo entre os países. A posição geográfica e os produtos, evidentemente condicionados pela configuração climática, determinavam a estrutura e a posição do país no cenário internacional. Mas, o que talvez seja importante não esquecer, para Simonsen, isto não se dava como um fatalismo geográfico irreversível. Ao contrário, ele

---

<sup>62</sup> Simonsen, 1934b: 40.

<sup>63</sup> Ibidem: 41.

<sup>64</sup> Ibidem: 40.

<sup>65</sup> Ibidem: idem.

<sup>66</sup> Ibidem: idem.



acredita que o Brasil estava destinado a entrar na era do industrialismo. Para tanto, Ciência e tecnologia possuíam um papel primordial.

Neste instante, cabe a lembrança de outra consideração, já mencionada neste tópico, a de que a permanência de fatores geológicos e climáticos nas análises de Simonsen contribui para explicar, diríamos, em parte, que papel ele atribuía à técnica.

Em outro texto, escrito em junho de 1944 para a câmara norte-americana de comércio de São Paulo, sob a rubrica de "Indústria e capital estrangeiro", depois de apontar as desvantagens do Brasil em "condições climáticas", em pobreza de combustíveis e em "outros determinismos geográficos",<sup>67</sup> ele trata dos fatores que levaram os europeus a atingir "um grande surto de progresso". Não fala mais das benevolências da natureza como quando se referia aos Estados Unidos e sim do clima inóspito que é o frio. Segundo ele, o europeu do norte só atingiu um grau elevado de civilização quando controlou esta determinante climática desfavorável:

Os povos do norte da Europa só lograram alcançar um grande surto progressista, quando souberam vencer o frio e quando a técnica lhes proporcionou os meios adequados para esse avanço (SIMONSEN, 1973:155).

O desejo de ver os fatores naturais controlados pela tecnologia repousa na idéia de que ela, a tecnologia, é fator primordial de enfrentamento do meio-ambiente geográfico ou cultural. Relacionando clima e civilização, afirma ser a técnica a responsável pelo domínio dos climas inóspitos nas nações do norte europeu e, em consequência, pelo maior grau de desenvolvimento material daquelas regiões; "a técnica venceu o frio", assim se expressa para acentuar as transformações ocorridas nos países do hemisfério norte e para externar o desejo de que o mesmo ocorresse com o Brasil:

Ensina-nos (...) o grande livro da História, que será também a técnica que terá de vencer as condições impróprias a um mais rápido progresso, oferecidas pelos climas excessivamente quentes das zonas tropicais do Brasil.

A técnica tornará possível o impulso e o enriquecimento e de todas essas regiões brasileiras, castigadas por um calor excessivo, que então, atingirão, um dia, os níveis de aperfeiçoamento, que algumas zonas do sul já vão alcançando (SIMONSEN, 1943b: 119).

---

<sup>67</sup> Simonsen, 1973:155.

A técnica chega mesmo a criar uma outra “natureza”. Destarte, ao narrar o processo de “cultura a seco”, nas regiões semi-áridas dos Estados Unidos, afirma que a fertilização dos desertos cria “florestas” de “moinhos de ventos”.<sup>68</sup>

Associando-se os fatores, poderemos resumir sua lógica no seguinte: a técnica vence o clima, o que propicia uma maior evolução econômica da agricultura, comércio e indústria – as duas primeiras atividades subordinadas à hegemonia da indústria que, por sua vez, é o fator principal de construção da nação. Assim, podemos nos aproximar das indagações feitas acima e responder que, para Simonsen, a técnica tinha um poder interventor, capaz de modificar as realidades, fossem elas econômicas, sociais ou climáticas. É, assim, fator primordial para o desenvolvimento econômico.

### 3.1 - ESTUDAR O MEIO

Os estudos do meio e as referências ao meio são constantes na obra de Simonsen. A utilização do termo “meio” não se circunscrevia à natureza, podendo abranger todas as condições físicas e geográficas, como também a atmosfera cultural de uma sociedade, o social, as instituições econômicas e políticas. Assim, observar o meio significava ficar a par dos vários problemas que assolavam o país, buscando, ao estudá-los, criar estratégias que pudessem debelá-los. Simonsen afirmava que, desde o início de sua carreira, procurou “compreender o meio” em que vivia, objetivando empregar “os maiores esforços para vencer a rotina”.<sup>69</sup> Para ele, nosso “meio era rudimentarmente organizado”.<sup>70</sup> Esta última observação ganha significado especial ao termos em conta que ela foi feita em 1927, quando Simonsen discursava, comemorando os quinze anos de atividades da Companhia Construtora de Santos, empresa em que ele aplicaria, desde sua fundação, métodos de organização científica em sua administração. Demonstra também que suas inquietações não se restringiam ao âmbito de suas empresas, mas visavam uma sólida organização de todas as atividades econômicas. Estava, naquele momento, sendo gestado o projeto político dos industriais que foi apresentado com toda a clareza por Simonsen no ano seguinte, quando ocorreu a criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP.

Sua preocupação básica era, então, debelar a desorganização das atividades econômicas. Daí, sua defesa da organização científica do trabalho, da racionalização ampla

---

<sup>68</sup> Simonsen, 1919: 25.

<sup>69</sup> Simonsen, 1932:7.

<sup>70</sup> Simonsen, 1937:162.

das atividades sociais e econômicas e, por fim, do planejamento. Mas, para a realização deste projeto, era necessário que o conhecimento do “meio” não se produzisse de maneira aleatória, empírica e isolada. Teria que ser uma tarefa coletiva e deveria acontecer sob a égide da Ciência. Esta teria a função de adaptar o homem ao meio através de uma direção segura e racional. Não por acaso, a ELSP tinha entre suas disciplinas a Psicotécnica e a Psicologia Social. Conhecer o “meio” significava esquadriñar todos os setores de atividades da sociedade brasileira para produzir um entendimento sobre ela e, com isto, possibilitar uma melhor intervenção na solução de seus problemas.

Por sua vez, era responsabilidade das elites conhecer melhor do que ninguém o meio em que se vivia. Simonsen denuncia freqüentemente a falta de entendimento, por parte dos engenheiros, dos problemas econômicos do país. Aponta, quando da fundação a ELSP, o despreparo das elites para tratar de certos temas da realidade nacional, e de tal modo que a escola deveria transformar-se em um centro de cultura político-social capaz de estudos sistemáticos da vida social. O melhor entendimento desta realidade, conquistado através de pesquisas e com métodos de sondagem, permitiria às elites orientar os governos nas soluções dos problemas do país. Conseqüentemente, um dos objetivos confessos dos fundadores da ELSP era a formação de uma elite capaz de dirigir os negócios públicos e privados. Como no passado, a exemplo dos colonizadores, não cabia submeter-se aos determinismos do meio. Urgia conhecê-lo para transformá-lo. Os métodos para esta tarefa serão expostos mais detalhadamente no item seguinte, quando tratarmos da sociologia de Simonsen. Por ora, cabe ressaltar que o grau de civilização de uma sociedade era medido, para Simonsen, através da menor dependência do homem para com o meio. Não por acaso vimos no tópico anterior como ele percebia a relação entre natureza e técnica, sendo esta última portadora dos processos capazes de dominar as forças da primeira.

#### 4. CIÊNCIAS NATURAIS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Michel Löwy (1991) oferece-nos um modelo de análise que nos ajuda a fazer uma leitura que nos aproxima um pouco mais da concepção de Ciência de Roberto Simonsen. Löwy buscou desenvolver as relações entre ideologia, conhecimento e prática social e política. O ponto central de suas exposições pode ser relacionado à pergunta básica que ele formula a partir de preocupações metodológicas e epistemológicas: “É possível eliminar as

ideologias do processo de conhecimento científico?”<sup>71</sup> Discute esta questão no marxismo, no Positivismo e no Historicismo.

Ao debruçar-se sobre o Positivismo, seleciona três idéias, princípios que, segundo ele, representariam um “tipo ideal do positivismo”. O primeiro refere-se à hipótese fundamental para o Positivismo. Para esta corrente do pensamento ocidental, “a sociedade é regulada por leis naturais, ou por leis que têm todas as características das naturais (...)” e, portanto, seriam leis inevitáveis e independentes da vontade humana. Por conseqüência, o que reinaria na sociedade seria “uma harmonia semelhante à natureza, uma espécie de harmonia natural”.<sup>72</sup>

Esta assertiva nos leva a uma conclusão epistemológica e aí temos o segundo elemento levantado pelo autor, o de que os procedimentos para o conhecimento da sociedade devem ser os mesmos utilizados nas ciências naturais: “... a metodologia das ciências sociais tem que ser idêntica à metodologia das ciências naturais”.<sup>73</sup> A isto Löwy denomina “naturalismo positivista”.

A terceira proposição é a de que, se “as ciências da natureza são ciências objetivas, neutras, livres de juízos de valor, de ideologias políticas, sociais e outras, as ciências sociais devem funcionar exatamente segundo esse modelo de objetividade científica”.<sup>74</sup> Concluindo:

...a concepção positivista é aquela que afirma a necessidade e a possibilidade de uma ciência social completamente desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo (LÖWY, 1991:36).

Para o Positivismo, os valores ou opções ideológicas são vistos como “prejuízos, preconceitos ou prenoções”, interferindo na busca objetiva da verdade científica:

A idéia fundamental do método positivista é de que a ciência só pode ser objetiva e verdadeira na medida em que eliminar totalmente qualquer interferência desses preconceitos ou pré-noções (LÖWY, 1991:36).

Este procedimento busca eliminar o subjetivo da prática científica, tornando-a um processo ascético, pretensamente neutro. Não obstante, Löwy reconstrói a trajetória deste procedimento para identificá-lo com um modelo “científico-natural” que se justificou em certo período histórico.

Todos os três elementos desta dimensão positivista de pensar, expostos aqui de

---

<sup>71</sup> Löwy, 1991.

<sup>72</sup> Ibidem: 36.

<sup>73</sup> Ibidem: idem.

<sup>74</sup> Ibidem: idem.

maneira bastante geral, se encontram na base da concepção de Ciência e de Sociologia defendida por Simonsen.

J. M. O. Silva, ao referir-se à linguagem, afirma que ela “explicita uma ideologia” e que em “seu trabalho (teórico) o intelectual penetra numa rede de significados em que procura desvendar a fragilidade de cada um deles, com a finalidade de colocar em seu lugar um outro (significado) que corresponda a sua ideologia”.<sup>75</sup> Agindo desta maneira, ao nosso ver, procura também escamotear, consciente ou inconscientemente, os componentes ideológicos de seu pensamento. Em várias passagens de seu discurso, Simonsen busca vesti-lo com uma roupagem de objetividade em uma tentativa de atribuir a suas idéias uma neutralidade axiomática. Não se trata aqui de uma constatação denunciatória, afinal, este procedimento tem ampla utilização em várias correntes políticas e acadêmicas que insistem em não pensar os pressupostos sociais e ideológicos de seus posicionamentos. Trata-se, antes, de observar que esta maneira de proceder determinou a visão de Ciência e de Sociologia que Simonsen esposava e sua maneira de entender o ato de governar. Assim, a Ciência para Simonsen era uma atividade cujo método deveria garantir a neutralidade e objetividade da análise. Esta, por sua vez, munida deste método, deveria orientar de forma técnica e imparcial a ação dos governos na solução dos problemas sociais e econômicos.

Para melhor discutir esta questão, é necessário uma maior observação da relação entre Ciência e ideologia concebida por Simonsen, como também uma discussão sobre a natureza da racionalidade que ele defendia. Em nossa opinião, podemos localizar o pensamento de Simonsen, como também sua concepção de Ciência, no âmbito daquilo que Löwy chamou de “dimensão positivista”. Isto significa que o pensamento de Simonsen comporta o axioma da neutralidade valorativa do Positivismo, o que o conduz à negação do “condicionamento histórico-social do conhecimento”.<sup>76</sup> Neste sentido, ao apresentar as justificativas para a implantação da organização científica do trabalho em suas empresas, Simonsen procura atribuir a seus preceitos um caráter imanente de supostas leis econômicas. Procedendo desta maneira, nega ou visa escamotear as origens conflitivas desta nova forma de organização, desqualificando qualquer outro procedimento não-condizente com sua racionalidade. Em seu exercício de impor um outro significado que corresponda a sua ideologia, ele escamoteia as dimensões ideológicas de seu pensamento.

A “dimensão positivista” de seu pensamento também está expressa em sua tentativa de justificar várias de suas propostas como oriundas de leis que governariam a mecânica dos

---

<sup>75</sup> Silva, J. M. O, 1987:94.

<sup>76</sup> Löwy, 1988:18.

fenômenos. Assim como a organização científica do trabalho expressava a imposição de leis econômicas, a padronização da produção deveria seguir, de perto, os pressupostos da seleção natural que separa e classifica as espécies. Agindo desta forma, Simonsen promovia uma assimilação epistemológica da sociedade pela natureza, o que permitiria àquela ser estudada pelos mesmos métodos e processos utilizados na observação desta. A consequência disto é que tanto sociedade como natureza deveriam ser observadas de “forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologia, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos”.<sup>77</sup>

Outro aspecto que aponta as dimensões positivistas de seu processo mental é a tentativa de equiparação das ciências sociais às naturais. Simonsen desejava que as ciências sociais alcançassem o mesmo *status* atingido pelas ciências naturais. E o que garantia a estas uma melhor posição no mundo da Ciência? O que colocava as ciências naturais em um grau de maior estatura no âmbito das ciências era a objetividade de seu método.

O que garantiria a objetividade do “método” seria, justamente, seu afastamento das contendas ideológicas. Era necessário promover a mesma operação de neutralidade axiomática existente em ciências como a Biologia para garantir a objetividade da Sociologia.

Criticando a noção corrente no âmbito das ciências, segundo a qual caberia ao método obter da natureza respostas claras, Thuillier afirma que o cientista está constantemente exercendo “seu julgamento, um julgamento muito próximo do julgamento estético do que se admite em geral”.<sup>78</sup> Para o mesmo autor, não existe um método seguro que garanta critérios absolutos do que é “bom” ou “não”. Só uma idealização de Ciência poderia implicar um método supremo: “Nenhuma instância metodológica suprema oferece garantia de sucesso (...) Mas esse estatuto desconfortável é justamente o estatuto da pesquisa”.<sup>79</sup>

Assim sendo, não acreditamos em uma ciência “livre de ideologias”, que, por uma superioridade axiológica, esteja acima dos interesses de grupos sociais. Para nós, o conhecimento está sempre condicionado pelo social. Isto não significa que corresponde, necessariamente, a um puro reflexo dos interesses de grupos ou classes sociais. Há que se levar em conta a “articulação entre o condicionamento social do pensamento e a autonomia relativa da ciência”.<sup>80</sup>

Outra feição deste problema é referente às diferentes formas com que a ideologia incide sobre as ciências naturais e as ciências humanas ou sociais. Para Löwy, o modelo

---

<sup>77</sup> Ibidem: 17.

<sup>78</sup> Thuillier, 1994:13.

<sup>79</sup> Ibidem: 19.

<sup>80</sup> Löwy, 1988:203 (grifo no original).

proponente de “uma ciência livre de ideologias” corresponde, “até certo ponto, à realidade das ciências da natureza de nossa época”.<sup>81</sup> Não obstante, deve-se levar em consideração determinações que se encontram “além e acima” da pesquisa, que acabam por influenciá-la em seus objetivos e que são frutos de interesses de grupos sociais que a apóiam e financiam. Apesar desta constatação, Löwy acredita que este fato “não coloca absolutamente em questão a verdade objetiva das descobertas científicas”.<sup>82</sup>

Já nas ciências humanas, as opções ideológicas condicionam “não somente a escolha do objeto, mas também a própria argumentação científica (...) elas conformam não somente os quadros externos da pesquisa, mas também sua estrutura interna”.<sup>83</sup>

Entretanto, mesmo com esta diferenciação entre estes dois campos da Ciência, ao nosso ver, há de perguntar-se se, no interior mesmo das ciências da natureza, não se interpõem entre o sujeito e seu objeto fatores subjetivos, frutos de escolhas pessoais vinculadas a determinações sociais. Não estamos, com este questionamento, querendo afirmar que haja um grau de determinação ideológica tão marcante como nas ciências sociais, mas que as ciências da natureza não podem ser condicionadas apenas a partir do exterior. Quando um cientista, de áreas como as da Biologia ou da Física, faz uma interpretação de suas experiências, não o faz, como afirma Thuillier, como se os fatos falassem por si mesmos. Ele observa, seleciona e interpreta a partir de escolhas predeterminadas e que, ao nosso ver, estão subordinadas a fatores sociais.

Isto não significa que as ciências naturais não possam dispor de procedimentos que lhes garantam um certo grau de objetividade ao se debruçarem sobre seus objetos de pesquisas. Tratando da produção do conhecimento, Thompson discorda dos que acreditam ser as evidências empíricas ou os “fatos” apenas algo que nos chega como ideologia. Nas palavras do autor, temos então, procedimentos metodológicos nas ciências experimentais que propiciam uma abordagem adequada dos “fatos”. Thompson também lembra a importância da utilização destes procedimentos nas ciências sociais e humanidades, e aponta, como Löwy, um maior grau de “determinações ideológicas” no âmbito destas ciências<sup>84</sup>.

---

<sup>81</sup> Ibidem: 190. (grifo no original).

<sup>82</sup> Ibidem: 191.

<sup>83</sup> Ibidem: idem (grifos no original).

<sup>84</sup> “Na área de produção de conhecimento que é de longe a maior, um tipo de diálogo muito diferente está em curso. Não é verdade que a evidência, ou ‘fatos’, sob investigação cheguem sempre (...) numa forma já ideológica. Nas ciências experimentais há procedimentos extremamente elaborados, adequados a cada disciplina, e destinados a assegurar que isso não aconteça (Não estamos, é claro, dizendo que os fatos científicos ‘revelam’ seus ‘significados’ independentemente da organização conceitual). É de importância central para todas as outras disciplinas aplicadas (nas ‘ciências sociais’ e ‘humanidades’) que se desenvolvam procedimentos similares, ainda que sejam necessariamente menos exatos e mais sujeitos às determinações ideológicas. A diferença entre uma disciplina intelectual madura e uma formação meramente ideológica (...) está exatamente nesses

Portanto, deve haver um ponto de equilíbrio entre os campos das ciências naturais e sociais, mas que não comprometa sua inegável diferença. O espaço entre as duas áreas não pode ser estanque, existindo um setor cognitivo intermediário, “uma zona de transição onde as esferas se tocam, se interpenetram, se cobrem e se recortam parcialmente”.<sup>85</sup> Utilizando-se de uma metáfora bastante sugestiva, Löwy resume a discussão ao afirmar que, quanto mais uma dada ciência da natureza se aproxima da “fronteira quente” das ciências sociais, mais estará sujeita a uma descarga de “eletricidade ideológica”.

Toda esta discussão nos é fundamental para que possamos entender a Sociologia que Simonsen pensava. Dando prosseguimento à noção positivista de Ciência, a Sociologia esposada por Simonsen também deveria buscar as leis que moviam a sociedade. Estas leis eram naturalizadas, perdendo, assim, sua dimensão histórica. Neste sentido, repete-se a “dimensão positivista” observada acima.

#### 4.1. O AMBIENTE INTELECTUAL DA ELSP

Para pensarmos que concepção de Sociologia Simonsen abraçava, a fundação da ELSP é momento excepcional. O documento válido para esta análise é o discurso inaugural pronunciado por Simonsen, que ficou conhecido com o nome de “Rumo à verdade”. Nele, Simonsen expõe suas principais idéias sobre o papel da Sociologia e os objetivos da escola que se fundava. Por este motivo, antes de expormos sua visão sobre esta disciplina, convém resgatar as razões que levaram Simonsen e parcelas da intelectualidade paulistana a integrarem-se ao projeto de instituir uma escola de nível superior voltada às questões das ciências sociais.

A ELSP foi criada com objetivos bem determinados. Para seus fundadores, ela visava a formação de uma elite sob a égide das ciências, destinada aos negócios públicos e privados.

É com estas preocupações que a escola surge em um momento de forte “exaltação das virtudes paulistas”,<sup>86</sup> quando grupos da elite local se empenhavam em recuperar a hegemonia política do estado.<sup>87</sup> No manifesto de fundação são apresentados os motivos para a

---

procedimentos e controles; pois se o objeto do conhecimento consistisse apenas de ‘fatos’ ideológicos elaborados pelos próprios procedimentos dessa disciplina, então não haveria nunca uma maneira de confirmar ou refutar qualquer proposição: não poderia haver um tribunal de recursos científico ou disciplinar” (Thompson, 1981:20).

<sup>85</sup> Löwy, 1988: 192.

<sup>86</sup> Para melhor compreender a articulação entre grupos da elite paulista e a fundação da ELSP, ver Silva, M. C. V., 1994.

<sup>87</sup> Não é por acaso que consta no nome da Escola o adjetivo “Livre”. Atualmente, seguindo a proliferação de fundações, a escola chama-se Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.



organização de uma escola de Sociologia em São Paulo. Surge a escola com a preocupação de vincular estudo e pesquisa, organizando-se nos moldes das instituições americanas e européias. Seus objetivos são apresentados como: “proporcionar conhecimentos objetivos (...) do meio; formar (...) uma elite numerosa (...) orientar o povo e a nação no reajustamento indispensável ao moderno equilíbrio social”.<sup>88</sup>

Simonsen não é autor do projeto da escola, mas apresenta-se como “porta-voz dos fundadores”.<sup>89</sup> Com este papel e como membro de um grupo, seu discurso se concretiza, e é reconhecido, na medida em que se funda na objetividade do próprio grupo a que se dirige, constituindo, através dele, a identidade de seus pares. Seu capital econômico – uma vez que Simonsen o possuía como empresário e posicionava-se como contribuinte principal na constituição da ELSP – e seu capital cultural se reafirmam no instante em que consegue impor ao grupo “uma visão única de sua identidade”.<sup>90</sup>

Simonsen integrou as ações concretas e imediatas na estruturação da escola. Fez parte, por exemplo, do grupo que elaborou o primeiro projeto pedagógico, propondo a contratação de professores norte-americanos. Atuou como professor e aluno-ouvinte nas aulas dos mestres estrangeiros. Portanto, suas incursões nos estudos sociológicos não podem ser vistas como uma simples escolha pessoal e, sim, entendidas no contexto do qual diversos engenheiros e intelectuais participavam.

Desde seu início, a escola foi marcada por uma forte perspectiva técnica. Assim, optou-se por uma "orientação essencialmente prática, de ciência aplicada", para formar jovens capazes de auxiliarem, em cargos técnicos, a administração. Em um informativo, feito pela escola e publicado no ano de 1935 como resposta intelectual à criação da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da USP, seus responsáveis afirmam possuir a escola "finalidades técnicas" bastante pronunciadas e que "várias matérias" serviriam para "aplicação imediata no meio nacional".<sup>91</sup>

O fato de o informativo, em que se busca marcar a diferença entre a ELSP e a USP, ter sido publicado pela revista do Arquivo Municipal de São Paulo, ligada ao Departamento de Cultura e Recreação, do município de São Paulo, é sintomático para identificarmos os grupos sociais que se articularam em torno da ELSP. Marina Corrêa Vaz Silva<sup>92</sup> aponta as diversas relações da escola com movimentos culturais, partidos políticos e instituições. Ao

---

<sup>88</sup> ELSP, 1933/1934: 1.

<sup>89</sup> Silva, M. C., 1994:103.

<sup>90</sup> Bourdieu, 1989:117.

<sup>91</sup> Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, 1935:104.

<sup>92</sup> Silva, M. C. V., 1994.

Departamento de Cultura liga os modernistas de 22. De fato, assinam o manifesto de fundação da escola homens como Mário de Andrade, Sergio Milliet, Paulo Prado e Alcântara Machado.

Mas, talvez, o mais forte vínculo, da a escola a outra instituição, possa ser observado em suas relações com o IDORT e, principalmente, na presença maciça de engenheiros em sua fundação. Para Marina Silva, os "vínculos entre o IDORT e a ELSP efetivam-se por meio das idéias da racionalização, ampliadas para a vida social, cultural, estatal e política".<sup>93</sup> Há ainda diversos professores ligados a Escola Politécnica de São Paulo. Assina também o manifesto Ari Torres, diretor do IPT.<sup>94</sup>

Dos 104 assinantes do manifesto, 50 deles eram engenheiros, dividindo-se os restantes entre médicos, advogados, representantes do comércio, da indústria, das artes e instituições técnicas.<sup>95</sup> Caso consideremos que alguns dos representantes da indústria e de instituições técnicas poderiam ser também engenheiros, fato bastante comum, então o percentual destes profissionais, presentes na fundação, pode elevar-se ainda mais. As razões da predominância dos profissionais em engenharia são bastante complexas. Marina Silva explica em parte este fato ao dizer que a "adesão de grande número de engenheiros ao magistério" decorria "da presença dos mesmos nos estudos sociais".<sup>96</sup> Ao nosso ver, ela constata, mas não explica o fato.

A mesma autora nos dá outras indicações que podem ajudar-nos na tentativa de compreender este fenômeno ao afirmar que "a Politécnica se colocava como representante do 'moderno' em oposição ao tradicionalismo da Faculdade de Direito de São Paulo".<sup>97</sup> Mas é necessário aclarar esta hipótese, na medida em que a Faculdade de Direito de São Paulo estava representada na criação da escola através de professores e de seu diretor, José de Alcântara Machado.<sup>98</sup> A nossa hipótese é que o acontecimento só pode ser explicado se o localizarmos em uma nova mentalidade que surgia em oposição ao bacharelismo reinante em vastos setores intelectuais. Mais do que vinculado à Faculdade de Direito, o bacharelismo deve ser entendido como a "supervalorização de questões de forma" que se "contrapunham à preocupação com contribuições novas e originais".<sup>99</sup>

Tal tipo de procedimento é tratado com ironia cáustica por Menotti Del Picchia ao comentar uma conferência realizada em novembro de 1920, no Colégio Mackenzie, onde

---

<sup>93</sup> Ibidem: 21.

<sup>94</sup> Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1997.

<sup>95</sup> Há nessa lista vários professores da Faculdade de Medicina, da Escola de Comércio "Álvares Penteado" e da Faculdade de Direito de São Paulo.

<sup>96</sup> Silva, M. C. V., 1994:78.

<sup>97</sup> Ibidem: idem.

<sup>98</sup> Alcântara Machado foi até mesmo presidente do Conselho Superior da Escola (Anuário. 1940).

<sup>99</sup> Nogueira, s/d: 186.

Simonsen discursou como paraninfo dos bacharelados em comércio:

O leitor sabe o que é um discurso de colação de grau? (...) O leitor (...) é bacharel (...) já ouviu uma arenga acadêmica, arrebitada de pedantices, serrilhada de citações, crenada de lugares comuns (...) a lengalenga se espicha como uma sucuri à soalheira, vazia de sentido e aparatosa na exterioridade (...) se prensasse aquela massagada de termos, veria que o suco final era apenas uma chilra água rala de sensabedoria (...) Um horror... (Menotti Del Picchia, *apud* SIMONSEN, 1932:113).

Nota-se a crítica a um tipo de discurso bacharelesco, preocupado mais com a exterioridade e os floreios do que propriamente com o conteúdo. Entretanto, Del Picchia confessa-se surpreso com as palavras de Simonsen, afirmando serem elas “uma bela página de energia moral, de bom senso prático, de orientação idealisticamente utilitária”. Acentua os conselhos “úteis dados aos jovens formados e afirma ser Simonsen um homem que ‘prega a religião do trabalho’”.<sup>100</sup> Pode-se perceber, nas palavras de Del Picchia, as mesmas preocupações com a forma renovada de conhecimento compartilhada por Simonsen e outros intelectuais de seu tempo. Uma concepção pragmática e utilitária, forjadora de um projeto de modernização para o Brasil e em cujo núcleo estava um tipo de ciência disposta a desvendar os mecanismos de funcionamento da sociedade que se queria reformar.

Nos limites do espaço estreito deste tópico, não cabe uma demorada discussão da oposição ao bacharelismo que, ao nosso ver, em vários momentos se matiza, abrindo diálogos e intersecções entre os pólos da contenda. Para o nosso objetivo, cabe ressaltar o surgimento de uma nova cultura técnica que se voltava para a Ciência e valorizava a técnica como solução para os diversos problemas do país. Esta perspectiva não escapou aos olhares de Luiz Pereira Barreto<sup>101</sup>, que, ao comentar outro discurso de Simonsen, “Orientação agrícola brasileira”, assim se expressou:

Esse discurso permanecerá sem dúvida como o prenúncio de uma época memorável, tão forte é o cunho científico que imprime ao programa oferecido ao nosso Ministério da Agricultura. É a primeira vez que entre nós se vê a ciência preponderando superiormente em todos os pontos de vista costumeiros no seio de um banquete político (BARRETO, Luiz Pereira, *apud* SIMONSEN, 1932:25 – grifos nossos).

---

<sup>100</sup> Del Picchia *apud* Simonsen, 1932:113

<sup>101</sup> Cruz Costa, ao analisar a obra de Luís Pereira Barreto, faz uma observação importante para as nossas pretensões de compreender a Sociologia de Simonsen. Segundo Costa, o que Barreto desejava apresentar era o Positivismo como uma doutrina que se tornasse um “novo guia para a inteligência do seu tempo, um método, uma diretriz que renovasse os padrões da nossa cultura” (Cruz Costa, 1956:153). Como Littré, o que Barreto procurava na filosofia positivista era “mais *um método* do que propriamente uma *doutrina*” (Ibidem: 158). Define assim Barreto como “um positivista heterodoxo”.

Anos mais tarde, quando discursava na quarta reunião da ABNT sobre as relações da indústria com a pesquisa técnica, Simonsen ainda insistia na necessidade de se formar no país "uma forte e sadia mentalidade técnica"<sup>102</sup> com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social.

Talvez caiba uma última observação sobre esta questão da predominância de engenheiros no âmbito da ELSP. Capelato lembra que a mesma proposta de formar uma elite com uma mentalidade moderna achava-se presente nas hostes liberais das décadas de 1920 e 1930. Tal perspectiva orientou a oposição liberal a dar ênfase a um "projeto reformador" com base no "saber científico". Em outras palavras, qualquer mudança "implicaria a consolidação do saber 'positivo' e 'científico'...".<sup>103</sup> Para a autora, se no "início da República" eram os engenheiros as figuras-chaves desta forma de conhecimento, nos anos da década de 1920, este "saber essencialmente técnico já parecia insuficiente". Desde então, o sociólogo é que deveria ser o portador de um saber capaz de analisar a sociedade. Entretanto, a presença de engenheiros na fundação da escola permite pressupor uma importância desta categoria profissional na proposta de um projeto modernizador para o país. O que talvez seja mais correto afirmar, levando-se em conta o pensamento de Simonsen, é que ele acreditava na necessidade de engenheiros com conhecimentos sociológicos.

De qualquer maneira, o que fica é a impressão de que, tanto no pensamento dos liberais como no de Simonsen, o conhecimento de caráter científico e positivista deveria conduzir o progresso da nação.

#### 4.1.1. A SOCIOLOGIA DE SIMONSEN

O inventário de autores que Simonsen apresentou no discurso de fundação da ELSP não nos permite fazer afirmações seguras sobre quantos àqueles com quem, de fato, ele entrou em contato. Ademais, a variedade de filiações teóricas desses autores dificulta a análise das influências que formaram sua concepção de Sociologia<sup>104</sup>.

---

<sup>102</sup> Simonsen, 1973:133.

<sup>103</sup> Capelato, 1989:142.

<sup>104</sup> Estes autores são de procedências teóricas diversas e de múltiplas nacionalidades. Assim, temos autores americanos como Lester Frank Ward (1841-1913), filósofo social e sociólogo de forte influência positivista (Comte); William Thomas, um dos pioneiros da Escola de Chicago; Franklin Giddings, da Universidade de Columbia; Small, primeiro chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Chicago; Edward Alsworth Ross, professor da Universidade de Stanford e estudioso de Psicologia Social com influência de Gabriel Tarde. Este, psicólogo social francês (1843-1904), crítico da influência do biologicismo sobre a sociologia. Outros franceses citados são: Célestin Bouglé (1870-1939) e Paul Fauconnet, ambos discípulos de Durkheim; René Worms (1867-1926), sociólogo e filósofo, professor de Economia Política no Instituto

Como nos lembra Azevedo, uma das dificuldades iniciais, na implantação do ensino de Sociologia no país, era a falta de professores, pois estes eram geralmente improvisados e autodidatas que se atinham a “divagações mais ou menos literárias sobre doutrinas duvidosas ou já ultrapassadas e a disputas escolásticas”.<sup>105</sup> Em certos momentos de seu discurso na ELSP, Simonsen lembra-nos estas circunstâncias.

Com inúmeras citações de autores dos séculos XVIII, XIX e XX, Simonsen vai apresentando-os de forma bastante geral e, em alguns casos, agrupando-os por núcleos de contribuições. Assim, Vico e Hume seriam responsáveis pela reunião e condensação dos conhecimentos sobre os homens até a metade do século XVIII. O esforço teria seu desdobramento com Laplace, Carnot, Coulomb, Lavoisier, Volta e Danton. Seriam marcos do crescimento das ciências sociais, por sua vez, Montesquieu, Turgot, Condorcet, Voltaire, Saint-Simon, Kant e Adam Smith. Por fim, Comte aparece por “abranger num esforço e numa síntese admiráveis o grande acervo de ensinamentos que o período centenário acumulará”.<sup>106</sup>

Das variadas menções, o que é mais importante ressaltar não é propriamente a filiação de Simonsen com este ou aquele autor, pois o que se processava era um enaltecimento do progresso representado pelas contribuições desta vasta gama de autores a uma forma de conhecimento científico e positivista. O que importa não é tanto os autores e, sim, a revalorização do saber científico sob um novo enfoque.

A Sociologia defendida por Simonsen pode ser denominada de positivista, evolucionista e pragmática, pois valoriza sobremaneira o método, a experiência e a defesa do conhecimento como forma de intervenção imediata na realidade. A Sociologia deveria seguir os mesmos princípios das demais ciências, atuando no campo experimental para testar suas hipóteses:

A sociologia já penetra também o domínio experimental, tal como a biologia e tantas outras ciências que a este método devem grande parte de seu admirável surto (SIMONSEN, 1933: 21 – grifos nossos).

---

Comercial de Paris; Jean Izoulet (1854-1929), filósofo e sociólogo, adepto do organicismo; François Simiand (1873-1936), economista, sociólogo, organizou e dirigiu a seção de Sociologia Econômica da revista “L’Année Sociologique”; Edmond Demolins (1852-1907), sociólogo, mestre da Escola de Ciência Social e seguidor de Le Play; Pierre Duguit (1859-1928), jurista e filósofo, representante do positivismo jurídico. Quanto aos italianos, encontramos Alfonso Asturaro (1854-1917), sociólogo e filósofo; Roberto Artigò (1828-1920) também sociólogo e filósofo, um dos maiores representantes do positivismo italiano; Enrico Ferri (1856-1929), criminalista, que, junto com Lombroso (também citado), deu nova orientação à Criminologia. Por fim, temos Georg Simmel (1858-1918), sociólogo e filósofo alemão, considerado fundador da Sociologia como ciência autônoma das formas de associação; Edward Westermarck, sociólogo e filósofo inglês (1862-1939) e Pareto (1848-1923). Todos os dados dos autores norte-americanos aqui citados foram retirados de Coulon, 1995. Quanto aos italianos, ingleses, alemães e franceses, ver Dicionário de Sociologia. Ed. Globo. Porto Alegre, 1977.

<sup>105</sup> Azevedo, 1977.

<sup>106</sup> Simonsen, 1933:14.

Para atingir o grau privilegiado da Biologia, o método utilizado pela Sociologia era fator primordial. Assim, tal como nas ciências naturais, ele deveria ser neutro e objetivo. Ao citar Durkheim no discurso de fundação da ELSP, Simonsen afirma que sua grande importância estava nos seus procedimentos metodológicos, "insistindo para que fossem reais, estatísticos e destituídos de influências meramente pessoais".<sup>107</sup> Há um desejo manifesto de elevar a Sociologia aos patamares hierárquicos das outras ciências e, em particular, a Biologia.

Outro exemplo significativo, quando Simonsen discorre sobre a importância do método em Le Play para a constituição da Sociologia:

Foram os seus trabalhos que libertaram a sociologia do ponto de vista puramente dialético e acadêmico, trazendo-a, ao lado da biologia, para um lugar determinado na hierarquia das ciências (SIMONSEN, 1933:15 – grifos nossos).

Por conseguinte, a Sociologia se liberta do ponto de vista “puramente dialético e acadêmico” quando passa a utilizar o “método objetivo da pesquisa direta” e o de observação “cuidadosamente controlados”, o que possibilitaria sua elevação “na hierarquia das ciências”. A partir daí, a Sociologia abandona as especulações dialéticas e segue o caminho de “aplicações” de seus resultados.

Há, nas duas passagens do discurso de Simonsen citadas acima, uma clara implicação de princípios expressos na obra de Comte. Abandonado o “ponto de vista” dialético, o que sucede no campo da Sociologia é o mesmo que aconteceu em outras áreas da Ciência. A Sociologia deixa o estágio de metafísica, aqui associada à Dialética, e ganha em positividade. Apesar de Simonsen, em momento algum de sua obra, não falar na lei dos três estágios de Comte, parece-nos bastante explícita esta perspectiva em sua abordagem sobre o desenvolvimento da Sociologia.

Outra questão é a da relação entre Biologia e Sociologia. Este tema é bastante complexo e cabe aqui apenas uma pequena referência. Para Comte, a Sociologia deveria “distinguir-se profundamente da ciência biológica”.<sup>108</sup> Como bem ressalta Moraes Filho, Comte não admitia “a explicação de uma ciência superior pela inferior”.<sup>109</sup> A única unidade possível entre elas é o método. A “física social” deveria utilizar-se “de todos os métodos

---

<sup>107</sup> Ibidem: 16 (grifo nosso).

<sup>108</sup> Comte, 2000:97.

<sup>109</sup> Moraes Filho, 2000:18.

anteriores, e mais um: o método histórico, de filiação histórica”.<sup>110</sup> Esta discussão aparece no discurso de Simonsen da seguinte maneira:

Em vários ramos do conhecimento temos passado da fase das abstrações e das generalidades para a da ciência, onde essas generalidades se transformam em leis, desde que subordinem a métodos precisos e seguros (SIMONSEN, 1933:20 – grifos nossos).

O que garantiria a objetividade do “método” seria justamente seu rigor e o afastamento das contendas ideológicas. Era necessário promover a mesma operação de neutralidade axiomática existente em ciências como a Biologia, para garantir a objetividade da Sociologia. Só assim a ciência deixaria a “fase de abstração” – ou seja, metafísica – para uma etapa positiva onde fosse possível descobrir leis.

Outro fator que identifica o caráter positivista de sua sociologia é a equiparação epistemológica da natureza à sociedade. No balanço de diversos autores ligados ao surgimento e a evolução da Sociologia, Simonsen assim se refere a Comte:

Comte apreciou a sociedade como um organismo coletivo, mostrando a correlação existente entre diferentes aspectos da vida social e traçou como objetivo da sociologia o descobrimto das leis naturais explicativas do desenvolvimento dos fatos ali ocorridos (SIMONSEN, 1933:14 – grifo nosso).

Mantém-se a perspectiva de leis naturais regendo a dinâmica da sociedade, leis acima das ações humanas, pois são produtos de uma lógica exterior e por este motivo, não sujeitas a transformações pela ação política dos homens. Assim sendo, compete à Ciência utilizar o melhor método, aquele capaz de sondar a realidade e tornar visíveis as leis de seu funcionamento. Este método seria oriundo das ciências naturais. Tendo como princípios a neutralidade e a objetividade, o método das ciências naturais deveria “colonizar” o campo das ciências sociais.

#### 4.2. A DISCUSSÃO COM A SOCIOLOGIA AMERICANA

Prosseguindo, devemos estabelecer as relações entre a sociologia defendida por Simonsen e a sociologia americana, expondo as atividades e posições de alguns professores estrangeiros, notadamente americanos, contratados para lecionar na escola. Os dois primeiros professores contratados foram Samuel H. Lowrie e Horace Davis, ambos formados na

---

<sup>110</sup> Ibidem: 20.

Universidade de Columbia.<sup>111</sup> A Lowrie é imputada a forte "orientação prática" e o caráter de "ciência aplicada" da escola. Este professor foi o autor do informativo de 1935 que visava diferenciar a ELSP da USP. Quanto ao professor Davis, por decisão do conselho superior, após um ano, seu contrato não foi renovado. Nas informações publicadas pela revista do Arquivo Municipal de São Paulo, as razões de seu afastamento não são arroladas. O fato de cotejar o marxismo não explica seu desligamento, uma vez que outros professores abraçavam doutrinas, senão marxista, ao menos próximas do socialismo, caso do Profº Picarollo, considerado um socialista. Mesmo assim, é bom lembrar a formação "marxista" do professor Davis e que seus estudos se debruçavam sobre o método da economia clássica, comparando-o ao método marxista.

A orientação marcadamente norte-americana na fundação da escola é defendida por vários autores. Azevedo (1977), por exemplo, aponta uma concentração de influências norte-americanas e das experiências de Radcliffe-Brown, antropólogo inglês. Por sua vez, Nogueira (s/d) ressalta as influências do naturalismo da Escola de Chicago. De qualquer maneira, determinar as reais influências que a ELSP experimentou não é uma tarefa fácil, tendo em vista a variedade de professores de nacionalidades diversas encontrados em seus quadros.

As primeiras pesquisas desenvolvidas pela escola foram, em primeiro lugar, sob a imigração e a pequena agricultura no município de Piracicaba, seguidas por um inquérito sobre o padrão de vida dos operários de São Paulo, pesquisa esta coordenada pelo Prof. Davis, seguindo as orientações do *Bureau International du Travail*, de Genebra. Um dos argumentos para o desenvolvimento de pesquisas era que elas supririam a "deficiência de conhecimentos matemáticos, essenciais para a compreensão da estatística, método básico no estudo das ciências econômicas e sociais".<sup>112</sup>

Entretanto, o acontecimento que irá marcar de forma decisiva a orientação da instituição é a contratação de Donald Pierson. Formado em Chicago, Pierson iniciou seus trabalhos no ano de 1940 e foi marco de significativa mudança na orientação do projeto da ELSP. Sua preocupação básica era a de formar profissionais capacitados para as pesquisas no plano cultural e social, possibilitando um cunho mais acadêmico à escola. A partir da data de sua vinda, cria-se o setor de pós-graduação e sua perspectiva parece coadunar-se às aspirações de setores médios emergentes de uma sociedade que, desde os anos de 1930, vinha se urbanizando rapidamente.

---

<sup>111</sup> Os dois professores foram indicados pela *American Society of University* e pelo *International of Education*. Estas indicações se deram através do cônsul geral do Brasil em Nova York, Sebastião Sampaio, amigo de Simonsen. Ver Silvia, M. C. V., 1994.

<sup>112</sup> Informações sobre a Elsp, 1935:109.



Pierson pertencia à chamada Escola Sociológica de Chicago. Sua característica principal era ser “fortemente atraída pela pesquisa empírica”.<sup>113</sup> Pierson defendia que “escolas em sociologia era algo do passado” e que Platão, Aristóteles, Hegel, Kant, Marx, Spencer, Comte etc. não eram cientistas, pois que seus conhecimentos “não eram formulados como hipóteses e submetidos deliberadamente à verificação no mundo real”.<sup>114</sup> Ele opera uma divisão entre Filosofia Social – em que se enquadrariam todos aqueles pensadores – e uma sociologia científica, cuja garantia de cientificidade repousaria no treinamento “do observador, capaz de reconstruir objetivamente a realidade observada”.<sup>115</sup> Caberia à investigação sociológica detectar quais eram as “forças naturais” em ação nos fenômenos observados para sujeitá-los a uma “mudança ordenada”.

A Escola de Chicago<sup>116</sup> nasce em circunstâncias socioculturais específicas da história americana. As crescentes imigrações para as cidades e o descrédito do Evolucionismo marcam seu viés pragmático. Neste processo, o que se verifica é o abandono de uma tradição especulativa em favor de pesquisas empíricas, voltadas à aplicação social imediata. Suas preocupações iniciais com reformas morais irão, gradativamente, sendo substituídas por uma perspectiva de “ação social cientificamente conduzida”,<sup>117</sup> o que ia se impondo à medida que Chicago ganha predominância sobre a sociologia americana. Fortemente marcada por uma tendência empírica, caracterizava-se por “produzir conhecimentos úteis para a solução de problemas sociais concretos”.<sup>118</sup>

Convém, entretanto, fazermos uma aproximação mais cuidadosa entre a sociologia praticada por Chicago e as idéias apresentadas por Simonsen em seu discurso de fundação da ELSP. Para tanto, seria interessante analisarmos três pontos centrais das noções de Sociologia defendidas em função de duas experiências no ensino e na pesquisa em ciências sociais: as metodologias praticadas por ambas, os objetivos da Sociologia e a profissionalização dos sociólogos por elas pretendidos.

Para Simonsen, a finalidade precípua da ELSP seria “fomentar a criação de uma verdadeira *elite* administrativa”. Sua constante preocupação com a formação de técnicos que amparassem na Ciência seus conhecimentos da realidade social, política e econômica ligava-o a uma “concepção utilitária do conhecimento” e a uma perspectiva empirista de Ciência,

---

<sup>113</sup> Limongi, 1989:224.

<sup>114</sup> Ibidem: idem.

<sup>115</sup> Ibidem: 225.

<sup>116</sup> “Por ‘Escola de Chicago’ costuma-se designar um conjunto de trabalhos de pesquisa sociológica realizados, entre 1915 e 1940, por professores e estudantes da Universidade de Chicago” (Coulon, 1995:7). Convém lembrar que Donald Pierson foi assistente de Robert Park, um dos principais expoentes da Escola de Chicago.

<sup>117</sup> Cuin; Gresle, 1994.

<sup>118</sup> Coulon, 1995:8.

valorizadora da experiência, da observação e da quantificação, manifesta em uma admiração por uma “sociologia de matriz positivista, voltada à elaboração de ‘cartas’ sociológicas e sondagens no meio social, em função das possibilidades de instrumentalização que oferecia”.<sup>119</sup>

A instrumentalidade do conhecimento científico afirma-se em outro nível de proposta, tal como a apresentada por Simonsen à Constituinte de 1934, que obrigava os poderes públicos a promover “inquéritos periódicos” sobre o padrão de vida das várias regiões do país. As preocupações como os problemas sociais deveriam estar no centro da prática científica:

As questões sociais não se nos podem mais apresentar como acessórias, mas sim, como fundamentais no problema de renovação de nossa civilização. E as elites nacionais devem tomá-las como temas prediletos de suas cogitações (SIMONSEN, 1933:35).

Como a Ciência deve ser o anteparo à formação das elites, logo ela se apresenta como a norteadora da ação “renovadora” destas mesmas elites:

Possuindo escolas superiores de incontestável valor, São Paulo precisa agora de formar as suas elites, educadas nas ciências sociais e no conhecimento das verdadeiras condições em que evolui a nossa sociedade, como meio de mais facilmente a se aparelhar a conveniente escolha de seus homens de governo (SIMONSEN, 1933:34).

A Ciência, em geral e, em particular, as ciências sociais deveriam constituir-se como “ciência de organização do Estado”, preocupando-se com a formação de técnicos capazes de ocupar postos da administração governamental e procurando “lançar as bases de uma verdadeira engenharia social”.<sup>120</sup> Pode-se perceber, nesta visão, elementos precursores de uma forma tecnocrática de governar.

Em certa medida, a intervenção social, orientada cientificamente, estava presente na Escola de Chicago. A elaboração de vários estudos, realizados por professores e sob o patrocínio oficial para a solução de problemas sociais e étnicos, comprova essa orientação. Ao situar objetos de estudos em uma análise global, Chicago tinha como preocupação “inscrever a intervenção política no âmbito do conhecimento científico”.<sup>121</sup> Assim, a preocupação nasce, entre outras razões, da necessidade de equacionar os problemas sociais e étnicos gerados por um gigantesco crescimento das cidades americanas, conseqüência da entrada de levas de imigrantes e dos deslocamentos populacionais dentro dos Estados Unidos. As instituições em

---

<sup>119</sup> Vieira, 1987:94.

<sup>120</sup> Simonsen, 1943b: 14.

<sup>121</sup> Cuin; Gresle, 1994: 193.

que Simonsen atuou – IDORT, ELSP, FIESP, etc. – também surgem do “encontro/confronto” com uma nova realidade social e econômica, substanciada na industrialização e no rápido crescimento urbano de São Paulo. A “pedagogia do industrialismo”, como a definiu M. C. V. Silva (1994), visava disciplinar e organizar esta nova sociedade e transformá-la “dentro da ordem”, sendo a Sociologia um de seus instrumentos.

Não obstante, a comparação entre a Escola de Chicago e a Sociologia defendida por Simonsen deve ser relativizada. Mesmo no campo da pesquisa empírica, elas devem ser tratadas com cuidado. Os procedimentos metodológicos constituir-se-iam em planos de pesquisas sociais, “estatísticas adequadas”, “inquéritos”, “métodos de observação e inquirição diretos”, coordenação de documentação, “aparelhos de sondagens, investigação e pesquisas do nosso meio”.<sup>122</sup> Estes procedimentos objetivavam esquadrihar as realidades observadas e operacionalizar orientações de políticas sociais e econômicas aos governos.

Albion Small, o primeiro diretor do Departamento de Antropologia e Sociologia em Chicago, fala-nos também em “pesquisa de campo” e “observações diretas” como “critério de objetividade” e garantia de “cientificidade da sociologia”.<sup>123</sup> Entretanto, William Thomas sugeria a “não utilização de estatísticas” e não se deve esquecer que Chicago foi berço de pesquisas qualitativas, mesmo que não possamos descartar a presença de certo nível de pesquisas quantitativas. Além destas observações, devemos ressaltar que a Escola de Chicago foi fortemente influenciada pelo interacionismo simbólico de George Herbert Mead, o que permitiu que as pesquisas levassem em conta os “pontos-de-vista dos agentes” estudados.<sup>124</sup> Daí, a proliferação de instrumentos, como a documentação pessoal – cartas, autobiografias, etc. –, o que se diferencia em muito da perspectiva de Simonsen. Para este, os técnicos formados pela ELSP deveriam constituir a vanguarda do processo de “renovação” da sociedade. Não há, em nenhum momento, a intenção de levar em conta a subjetividade dos sujeitos que são objetos das investigações. Se há, em algum momento, a intenção de “ouvir” tais sujeitos, isto se dá apenas para adaptá-los melhor à disciplina do trabalho, como bem demonstra a inclusão, na grade curricular da ELSP, de disciplinas como Psicotécnica e Psicologia Social.

Como não bastassem estas observações, um outro fator deve ser agregado à análise

---

<sup>122</sup> Simonsen, 1933:13 e 42. Enfatiza Simonsen: “Na última década, os cultores da sociologia vêm empregando grande atividade nas pesquisas diretas, com métodos de observação e análise cuidadosamente controlados. É incontestável, portanto, que em seguimento à generalização de Comte e de Spencer, aos numerosos trabalhos de seus continuadores e às múltiplas contribuições das sub-ciências, a sociologia e suas aplicações vão dever um grande avanço, ao método objetivo das pesquisas diretas iniciadas por Le Play” (Simonsen, 1933: 19 – grifos nossos).

<sup>123</sup> Coulon, 1995:15.

<sup>124</sup> Ibidem.

comparativa das duas experiências. Thomas foi um dos primeiros intelectuais americanos – junto com Boas – a denunciar as teorias que explicavam as diferenças intelectuais e mentais através das raças: “A variável real... é o indivíduo, não a raça”,<sup>125</sup> dizia ele. Park, por sua vez, rejeitava a hipótese de que a “unidade nacional exige uma homogeneidade étnica”.<sup>126</sup> Para ele, os preconceitos raciais eram originários das desigualdades econômicas. Simonsen, ao contrário, justificava as diferenças raciais, até certa medida, através de um determinismo biológico e geográfico. A escravidão negra era “justificada” por uma condição quase que natural do negro em resistir mais às intempéries do clima tropical, enquanto o branco europeu se via fragilizado diante delas. Apenas nas regiões temperadas seria plausível a presença de colonos europeus. Simonsen também leva em consideração os problemas econômicos da questão, mas apenas para tratar a escravidão em suas relações com o capital invertido, considerando o escravo como um mero bem de capital.

Não há na sociologia de Simonsen os grandes conceitos da sociologia americana – e, em particular, as de Chicago –, tais como desorganização e organização social, definição de situação, marginalidade, aculturação. O que aparece em seus textos são “renovação”, “aparelhamento”, “engenharia social” etc. Talvez fosse correto filia-lo a uma certa tradição empírica dominante na sociologia americana, mas, mesmo aí, são necessárias ressalvas, tendo em vista a variedade de abordagens empíricas de Chicago ou, ainda, a forte presença da Antropologia Cultural, de Columbia.

Os temas abordados são outros fatores de diferenciação. Marginalidade, segregação étnica, criminalidade, delinqüência juvenil e doenças mentais são assuntos que não aparecem nas obras de Simonsen e corriqueiros em Chicago.

O mais correto é filiar a sociologia de Simonsen a uma certa tradição anglo-americana que concebia o conhecimento como sendo utilitário e pragmático, oriundo de métodos empíricos de estudo da realidade. Dois fatos contribuem para a elaboração desta hipótese. O primeiro é que vários autores consultados<sup>127</sup> acentuam a influência norte-americana na constituição da ELSP, não obstante nunca ter havido uma missão americana, como ocorreu no caso da USP, onde a presença francesa pôde ser facilmente identificada. O fato é que, no início de seu funcionamento, se deu preferência à contratação de professores de origem norte-americana, sob direta sugestão de Simonsen.

O segundo fato explicativo da filiação anglo-americana de Simonsen é que ele se

---

<sup>125</sup> Thomas, William: *apud* Coulon, 1995:33.

<sup>126</sup> Coulon, 1995:45.

<sup>127</sup> Silva, M. C. V., 1994; Azevedo, F. 1977; Nogueira, s/d.

utiliza, para fazer várias considerações sobre a Sociologia, de um autor inglês chamado Victor Brandford (1864-1930). Este sociólogo não é apenas citado nominalmente, mas, a partir de análises em um livro dele, intitulado *Sociology*, Simonsen traça diversas considerações sobre a Sociologia. Brandford foi fortemente influenciado por Le Play, o que talvez explique porque Simonsen se refira de forma tão contundente ao engenheiro francês e a seus procedimentos metodológicos nas ciências sociais. O Sociólogo inglês entendia a Sociologia como uma “síntese de todas as ciências sociais”,<sup>128</sup> idéia esta que aparece na análise que Simonsen faz dos vários ramos do conhecimento que, segundo ele, formaram a Sociologia. Brandford acreditava fazer da Sociologia “uma ciência da observação, que devia ocupar-se de setores concretamente delimitados da sociedade”, utilizando-se, para atingir este fim, do “método americano dos *surveys*”.<sup>129</sup> Em outras palavras, métodos de “sondagem”, originários das ciências naturais, que levariam o rigor aos estudos dos fatos sociais. Em várias oportunidades, Simonsen afirma a necessidade de as ciências sociais conquistarem um estatuto semelhante ao das ciências naturais. Entretanto, Brandford parece ter tido uma influência mais institucional do que teórica na sociologia inglesa.<sup>130</sup>

Referindo-se à História, ao Direito, à Economia Política, à Antropologia, à Psicologia e à Biologia, Simonsen afirmava ser a Sociologia o resultado da contribuição deste vasto leque de disciplinas:

E a sociologia emergiu de todos esses conhecimentos, de todo esse vasto corpo de doutrinas como a disciplina que em seu sentido mais amplo, estuda as relações, as ações e as reações nas sociedades humanas, suas condições e conseqüências (...) ela compreendia um conjunto de ciências sociais e afins (SIMONSEN, 1933:17).

Por fim, sua ação deveria ser delimitada para melhor servir a seus fins:

Por um consenso de conveniência científica tem-se, porém, procurado restringir as suas finalidades, limitando-as mais especificamente ao estudo da forma dos agrupamentos humanos, seus fatores ecológicos e o mecanismo de suas relações (SIMONSEN, 1933:18).

Assim sendo, poderíamos afirmar que a sociologia esposada por Simonsen é de múltipla procedência. Seu ecletismo mistura uma tradição pragmática e empirista da constituição de um conhecimento sociológico com implicações utilitaristas. Sua necessidade de buscar leis naturais que representem a dinâmica social, como também a importância que é

---

<sup>128</sup> Dicionário de Sociologia, 1977.

<sup>129</sup> Ibidem.

<sup>130</sup> Para melhor analisar o papel de Victor Brandford na institucionalização da Sociologia na Inglaterra, ver Rumney, 1947.

dada à Sociologia como conhecimento de síntese, liga-o diretamente ao Positivismo. Sua representação da sociedade, hierarquizada nos moldes das funções orgânicas, o aproxima do Evolucionismo. Todas estas correntes ou escolas se juntam para produzir uma “alquimia” singular que seria a base da sociologia que Simonsen defendia.

## 5. A CIÊNCIA ECONÔMICA

No prefácio de "História Econômica do Brasil", Afrânio Peixoto afirma ser o fato econômico "a chave" "irreduzível" e "imprescindível" para o entendimento da história. Depois de criticar a História Política e a historiografia de seu tempo – que, a seu ver, só se preocupava com reis, sacerdotes, vice-reis, batalhas e proclamações –, Peixoto afirma ser a economia a "luz natural" que iluminava as "nossas historietas mal contadas" e dava coesão à história do país. Assim, completava, a "história econômica nos dá nexos, à história do Brasil".<sup>131</sup> Em carta a Simonsen, de janeiro de 1938, Monteiro Lobato reforça o mesmo ponto de vista da análise realizada por Peixoto:

Não posso furtar-me ao dever de lhe trazer meus mais entusiásticos cumprimentos pela publicação da *História Econômica do Brasil*. Ora, até que enfim aparece uma obra que (...) explica mil coisas com a explicação certa: a influência do fator econômico. Daí o espanto, a surpresa, que esse trabalho causou a um povo que se habituou a ver errado e que na pesquisa dum causa aponta cem, menos a única verdadeira (MOTTEIRO LOBATO, J. B. *apud* MICELLI, 1977:25 – destaque no original; grifo nosso).

Por que esta ênfase no econômico, da parte de Monteiro Lobato e Afrânio Peixoto, este último um dos maiores incentivadores da publicação da obra da qual é prefaciador? A resposta a esta pergunta deve ser buscada na própria obra de Simonsen.

No capítulo I, da obra supracitada, Simonsen reserva um item para discutir o conceito de História Econômica. Para ele, a característica fundamental dos tempos modernos "é a predominância do fator econômico".<sup>132</sup> Simonsen opera uma divisão entre a História Político-militar e a História Econômica, atribuindo à primeira o simples ato da "exposição descritiva", enquanto reserva à segunda "a investigação do 'porquê'" dos fatos. Simonsen atribui aos fenômenos econômicos um maior grau de objetividade, o que possibilitaria à História Econômica "uma interpretação mais objetiva destes fatos".<sup>133</sup> O estatuto de objetividade se

---

<sup>131</sup> Peixoto, Afrânio. in: Simonsen, 1978:13.

<sup>132</sup> Simonsen, 1978:23.

<sup>133</sup> *Ibidem*: 30.

reforça, principalmente, a partir dos procedimentos da História Econômica vistos como mais concretos. Assim, Simonsen acredita serem os métodos da História Econômica objetivos e realistas:

Devemos, finalmente, observar que não procuramos nos cingir a sistematizações doutrinárias ou a conceitos metodológicos. Procuramos ser objetivistas, realistas, examinando os fatos econômicos, tais como se apresentaram na formação do Brasil, comentando-os ou os comparando com os que se processaram concomitantemente em outros povos, esforçando-nos, à luz das realidades econômicas, por saber os 'porquês' dos acontecimentos verificados (SIMONSEN, 1978:21).

Este fragmento, em que Simonsen expõe sua concepção do método na História Econômica, é bastante sintomático de suas relações com a "dimensão positivista", desenvolvida nas outras seções deste capítulo. Pode-se perceber que Simonsen busca desvincular seu procedimento metodológico das interferências ideológicas, ou seja, das "sistematizações doutrinárias" ou dos "conceitos metodológicos". O que tenta demonstrar é que suas análises se baseiam na "luz das realidades econômicas" portadoras dos "porquês" dos acontecimentos históricos.

A prevalência do "fator econômico" sobre outros aspectos da vida social está presente na obra de Simonsen desde seu início. Assim, em 1920, portanto dezesseis anos antes da publicação de "História Econômica do Brasil", quando discursava para um grupo de bacharelados em comércio, no Colégio Mackenzie, Simonsen certifica que "9/10 das questões que afetam a nossa vida social têm origem nos domínios econômicos".<sup>134</sup> Em outro contexto, em plena crise de 1930, Simonsen assevera que "toda a vida social gira em torno dos fatos econômicos".<sup>135</sup>

Os que mantêm um primeiro contato com "História Econômica do Brasil" não deixam de notar as constantes utilizações de estatísticas e cálculos, todos eles de valores da produção econômica brasileira em diversos períodos da história, para melhor dar a dimensão da realidade histórica do Brasil. Este procedimento, aliado à idéia de que os fatores econômicos é que explicam os 'porquês' dos fatos, nos faz lembrar as críticas de Adorno e Horkheimer ao se referirem ao processo em que o esclarecimento substitui o pressuposto de pensar a si mesmo, de rever sua tradição, para entregar-se a uma forma de pensamento que dispensa a "imaginação teórica" em favor de uma prática que se restringe, simplesmente, "à constatação de fatos" e "ao cálculo de probabilidades".<sup>136</sup> Em outras palavras, no processo de

---

<sup>134</sup> Simonsen, 1932:120.

<sup>135</sup> Simonsen, 1930:31.

<sup>136</sup> Adorno; Horkheimer, 1985:13.

racionalização da produção científica e filosófica, o esclarecimento chega a sua forma de ciência positiva.

Alguém poderia objetar que, em se tratando de um livro de História Econômica, nada mais justo do que a utilização de expedientes como cálculos e estatísticas. Não se trata de, simplesmente, negá-los como instrumentos de pesquisa, mas, sim, de analisar o discurso que sustenta sua aplicação e seus desdobramentos metodológicos. A impressão que se tem é a de que o fato de produzirem-se valores, a partir de cálculos e da utilização de estatísticas, garante-se um grau maior de objetividade à História Econômica.

Ruggiero Romano, ao debruçar-se sobre a história quantitativa, exclama: "Bienvenida la historia cuantitativa!"<sup>137</sup> (Romano, 1970: 238). Porém, adverte que os historiadores e os economistas não devem imaginar que os homens trabalharam por séculos para oferecer-lhes cifras susceptíveis de serem transformadas em índices.

En suma, la historia cuantitativa no me parece susceptible de hacer avanzar realmente nuestros estudios, si se presenta con la ambición de constituir una clave de explicación válida siempre y para todo (ROMANO, 1970:239 – grifo nosso).

Em um comentário anexo ao livro de Simonsen, Afonso de Taunay considera-o "honesto", "absolutamente digno de crédito", apesar de ser produzido em um cenário desprovido de "bibliografias" e de "estatísticas".<sup>138</sup> Assim sendo, a realização de cálculos complexos, para a conversão dos valores da produção auferida em determinada época em valores atualizados, parece contribuir para dar confiabilidade à obra e fazer com que diversos de seus contemporâneos elogiem o trabalho. Micelli afirma que a importância do livro de Simonsen está justamente na utilização da estatística, isto em um país "que só há muito pouco tempo aprendeu a reconhecer o valor que possuem as estatísticas".<sup>139</sup> Ressalta ainda ter sido o livro aplaudido "pelas críticas nacional e estrangeira",<sup>140</sup> mostrando que Simonsen foi "um pesquisador metuculoso" e com "beneditina paciência". É importante recordar que Sodré assinala ser o livro uma "boa fonte" para estudos de alguns aspectos do desenvolvimento econômico brasileiro. Portanto, não se trata aqui de desqualificar a obra principal de

---

<sup>137</sup> Romano, 1970:238.

<sup>138</sup> Taunay, Afonso. In: Simonsen, 1978:246.

<sup>139</sup> Micelli, 1977:25.

<sup>140</sup> Sobre *História Econômica do Brasil*, Amzalak assevera ser "verdadeiro monumento de erudição e cultura sobre a vida social, política, econômica e administrativa do Brasil-colônia", preenchendo uma "enorme lacuna em nossa literatura histórico-cultural, tendo recebido extraordinária consagração em nossos meios científicos" (Amzalak, 1944:9 e 10). Na Itália, mais especificamente na Universidade Católica de Milão, o professor Amintore Fanfani, de *História Econômica* afirma ser "il piu significativo, questo di Simonsen su la História Econimica del Brasil..." (Ibidem: 10). Para Amzalak, o livro é "o mais importante na opulenta bibliografia do seu autor; consagra-o como eminente cultor das ciências históricas no setor da História Econômica".



Simonsen. Sua importância pode ser verificada através das constantes referências a ela que, até recentemente, compunham a bibliografia de diversos historiadores e economistas.

Berlinck ressalta a importância documental<sup>141</sup> de Simonsen e o caráter utilitário de seus estudos. Para este autor, os trabalhos de Simonsen “exerceram considerável influência prática”.<sup>142</sup> Repetindo os argumentos de Lobato e Peixoto, assevera que, até a publicação de “História Econômica do Brasil”, a história brasileira “tinha sido estudada praticamente pelo método cronológico e descritivo”.<sup>143</sup> Entretanto, este autor acrescenta um dado novo em sua análise. Ao reafirmar o pioneirismo de Simonsen “ao estudar os fenômenos históricos da sociedade brasileira”, Berlinck indica que ele o fez usando um “quadro de referência da teoria econômica e procurando descobrir relações de causa e efeito”.<sup>144</sup>

Entretanto, esta argumentação é bastante questionável. Love acredita que os industriais brasileiros, no período de 1930 até o final da década de 1940, não possuíam uma teoria econômica que embasassem a defesa da industrialização. À exceção dos ensinamentos de Manoilescu, que conheciam, seus “argumentos eram, freqüentemente”, de caráter limitado “a circunstâncias supostamente especiais, sendo por vezes inconsistentes e, freqüentemente, autojustificativos”.<sup>145</sup>

Esta questão é bastante complexa de ser analisada na obra de Simonsen. Sabemos que, de fato, como muitas lideranças industriais de seu tempo, ele foi leitor de Manoilescu. Em termos econômicos, o autor romeno aparece na obra de Simonsen através da questão da hierarquia entre as nações e de sua maior contribuição para a teoria econômica, substanciada no “argumento Manoilescu”.<sup>146</sup>

Assim, Simonsen afirma que nas “indústrias manufatureiras se desfrutam, por toda parte, melhores salários que na agricultura”.<sup>147</sup> Quanto à agricultura de gêneros de primeira necessidade, “é geralmente aquela que oferece, principalmente quando se utiliza de processos rotineiros, menores margens de lucro, e onde são mais baixos os salários”.<sup>148</sup> Já a situação subordinada do país, no mercado mundial, fica explicitada quando Simonsen argumenta que o

---

<sup>141</sup> Ao elogiar um dos livros de Simonsen, Alcântara Machado afirma que sua importância estava na “riqueza da documentação, que o enobrece...” (Anuário da ELSP, 1940).

<sup>142</sup> Berlinck, 1961:372.

<sup>143</sup> Ibidem: Idem.

<sup>144</sup> Ibidem: Idem.

<sup>145</sup> Love, 1998:290.

<sup>146</sup> “No jargão econômico moderno, quando a produtividade marginal da mão-de-obra na agricultura fica abaixo da dos outros empreendimentos econômicos, o excedente de mão-de-obra deve ser transferido para a indústria ou para outras atividades de produtividade mais elevada” (Love, 1998:232).

<sup>147</sup> Somonsen, 1973:287.

<sup>148</sup> Ibidem: Idem.

“aumento das nossas exportações” se chocava “contra as políticas comerciais dos grandes impérios coloniais”.<sup>149</sup>

Outros autores também podem ser arrolados, além de Manoilescu, tais como Johann Karl Rodbertus, Friedrich List<sup>150</sup> e Adolph Wagner, todos eles economistas alemães que criticavam o livre-cambismo e, cada qual a sua maneira, defendiam a intervenção do Estado na economia.<sup>151</sup>

Porém, talvez mais do que tentar esquadrihar os autores que Simonsen leu, o procedimento mais correto seja deixar Simonsen falar por si só sobre de que maneira se filiava às correntes econômicas e como via o papel do economista e de sua ciência.

Em um de seus pronunciamentos na Câmara de Deputados, em 11 de setembro de 1935, depois de afirmar que era “inteiramente alheio às competições pessoais e às paixões partidárias”, Simonsen confessa seus “pendores”, nos assuntos econômicos, para a “escola realista, por natural inclinação, e pela vida de trabalho que tenho levado”.<sup>152</sup> Nesta última frase, parece que Simonsen quer deixar antever que sua experiência como empresário influenciava suas análises econômicas. Se esta interpretação estiver correta, então podemos dar razão a Love, quando assegura que os industriais brasileiros não esposavam uma teoria econômica. Seriam guiados mais pelo senso prático e pelo conhecimento dos mecanismos econômicos possibilitados por suas atividades empresariais. Mas isto não significava um descrédito nas teorias, uma vez que Simonsen procurava “estudar sempre as ligações entre os conceitos científicos, expostos pelos doutos, e o meio real em que vivemos”.<sup>153</sup>

Por outro lado, o que constitui estar filiado à “escola realista”? Em nossa opinião, a afirmação liga-se a uma noção que vê a economia como objetiva e suscetível de ser analisada por métodos rigorosos e também objetivos.

Ao ser empossado, em 07 de outubro de 1946, na Academia Brasileira de Letras, discursando para seus pares, Simonsen aponta um “paradoxo aparente” entre o poeta e o cientista, aqui entendido como economista.<sup>154</sup> Simonsen ressalta que pode parecer estranho um economista substituir um poeta,<sup>155</sup> “cujos devaneios se podem afigurar antagônicos com

---

<sup>149</sup> Ibidem: 71.

<sup>150</sup> Rodrigues chama Simonsen de “Friedrich List brasileiro” (Rodrigues, 1969).

<sup>151</sup> Manoilescu também defendia a intervenção do Estado na economia e foi fortemente influenciado pelos debates econômicos da Alemanha, além de ter-se simpatizado com o regime nazista. Para melhores informações sobre o economista e político romeno ver: Love, 1998; quanto aos outros autores, Sandroni, 2000.

<sup>152</sup> Simonsen, 1935:7.

<sup>153</sup> Ibidem: idem.

<sup>154</sup> Simonsen foi o primeiro economista a ser eleito para a Academia Brasileira de Letras.

<sup>155</sup> Simonsen foi eleito para ocupar a cadeira que pertencia a Filinto de Almeida.

as preocupações de um homem de ciência”.<sup>156</sup> Mesmo apontando pontos de encontro entre as duas atividades, ou seja, o “mais nobre dos prazeres”, segundo palavras de Leonardo da Vinci, que é a “alegria de compreender”, toda sua definição caminha no sentido de dar aos estudos econômicos um sentido racional, objetivo e operacional:

O poeta não tem, como o homem de ciência, o ofício de pensar o mundo, mas de repensá-lo, em moldes de um lirismo ideal e sonhador (...) O cientista, habituado às flutuações de todas as relatividades, contenta-se com isolar determinados fragmentos dessa realidade cambiante e esquiva, para que possa o homem, compreendendo-os, extrair deles elementos que lhe tornem menos áspera a vida e menos opressivo o seu sentimento de desamparo no mundo (SIMONSEN, 1947c: 54).

Pondo de lado a idealização do encanto pelo poeta, o que nos interessa aqui é a representação do cientista que norteia a fala de Simonsen. O cientista “pensar o mundo”, mas, para fazê-lo, não pode ser “lírico” ou “sonhador”. Deve, antes, proceder de forma a esquadrihar a realidade, isolando seus fragmentos para extrair dela “elementos” que possam modificá-la. O poeta sonha, enquanto o cientista “pensa o mundo” para, através de seu conhecimento, operacionalizá-lo. Ambos estão diante de imensos desafios, um “devassar” o cosmo, o outro enfrentar as “perplexidades” do mundo a sua volta. O poeta tem como instrumento “as criações metafísicas”, o cientista o método que a Ciência lhe oferece para que ele possa isolar partes da realidade.

Por fim, convém ressaltar um outro aspecto da prática de economista e historiador de Simonsen. A linha que busca leis explicativas dos fenômenos, sejam sociais ou naturais, é praticada por ele em sua história econômica. Em outro conhecido trabalho seu, de 1919, ao discorrer sobre o sistema de remuneração que melhor convinha a patrões e empregados, Simonsen salienta que ele deveria estar em harmonia com as “observadas leis econômicas” e que, quando isto acontecesse, predominariam os “difundidos (...) ensinamentos da economia política”.<sup>157</sup> Se estas palavras são pronunciadas no início de sua carreira, elas perduram no decorrer de sua trajetória intelectual, sendo reafirmadas no final de sua vida. Para Simonsen, o cientista deveria aceitar a “estrutura das coisas” e procurar “conhecê-las para torná-las mais acessíveis ao pragmatismo das formas de convivência social”.<sup>158</sup> Assim temos, mais uma vez, a perspectiva operacional do conhecimento.

---

<sup>156</sup> Simonsen, 1947c: 53.

<sup>157</sup> Simonsen, 1919:43.

<sup>158</sup> Simonsen, 1947c:54.

## CAPÍTULO II

### TÉCNICA, TECNOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.

#### 1. TÉCNICA E TECNOLOGIA

A importância do estudo da tecnologia, na obra de Simonsen, está relacionada a dois fatores básicos. Em primeiro lugar, porque acreditamos que ela, ao lado da Ciência, possuía um papel central em suas formulações ideológicas e em seu projeto industrialista. Não se poderia pensar a indústria sem estes dois campos da atividade humana que são a Ciência e a tecnologia. Motoyama ressalta que, só a partir da revolução industrial, a “técnica adquiriu tonalidades mais fortes” no processo econômico moderno. Isto porque, “associada à ciência, na forma de tecnologia”, ela contribuiu para o triunfo “decisivo da competição industrial”.<sup>1</sup> Desde então, verifica-se que “a própria ciência está ingressando cada vez mais na esfera direta das forças produtivas”.<sup>2</sup>

O segundo elemento é que o estudo da tecnologia deve estar ligado ao do desenvolvimento econômico. Para Motoyama, trata-se de repensar o desenvolvimento econômico à luz de suas relações com a tecnologia: “É preciso perguntar o significado da tecnologia, seu papel na conformação do conceito de desenvolvimento (...) na acepção emprestada atualmente a ele”.<sup>3</sup> O autor aponta, ainda, que historiadores da técnica e da tecnologia se interessam pelo estudo de seu desenvolvimento em si, sem se ater a sua integração com o sistema industrial. Na discussão sobre a industrialização brasileira, a tecnologia entra “como um dado, no máximo um parâmetro integrante do capital”. Raramente ela é considerada “na sua plenitude como um processo histórico inextricavelmente ligado ao desenvolvimento, porém, igualmente possuidor de uma dinâmica interna”.<sup>4</sup>

Deste modo, ao analisarmos o projeto de desenvolvimento econômico defendido ao longo da obra de Simonsen, procuramos nos ater a esta perspectiva, visando mostrar como ele pensava a Ciência e a tecnologia e que papel lhes atribuía no desenvolvimento industrial.

---

<sup>1</sup> Motoyama, 1994:13.

<sup>2</sup> Ibidem: Idem.

<sup>3</sup> Ibidem: 14.

<sup>4</sup> Ibidem: 21.

Pensar a tecnologia em relação ao desenvolvimento econômico e em sua dinâmica própria significa pensá-la em seus pressupostos sociais. Não há espaço para determinismo tecnológico. É a falta de imputação à tecnologia de um caráter de relação social que levará Lukács a criticar Bukharin,<sup>5</sup> quando este “atribui à tecnologia uma posição muito determinante” no desenvolvimento social.<sup>6</sup> Bukharin afirma que, em “última instância (...), a sociedade depende do desenvolvimento da técnica, que é considerada como ‘determinação básica’ das ‘forças produtivas da sociedade’(...)”.<sup>7</sup>

É justamente esta perspectiva que Lukács combate como erro metodológico de Bukharin. Lukács argumenta que “a tecnologia é somente um momento das forças de produção, que são fenômenos sociais em si mesmas”.<sup>8</sup> Portanto, não existe uma autonomia da tecnologia como fenômeno “puro” que entra em conflito com as relações sociais de produção. A tecnologia é um fenômeno social que contempla relações sociais, fatores culturais e físicos. É esta falsa “objetividade” da tecnologia que a distingue como “princípio distinto do das relações sociais entre os homens no processo de produção”, o que Lukács acusa de fetichismo. Assim sendo, a concepção de técnica de Lukács só poderia romper com esta falsa “objetividade” e apresentar a tecnologia como um fenômeno social:

A técnica é uma parte, um momento naturalmente de grande importância, das forças produtivas sociais, mas não é, simplesmente, idêntica a elas, nem como algumas das primeiras afirmações de Bukharin pareceriam implicar, o momento final ou absoluto das mudanças dessas forças (LUKÁCS, 1989: 45).

Nesta seção, buscamos alguns modelos de definição de técnica e tecnologia, para, em outros tópicos, articulá-los às definições adotadas por Simonsen sobre os mesmos temas. Não se trata de atribuir aos modelos uma função de “camisa de força”, em que noções de um autor devam ser negadas ou “encaixadas” ao modelo de referência. Trata-se, antes, de balizamentos úteis para tentarmos compreender as representações que Simonsen fazia da tecnologia e suas contribuições aos problemas do desenvolvimento tecnológico no Brasil. Inicialmente, partiremos de uma definição mais geral para, depois, atingir uma noção mais operacional, que nos permita ponderações sobre o como e o quê Simonsen entendia por técnica e tecnologia.

---

<sup>5</sup> Em 1923, Lukács escreve o artigo “Tecnologia e relações sociais”, criticando os pressupostos metodológicos contidos no popular “Manual” de Bukharin. Esta obra do teórico soviético foi fortemente criticada por diversos autores, incluindo-se Gramsci. No Brasil, foi traduzida por Caio Prado Jr e revista posteriormente por Edgar Carone. Ver: N. Bukhárin. *Tratado de materialismo histórico*. Centro do Livro Brasileiro. Lisboa/Porto/Luanda. S/d. A informação sobre a tradução de Caio Prado Jr. devo ao professor João Alberto da Costa Pinto, da UFG.

<sup>6</sup> Brewster, 1989:45.

<sup>7</sup> Lukács, 1989:45.

<sup>8</sup> Brewster, 1989:38 (grifos nossos).

Em um texto intitulado “O ‘logos’ da técnica”, podemos observar a concepção de Vargas (1994a) sobre tecnologia. Ele busca os fundamentos filosóficos da tecnologia, tentando atingir uma definição de técnica, tecnologia e Ciência. Sua preocupação básica seria a de “descobrir a essência da técnica e da tecnologia” no decorrer da história humana. Para tanto, afirma ser necessário perguntar sobre a essência da tecnologia e não sobre as aparências. Dando início a este procedimento, afirma ser o homem, sem a técnica, uma abstração, assim como seria a técnica sem o homem. Para Vargas, a criação da técnica comporta “processos psicoculturais” que criam o homem no momento em que este elabora “uma imagem do instrumento a ser fabricado”. A identificação deste processo psíquico e cultural se alia ao surgimento da cultura como sistema simbólico. Para ele, a técnica é “como um comportamento humano, baseado no aprendizado simbólico”. Ela corresponde também a “um sistema de símbolos”. Em suma, é um modo de ver o mundo, é cultura. Neste sentido, a técnica é compreendida como um fenômeno essencialmente humano, confundindo-se com a linguagem e, que se diga, com a própria cultura. Assim sendo, é permitido dizer “que a linguagem e a técnica são tão antigas quanto o homem”.<sup>9</sup> Através destes “inventos” é que o que “não era humano tornou-se homem”.

A técnica é definida como um “tipo de saber-fazer (...), aprendizado baseado na experiência sensível e em ensinamentos transmitidos de geração em geração ou transcritos em tratados”.<sup>10</sup> Pode-se então dizer que este tipo de “saber-fazer” passou para nós como “técnicas” e que não são teorias e, sim, conhecimentos adquiridos pela prática ou estudo de tratados técnicos.

Mas, se a técnica nasce como ato concomitante ao surgimento do homem, o mesmo não se pode falar da tecnologia. Sua constituição, como uma simbiose entre teoria e prática, é relativamente recente, data do século XIX. Para Vargas, a relação entre teoria e prática será problemática até, pelo menos, a Segunda Guerra Mundial. Define então tecnologia como “a solução de problemas técnicos por meio de teorias, métodos e processos científicos”.<sup>11</sup>. Afirma ser esta uma simbiose entre o saber teórico da Ciência e a técnica, cujo objetivo é a utilidade. Uma “verdade útil” é o que procura a tecnologia. Sua substância seria assim encarada:

...a tecnologia (...) simbiose da técnica com a ciência moderna, consistiria também num conjunto de atividades humanas, associadas a um sistema de símbolos,

---

<sup>9</sup> Vargas. 1994a: 172.

<sup>10</sup> Ibidem.

<sup>11</sup> Ibidem: 179.

instrumentos e máquinas visando a construção de obras e a fabricação de produtos, segundo teorias, métodos e processos da ciência moderna.

Sua essência é uma determinada maneira de ‘ver’ o mundo (...), é algo mental, como o é a teoria (...), ela não é só um ‘meio’(...), ela abre uma determinada ‘visão’ do mundo pela qual ele é visto como algo de manipulável por meio de teorias científicas (...), a tecnologia é uma simbiose de dois sistemas simbólicos, cujos critérios de verdade são diferentes (VARGAS, 1994:182 – grifos nossos).

O critério de verdade para técnica é difícil de ser determinado, pois “seus produtos não são sentenças, mas objetos”. Técnica e seus resultados “servem para”, implicando um valor utilitário. Já a Ciência deve se debruçar entre o falso ou o verdadeiro. Isto é possível através da utilização de método concebido de acordo com a teoria. O critério de verdade da Ciência passou à tecnologia, acrescentando-se “a condição de utilidade comprovada”.

É possível questionarmos algumas passagens da definição de tecnologia defendida por Vargas. Poderemos objetar que o conteúdo de manipulação, atribuído à tecnologia, corresponde a uma visão instrumental desta, o que nos permite entendê-la como um mecanismo de subordinação social, na medida em que a manipulação e controle de processos materiais desembocam em um domínio sobre o próprio homem. Por outro lado, pode-se questionar esta crítica afirmando que, no instante em que nos debruçamos sobre a realidade para tentar compreendê-la, já estamos incorrendo em um gesto de manipulação. Devemos acrescentar que a busca da verdade, por parte da Ciência, deve ser encarada sob o signo do provisório. Como nos pergunta Thuiller: “Existirão critérios para saber com certeza se uma nova teoria deve ser aceita ou rejeitada?”<sup>12</sup> Convém pensarmos as verdades da Ciência como provisórias, apenas eficazes para certas condições históricas.

Há, entretanto, uma questão que não podemos deixar de ressaltar. Vargas identifica tecnologia como cultura. Como tal, não pode ser comprada como uma mercadoria. Sua existência pressupõe pesquisa, instituições técnicas e científicas, elaboração de conhecimentos que se incorporam ao âmbito geral da cultura. Assim, ao comprarmos uma máquina, não estamos adquirindo tecnologia e, sim, uma mercadoria. Existe, evidentemente, conhecimento tecnológico implícito no equipamento adquirido, mas a superação do atraso tecnológico de um país só se dará no instante em que ele possuir os instrumentos necessários para a formação de conhecimentos tecnológicos que se insiram em suas próprias nas manifestações culturais.

Visando a compreensão de como Simonsen lidava com os temas em vista, busquemos, ainda, outro modelo que nos permita operacionalizar melhor a questão. Ruy Gama apresenta um modo de apreciar o problema que engloba diversos fatores presentes no âmbito da

---

<sup>12</sup> Thuiller, 1994.

produção industrial. Como, para este autor, tecnologia é entendida como “ciência do trabalho produtivo”, seu modelo acaba por compreender o que ele chama de “tecnologia do trabalho”, “tecnologia do objeto de trabalho”, “dos meios de trabalho” e “tecnologia básica ou praxiologia”.<sup>13</sup>

A partir destes elementos, é possível a seguinte classificação da tecnologia, segundo propõe Gama:

1. tecnologia do trabalho – relacionada às energias despendidas no trabalho, à habilidade técnica e à formação profissional; adequação dos recursos mecânicos ao trabalho e ao trabalhador (ergonomia), envolvendo segurança e higiene no trabalho, remuneração etc;
2. tecnologia do objeto de trabalho – estudos dos materiais a serem transformados;
3. tecnologia dos meios de trabalho;
4. tecnologia básica ou praxiologia – relaciona-se aos sistemas de medidas, normas técnicas, eficiência, custos, cibernética e informática.

A vantagem deste procedimento de análise é que ele se constitui como “um modelo geométrico de representação”, ou seja, um tetraedro. Assim, cada face da figura geométrica “confina com todas as outras”.

O modelo apresenta-se útil para englobar-se em um mesmo capítulo temas como tecnologia, organização do trabalho, maquinário e normas técnicas. Por serem todos fatores que se conjugam no interior do processo produtivo e que estão ligados à prática dos engenheiros, consideramos adequado tratá-los em um mesmo capítulo.

Entretanto, um outro fator contribui para este agrupamento. Na obra de Simonsen, não há uma definição precisa do que vem a ser técnica e tecnologia. Em vários momentos, técnica se confunde com tecnologia, com organização de trabalho ou com técnica comercial. Técnica, tecnologia e maquinaria parecem se confundir diante da imprecisão conceitual. Há, entretanto, um termo que, de certa maneira, engloba todos estes, que é o de “assistência técnica”.

No Congresso Brasileiro da Indústria de 1944, a segunda comissão, designada com o nome de “Planificação Econômica do Brasil no Setor de Atividades Industriais”, destinou o oitavo tema às discussões sobre a “Assistência técnica e incentivo ao seu desenvolvimento”. Suas proposições foram redigidas por Simonsen. Antes de apresentar suas conclusões,

---

<sup>13</sup> Gama, 1990.



compreendeu ser conveniente esclarecer o conceito “assistência técnica”. Assim, entendia-se como assistência técnica a “supervisão técnica e o conjunto de métodos, processos, laboratórios e recursos tecnológicos (materiais e humano)”.<sup>14</sup>

Coerente com esta definição e com as análises que realizou, a comissão propôs<sup>15</sup>:

1. “aumento imediato do número e da capacidade de nossas escolas de engenharia (...) laboratórios e instalação de usinas-piloto”;
2. “instalação imediata de grande número de instituições de pesquisas tecnológicas, devidamente equipadas, em várias regiões do país”;
3. “concessão de bolsas a engenheiros e técnicos brasileiros (...) a fim de que aperfeiçoem seus conhecimentos no estrangeiro”.

Estas conclusões, aliadas à defesa que na mesma época Simonsen fez do IPT e da ABNT e, mais, sua insistência para que as empresas instalassem laboratórios de teste em suas unidades, tese defendida desde seus primeiros dias de sua atuação como engenheiro, mostram que, apesar da falta de uma definição mais precisa de tecnologia, ele possuía um “programa” de desenvolvimento tecnológico com os papéis da iniciativa empresarial e do Estado bem determinados.

## 1.1. TECNOLOGIA E INDÚSTRIA

Uma das experiências mais marcantes de Simonsen foi sua participação, como representante de São Paulo, na missão comercial brasileira que visitou a Inglaterra em 1919. Convidado a participar da comitiva chefiada por João Pandiá Calogeras, Simonsen pôde entrar em contato com a estrutura industrial inglesa e conhecer seu desenvolvimento tecnológico. A missão e o contato com Calogeras renderam à Cia. Construtora de Santos o convite para a construção de quartéis do Exército brasileiro, no início dos anos de 1920. Passados quinze anos, Simonsen ainda comentava aquela viagem e o “gigantesco esforço” dos ingleses para reconquistar os mercados perdidos por ocasião da Primeira Grande Guerra.

A comitiva brasileira percorreu diversos setores industriais da produção inglesa. As descrições em diversos artigos que Simonsen publicou, inclusive em jornais londrinos, são carregadas de eloqüentes elogios à Inglaterra, à sua técnica e tecnologia:

---

<sup>14</sup> Simonsen, 1973:115 (Grifo Nosso).

<sup>15</sup> Ibidem: 116.

Vimos desde o fabrico da agulha até a forja de colossais peças e o torneamento de eixos destinados aos grandes navios; do fabrico do cimento até o preparo do ‘patent-fuel’; desde a construção de barcos em concreto armado até o lançamento de possantes navios de aço; desde as usinas metalúrgicas para a redução de toda classe de minérios até as fazendas modelos e as fábricas de maquinas agrícolas (SIMONSEN, 1934:82 – grifos nossos).

Mais do que simples constatação, o cenário industrial inglês serviu de motivação para Simonsen precisar melhor os padrões mais modernos do industrialismo. A potencialidade e o gigantismo que caracterizavam a produção inglesa estimularam Simonsen a propor políticas de cooperação tecnológicas entre Brasil e Inglaterra, a pensar em diversas formas de incrementar os negócios ingleses do Brasil e, ainda, serviram-lhe como parâmetro para avaliar as possibilidades de realização de um projeto de modernização para o país.

O desenvolvimento industrial brasileiro só seria possível com o incremento tecnológico. Para Simonsen, a indústria moderna assistia ao “crescente e inexorável predomínio da técnica”.<sup>16</sup> Esta afirmação nos poderia levar à percepção de que, na obra de Simonsen, prevaleceria um determinismo tecnológico como forma de explicação do desenvolvimento industrial e econômico. Mas, como lembra bem Lima, para Simonsen, o progresso nas nações derivava de quatro fatores capitais: ”aprimoramento técnico, valor da produção, grandeza dos recursos naturais e estrutura econômica”. Lima constata, entretanto, “que na indústria esse formidável avanço tecnológico” constituía “a maior parte do enriquecimento”.<sup>17</sup>

Mas, se não podemos acoimar Simonsen de determinista, convém, pela importância que ele dava à tecnologia, precisar suas expectativas frente ao fenômeno tecnológico. Ao falar a uma turma de formandos em Engenharia, no ano de 1942, Simonsen argumenta que, sob a ação da tecnologia, se reduziam “constantemente os custos da produção” e se reajustariam “os processos de fabricação”.<sup>18</sup> Estas palavras ganham significado especial à medida que seu discurso é nominado como “A era do engenheiro”. Como o incremento tecnológico era “inexorável” nos tempos da indústria moderna, seriam os engenheiros que estariam à frente deste processo.

Vinculando tecnologia ao aumento da produção, em outra oportunidade, quando discursava na Assembléia Nacional Constituinte de 1934, tenta convencer seus ouvintes da

---

<sup>16</sup> Simonsen, 1945a:70.

<sup>17</sup> Lima, 1973:16.

<sup>18</sup> Simonsen, 1945:70.

necessidade de elevação do padrão de vida do brasileiro. Será na ação da tecnologia que Simonsen irá buscar argumentos para a elevação da produção e do padrão de vida nacional:

A ação da técnica oferece ao progresso material, produto da razão e do trabalho, os meios de melhor cooperar no progresso moral. E enquanto, pelo progresso moral, se visa restringir e combater as forças dissolventes da sociedade, pela técnica se procura o controle e a utilização das forças físicas e mecânicas em benefício do homem e da sociedade (SIMONSEN, 1934a: 19 – grifo nosso).

Esta passagem é bastante expressiva para compreendermos as expectativas que Simonsen tinha em relação à tecnologia e como concebia sua natureza. A técnica que produz o “progresso material” desenvolve o “progresso moral”. No dois casos, a tecnologia é pensada como controle das forças cegas, umas, da natureza e, outras, do social. A maquinação da produção alcança os ditames da moral. Esta reproduz no interior da sociedade os mesmos procedimentos de “controle e utilização” dos mecanismos físicos da produção. Repete-se aqui a noção instrumental da tecnologia substanciada na relação de subordinação do objeto (natureza e sociedade) pela ação operatória do sujeito (tecnologia). A tecnologia passa a ser um componente importante da reprodução econômica. Parafraseando Adorno e Horkheimer, a lógica de coisificação da fábrica avança sobre a lógica da moral.

A noção instrumental reaparece na análise de Simonsen quando ele vincula a consagração das forças da natureza a tempos antigos. Esta idéia é sustentada em um contexto em que o autor afirma a ascendência da Ciência e da máquina na poesia moderna:

As odes, que na poesia antiga eram em regra consagradas às grandes forças da natureza, tendem hoje a evolver, naturalmente, em cânticos votivos aos lances da técnica moderna.

Mas enquanto o homem antigo se sentia pequeno diante daquelas forças, o de hoje, ao influxo, às vezes ilusório, das conquistas da técnica, chega a admitir uma concepção de domínio e de possibilidade de sua interferência na própria modificação do organismo social em que se integra (SIMONSEN, 1947c: 37 e 38 – grifos nossos).

Sob o influxo da Ciência moderna, os poetas “cantam, de preferência, a vida ativa ou a mecânica”.<sup>19</sup> Realiza-se, nas palavras de Simonsen, o mundo utilitário de Verne, o seu “Paris no século XX”. A Ciência invade a poesia.<sup>20</sup> Mas não é apenas a Ciência que se alastra a

---

<sup>19</sup> Simonsen, 1947c: 38.

<sup>20</sup> Em seu livro, “Paris no Século XX”, São Paulo, Ática, 1995, o escritor francês apresenta um mundo, todo ele utilitário. “Não há espaço para os sonhos ou à poesia (...) Como todos, o poeta tem que ser útil e cantar as proezas da indústria e dos negócios. Os títulos dos poemas modernos resumem-se, entre outros, a ‘Harmonias elétricas’, ‘Meditações sobre o oxigênio’, ‘Paralelogramo poético’, ‘Odes descarbonadas’...” (Maza, 1996:106).

outros campos da atividade humana. A tecnologia pode também envolver atividades como a medicina e a agricultura, mas é na indústria “sua maior aplicação”.<sup>21</sup>

Simonsen entende que a “produção” é o um processo de “conversão de bens geográficos, recursos naturais, em bens econômicos, artigos de consumo ou serviços”.<sup>22</sup> Seu conceito de “produção econômica”, além dos recursos naturais, inclui os recursos humanos e a tecnologia. O significado que dava a tecnologia era muito abrangente e contemplava diversas atividades sob a mesma rubrica. Simonsen tem clareza da abrangência de sua definição:

Sob esta expressão estariam agora incluídos o equipamento e os meios disponíveis para efetua-la, e tais são: a ciência, a arte, as práticas comerciais, os conhecimentos acumulados, a organização, o maquinário etc (SIMONSEN, 1945a: 80).

Há uma vasta gama de atividades que se confundem com esta definição em sentido lato. Tecnologia confunde-se com técnicas comerciais, maquinaria, pesquisa tecnológica, técnicas organizacionais e está intimamente ligada à Ciência. O fato de Simonsen não possuir uma conceituação precisa de técnica, tecnologia e Ciência não o impede de formular sua “proposta” de incremento tecnológico para o país, como veremos mais à frente. Não evita também que ele seja crítico em alguns momentos, quando avalia os desdobramentos do processo de evolução tecnológica.

... as máquinas e os processos tecnológicos se transformam e se multiplicam, continuamente, em função dos inventos e dos aperfeiçoamentos técnicos. Em sua diabólica evolução, conseguiu a tecnologia criar o progresso material moderno, proporcionando, às populações, uma infinidade de artigos de consumo, e diminuir as horas do trabalho humano<sup>23</sup>, necessários à segurança da sua subsistência. Originou, porém, uma grande dilapidação dos recursos naturais, um crescente desemprego, o congestionamento das cidades e uma indiscutível intranquilidade pelos problemas sociais e políticos que provocou (SIMONSEN, 1945a: 81 – grifos nossos).

Há, no excerto acima, variadas acepções que podemos destacar. Em primeiro lugar, convém lembrar que estas suas palavras são pronunciadas mais de uma vez entre engenheiros.

---

<sup>21</sup> Simonsen, 1945a:77.

<sup>22</sup> Ibidem: 80.

<sup>23</sup> Para Marx, não é o alvo da utilização da máquina aliviar o trabalho e, sim, baratear as mercadorias, diminuindo o tempo de reprodução da mão-de-obra e produzindo mais-valia. “Não é esse o objetivo do capital, quando emprega maquinaria. Esse emprego, como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo (...) A maquinaria é meio para produzir mais-valia” (Marx, 1989: 424).

Seu foco visava tratar da relação entre a Engenharia e a indústria.<sup>24</sup> Representava não apenas as idéias de engenheiros, mas também de industriais consubstanciados na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Simonsen, ao discorrer sobre a “diabólica evolução” do processo tecnológico, aponta uma sucessão de vantagens e inconveniências no aporte do conjunto de seus processos e conhecimentos na indústria moderna. Não lhe escapa a degradação dos recursos naturais e o desemprego gerado pela aplicação e ampliação dos recursos tecnológicos. Mais expressivo ainda é o fato deste processo ocasionar a intranquilidade evidente nos problemas sociais.

Estas considerações são parcialmente compreendidas e possuem um caráter abstrato se não forem consideradas no âmbito geral do projeto e das análises de Simonsen. Sua preocupação básica estava em um incremento relevante do aparato técnico na indústria nacional, o que não o impedia de ter uma compreensão abrangente do desenvolvimento da grande indústria em outros países. Em todo o transcurso de sua obra, ele não se cansa de apontar a deficiente utilização de máquinas nas indústrias do país. Assim, ressaltar os percalços da indústria moderna significava ter como modelo a ser alcançado outras experiências históricas contemporâneas, se possível, purgadas de algumas de suas inconveniências.

Em suas análises, percebe claramente as mudanças estruturais que a indústria sofre nos tempos modernos.

A Idade do Aço, que assinalou o aceleração da indústria americana no final do século passado, permitiu a intensa propagação do uso da máquina e da energia. Hoje, sob o ponto de vista estritamente tecnológico, os dois aspectos básicos que caracterizam o trabalho nas usinas modernas, são, sem dúvida, a adoção de processos contínuos e a utilização crescente das máquinas automáticas. As gigantescas produções de material bélico vieram acentuar essa tendência (SIMONSEN, 1945a: 72).

Mesmo que este processo correspondesse em maior medida aos países “supercapitalizados”, isto não impedia que Simonsen tivesse como mira os patamares da civilização industrial européia ou americana.<sup>25</sup> Sua discussão sobre o desemprego, motivado

---

<sup>24</sup> “A engenharia e a indústria” foi uma conferência proferida no dia 07 de fevereiro de 1944, na Escola Politécnica de São Paulo, em comemoração do cinquentenário de sua fundação. O pronunciamento foi publicado pela FIESP, de acordo com resolução de sua diretoria.

<sup>25</sup> Entre os anos de 1933 e 1939, na pauta da produção industrial brasileira, os bens de consumo não-duráveis estavam em primeiro lugar, bem à frente de outras atividades. A pequena produção de bens de capital era uma revelação, diga-se, eloqüente de nossa “mediocridade tecnológica e industrial”. “Enquanto nos países *de centro* desenvolviam-se as indústrias automobilística, aeronáutica, naval etc. a todo o vapor, as indústrias brasileiras ocupavam-se toscamente de mobiliários, têxteis, vestuário, bebidas, produtos alimentícios e outros” (Motoyama, 1994: 322).

pelo incremento tecnológico, mais se sustentava em indicativos do que em fatos palpáveis na indústria brasileira. Isto não significava, entretanto, que a indústria brasileira não tenha passado por um processo de mudança estrutural, apresentando algumas das conseqüências apontadas por Simonsen. Isto fica claro quando ele discute o que denominava de “proletarismo”:

As excessivas concentrações operárias também produzem um mal, que já se chamou de ‘proletarismo’; grandes aglomerações levadas a viver em quarteirões padronizados, mantendo-se, por dezenas de anos numa irritante monotonia de trabalho, transformando-se quase que em autômatos, e, assim, contrariando condições essenciais à alegria de viver (SIMONSEN, 1945a: 74).

Portanto, se Simonsen tem em mira os ensaios históricos de outros países, não perde de vista sua própria experiência. Ele foi obrigado a tratar com grandes agrupamentos de técnicos e operários, quando esteve voltado para a construção de quartéis para o Exército, nos primeiros anos da década de 1920. Simonsen viu surgir no cenário brasileiro a classe operária como novo agente social e não pode negar sua expressão política. O enfrentamento da questão operária se dará através de uma multiplicidade de estratégias que abrangeriam a organização científica do trabalho, passando pela formação profissional, culminando com o serviço social da indústria. Mas o problema operário só se resolveria em definitivo quando o padrão de vida geral da população brasileira se revertesse. Neste processo, a tecnologia tinha um papel capital, o da incrementação de novos patamares sociais.

## 2. UTENSÍLIOS MECÂNICOS E MAQUINARIA

Tal como em relação à Ciência, Simonsen era um cultor da tecnologia. É difícil não perceber esta admiração quando nos debruçamos sobre alguns de seus textos. A prova mais cabal deste sentimento pode ser encontrada nos discursos e artigos para jornais londrinos, escritos no ano de 1919, quando Simonsen se encontrava em missão oficial do governo brasileiro na Inglaterra. Destacamos, como exemplos, dois momentos. O primeiro, um discurso perante a London Chamber of Commerce e, o segundo, uma entrevista publicada nos jornais do Rio de Janeiro, quando de retorno ao Brasil:

---

Simonsen afirma que, em 1938, a produção industrial brasileira era constituída predominantemente de “artigos para consumo imediato.” Acentua a “ausência de indústrias pesadas e de base”, apesar de existir “uma apreciável indústria de cimento (...) e uma larga variedade de fábricas médias e pequenas de instrumental mecânico” (Simonsen, 1973:29).

Curvamo-nos reverentes ante a “Rocket” de Stephenson; ante a “turbina” de Pearson; e nos enchemos de esperança ao encontrar em Bath o novo modelo Feuerder, que nos parece destinado a um largo futuro e ser digno representante condensado do novo espírito britânico. (SIMONSEN, 1932:86 – grifo nosso).

O segundo exemplo:

Ante à locomotiva e à fábrica de Stephenson em Darlington, ante à turbina dentro da qual fomos fotografados em companhia do próprio Pearson, em Newcastle, nós, Delegados, e principalmente os engenheiros, nos sentimos comovidos. E em Bath nos sentimos maravilhados diante das demonstrações do engenheiro Feuerder, que acaba de inventar um sistema simplíssimo de se obter diretamente o movimento circular por um simples artifício de cinemática. As duas aplicações já experimentadas em bombas e em compressores indicam que essa invenção está destinada a revolucionar inteiramente a construção de certas máquinas (SIMONSEN, 1932:101 – grifos nossos).

Algumas inferências podem ser retiradas destas duas citações. Além do sentimento confesso de admiração revelado nas palavras acima, o que nos faz lembrar aquilo que Motoyama denominou de “caminhos tecnológicos apressados”,<sup>26</sup> interessa-nos aqui é destacar o conceito de tecnologia com que trabalhamos e que significado possuem os artefatos tecnológicos para Simonsen. Assim, nos trechos citados, aparecem diversos aparelhos tecnológicos – turbinas, locomotivas, bombas e compressores – que fazem o encantamento da delegação brasileira. Considerando correta a definição de tecnologia como cultura, o que supõe uma série de mediações constitutivas do universo tecnológico, então os utensílios descritos acima, quando vendidos e comprados, apresentam-se não como cultura, mas, em seu imediatismo, como mercadoria. Ora, por outro lado, utensílios são partes materiais das manifestações culturais humanas e, neste sentido, as máquinas são resultados de processos materiais da cultura. Há, assim, na sua materialidade imediata, uma “tecnologia implícita” (se é que podemos utilizar o conceito de Vargas para esta circunstância sem subvertê-lo) no conjunto de artefatos mecânicos descritos por Simonsen.

Simonsen dava uma grande importância aos utensílios mecânicos no desenvolvimento da indústria. Atribui, mesmo, papel central à Revolução Industrial ao descrever uma série de invenções que teriam contribuído para um grande crescimento econômico. Arrisca a dizer que as máquinas teriam possibilitado o desaparecimento dos artesãos e artífices, criando a classe

---

<sup>26</sup> “Fascinados pela parafernália tecnológica exposta nas vitrines das regiões desenvolvidas, iludem-se [países periféricos] pensando que sua adoção pura e simples dará um fim às suas mazelas” (Motoyama, 1994:14).

operária. Sua visão histórica da Revolução Industrial se inscreve na crença de que ela teria sido uma revolução tecnológica.<sup>27</sup>

Sendo a tecnologia, segundo Simonsen, um fator importante para o enfrentamento das asperezas climáticas e geológicas (ver 3º tópico, capítulo I), como também para o desenvolvimento produtivo, a defesa da mecanização passava a ser um dos fatores de valor substancial em seu projeto de industrialização. Em 1939, Simonsen ainda se queixava de o país não estar “maquinizado”. Para ele, a máquina havia, no decorrer do século XIX, libertado os homens de diversos obstáculos e colocado ao alcance de um grande número de pessoas uma diversidade de produtos, antes não imagináveis. Esta observação, ele entendia, não é uma mera constatação histórica, mas razão de mais um argumento para a necessidade do aumento do poder aquisitivo da população brasileira, fato este que permitiria a ampliação do mercado interno, base para o processo de industrialização do país.

Como havíamos visto no tópico anterior, Simonsen acreditava que a máquina, ao diminuir as horas de trabalho e ao poupar o trabalhador de certos esforços brutais, contribuía para a libertação do homem.<sup>28</sup> Esta perspectiva se inscrevia em um universo mental afeito aos artefatos mecânicos e que dava ao incremento tecnológico um significado que não se sustenta do ponto de vista histórico.

Para Marx, a máquina rompeu com a barreira biológica,<sup>29</sup> ou seja, permitiu que, com sua utilização, não se necessitasse como antes da força muscular, o que possibilitou, com o advento da indústria moderna, a utilização de mulheres e crianças nas tarefas fabris. A máquina aumenta o número de assalariados, colocando outros membros da família do trabalhador na condição de empregado. Longe de libertar, “a máquina ao aumentar o campo específico de exploração do capital, o material humano, amplia, ao mesmo tempo, o grau de exploração”.<sup>30</sup>

---

<sup>27</sup> O historiador Hobsbawn criticou, em “A era das Revoluções”, esta visão que se esquece de perceber que a Revolução Industrial foi, antes de tudo, uma transformação radical das relações de produção. Para o eminente historiador, a Revolução Industrial não precisou de um sofisticado aparato técnico para que acontecesse.

<sup>28</sup> “O fator decisivo para o progresso e para libertação do homem foi, incontestavelmente, a máquina” (Simonsen, 1973:289).

<sup>29</sup> “Quando a ferramenta propriamente dita se transfere do homem para um mecanismo, a máquina toma o lugar da simples ferramenta (...) O número de ferramentas com que o homem pode operar ao mesmo tempo é limitado pelo número de seus instrumentos naturais de produção, seus órgãos físicos (...) O número de ferramentas com que opera simultaneamente a máquina-ferramenta emancipa-se, desde o início, da barreira orgânica que a ferramenta manual de um trabalhador não podia ultrapassar” (Marx, 1989:427 – grifo nosso).

<sup>30</sup> Marx, 1989:451. Ademais, a resposta que os trabalhadores irão dar ao processo de mecanização varia em espaço e tempo. Assim, Weinstein mostra, por exemplo, como os sopradores da Vidraria Santa Maria realizaram greve na década de 1910 para a substituição do “esforço humano por ar comprimido”, atitude oposta aos sopradores franceses que, na década de 1890, resistiram a esta substituição (Weinstein, 2000:59).



A máquina não rompe apenas os limites biológicos na execução das tarefas fabris, ela dá margem para que o limite da jornada de trabalho seja alongado. Sendo a máquina um meio de aumentar a produtividade do trabalho, ou seja, “diminuir o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria”, ela também se torna em um poderoso instrumento para “prolongar a jornada de trabalho”.<sup>31</sup>

Portanto, Simonsen, ao argumentar que a máquina leva a “diminuir as horas do trabalho humano”, descuidava-se da análise da complexidade dialética de sua utilização e as condições concretas e contraditórias de sua aplicabilidade.

Isso não significa que Simonsen desconhecesse as contradições do processo de desenvolvimento do aparato industrial. Admiti-as, não as negava, mas buscava identificá-las na melhor perspectiva de articulá-las em proveito de suas teses. É o que faz com o perigo da máquina substituir o homem, gerando desemprego:

Não me filio em absoluto ao pensamento dos que pregam que devemos retroceder nessa admirável conquista do espírito humano; saibamos pô-la integralmente ao nosso serviço colocando-nos cada vez mais alto, a dominá-la, desenvolvendo para isso outras faculdades, criando novas instituições sociais e econômicas e teremos resolvido o problema caminhando para frente, mas nunca retrocedendo. Reconheçamos que os erros são de origem subjetiva; não culpemos a máquina (SIMONSEN, 1933:28 – grifo nosso).

Assim, ao afirmar que não se filia aos que defendem um retrocesso “nessa admirável conquista do espírito humano” e ao atribuir os erros do uso capitalista da máquina a “origem subjetiva”, visa imputar, aos que combatem o emprego capitalista da maquinaria, a estupidez de combater não apenas esta forma de aplicabilidade, mas a própria maquinaria.

Mesmo, em alguns momentos, identificando problemas como o desemprego, Simonsen se coloca radicalmente a favor dos benefícios da mecanização à produção. Falando da relação entre os homens e as máquinas, assim se expressava:

A máquina aumentando a produtividade afasta-o do trabalho manual e embrutecedor, aguça-lhe a inteligência, permite a elevação do nível dos salários, a redução das horas, favorece as possibilidades da instrução proletária, melhora enfim a humanidade! (SIMONSEN, 1928a: 8 e 9).

Nota-se que seu apanhado das conseqüências positivas da mecanização são amplamente favoráveis. A máquina elimina do trabalho as tarefas mais brutais, eleva os salários e o nível de inteligência dos trabalhadores, reduz as horas de trabalho, enfim, liberta a

---

<sup>31</sup> Ibidem, 1989:459.

humanidade.<sup>32</sup> O aumento de ritmo do trabalho, tantas vezes denunciado nos jornais operários das primeiras décadas do século XX, é traduzido pelo aumento de produtividade, que afasta o operário do trabalho mais bruto e permite o desenvolvimento de sua inteligência.

Como a máquina era encarada como fator de libertação do homem e de elevação da produtividade, quais seriam as estratégias que Simonsen adotava para explicar o atraso da mecanização? Parece-nos correto apontar suas duas propostas principais para a superação deste atraso: a importação de equipamentos e a constituição de uma indústria de base.

Para o melhor aparelhamento industrial do Brasil, necessitava-se, como ponto inicial, da aquisição de máquinas. Sua posição, quanto ao incremento tecnológico, nos parece paradoxal, ao menos em um primeiro momento. Defendia a compra de máquinas que pudessem se adaptar às necessidades brasileiras. Havia, da parte do empresário, uma visão pragmática propondo o envio de jovens técnicos brasileiros para melhor conhecer os processos e métodos de produção das fábricas da Inglaterra e para estudar nas universidades daquele país. Se, por um lado, este processo pode parecer uma forma de aquisição de conhecimento, por outro, não deixa de ser limitado, pois não rompe com a divisão internacional do trabalho e, por conseqüência, a dependência econômica. Isto fica claro quando Simonsen atribui aos técnicos, nestes instantes, papel análogo ao de representantes comerciais:

...a necessidade que há nesse país, de técnicos, perfeitos conhecedores dos processos e métodos comerciais ingleses e dos meios mais eficientes de utilização dos aparelhamentos e máquinas britânicas que pretendam introduzir no mercado brasileiro (SIMONSEN, 1932:89).

Ou, ainda,

Após um estágio de um ou dois anos, tendo ao tempo auxiliado neste país a organização do departamento de vendas para o Brasil, podem apreender os métodos e processos comerciais ingleses bem como a utilização eficiente de suas máquinas, tornando-se (...) habilitados a voltar para o país, engajados pelas mesmas firmas, para lá servirem em suas agências (IBIDEM: 90).

Assim, os jovens que retornassem ao país se assemelhariam a representantes comerciais. Sem embargo, tais declarações devem ser matizadas. Em primeiro lugar, por tratar-se de trecho de um artigo publicado no mês de agosto de 1919, no “Times”, de Londres,

---

<sup>32</sup> A idéia da máquina como libertadora do homem não era exclusiva de Simonsen e de setores empresariais. Ela se achava também presente no seio de correntes políticas tão-díspares, como no caso dos anarco-sindicalistas. Tanto como os libertários, Simonsen não acreditava ser a máquina um mal em si. Enquanto para os anarquistas que viveram no Brasil, os problemas sociais eram resultado da organização social injusta, para Simonsen os erros associados a máquinas eram de ordem subjetiva. Ver: Maza, 1993.

onde Simonsen se encontrava em missão oficial do governo brasileiro. Podemos circunstanciar suas palavras, buscando entendê-las como uma estratégia comercial junto aos empresários britânicos. Além do mais, não se vence a dependência tecnológica simplesmente desejando que isto aconteça. Esta é resultado de uma cultura científica organizada, que depende da constituição de uma vasta rede institucional que contemple pesquisa tecnológica, associações científicas, órgãos públicos de financiamento etc. Parece que, neste momento, o pragmatismo dos negócios falava mais alto.

Sua posição aparenta ser bastante realista e pragmática ao propor importação de equipamentos e a ida de técnicos brasileiros para estagiar em fábricas da Inglaterra ou para estudar em universidades desse país. Com isto, enfrentavam-se dois problemas que eram a falta de técnicos e de máquinas. Esta proposta, entretanto, possuía limites que só poderiam ser superados com a organização da pesquisa de tecnologia no Brasil e com a implantação de uma indústria de base. Esta produziria insumos básicos que possibilitariam o incremento de uma indústria de bens de capital.

Em toda a trajetória intelectual de Simonsen está presente sua crítica à pouca mecanização do país. Não é apenas no início de sua carreira que ele se reporta a este problema. No final do ano de 1937, Simonsen falava, a uma platéia de formandos em ciências políticas e sociais da ELSP, do “imenso progresso mundial de ordem técnica” e de como era “relativamente pequeno o emprego da máquina entre nós”.<sup>33</sup> Ao adentrar a década de quarenta, ele reforça sua crítica ao ressaltar como a agricultura brasileira era “pouco mecanizada”, enquanto a indústria ia se desenvolvendo com uma “acentuada falta de técnicos”.<sup>34</sup>

Esta constatação segue de perto a própria estrutura da produção industrial em São Paulo e no Brasil. Assim, utilizando-se de um censo industrial, realizado em 1907 pelo Centro Industrial do Brasil, Simonsen mostra-nos que a composição dos setores produtivos no Brasil se concentrava, basicamente, em produtos de alimentação, têxteis e de vestuário.<sup>35</sup> No recenseamento geral da República de 1920, os dados estatísticos destes três setores correspondem a mais de 70 por cento da produção industrial do país.<sup>36</sup> Desde então até 1937, não há, praticamente, alteração na composição industrial brasileira, a não ser nos três

---

<sup>33</sup> Simonsen, 1943b:18.

<sup>34</sup> *Ibidem*: 170.

<sup>35</sup> Os dados do censo do Centro Industrial do Brasil são os seguintes: indústria de alimentação, 26,7%; têxtil, 20,6%; vestuário e objetos de tocador, 15,9%; produtos químicos e análogos 9,4%; outros produtos industriais, 27,4% (Simonsen, 1973:17).

<sup>36</sup> O dados são assim distribuídos no censo de 1920: indústria de alimentação, 40,2%; têxtil, 27,6%; vestuário e objetos de tocador, 8,2%; produtos químicos propriamente ditos e análogos, 7,9%; outros grupos de indústria, 16,1% (*Ibidem*: 18).

segmentos principais que correspondem, conforme já observado, ao grosso da produção industrial. Não aparece nas duas estatísticas qualquer referência à indústria de máquinas ou equipamentos. Esta só aparecerá em estatística elaborada por Simonsen, em 1938, da produção paulista. Então, a indústria de máquinas e instrumentos obtém o índice de 13 por cento na composição fabril paulista, ultrapassando o tópicos de vestuário, os de artigos de fio, tecidos e objetos para toucador, que corresponderam a dez por cento da produção.

Apesar da presença de uma crescente indústria de máquinas e de uma maior diversificação de setores, os três segmentos destacados pelos outros censos correspondiam a 56 por cento da produção industrial paulista. Estes dados levariam Simonsen, no ano seguinte, em um contexto de rearmamento das nações européias, a afirmar categoricamente:

O uso da máquina, no Brasil, quase que está na infância, se o compararmos aos países fortemente maquinizados. No entanto, nesses países, a máquina não está sendo empregada apenas para a produtividade econômica, mas também e largamente, nos aparelhamentos de guerra e nos equipamentos motorizados. (SIMONSEN, 1945a: 19).

A guerra que se insinuava na Europa acrescia um novo elemento de importância à mecanização do país. Seu significado se ligava, agora, à “própria segurança do país”.<sup>37</sup> Tornava-se mais urgente “promover a instalação de indústrias basilares e procurar fazer um mais largo emprego da máquina em todas as suas eficientes aplicações”.<sup>38</sup>

Na Segunda Feira Nacional de Indústrias, realizada em São Paulo, em 1941, ao discursar em homenagem à visita de Getúlio Vargas a suas dependências, Simonsen ressalta que se operava no parque industrial paulista uma “verdadeira revolução”. Observa que “improvisavam” máquinas e “novas matérias-primas” eram utilizadas.<sup>39</sup> Assim, o caminho da indústria paulista seguia ligado aos descaminhos da humanidade.

Acompanhado-se o desenrolar da obra de Simonsen, percebe-se que suas considerações sobre a necessidade de uma maior mecanização da indústria nacional circunstancia-se nos limites e impasses da própria industrialização brasileira. Neste tema, Simonsen busca identificar mais um dos obstáculos para o pleno desenvolvimento industrial. Em sua análise, a tecnologia tem papel capital, mas não dispensa outros elementos importantes para a industrialização do país. Em uma outra ocasião, desta vez após o término da Primeira Grande Guerra, Simonsen afirmava que, diante das dificuldades de desenvolvimento industrial, a estratégia de crescimento da produção deveria se concentrar na

---

<sup>37</sup> Simonsen, 1945a: 19.

<sup>38</sup> Ibidem: Idem.

<sup>39</sup> Simonsen, 1943b: 236.

organização do trabalho. A organização científica do trabalho será um outro tema caro para Simonsen.

### 3. A ORGANIZAÇÃO CIENTÍFICA DO TRABALHO

Em uma de suas primeiras produções, “O trabalho moderno”, Simonsen diz que “organizar” é um imperativo da atividade laboral. Escrita no final da Primeira Guerra, a contenda mundial condicionou sua defesa calorosa da organização científica do trabalho. Para ele, terminada a guerra nas trincheiras, iniciar-se-ia um outro tipo de guerra, a econômica, em que só poderiam prosperar e vencer “as empresas bem organizadas”.<sup>40</sup> Somente estas empresas organizadas venceriam a nova luta. Os desafios econômicos transformar-se-iam em uma nova guerra que utilizaria uma outra roupagem. O máximo de eficiência e a máxima economia só poderiam ser obtidos com a organização do trabalho “em bases verdadeiramente científicas”. Na verdade, Simonsen afirmava que, diante das dificuldades de desenvolvimento industrial, a estratégia de crescimento da produção deveria se concentrar na organização do trabalho.

Não se pode deixar de observar a dimensão darwinista em seu discurso, porque somente os melhores aparelhados – ou, talvez, os que melhor se adaptassem – sobreviveriam a esta luta pela vida: “na tremenda luta econômica que se vai travar só poderão vencer, só poderão prosperar, as empresas bem organizadas”.<sup>41</sup>

Neste cenário de intensiva disputa, a expansão da economia nacional e internacional não toleraria qualquer espécie de restrição à produção. Assim sendo, urgia organizar a produção segundo as novas relações de poder. Para isto, necessitava-se organizar as relações de trabalhos sob os auspícios da administração científica do trabalho, eliminando-se todos os entraves políticos e pautando-se a produção nos parâmetros da Ciência. Esta organização, além de propostas concretas de mudanças das formas de trabalhar e da estrutura das empresas, necessitava da elaboração de um discurso orgânico que justificasse seus procedimentos racionais e esvaziasse, através da desqualificação, outras formas de pensar o processo produtivo. Disciplina e colaboração eram o cerne deste discurso.

Em última instância, quase como um desejo inconfesso, visava-se a substituição do braço “custoso e raro” pela “inteligência, pelo talento, pela organização”.<sup>42</sup> Isto nos remete a

---

<sup>40</sup> Simonsen, 1919:10.

<sup>41</sup> Simonsen, 1932:19.

<sup>42</sup> Simonsen, 1919:23.

um outro cenário, aquele que determinou a defesa de Simonsen das teses de Taylor e outros ideólogos da administração científica do trabalho.

Se compreendermos as relações e a organização do trabalho como resultados de um conflito permanente entre sujeitos sociais envolvidos no processo produtivo, podemos então recuperar a dimensão política de várias técnicas de poder na produção industrial que estão consubstanciadas no taylorismo, no fordismo e na racionalização. Assim, podemos pensar as propostas de Simonsen em uma dimensão política e desvendar as estratégias contidas em seu discurso que buscavam despolarizar a questão e entregá-la aos procedimentos neutros e objetivos da ciência da administração.

Após a greve geral de 1917, que contou com a paralisação da Construtora de Santos, Simonsen passa a tratar a questão da eficiência como forma de contenção do movimento operário. Suas formulações contemplavam o desenvolvimento de formas técnicas possíveis à exploração racional, aos métodos de trabalho e de administração. Mas é no intenso conflito fabril que se devem buscar, em parte, as motivações para a aplicação da organização científica do trabalho.

No seu entender, o confronto capital/trabalho era resultado da ação equivocada, “não-científica” do patronato. Quanto ao operário, buscava soluções de seus problemas “por vias políticas, quando poderiam ser resolvidos, com acerto, por vias econômicas”.<sup>43</sup> A organização do trabalho em bases científicas era a solução harmoniosa, exorcizando o confronto político e a luta de classes. Era necessário reintroduzir a lógica natural das “leis econômicas que regem a produção”<sup>44</sup> através da investigação científica das condições de trabalho e da aplicação de uma disciplina inteligente.

Há uma vasta bibliografia, referente ao período, que nos mostra ter havido um intenso conflito entre empresários e operários no âmbito do processo produtivo.<sup>45</sup> Nos trabalhos que se debruçaram sobre este conflito, a organização científica do trabalho é pensada como uma nova estratégia de controle social. Uma estratégia mais “sutil” e que expressava o esforço de organizar a produção sob a égide da Ciência e sob o controle empresarial.

Neste período, o setor em que Simonsen atuava, o da construção civil, em Santos, era considerado um dos que possuíam um dos mais elevados graus de organização entre os operários. Assim, não lhe era difícil vincular a defesa da organização científica do trabalho às estratégias de controle dos operários. Além do que, a construção civil permitia um grau menor

---

<sup>43</sup> Ibidem: 37.

<sup>44</sup> Ibidem: 38.

<sup>45</sup> Ver, por exemplo, Antonacci, 1993; Silva, 1990; Decca, 1984; Rago, 1985.

de mecanização, o que propiciava a utilização de outras formas de racionalização da produção.

Entretanto, pensar a organização científica do trabalho como apenas um estratagema de controle social não nos parece suficiente para entender o que estava por trás das idéias de Simonsen, o que não quer dizer que este componente coercitivo esteja ausente de seu horizonte.

O que nos parece mais justo é afirmar que Simonsen não estava apenas preocupado como os operários. Tentava, acima de tudo, convencer seus pares da necessidade de “reestruturar a *si mesmos*”.<sup>46</sup> Na introdução de seu “O trabalho moderno” – texto de fundamental importância para esta discussão, pois é nesta obra que ele principia a falar da organização científica do trabalho –, Simonsen expõem as razões que o levaram a publicá-lo. Em suas palavras, o pouco que havia escrito “agradou unicamente pelo contraste à corrente dominante em nosso meio”.<sup>47</sup> Em se tratando de um texto que aborda a organização do trabalho, podemos supor que ir “contra a corrente dominante” significava combater a falta de organização científica do trabalho nas empresas da incipiente indústria nacional. De fato, no Brasil, como em outros países industrializados, as inovações ligadas à “administração científica do trabalho e organização racional foram implementadas de forma bastante irregular”.<sup>48</sup>

Mas a questão principal está em identificar a quem Simonsen fala. “O trabalho moderno” é constituído de dois discursos e um relatório, feitos entre os anos de 1918 e 1919. Neles, Simonsen fala à diretoria da Cia. Construtora de Santos, ao ministro da Agricultura e políticos de Santos e a “seus amigos”, o que incluía operários de sua empresa. Ao reportar-se aos operários em um dos discursos, ele o faz para negar o conflito de classe e apontar a morte como “a grande niveladora social”.<sup>49</sup>

Os outros dois discursos são verdadeiros programas de organização da produção nacional e da “reorganização interna” da Cia. Construtora de Santos. Simonsen fala exclusivamente a seus pares, políticos e intelectuais. Seu intento era o de convencê-los que a indústria tinha uma grande contribuição a dar ao progresso econômico e à paz social<sup>50</sup> do país. Não é por acaso que Simonsen afirma que os empresários não agiam de forma científica na organização da produção. Também não é por acaso que intelectuais, como Luiz Pereira

---

<sup>46</sup> Weinstein, 2000:20.

<sup>47</sup> Ibidem: 3.

<sup>48</sup> Ibidem: 20.

<sup>49</sup> Ibidem: 9.

<sup>50</sup> Ibidem: 21.

Barreto, tenham aplaudido o trabalho de Simonsen e que Monteiro Lobato tenha incentivado sua publicação, sendo ele o autor, inclusive, do título. Acima de tudo, o discurso da organização do trabalho visava um meio pouco afeito à organização.

Assim, em nossa perspectiva, o discurso da organização científica do trabalho cumpria três funções. A primeira era convencer intelectuais, políticos e industriais da necessidade de mudanças nos métodos de organização da administração e da produção. A segunda era munir a indústria de formas racionais de organização que permitissem uma produção sem entraves para a nova realidade que se abria no pós-guerra, em que a concorrência estava em franca ascensão. E, por fim, o que não significa ser de menor importância, a racionalização da produção significava mudanças na forma de controle social.

### 3.1. DO TAYLORISMO À PREOCUPAÇÃO EM SERVIR

Em 1912, funda-se a Cia. Construtora de Santos, “pioneira em planejamentos urbanísticos”.<sup>51</sup> (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1984:3201). Simonsen racionalizou suas empresas através dos “métodos de gestão de empresa”, de inspiração taylorista, e “obteve notável êxito”, segundo palavras de Heitor Ferreira Lima.<sup>52</sup> Para a construção de casas populares em Santos, obteve o apoio do prefeito Belmiro Ribeiro, que fez sancionar lei que dava incentivo aos investidores neste ramo de atividade. Contudo, talvez a experiência mais significativa da trajetória empresarial de Simonsen tenha sido a construção de quartéis para o Exército brasileiro, no início da década de 1920. Foi um marco na vida e no pensamento do líder empresarial. Lidando com aproximadamente 15 mil operários, percorrendo várias cidades, em nove estados brasileiros, Simonsen entraria em contato com a realidade do país. Observou a miséria da população do interior, o que reforçou sua idéia de industrialização como forma de “corrigir os males do atraso material e do pauperismo em que vivíamos”.<sup>53</sup>

Nestas suas experiências, sempre buscou organizar a produção de modo racional, estando atento aos ensaios que se realizavam em outros países e à discussão no âmbito da teoria da administração científica do trabalho. Todavia, isto não impediu que em certos casos houvesse um “abismo” entre sua visão de economia industrial racional e sua prática industrial. É o caso de uma sua empresa, a Cerâmica São Caetano, que obteve prejuízos entre 1923 e

---

<sup>51</sup> Dicionário histórico-bibliográfico brasileiro, 1984:3201.

<sup>52</sup> *Ibidem*: Idem.

<sup>53</sup> Lima, 1973:15.



1926, “apesar de consideráveis investimentos para melhorar a capacidade de produção”.<sup>54</sup> A fábrica era uma “verdadeira enciclopédia de tudo o que os defensores da racionalização condenavam”.<sup>55</sup> Este fato se explica não por uma contradição explícita entre o discurso e a prática, uma vez que, na construção dos quartéis, a companhia construtora de Simonsen mostrou-se pioneira em vários cometimentos. Assim, elaboraram-se antecipadamente anteprojetos nos escritórios centrais da empresa, praticou-se uma abundante documentação contábil e utilizou-se de material pré-fabricado e padronizado para todos os quartéis. O que explica a desafinação, no coro da racionalização, da Cerâmica São Caetano talvez seja a própria falta de tempo de Simonsen, uma vez que, na época da compra da empresa, ele estava envolvido intensamente na construção de quartéis. De qualquer maneira, Simonsen encarregou o engenheiro industrial M. de Castro Silva para uma total reorganização da Cerâmica São Caetano.

Estas experiências, descritas aqui em poucas palavras, dão uma medida da preocupação de Simonsen com a racionalização de suas empresas e apontam para uma perspectiva de racionalização global de toda a economia. Suas análises se iniciam com a defesa do taylorismo e vão se ampliando à medida que ele tem como escopo a industrialização do país a partir de uma planificação de toda a economia. Neste tópico nos interessa observar suas iniciais preocupações com a organização científica do trabalho e como seu discurso vai-se deslocando para uma idéia de indústria com o objetivo de servir à sociedade. Este caminho é marcado pela adoção do taylorismo, sua crítica e a incorporação de novas teorias da administração científica.

Gostaríamos então de retornar ao problema da definição de organização científica do trabalho como técnica de controle social. Segundo Rago e Moreira, o taylorismo, mais do que uma técnica de produção, é “essencialmente uma técnica social de dominação”.<sup>56</sup> Assim, deve ser analisado, quando se apresenta como um método científico de intensificação da produção, em suas dimensões políticas dissimuladas. Esta dissimulação está vivamente presente na fala de Simonsen:

Os industriais de hoje têm de abandonar os moldes antigos para considerar como uma força nova, existente realmente, o descontentamento do operário; e proporcionar, com desassombro, a justa remuneração ao trabalho, se não quiserem assistir ao entravamento da produção pela tentativa de decisão deste problema, erradamente, por vias políticas, quando poderia ser resolvido, com acerto, por vias econômicas (SIMONSEN, 1919:37 – grifos nossos).

---

<sup>54</sup> Weinstein, 2000:31.

<sup>55</sup> Ibidem: 32.

<sup>56</sup> Rago; Moreira, 1984:25.

Como se pode observar, Simonsen não deixa de identificar a classe operária como uma “força nova” no cenário político, mas o faz para imediatamente desqualificar sua prática, identificando-a como política e, por este motivo, equivocada. Urge, a todo o transe, evitar que se organizem em feição de “guerra de classes”.<sup>57</sup> Neste sentido, a racionalidade da produção acha-se não na ação política e sim nas leis econômicas. A organização científica do trabalho é pretendida como uma prática racional “inerente ao processo produtivo”.<sup>58</sup> Portanto, o taylorismo se apresenta como um “método que expressa” uma racionalidade “inscrita na ordem natural das coisas”.<sup>59</sup>

Na moderna organização do trabalho, a antiga disciplina, a militar – que só se impunha pelo rigorismo de feitores carrancudos –, é substituída pela disciplina inteligente – oriunda do conhecimento exato que tem o operário da natureza do seu trabalho e da certeza do justo reconhecimento de seus esforços (SIMONSEN, 1919:11 – grifo nosso).

Em suma, acreditamos serem as formas de organização científica do trabalho técnicas de poder que incidem sobre os atos dos trabalhadores, visando disciplinar seus movimentos, adaptando-os ao ritmo dos artefatos mecânicos. Técnica positiva – no sentido que Foucault empregou ao falar da positividade do poder –, pois recai sobre o próprio corpo do trabalhador, buscando-se construir um novo sujeito produtivo.

A esfera de nossa ação se distenderá, lucrando até o meio em que vivemos pelos benéficos reflexos que emanarão do grande núcleo de obreiros felizes e organizados que saberemos construir! (SIMONSEN, 1932:20).

A construção de um novo trabalhador implicava procedimentos diferentes no âmbito do processo produtivo. Um dos primeiros elementos que podemos levar em conta, para entendermos o processo da racionalização fabril, é a individualização do trabalhador. Simonsen critica os velhos empresários, que tratavam a mão-de-obra como se estivessem lidando com uma massa única que se buscaria no mercado, “com menos atenção que a matéria-prima”.<sup>60</sup> Propõe tratar o operário individualmente para treiná-lo nas tarefas que melhor conviessem.

Simonsen defende o parcelamento e, paralelamente, constrói um discurso orgânico que justifica esse procedimento.

---

<sup>57</sup> Simonsen, 1919:38.

<sup>58</sup> Rago; Moreira, 1984:26.

<sup>59</sup> Ibidem: Idem.

<sup>60</sup> Simonsen, 1919:38.

E a máxima eficiência na elaboração da produção nós a obteremos com uma atuação em que por disposições inteligentemente adotadas, as perdas de tempo e esforço não produtivos sejam reduzidas ao mínimo (SIMONSEN, 1932: 20).

Pode-se perceber, no trecho citado, a intenção de buscar uma economia de gestos em que as ações supérfluas sejam totalmente eliminadas. Quanto ao parcelamento, Simonsen argumenta que se deve cuidar dos mínimos detalhes para execução dos serviços. Nenhum procedimento pode ser aleatório, mas deve estar contido no planejamento e nas normas de execução determinadas por quem está no centro das decisões. Opera-se um corte definitivo entre trabalho intelectual e manual, que é justificado em nome da eficiência e do barateamento da produção. E mais, sob estas novas condições, os trabalhadores estariam sempre cientes do que deveriam fazer.

Simonsen está consciente das conseqüências deste processo para o artesão e tenta justificá-lo, desclassificando os que estão do lado oposto aos procedimentos científicos. Comentando a fundação, em 1912, da Cia. Construtora de Santos, assim se expressa sobre os mestres-de-obras:

Era (a Cia.)... uma reação contra o existente predomínio absoluto dos mestres-de-obras, que o atraso e os poucos recursos do meio tinham arvorado projetistas e mentores da evolução material da cidade (SIMONSEN, 1932:157).

Compete-nos mencionar que, no interior do discurso científico de Simonsen, não havia espaço para práticas de um “tipo de saber-fazer” aprendido através “da experiência sensível e em ensinamentos transmitidos de geração em geração”.<sup>61</sup> Todas estas práticas eram desqualificadas como empíricas, contrárias aos bons ensinamentos da Ciência. A incorporação dos operários ao processo produtivo deveria se dar por outros caminhos, ou seja, pelos meios das leis econômicas, neutras, que resultavam da observação objetiva da Ciência e não através de mecanismos políticos.

Não obstante, a partir do final dos anos de 1920 e início dos de 1930, há um deslocamento no discurso de Simonsen. À luz da experiência fordista e das novas teorias da administração, Simonsen começa a criticar o taylorismo e apontar o papel da indústria como o de servir à sociedade.

A fábrica fordista introduziu os princípios da fragmentação das tarefas e aumento do ritmo de trabalho, recorrendo a processos técnicos que permitiam o fluxo contínuo da

---

<sup>61</sup> Vargas, 1994.

produção. Mas, enquanto no taylorismo sua justificativa ideológica se resumia a uma maior produção que beneficiaria a todos, operários, empresários e consumidor, no fordismo eram agregados “valores sociais e morais adequados” para “internalizar o senso de disciplina para ter um bom desempenho no novo ambiente industrial”.<sup>62</sup> Pode-se, assim, falar de uma “ética” fordista que implicava um “maior e mais amplo envolvimento do industrial no desenvolvimento de serviços sociais, instrução e atividades recreacionais para trabalhadores”.<sup>63</sup>

Para Taylor, uma boa teoria administrativa deve levar em conta que os trabalhadores agem “de acordo com o interesse pelo ganho material”.<sup>64</sup> O conceito de Taylor é o do “homo economicus”, no qual não se têm em conta fatores psicológicos e ambientais. Para Gilbreth, o sistema de Taylor tinha “absoluta falta de elementos humanos”.<sup>65</sup>

Outros críticos de Taylor eram os chamados “psicólogos industriais”. Em Harvard, desenvolve-se, no período de 1927 a 1932, pelas mãos de Elton Mayo, a pesquisa experimental com a criação de um laboratório de estudo de fadiga e produtividade. Esta “sociologia industrial” critica o taylorismo e aponta as influências das relações sociais nas fábricas, sobre a produtividade. Para Mayo e Pieron, Taylor tratava os “seres humanos como meras extensões das máquinas”.<sup>66</sup>

As críticas de Simonsen a Taylor começam a aparecer em seus trabalhos no início dos anos 30. Em 1933, na ocasião na fundação da ELSP, fala da crise do momento, aponta o “produtivismo” e o taylorismo como causas do desequilíbrio entre produção e consumo. Antes mesmo desta data, em 1931, em uma conferência no Colégio Mackenzie, Simonsen ataca o sistema de Taylor e defende o de Ford.

O sistema Taylor especializa em excesso a produção do operário e procura adaptá-lo à máquina, destrói a iniciativa própria e de alguma forma o sentimento de camaradagem e de alegria no trabalho, estimulando a ambição individual. Atomizando em extremo o trabalho, não exige aptidões especiais dos operários, que se tornam, assim, autômatos, nas mãos dos administradores. Combatido pelos sindicatos de classe, não o é, porém, por algumas escolas socialistas que, reconhecendo o aumento de produtividade que ele traduz, desejam aproveitá-lo em benefício do socialismo racional do Estado (SIMONSEN, 1931b: 17).

Simonsen sabia do que estava falando e cita, de passagem, a relação dos bolcheviques e de Lênin com o taylorismo. Ele parecia bem atento ao movimento de racionalização e ao

---

<sup>62</sup> Weinstein, 2000:24.

<sup>63</sup> Ibidem: Idem.

<sup>64</sup> Lodi, 1993:32.

<sup>65</sup> Ibidem: 45.

<sup>66</sup> Weinstein, 2000:25.

desenvolvimento das teorias de administração. Assim, critica Taylor a partir dos estudos sobre a fadiga realizados por Gilbreth, que, por sua vez, é também criticado por possuir determinados “modelos metálicos com o intuito de ensinar os movimentos ideais aos trabalhadores”.<sup>67</sup> Para Simonsen, Gilbreth não levava em consideração “o tempo subjetivo” e o “ritmo pessoal” dos trabalhadores.

Mas será no “sistema de Ford” que Simonsen irá deter sua maior atenção. Sua interpretação da experiência fordista se centra em dois pontos principais. O primeiro refere-se à forma de execução das tarefas, enquanto o segundo trata do princípio norteador do “sistema”. Nos dois casos, há um exercício explicativo que visa amenizar as contradições do “sistema” de Ford. Assim, o ritmo rigoroso dos movimentos do taylorismo é substituído pela cadência que mais convém ao operário nas fábricas organizadas por Ford.

Esse tempo foi determinado cientificamente, não para um trabalho individual como nos moldes rígidos do sistema de Taylor, porém, para a execução de uma tarefa pela turma. Dentro desse tempo o operário tem liberdade para executar o seu trabalho da forma que melhor lhe convém; é aí que reside a diferença principal dos sistemas Ford e Taylor (SIMONSEN, 1931b: 18).

A partir das reservas ao taylorismo, Simonsen procura suavizar os procedimentos na produção fordista, atribuindo a esta um caráter de fluxo contínuo, mas suave, pois se preocupava com as faculdades psicomotoras do trabalhador. Nenhuma palavra sobre o ritmo alucinante e o gigantismo opressor das fábricas de Ford.

Ford manda adaptar esses movimentos, tão comodamente quanto possível, de acordo com os hábitos pessoais do operário, suas aptidões e sua vontade à cadência de um conveyor. O trabalhador de Ford pode dentro da tarefa prescrita encontrar o seu ritmo pessoal e o trabalho perde, então, a monotonia do sistema Taylor. A existência do ritmo permite o desenvolvimento de forças psicomotoras que levam o trabalhador a executar, sem sentir, a sua tarefa, com o pensamento livre e sem fadiga que acarreta o trabalho automático (SIMONSEN, 1931b: 19).

A suaviloqüência das palavras de Simonsen permite-nos articulá-las ao componente ideológico central do fordismo. A idéia de que a indústria tinha a função de servir à sociedade. Neste sentido, o fordismo é um sistema de produção cuja racionalização “define um modo de vida”.<sup>68</sup>

A idéia de servir à comunidade aparece nos textos de Simonsen no início dos anos de 1920. Conferenciando para uma turma de bacharéis em comércio, em novembro de 1920,

---

<sup>67</sup> Simonsen, 1931b: 18.

<sup>68</sup> Trabalho e tecnologia – Dicionário crítico, 2000:89.

Simonsen afirma que o negociante “só adquire uma posição estável sendo verdadeiro em servir aos consumidores”.<sup>69</sup> Para ele, “todo negociante serve à sociedade”.<sup>70</sup> Ao procurar satisfazer as necessidades dos consumidores é que o “homem de negócio melhor serviço presta à comunidade”.<sup>71</sup> Simonsen acreditava que os negócios possuíam uma “alma”. Assim, a indústria e os negócios em geral não poderiam se preocupar exclusivamente com a emulação, deixando de lado princípios idealísticos. Ao “business is business”, Simonsen opunha o “idealismo prático”, que pressupunha “o supremo valor do exercício da consciência individual no comércio e na indústria”.<sup>72</sup>

Em outra ocasião, de importância capital para a elaboração do projeto de industrialização dos industriais, Simonsen retoma o tema de “servir”:

Segundo a moderna orientação, as indústrias vão sendo exercidas nos meios adiantados com a preocupação máxima de ‘servir’, de serem úteis aos meios em que se acham estabelecidas, sendo o ganho, antes que um fim, uma função decorrente (SIMONSEN, 1928a: 19).

Estava, assim, pavimentado o caminho para a aceitação da “ética” fordista. Para Antonacci, as críticas ao taylorismo e o envolvimento dos empresários paulistas com as idéias de Ford, em meados dos anos de 1920, advinham das dificuldades e “resistências sociais” à execução dos princípios do taylorismo. Para esta autora, “o fordismo se adequou satisfatoriamente aos interesses e necessidades da grande burguesia industrial paulista”.<sup>73</sup> Por sua vez, Weinstein contesta os argumentos de Antonacci quando assevera que o que “costumava ser objeto de polêmica não era a racionalização em si mesma, mas a forma como a autoridade devia ser distribuída dentro da empresa racionalizada”.<sup>74</sup> Em outras palavras, para a historiadora americana, em algumas ocasiões os trabalhadores brasileiros foram favoráveis a inovações técnicas e organizacionais.

De qualquer maneira, parece-nos bastante razoável a tese de que, nas “condições materiais da indústria paulista”, nos anos de 1920 e 1930, ainda não existia ambiente favorável para implementação, “em larga escala”, de métodos racionais e científicos na produção.<sup>75</sup> O que perdurava era que “o contexto ideológico e social tornava muito atraente o

---

<sup>69</sup> Simonsen, 1932:118.

<sup>70</sup> Ibidem: 117.

<sup>71</sup> Ibidem: Idem.

<sup>72</sup> Ibidem: 115.

<sup>73</sup> Antonacci, 1993:81.

<sup>74</sup> Weinstein, 2000:22.

<sup>75</sup> Para Antonacci, “o tempo de reorganização do processo de trabalho e de reordenação da sociedade e o de produção de um sistema de valores que orienta e constrói a sua representação imaginária é o mesmo” (Antonacci, 1993:86).

taylorismo, o fordismo e seus correlatos”.<sup>76</sup> De fato, no que se refere ao Brasil, “a implementação do fordismo realizou-se em termos precários”, uma vez que seu desenvolvimento industrial “verificou-se em um contexto de exclusão, de forte concentração de renda, impossibilitando, portanto, a vigência das características básicas do fordismo”.<sup>77</sup>

Assim, parece-nos que a defesa do princípio de “servir” explicitada no fordismo se prestava mais como um instrumento ideológico de defesa da indústria do que uma prática sistemática dos industriais. A forma atenuada como Simonsen apresentava a prática de Ford inscrevia-se na possibilidade de adornar a indústria com um caráter ético e, por este motivo, mais atraente para ser defensável.

#### 4 - ENGENHEIROS E TECNOLOGIA “IMPLÍCITA”

Tratando-se de um capítulo que versa sobre técnica, tecnologia e organização do trabalho, não poderiam faltar algumas considerações sobre uma figura central na direção destes processos: o engenheiro. Como a prática do engenheiro muitas vezes se confunde com a própria tecnologia, convém diferenciá-la. A Engenharia tem, segundo Vargas, os objetivos específicos da elaboração de projetos, da execução de obras ou da fabricação de determinados produtos. Já a tecnologia, sob um enfoque científico, estuda os materiais, os processos e métodos de projetos, a construção e a fabricação, sendo empregada por engenheiros na indústria. O engenheiro possui uma cultura de formação técnica e é consciente de suas funções técnicas.

O engenheiro é (...) o homem que projeta o ato técnico e dirige o operário na fabricação dos instrumentos, utensílios e alimentos ou na construção da obra. Para tanto, o engenheiro deve conhecer as ciências e as técnicas e ter a capacidade individual de bem conduzir seus projetos e obras, no sentido de chegar ao fim específico almejado (VARGAS, 1994b: 202).

Tendo o engenheiro uma posição tão central no processo de produção, convém analisarmos a prática profissional de Simonsen. Para este procedimento serão utilizadas a definição de “tecnologia implícita” e a divisão do desenvolvimento tecnológico brasileiro em duas fases, propostas, ambas, por Vargas. Assim, para este autor, “tecnologia implícita” é toda a prática da Engenharia que utiliza “conhecimentos implícitos”, adquiridos, naturalmente, através do ensino de Engenharia. Tal definição foi suficiente durante certa fase do

---

<sup>76</sup> Weinstein, 2000:40.

<sup>77</sup> Trabalho e tecnologia – dicionário crítico, 2000:90.

desenvolvimento tecnológico brasileiro, até quando surgiram no país institutos tecnológicos como o IPT e INT. Estas instituições marcam uma nova fase da pesquisa tecnológica no país. Sustentando-se no advento delas, Vargas divide então em duas fases a tecnologia brasileira. A primeira, da “tecnologia implícita”, em que a Engenharia era exercida a partir dos conhecimentos adquiridos em escolas de Engenharia e, a segunda, quando passam a existir no país institutos de pesquisa tecnológica, a exemplo do IPT ou do INT. Para o intento deste tópico, trataremos apenas da primeira fase, guardando as discussões sobre pesquisa tecnológica para o quinto item deste mesmo capítulo. Quanto ao papel que Simonsen reservava aos engenheiros na sociedade, este será assunto do quarto capítulo, segundo item, deste trabalho.

Desde o início de sua vida profissional, Simonsen tinha em grande consideração a atuação dos engenheiros. No relatório da Comissão de Melhoramentos Municipais, apresentado em 1911 ao prefeito de Santos, Simonsen defendia “estudos definitivos (...) para poderem servir de base, orientação segura à execução”.<sup>78</sup> dos melhoramentos da cidade de Santos. Para a realização dos serviços, propunha a “nomeação de uma comissão” que ficasse encarregada de dirigir os trabalhos, formada por quem amasse e compreendesse “a técnica municipal”.<sup>79</sup> Esta “técnica municipal” incluía obras de calçamento, conhecimentos de materiais e legislação, cálculos pluviométricos, enfim, todos os procedimentos próprios das práticas dos engenheiros. Para os que possam argumentar em prol da utilização de outros profissionais nestas tarefas, como, por exemplo, os mestres-de-obras, é bom lembrar as constantes críticas que Simonsen fazia ao trabalho executado à base da experiência, acusando-o de empírico e dando ênfase aos procedimentos direcionados pelo saber científico. Estes, no âmbito da produção, estavam enfeixados nas mãos dos engenheiros.

A atuação de Simonsen como engenheiro teve início antes mesmo de sua formatura, em 1910, na Escola Politécnica de São Paulo. De acordo com Azevedo, seu primeiro trabalho em Engenharia se deu em Santos, com a realização de um “levantamento de linha de maré máxima a fim de demarcar uns terrenos de marinha”.<sup>80</sup> Em 1910, foi trabalhar na Southern Brazilian Railway e, depois, na prefeitura de Santos como engenheiro-chefe da Comissão de Melhoramento do Município, estando à frente, no período de 1911 a 1912, de melhorias urbanísticas ocorridas na cidade. Contribuiu para elaborar uma feição planejada para cidade

---

<sup>78</sup> Simonsen, 1912b: 9.

<sup>79</sup> Ibidem: 10.

<sup>80</sup> Azevedo, 1948.



em uma época “em que as construções eram feitas empiricamente pelos empreiteiros”.<sup>81</sup> Segundo Berlinck, neste período, “sua engenharia foi a de rasgar avenidas, colaborar no saneamento, melhorar as condições de vida, numa das cidades onde a vida era das mais difíceis no Brasil”.<sup>82</sup>

Possuímos poucos detalhes sobre as primeiras atividades de Simonsen na profissão de engenheiro. Quanto a sua atuação como engenheiro-chefe da Comissão de Melhoramento do Município de Santos, os dados são abundantes, devido, principalmente, a relatórios produzidos por Simonsen isoladamente ou em conjunto com outras personalidades. Neles podemos contemplar ações como os trabalhos de calçamento das ruas, drenagem de águas fluviais, arborização, regras para a circulação de veículos, localização de estrebarias etc., formando um todo com a preocupação de ordenamento racional, e ações técnicas para solucionar problemas que se apresentavam no decorrer das obras. É bastante exemplar neste sentido a utilização de estudos de materiais para casos específicos de ruas cuja circulação de pessoas e veículos era variada. A construção de galerias para escoamento das águas da chuva e a escolha de tipos de vegetais apropriados para o clima são outros exemplos de pesquisas nos trabalhos executados pela Comissão de Melhoramento.

Compete-nos aqui tentar perceber, nestas primeiras ações de Simonsen, o conceito de “tecnologia implícita”. Assim, como engenheiro da Southern Brazilian Railway, Simonsen inicia sua carreira no ramo de Engenharia, que se notabilizou pela aplicação de “tecnologia implícita” em suas realizações. Simonsen percebe claramente, ao historiar no final dos anos de 1930, o desenvolvimento da engenharia brasileira, esta primeira fase de sua profissão.<sup>83</sup> Ele vincula a trajetória da Engenharia ao curso do desenvolvimento econômico do país. Atribui à constituição de escritórios técnicos a condição de divisor da história da Engenharia

---

<sup>81</sup> Caroni, 1971:23. Em Relatório apresentado ao prefeito de Santos, a Comissão de Melhoramentos Municipais, dirigida por Simonsen, trata de diversos aspectos técnicos da obra de urbanização da cidade. Nele se acham estudos das melhores espécies vegetais para a arborização, pesquisa sobre fundações e materiais adequados para os calçamentos das ruas etc. O relatório traz ainda um estudo sobre circulação de veículos, cujo desdobramento é a elaboração de lei sobre a circulação de veículos. Nesta lei, é prevista a largura dos veículos, o tamanho do aro das carroças, as molas a serem utilizadas, os deveres dos condutores. Dispõe-se ainda sobre ultrapassagem, cruzamentos, carga e descarga etc. Este documento é um bom exemplo de como os processos de reformulação urbanística do início do século se inseriam em um amplo programa de racionalização da vida urbana. O relatório também nos possibilita o estudo das técnicas empregadas na engenharia de solo praticadas nas primeiras décadas deste século (Comissão de Melhoramentos Municipais, 1912).

<sup>82</sup> Berlinck, 1948:6.

<sup>83</sup> Uma Engenharia que se especializou, principalmente, em trabalhos ferroviários, na construção de portos e execução de obras públicas. A primeira exposição de obras de engenharia, realizada no Império, em 1875, revelou o significativo índice destas realizações. A partir de 1885, alguns engenheiros se preocuparam com os limitados ramos manufatureiros que então começaram a surgir.

Não há como negar, porém, que, no século XIX e no início do século XX, notáveis engenheiros que cursaram a Escola Politécnica do Rio de Janeiro se distinguiram, quase que exclusivamente, na construção de estradas de ferro e de obras públicas (Simonsen, 1945a: 14-15).

em duas etapas.

Nessa primeira etapa, a ausência de obras de vulto justificava a deficiência de numerosos escritórios técnicos. A evolução do progresso social-econômico iria, porém, mostrar, mais uma vez, a subordinação das atividades profissionais ao determinismo do meio. De fato, o enriquecimento das cidades criaria, nos últimos 20 anos, um mercado considerável para as construções civis, que passaram a ocupar parte apreciável de nossos engenheiros (SIMONSEN, 1945a: 18).

Será a partir da entrada dos engenheiros “no funcionalismo público e nos escritórios de construção” que se iniciará a segunda fase da engenharia. Os trabalhos de Ramos de Azevedo na capital paulista representariam “o expoente máximo dessa segunda fase”.<sup>84</sup>

Em 1912, Simonsen funda a Cia. Construtora de Santos, que empreende diversas obras naquela cidade. Desde seu início, Simonsen preocupou-se em adotar métodos de organização racional do trabalho, o que pode ser facilmente verificado em sua defesa do taylorismo, a partir de meados da década de 1910. Para Vargas, Simonsen foi o primeiro a instituir efetivamente, no Brasil, a indústria da construção civil. As obras de construção de quartéis, entre os anos de 1922 e 1925, realizadas pela sua companhia, dar-lhe-iam “uma idéia da construção ‘em série’, despertando-lhe o interesse pelo processo de industrialização”.<sup>85</sup> De fato, neste episódio, o processo de racionalização não se limitou apenas à organização do trabalho, mas estendeu-se à padronização dos materiais, das instalações e dos aspectos arquitetônicos.

Em todas estas experiências citadas, podemos perceber a utilização de “tecnologia implícita”, oriunda das disciplinas ministradas nas escolas politécnicas e não em institutos de pesquisas. Para o calçamento das ruas de Santos, com a escolha adequada de materiais, foi necessário utilizar-se de conhecimentos adquiridos em disciplinas como Tecnologia dos Materiais, enquanto, para a construção de esgotos nos quartéis, os adquiridos em disciplinas como Hidráulica, Saneamento, Portos e Canais, que traziam elementos constitutivos da Engenharia Sanitária. Todas estas disciplinas constavam do currículo de formação do engenheiro nas escolas politécnicas do Brasil e contemplavam saberes necessários para a promoção de uma tecnologia que não se produzia ainda em institutos como o IPT ou o INT. A pesquisa tecnológica não possuía seus foros adequados, não obstante existissem estudos pontuais, como nos mostram os relatórios e trabalhos de Simonsen, deixando-nos antever a fase seguinte de uma tecnologia autônoma, oriunda de pesquisas tecnológicas institucionalizadas. Nos anos de 1910 a tecnologia era o resultado da ação de engenheiros em

---

<sup>84</sup> Simonsen, 1945a:18.

<sup>85</sup> Vargas, 1994b: 251.

sua prática profissional.

Convém lembrar, ainda, de que, na estrutura administrativa de suas empresas, Simonsen sempre fez questão de contar com “moços de sólido preparo”, capazes que assentar o trabalho em “bases verdadeiramente científicas”.<sup>86</sup>

## 5 - PESQUISA TECNOLÓGICA

Como afirmamos no item anterior, este quinto tópico se destinará à pesquisa tecnológica. Sua separação em uma seção própria segue a divisão em duas fases, da pesquisa tecnológica no Brasil, proposta por Vargas. Como a segunda fase se inicia com o surgimento de institutos de pesquisa tecnológica, trataremos de como Simonsen se posicionava frente a instituições como o IPT e INT. Para completar, trataremos das considerações que o autor fazia das normas técnicas, organizadas a partir da ABNT.

Antes de procedermos desta forma, é conveniente a abordagem, ainda que de forma geral, de como Simonsen via a pesquisa tecnológica e lidava com ela em sua prática profissional. Em vários textos, Simonsen demonstra ser um admirador da pesquisa tecnológica. E não poderia ser de outra maneira. Portador de uma cultura técnica que tinha a Ciência e a tecnologia em grande apreço, nada mais justo do que considerar a pesquisa tecnológica como um dos fatores básicos de sustentação desta cultura. Deste modo, Simonsen não se cansa de citar os exemplos de laboratórios públicos ou das empresas americanas. A engenharia norte-americana também é alvo de seus elogios.

Em sua prática profissional, desde o início, Simonsen defendia a análise de materiais, teste em laboratórios etc. para resolver problemas técnicos. Quando, em 1911, elabora um relatório, da comissão de melhoramentos de que participava, ao prefeito, já propunha “análises indispensáveis do material de liga”<sup>87</sup> destinado ao revestimento das ruas. Propõe experiências com macadame betuminoso para a base do recalçamento das ruas da cidade de São Paulo, criticando os limites de experiência anteriores realizados. Acreditava ser o calçamento uma ciência, a “ciência de calçamento”.

O calçamento da cidade de São Paulo será um dos momentos privilegiados para entendermos como Simonsen encarava os testes de laboratórios e a necessidade de normas técnicas para estas atividades. No ano de 1923, Simonsen e o vereador Luiz Augusto de Pereira Queiroz apresentaram um memorial ao Instituto de Engenharia de São Paulo,

---

<sup>86</sup> Simonsen, 1919:11.

<sup>87</sup> Simonsen, 1912b:72.

solicitando-lhe um “parecer oficial” sobre o “problema do calçamento em asfalto da cidade de São Paulo”.<sup>88</sup> Este memorial se reportava a pareceres técnicos de professores das escolas politécnicas de São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e do Mackenzie. Faziam parte da peça, também, o parecer da American Society of Civil Engineers e artigos de Simonsen, de Victor da Silva Freire e do engenheiro e vereador Luiz Augusto de Pereira Queiroz.

A questão girava em torno de dois problemas principais, como fica bem claro nas perguntas que Simonsen e Queiroz elaboram sobre os pareceres técnicos exibidos. A primeira delas versava sobre a necessidade da utilização de asfalto da Ilha de Trindade no calçamento viário de São Paulo, enquanto a segunda questão compreendia a possibilidade, em nossas condições climáticas, da adoção das normas da American Society of Municipal Improvements.

O memorial foi o resultado de uma áspera polêmica entre Simonsen e Queiroz<sup>89</sup> de um lado e, de outro, o diretor de Obras e Viação do Município de São Paulo, o engenheiro Victor da Silva Freire. Por trás dos aspectos técnicos estava a disputa entre a empresa Monteiro Aranha e outras, incluindo a de Simonsen, a qual oferecia um preço mais baixo para a realização das obras de asfaltamento.

O aspecto técnico principal de sua contenda com Victor Freire achava-se no grau de aceitação dos testes em laboratório para a criação de normas de procedimentos para a referida “ciência de calçamento”.

Para Simonsen, a Diretoria de Obras e Viação não acreditava na existência de “normas científicas” que oferecessem segurança na escolha do melhor material betuminoso. Assim, o melhor seria ater-se ao material “já experimentado”.<sup>90</sup>

Simonsen desqualifica Victor Freire<sup>91</sup>, acusando-o de empirismo e de ser antes político do que profissional. Em suas palavras, Freire estaria “querendo fazer amizade política em questão de ordem técnica”.<sup>92</sup> Em artigo em O Estado de São Paulo, com letras garrafais, acusa Freire de estar “politicando em assuntos de ordem técnica”.<sup>93</sup>

A estratégia de Simonsen era deslocar toda a discussão do campo ideológico, e do interesse político e econômico, para o da neutralidade técnica, a despeito do interesse de sua empresa na disputa pela realização das obras. Faz, assim, uma separação entre técnica e

---

<sup>88</sup> Simonsen, 1923:3.

<sup>89</sup> Queiroz aparecerá mais uma vez ao lado de Simonsen quando, em 1933, participa da criação da ELSP.

<sup>90</sup> Simonsen, 1923:5.

<sup>91</sup> No folheto O trabalho moderno, publicado em 1919, Simonsen afirma: “... quero tornar pública a admiração que voto aos trabalhos de orientação do eminente mestre Victor da Silva Freire” (Simonsen, 1919:3).

<sup>92</sup> Simonsen, 1923:84.

<sup>93</sup> Ibidem: 97.

política como se a primeira fosse neutra e prescindisse da segunda. Nesta polêmica, podemos perceber que Simonsen considerava a técnica e os experimentos tecnológicos como algo neutro, o que preparava o caminho para que, futuramente, ele defendesse uma forma tecnocrática de governar expressa na ação dos engenheiros e nas comissões técnicas tão ao gosto do governo getulista.

Havia, entretanto, um interesse de ordem mais geral, aquém das disputas locais entre empresas que desejavam realizar o serviço de asfaltamento das ruas de São Paulo, e que norteava a defesa que Simonsen fazia da pesquisa tecnológica. Ele acreditava sinceramente que esta seria de fundamental importância para o incremento da produção não só fabril como também agrícola. Sua aplicação à indústria permitiria o rápido incremento da produtividade e, com isto, a expansão da produção. Quanto à agricultura, ajudaria a criar novas soluções técnicas que contribuíssem para a superação de climas adversos às várias culturas. Mais uma vez, neste caso, espelhava-se em várias técnicas promovidas em algumas regiões norte-americanas.

Admirador da pesquisa industrial e do sistema de laboratórios dos Estados Unidos, em diversas passagens de suas obras rasga elogios à utilização de processos científicos na indústria e agricultura americanas, ressaltando o papel da indústria e do Estado na pesquisa. Sabemos que Simonsen sempre prezou pela pesquisa em suas empresas. Em um discurso, pronunciado pela ocasião do 15º aniversário da Cia. Construtora de Santos, assim se expressou:

Conta-se por centenas de contos as importâncias que despendemos continuamente em pesquisas industriais e no estudo dos recursos naturais brasileiros, com intuito de integrá-los na vida econômica eficiente do país (SIMONSEN, 1932:162).

Para Simonsen, a pesquisa tecnológica deveria contribuir para a “rápida expansão fabril”, colocando-a como um dos fatores principais da industrialização.<sup>94</sup>

Simonsen acreditava que o Estado deveria ter um papel de incentivador das ações de pesquisa tecnológicas, fossem elas públicas ou particulares. Assim, elogia a ação do Estado americano na pesquisa agrícola<sup>95</sup>. São constantes suas críticas à falta de verba que grassava nos institutos de pesquisa brasileiros, além do número insignificante dos laboratórios

---

<sup>94</sup> Os outros fatores seriam a necessidade de uma indústria de base, equipamento econômico do país e formação de técnicos e capitais.

<sup>95</sup> “A ação do Estado nada tem ali de burocrática. Os campos de experiência e demonstração espalhados por toda a República; as publicações gratuitas de propaganda e ensino; larga distribuição de sementes; os agentes científicos que por todo o globo procuram, sem cessar, novas plantas, novos grãos, que possam ser introduzidos com sucesso nos Estados Unidos; a difusão do ensino agrícola; os meios de consulta demonstram a sábia orientação do Estado americano nesse assunto” (Simonsen, 1919:23).

existentes. Em 1939, aponta que apenas três instituições de pesquisa poderiam ser designadas como tais, enquanto se contava em 200 o número de instituições do mesmo gênero nos EUA. Em outra ocasião, critica o atraso tecnológico e científico do país, citando mais uma vez o exemplo americano e queixando-se dos escassos recursos disponíveis para o IPT e o INT.

Na sua visão, a questão deveria abranger aportes financeiros tanto oficiais como privados. Isto é defendido em duas ocasiões. A primeira, quando afirma que a Federação das Indústrias de São Paulo traduzirá um inquérito realizado por banqueiros americanos que visava o fomento do desenvolvimento das pesquisas nas indústrias. Nesta ocasião, Simonsen afirma ser a tradução um eficiente e poderoso auxílio à maior expansão dos serviços de pesquisa tecnológica em nosso país.<sup>96</sup> O segundo caso reporta-nos ao ano de 1941, quando no Conselho de Expansão Econômica de São Paulo sugere o melhor “aparelhamento” do IPT e a organização do Departamento Estadual de Fomento à Indústria, sugestões estas aceitas pelo interventor federal Francisco Costa. Simonsen fazia parte do referido Conselho então. Não obstante, no ano seguinte, ela ainda se queixava da falta de recursos em que se debatia o instituto paulista. Mais uma vez leva suas proposições ao Conselho de Expansão e ao interventor federal.

No movimento de consolidação do importante instituto de pesquisa paulista, Simonsen contribuiu com suas críticas e propostas para sua organização. Ademais, Simonsen, ao contrário do meio industrial da época, em que prevalecia uma “mentalidade demasiadamente imediatista”,<sup>97</sup> “compreendia claramente que não se podia pensar em indústria sem a pesquisa, sem a técnica. Ele desejava o técnico, o cientista lado a lado do industrial”.<sup>98</sup> Contrária a esta visão, a maioria do empresariado dos anos 1930 e 1940 achava que o mais importante era a “maximização dos lucros”, sendo “mais fácil importar tecnologia e receber assistência técnica forânea”.<sup>99</sup> Deste modo, Simonsen tinha que não apenas combater os setores contrários à industrialização, os quais não davam a devida importância à Ciência e à tecnologia, mas também convencer seus próprios pares da relevância central destas duas atividades para o desenvolvimento econômico do país. À ciência e à tecnologia cabia o papel capital de construção da independência da nação.

A ciência avança, agigantadamente, em todos os campos da atividade humana. O homem aprende a usar, cada vez mais e melhor, os inesgotáveis recursos e as poderosas forças vivas da natureza.

---

<sup>96</sup> Simonsen, 1943b:233.

<sup>97</sup> Motoyama, 1999:35.

<sup>98</sup> Dantas, 1967:5.

<sup>99</sup> Motoyama, 1999:40.

Na engenharia, a sistematização das pesquisas tecnológicas veio permitir o melhor aproveitamento dos progressos da ciência, na satisfação das necessidades do meio (...) crescente prestígio, que adquirem os laboratórios e as organizações de pesquisas. Uma relevante conclusão já se impõe, de forma segura e insofismável: a ciência pode e deve proporcionar meios seguros para garantir, de modo absoluto, a independência nacional, em seu sentido mais alto (SIMONSEN, 1945a: 56).

Este desejo de estreitamento entre “ciência aplicada” e a indústria se afirma também na defesa da “normalização” dos procedimentos técnicos e dos produtos industriais, aspiração também substanciada na criação da ABNT, em 1940.

A necessidade de normas técnicas levou Simonsen à apreciação do modelo de padronização proposto pela ABNT. O documento que melhor espelha a posição de Simonsen sobre o assunto é um discurso seu, proferido na solenidade inaugural da 4ª Reunião da ABNT, realizada em São Paulo, no dia 30 de outubro de 1941, e que posteriormente seria publicado com o título de “As indústrias e as pesquisas tecnológicas”. Nele Simonsen afirma que a padronização de produtos deveria transformar-se em uma “grande cruzada”, na qual a engenharia brasileira deveria empenhar-se. Em seguida, historia os caminhos da normatização no Brasil, remetendo-nos aos processos ocorridos em outros países, em especial a Inglaterra, os EUA, a França, a Alemanha, o Japão e a Rússia.

Buscando fundamentar a necessidade de padronização, Simonsen recorre aos “fundamentos naturais de sua técnica”, defendendo que, se a seleção natural levou a uma certa padronização na natureza, o que permite uma classificação por parte da Ciência, a normatização técnica ou científica diferiria “em aspectos essenciais” da natural, uma vez que se trata de uma “seleção artificial”, determinada por procedimentos científicos.

De fato, esta implica a escolha deliberada de normas; substitui a seleção natural pela artificial; estatui objetivos de ordem técnica e econômica; investiga cientificamente quanto às formas mais apropriadas aos fins colimados; relaciona, classifica os diferentes atributos e os vários tipos de objetos estudados, para que melhor se destaquem aqueles, cuja sobrevivência se deve assegurar; aponta, finalmente, as diferenciações existentes, para que se eliminem as que não se justifiquem (SIMONSEN, 1943b: 229).

A utilização da terminologia “seleção natural” reforça o desejo de exclusão e eliminação de práticas e objetos que não se conformam com a racionalidade técnica. Uma racionalidade que justifica a si própria no ato de classificar e diferenciar para exclusão, e que não abrange outras formas de ordenamento, as presentes em práticas consideradas como não-racionais. A “seleção artificial” permite adequar aos objetivos os meios para alcançá-los. É um procedimento racional, mas de uma racionalidade que visa esconder seus próprios meios

arbitrários e instrumentais, pois supostamente mais apropriados aos interesses industriais, mas que, por trás de sua operacionalidade, oculta mecanismos de controle social.

Não estamos tentando negar a importância de certos padrões de procedimento. Basta imaginar como seria a vida cotidiana se não houvesse um mínimo de padronização e normas técnicas a serem seguidas. Da troca de uma torneira, passando pela utilização de computadores, até a verificação de procedimentos realizados em uma pesquisa, sem a padronização, a vida moderna seria, se não inviável, ao menos bastante complicada. O que estamos tentando aqui observar é que os fundamentos utilizados por Simonsen, para justificar a normatização, se inscrevem em um amplo processo de “formação de uma forte e sadia mentalidade técnica” calcada em uma racionalidade que, no ato de sua objetivação, esconde sua própria essência operatória, sustentáculo de propostas disciplinadoras da sociedade, visando a construção de um caminho autoritário de modernização do país. Esta perspectiva tem expressão ao considerar-se que Simonsen, enquanto lembra que a grande parte da indústria do Brasil era formada por pequenas e médias empresas, ressalta que a padronização se adaptaria melhor à grande empresa. A solução deste problema estaria na associação de várias indústrias de um mesmo ramo através da sindicalização de classe. Como se vê, uma resposta corporativista ao problema.

Não é difícil perceber, na passagem citada acima, aspectos do darwinismo em seu pensamento. Mesmo buscando fazer uma diferenciação entre seleção natural e artificial, parece pesar sobre seus ombros a força das concepções darwinistas presentes em seus textos do final da Primeira Grande Guerra. Esta impressão aumenta quando consideramos o papel que a seleção artificial teve como inspiração para Darwin na elaboração de sua teoria da seleção das espécies.<sup>100</sup>

Em seu discurso, Simonsen defende também a normatização como elemento multiplicador da produção. Classifica a ABNT como uma “organização altamente técnica” que contribui para a disciplina da ação dos laboratórios de ensaios, auxiliando a produção industrial.

De tudo que foi apresentado e comentado aqui sobre organização do trabalho, máquinas, transferência de tecnologia e pesquisa industrial, talvez fossem necessárias algumas palavras que sintetizem o que Simonsen pensava de tecnologia e que pudessem enfeixar os vários elementos aqui tratados. Ao nosso ver, o autor entendia tecnologia como a

---

<sup>100</sup> Thuillier, 1994:194.



Ciência aplicada à indústria. A relação da tecnologia com a Ciência é de complementaridade e subordinação.

A Ciência é vista como instrumento de métodos precisos que, se bem utilizados, podem descobrir as leis que movem os fenômenos, sejam eles da natureza ou sociais. Já a tecnologia é a Ciência aplicada. A tecnologia contribui para descoberta de novas leis e hipóteses, mas está subordinada, nesta relação, à Ciência.

### CAPÍTULO III

## O OBREIRO FELIZ E ORGANIZADO: ENTRE O DISCURSO DA RAÇA E DE POPULAÇÃO

#### 1. RAÇA E POPULAÇÃO

Na introdução de “História Econômica do Brasil”, Afrânio Peixoto regozija-se por ter Simonsen constatado, através de apurados cálculos, que a importação de escravos africanos foi inferior àquela que comumente se pensava. Diante dos dados que mostravam ser, em número de quatro milhões, as almas cativas que haviam entrado no Brasil, desde o início da colonização, e não os 15 milhões que se imaginava, o criador da expressão “mascavo humano” assim sentenciava: “Somos menos ‘pretos’ do que nos disseram...”<sup>1</sup> Tal constatação caía muito bem para os que defendiam a tese do branqueamento, e o fato de haver menos “pretos” no Brasil reforçava a idéia de que, com o passar de algumas gerações, o país estaria revigorado pela presença de uma população branca, fosse ela de origem migratória ou do apuramento através de mistura das raças ditas inferiores com as superiores.

O problema racial foi um tema central no pensamento social brasileiro até os anos trinta. Todos os intelectuais que procuraram “compreender as peculiaridades da sociedade brasileira (...) se defrontaram com a problemática racial”.<sup>2</sup> Para uns, o centro do debate girava em torno de como promover a metamorfose das “raças e mestiços em povo” ou, para outros, de como transformar as “raças e mestiços em uma população de trabalhadores”.<sup>3</sup> As respostas a estas perguntas estavam em uma série de teorias raciais importadas da Europa que, sob a pretensão de serem científicas, exorcizavam as raças que consideravam inferiores, no caso os negros, os mestiços e os índios, elegendo os brancos como a raça única capaz de criar e sustentar um processo civilizador.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Simonsen, 1978:14.

<sup>2</sup> Ianni, 1996:115.

<sup>3</sup> Ibidem: idem.

<sup>4</sup> Assim, para Gobineau, a população brasileira nos meados do século XIX era toda “mais ou menos” mulata e passava a “vida com um palito nos cabelos e um cigarro atrás da orelha” (Gobineau *apud* Raeders, 1997:32). Para o romancista francês, salvo D. Pedro II, não havia “ninguém neste deserto povoado de malandros” (Ibidem: 39). Por sua vez, Paulo Prado fala-nos de um “reino da mestiçagem” que teria marcado as características psicológicas da formação do povo brasileiro. É, na descrição e caracterização das raças formadoras do brasileiro

As origens mais remotas deste pensamento racial, no seio da inteligência brasileira, são de difícil exposição no espaço reduzido deste tópico. Para abordá-las a contento, teríamos de passar por diversos autores estrangeiros que deitaram influência sobre o solo nacional, como também por autores brasileiros e as leituras que faziam das teorias raciais vigentes na Europa. Por ora, contentamo-nos em apenas, resumidamente, fazer algumas considerações sobre o que consistia o debate racial nos primeiros anos do século XX, para que possamos analisar com mais detalhes esta questão no pensamento de Simonsen.

Segundo Ianni, as “raças são categorias históricas, transitórias, que se constituem socialmente a partir das relações sociais”.<sup>5</sup> Este conceito nos é bastante útil, pois nos permite olhar a efetividade das raças nos cenários históricos e sociais. Assim, para Guimarães, “raça” é um “conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural”.<sup>6</sup> Para este autor, que se debruça sobre o problema do racismo no Brasil, o conceito “denota tão-somente uma forma de classificação social (...) informada por uma noção específica de natureza”.<sup>7</sup> Afirma que a “realidade das raças limita-se (...) ao mundo social”. O conceito de raça, visto como uma “classificação social”, não desconsidera sua efetividade como “realidade social plena”, e combater o preconceito racial só é possível reconhecendo a realidade social criada pelo ato de nomear e classificar. Resumindo, Guimarães acredita que o estudo de cada caso de racismo implica o reconhecimento das teorias e ideologias que sustentam a desigualdade social e racial.

Sendo o conceito de raça visto como histórico e, por isto, não-natural, possuindo uma efetividade por tratar-se de uma classificação de plena existência na realidade social, convém então ver como se deu no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a colocação do conceito de raça. Para Skidmore (1989), raça era entendida em sentido biológico. Muitos intelectuais defendiam a vinda de imigrantes brancos, que, entre outras coisas, possibilitariam, através da mistura, o “branqueamento” do Brasil. Para Silvio Romero (1895), a imigração tinha papel fundamental neste processo. O imigrante não deveria ser trazido apenas para ocupar os espaços vazios e suprir a necessidade de mão-de-obra, mas, antes, para a

---

e na descrição de cidades e regiões como Rio de Janeiro e Bahia, que fica claro o racismo de muitas das teses de Paulo Prado: “O mulato desprezava o mameluco; pretendia pertencer à classe dos brancos (...) Sentia a sua inferioridade em relação ao branco...” (Prado. 1997:148).

“Mamelucos (...) Eram mais belos do que os mulatos, sobretudo as mulheres. Na independência do caráter, na repugnância pela adulação ao branco (...) a nobreza da ascendência livre dos dois lados” (Idem: 149).

<sup>5</sup> Ianni, 1996:120.

<sup>6</sup> Guimarães, 1999:9.

<sup>7</sup> Ibidem: Idem.

“substituição e transformação da população tradicional do país, vista como inferior, degenerada, incapaz”.<sup>8</sup>

Além do dado geográfico-populacional, havia o componente biológico da mistura dos sangues. Assim, para Oliveira Vianna, haveria na sociedade brasileira uma tendência ao embranquecimento, um desejo do ensaísta fluminense quanto ao futuro tipo brasileiro, o “ariano modelado pelos trópicos”. Para Vianna, haveria no interior da sociedade brasileira “um indício seguro de regeneração”.<sup>9</sup> A justificativa científica do embranquecimento é dada através de dados “genéticos”:

Realmente, nos cruzamentos humanos acontece o que acontece nos cruzamentos animais: o sangue preponderante tende a impor cada vez mais ao tipo mestiço aos seus caracteres raciais (OLIVEIRA VIANNA, 1991:38).

Oliveira Vianna fala-nos mesmo de uma “luta de sangues” em que o europeu venceria as resistências de negros e índios. Portanto, não se cumpriria o prognóstico sombrio de um “État nègre” de Lapouge. O “triunfo do homem branco estaria assegurado em nossa terra”,<sup>10</sup> uma vez que “os dados nos deixam perfeitamente tranqüilos sobre o futuro da nossa evolução ética”.<sup>11</sup>

Mas não podemos analisar o pensamento racial brasileiro apenas por este aspecto biológico. Seus componentes são mais complexos e exigem uma maior aproximação. O mesmo Skidmore, inicialmente, relaciona estratificação social a cor. Para o autor americano, “a classificação social tinha muito a ver com a cor...”.<sup>12</sup> O Brasil possuía um “complexo sistema de classificação social”, diferente do birracial dos Estados Unidos. Skidmore apresenta os elementos da complexa classificação racial no Brasil:

A cor da pele, a textura do cabelo, e outros sinais físicos visíveis determinavam a categoria racial em que a pessoa era posta por aqueles que ficava conhecendo. A reação do observador podia ser também influenciada pela aparente riqueza ou provável status da pessoa julgada, então, pelas suas roupas e pelos seus amigos (SKIDMORE, 1989:55)

Entretanto, não podemos deixar de observar que o conceito central do pensamento racial brasileiro, até o início dos anos de 1930, é a idéia do “embranquecimento”. A teoria do “branqueamento” produzida no Brasil foi aceita por vasta parcela das elites brasileiras.

---

<sup>8</sup> Nogueira, s/d: 191.

<sup>9</sup> Oliveira Vianna, 1991:24.

<sup>10</sup> Ibidem: 35.

<sup>11</sup> Ibidem: Idem.

<sup>12</sup> Skidmore, 1989:55.

Surgida em um país onde a maioria da população era composta por negros, mestiços e índios, as elites tinham nela uma caução para suas pretensões de civilizar o país. Lançada nas últimas décadas do século XIX será pensada com elemento necessário ao liberalismo e ao desenvolvimento econômico. Segundo Skidmore, os republicanos acreditavam piamente na necessidade de importar imigrantes para o Brasil e, como isto, promover a economia brasileira. Já os fazendeiros, com seu pragmatismo de homens de negócios, queriam imigrantes principalmente para o trabalho na lavoura, sendo sua “contribuição étnica para população brasileira” bem-vinda, mas como “subproduto”.<sup>13</sup>

Mas, para além dos ideais liberais ou do pragmatismo dos fazendeiros, a tese do “branqueamento” representava um dilema intelectual das elites brasileiras voltadas, com suas mentes, para Europa mas tendo de viver com os pés em um país de negros e mestiços. Convém aqui descrever as palavras de Guimarães, que são exemplares para compreender este dilema:

A idéia de ‘embranquecimento’ foi elaborada por um orgulho nacional ferido, assaltado por dúvidas e desconfianças a respeito do seu gênio industrial, econômico e civilizatório. Foi, antes de tudo, uma maneira de racionalizar os sentimentos de inferioridade racial e cultural instalados pelo racismo científico e pelo determinismo geográfico do século XIX (GUIMARÃES, 1999:50).

Esta tese irá sofrer seus primeiros golpes com a aparição das obras de Capistrano de Abreu, Alberto Torres e Manoel Bonfim e de um novo nacionalismo que começa a ser gestado no final da década de 1910. Será, entretanto, nos anos de 1930, com as contribuições de Gilberto Freyre, que ela cederá espaço a uma outra formulação, a da “democracia racial”. Em Freyre, o Brasil é “visto como uma sociedade original e multirracial nos trópicos, obra do gênio português,<sup>14</sup> algo bem distante da população de mulatos “com sangue viciado, espírito viciado e feia de meter medo” do conde Gobineau.<sup>15</sup>

Simonsen insere-se no debate racial à medida que se preocupa em pensar temas como imigração, colonização e política de trabalho. Sua inquietação será a de pensar a população como valor de produção. Neste sentido, no capítulo XV de sua obra capital, “História Econômica do Brasil”, quando fala da “autonomia econômica e soberania política” do país, é que Simonsen afirma que procurou observar nos primeiros tempos de nossa independência o “valor do nosso homem, como fator de produção”.<sup>16</sup> De fato, se observamos os item 13 e 21

---

<sup>13</sup> Ibidem: 156.

<sup>14</sup> Reis, 1999:55.

<sup>15</sup> Gobineau *apud* Raeders 1997.

<sup>16</sup> Simonsen, 1978:449.

do programa da cadeira de História Econômica do Brasil, da ELSP, veremos que o autor estava preocupado com o “problema da mão-de-obra”, com a “imigração e colonização”, com o “quadro social e as condições de vida no país” e com a “política do trabalho”, tendo, como horizonte, a “eficiência econômica do brasileiro”.<sup>17</sup>

Seu horizonte era o da transformação de uma população, pouco eficiente do ponto de vista laboral, em produtiva, ou seja, sua perspectiva não estava centrada exclusivamente no caráter racial da formação social do país, mas na necessidade de transformar uma população ineficiente e pouca apegada ao progresso em trabalhadores organizados e produtivos.

### 1.1. RAÇA E POPULAÇÃO NO PENSAMENTO DE SIMONSEN

Quem se debruça sobre a obra de Simonsen pergunta a si próprio sobre o “silêncio” existente nela em relação ao tema racial. A impressão que se tem é de que Simonsen se volta ao tema de maneira rebarbativa, não se constituindo ele assunto central em suas reflexões. Em várias oportunidades, ele repete uma série de idéias genéricas, comuns ao seu tempo, não apresentando nenhuma sistematização mais conseqüente. Não obstante, se acreditarmos que os termos utilizados pelas correntes de pensamento refletem uma preocupação social, então poderemos perceber que o pensamento de Simonsen se inscreve em uma perspectiva que visa constituir uma unidade racial, populacional, ou qualquer outro termo que se queira utilizar, para a construção de uma nação.

Em sua “História Econômica do Brasil”, quando, na página 33, trata do problema da colonização nos Estados Unidos, Simonsen afirma que a zona temperada do país teria contribuído para “evolução biológica” dos imigrantes europeus, “mesmo sem cruzamento”.<sup>18</sup> Para ele, o “meio físico em tudo facilitava” a vida do imigrante nos Estados Unidos, enquanto o Brasil se constituía em um “meio pouco atraente ao elemento europeu”.<sup>19</sup>

Duas conseqüências podem resultar das afirmações acima descritas. Uma delas se refere ao tema do determinismo geográfico, analisado no primeiro capítulo deste trabalho. A outra é a que nos interessa neste capítulo. Ao afirmar que houvera uma melhoria da evolução européia nos Estados Unidos, “mesmo sem cruzamento”, leva-nos a deduzir que ele esposava algumas das teorias que sustentavam a miscigenação como forma de fortalecimento racial para o enfrentamento dos climas inóspitos dos trópicos. Como exemplo de seguidores destas

---

<sup>17</sup> Ibidem: 7.

<sup>18</sup> Ibidem: 33 (Grifo Nosso).

<sup>19</sup> Ibidem: idem.

teorias, podemos citar Silvio Romero, que acreditava ser a miscigenação o centro da história brasileira<sup>20</sup>, ou, ainda, se quisermos exemplo às avessas, podemos falar de Nina Rodrigues, que contradizia “frontalmente a opinião geral de que a miscigenação havia ajudado a raça branca a adaptar-se e a sobreviver no Norte tropical do Brasil”.<sup>21</sup> A miscigenação também era condenada pelos representantes da lavoura paulista dos anos de 1920, que acreditavam que o cruzamento entre as raças diminuía a “vitalidade individual” e “acarretava perturbações de ordem psíquica muito graves”.<sup>22</sup> Acreditavam que o Brasil possuía uma nacionalidade em formação, idéia esta também presente em Oliveira Vianna, que, ao apontar a “multiplicidade de tipos antropológicos” na sociedade brasileira, afirmava ser “extremamente árdua a fixação do nosso tipo nacional”.<sup>23</sup>

Podemos achar outras considerações de ordem racial na obra de Simonsen, tais como a formação do brasileiro a partir das três raças, a incompatibilidade das instituições políticas e econômicas importadas diante do atraso das raças no Brasil, o canibalismo dos índios, sua mentalidade primitiva e sua fragilidade física para o trabalho sedentário, ou, ainda, o sacrifício dos brancos, tão grande como o dos negros e índios ao serem submetidos no processo de colonização<sup>24</sup>.

Entretanto, há dois momentos em sua obra em que é francamente caudatário do pensamento racial brasileiro. Um primeiro momento diz respeito à hierarquização entre superior e inferior como medida dos resultados econômicos. Transcrevemos as palavras de Simonsen em “História Econômica do Brasil” por julgarmos bastante exemplar:

A lei do menor esforço, observa George Scelle, sempre atuou na produção econômica. No domínio social, ela se traduziu no aproveitamento de uma superioridade física, moral ou legal para a apropriação, com um mínimo de esforço, de máxima utilização do trabalho alheio.

Resultou de sua influência que a parte mais penosa do trabalho foi transferida para aqueles que a natureza ou a organização social colocou em estado de inferioridade. E a remuneração seria tanto mais fraca quanto mais acentuada essa inferioridade. (SIMONSEN, 1978:140 – grifos nossos).

---

<sup>20</sup> A idéia, de que a miscigenação é a chave para a interpretação da formação histórica brasileira, foi posta em evidência em meados do século XIX, quando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro lançou o concurso intitulado “Como se deve escrever a história do Brasil”. Vencedor do certame, o naturalista alemão Von Martius aconselha então colocar a miscigenação entre brancos, negros e índios no centro da análise da formação histórica brasileira. Ver: Vainfas, 2000.

<sup>21</sup> Skidmore, 1989:77.

<sup>22</sup> Capelato, 1989:79.

<sup>23</sup> Oliveira Vianna, 1991:16.

<sup>24</sup> A tese da fraca resistência do índio ao trabalho sedentário foi extraída de Gilberto Freyre, autor que não se coadunava com as teses racistas, cuja obra “Casa-grande e senzala” tinha sido lida por Simonsen. Por sua vez, Simonsen dava uma explicação “econômica” para o canibalismo de certas tribos indígenas. Argumentava que isto só acontecia quando se escasseavam os alimentos.

Pode-se observar no trecho transcrito acima que a construção de uma ordem social hierarquizada é o resultado de uma superioridade física, moral e legal que permite a expropriação do trabalho alheio por parte dos que são levados a cumprir uma lei econômica, a do “menor esforço”. Esta divisão da sociedade, fruto de fatores endógenos ao “domínio social”, transfere o trabalho mais penoso para os que, por “natureza” ou pela “organização social”, foram condenados à inferioridade social, cultural, biológica e jurídica. Esta idéia está contida no capítulo VI – A mão-de-obra servil no período colonial –, do livro supracitado. Refere-se ao trabalho escravo e ao trabalho na Europa, no mesmo período, e é possível, pela análise de seu conteúdo, ver o exemplo estendido aos trabalhadores modernos. Assim sendo, Simonsen promove um corte no interior da sociedade colonial, nomeando aqueles que labutavam nas fazendas e garimpos como seres inferiores. Como a mão-de-obra era essencialmente negra, esta nominação passa a incorporar elementos constitutivos do discurso racial brasileiro.

Mas o momento mais significativo para representar a existência, no discurso de Simonsen, de noções do pensamento racial brasileiro é quando afirma não existir ódio racial no Brasil. Destarte, Simonsen acredita que o governo provisório de 1889 errou quando mandou queimar os arquivos relativos à escravidão, uma vez que fomos “dos mais brandos na sua utilização”.<sup>25</sup> Outro fato que não justifica esta medida do governo é a existência do “entrelaçamento de classes que entre nós se verifica”.<sup>26</sup>

O tema da raça reaparece de forma constante no decorrer das argumentações nacionalistas de Simonsen. Está sempre relacionado com a necessidade de fortalecer os sentimentos cívicos ou, ainda, de inculcar, por um lado, o espírito da eficiência nas elites e, por outro, do trabalho disciplinado nas camadas populares. Um termo que unifica, pois aparece como um sentimento que serve de argamassa para a construção da nação. Apenas se observarmos os papéis reservados às elites e às camadas populares neste corpo unitário representado pela nação e a raça, é que poderemos perceber o projeto de domínio social forjado por Simonsen.

Raça e nação são idealizadas por Simonsen. Em “Vida de estudante e luta pela vida”, de 21 de Novembro de 1920, no tópico intitulado “Ideal brasileiro”, assim se expressa:

---

<sup>25</sup> Simonsen, 1978:143.

<sup>26</sup> Ibidem: idem.



E nós brasileiros devemos e podemos ser otimistas. Tudo aqui nos sorri: a constância do tempo, a abundância da luz, a variedade de terra, as nossas tradições (...) são elementos que nos convidam a lutar sorrindo, a trabalhar cantando (...) Não temos competição de raças, ódios radicados ao solo, tradição de sangue, vindictas a acalantar (SIMONSEN, 1932: 127).

Depois destes exemplos, fica difícil afirmar que haveria um “silêncio” das questões raciais na obra de Simonsen. A nossa hipótese é que podemos identificar em seu discurso aquilo que A. Goodman identificou, em outro contexto, como a “esquizofrenia do conhecimento”,<sup>27</sup> ou seja, ainda que não central em seu pensamento, Simonsen, caudatário das teorias raciais do ambiente intelectual em que viveu, repete premissas vinculadas a estas teorias sem maiores preocupações de sistematização.

Alguns acontecimentos intelectuais e sociais colaboram para esta hipótese. Entre eles estão o movimento sanitarista do final dos anos de 1910, as críticas às teorias raciais promovidas por Alberto Torres e Manoel Bonfim e a separação entre raça e cultura realizada por Capistrano de Abreu e Gilberto Freyre. Capistrano “não acreditava em raças superiores nem inferiores”.<sup>28</sup>

O prosseguimento deste combate ao determinismo racial tem continuidade com Alberto Torres e Manoel Bonfim. Para Torres não existia uma “hierarquia de raças”, enquanto que Bonfim defendia que “o racismo e as teorias científicas que o amparavam compunham o processo de dominação do resto do mundo pela Europa e seu prolongamento norteamericano”.<sup>29</sup> Bonfim acreditava em diferenças culturais, e não raciais, entre os povos.

De fato, a partir do declínio da imigração estrangeira nos anos de 1920, as “concepções raciais sofreram certa alteração”, o que não significou o “abandono das teses antigas”.<sup>30</sup> O que podemos observar na obra de Simonsen é a presença de uma série de considerações de ordem racial, apesar de a raça não ser um fator determinante nas explicações do atraso brasileiro. Isto não significa que, ao preocupar-se com a formação da nacionalidade brasileira, Simonsen não se inquietasse com esta questão. Assim, na década de 1930, ele se questiona se conhecíamos a “nossa verdadeira composição etnográfica em formação” e a influência que as “diversas unidades raciais”<sup>31</sup> iam exercendo sobre nossa constituição racial.

Entretanto, o conceito de raça, em Simonsen, não parece estar ligado a origem exclusivamente genética, mas, antes, a fatores culturais e econômicos. Em 1934, falando a um

---

<sup>27</sup> Santos, 1998:132.

<sup>28</sup> Costa e Silva, 2000:22.

<sup>29</sup> Ibidem: 23.

<sup>30</sup> Capelato, 1989:83.

<sup>31</sup> Simonsen, 1933:12.

grupo de deputados, na Assembléia Nacional Constituinte, o autor garantia que não se filiava “ao preconceito da inferioridade de raças”.<sup>32</sup> Ao debater com seus pares o problema do crédito, Simonsen busca as razões da riqueza dos Estados Unidos no próprio país. Além de estarem localizados em uma zona temperada, o que lhes daria uma vantagem, foram “colonizados por uma raça forte, rica e profundamente educada em questões econômicas”.<sup>33</sup> Ao contrário, o Brasil seria colonizado por um povo que não possuía a “educação comercial da raça inglesa”.<sup>34</sup> Isto não significava uma diferença geneticamente determinada, mas o resultado de um processo histórico que havia colocado os ingleses em um estágio financeiro e econômico mais adiantado do que o de Portugal. Todavia, Simonsen rende o seu respeito aos feitos portugueses em terra brasileira:

Isso não quer dizer que o povo inglês seja, de qualquer modo, superior ao português. Estou de acordo em que os ingleses, aqui, talvez não fizessem tanto quanto os portugueses (SIMONSEN, 1934b: 41).

O fato de Simonsen afirmar não nutrir “preconceitos” raciais não o impedia de emitir várias opiniões muito próximas das teorias raciais em voga nas primeiras décadas do século XX. Isto fica bastante claro quando ele opina sobre a eficiência econômica da mão-de-obra nacional em contraste com a estrangeira. Seu entendimento acerca deste assunto se assemelhava muito à teoria liberal que teria fundamentado, segundo Capelato, a “utilização da mão-de-obra estrangeira, em detrimento do trabalhador brasileiro”.<sup>35</sup>

Ao assegurar, em 1934, que não se filiava “ao preconceito da inferioridade de raças”, Simonsen recorre a palavras pronunciadas em 1919, ao partir para a Inglaterra em missão oficial do governo brasileiro:

Temos de estudar a fundo os problemas nacionais; de vulgarizar com rapidez a educação econômica e os ensinamentos da ciência, como obra indispensável de patriotismo, para que, no concerto das nações, venhamos a ocupar a posição a que temos direito pela nossa grandeza e pelas aptidões da nossa raça. Divulgados esses conhecimentos, verificaremos então que os caipiras, os jagunços e os cangaceiros não são a prova da inferioridade de nossa raça: são ‘corpos de prova’, vivos, em que, os que sabem estudar, vão aprender as hostilidades cósmicas e os meios de combatê-las! Heróis inconscientes oferecidos em holocausto à ciência, até termos evoluído a ponto de fazermos acompanhar, os que se embrenham em nossos sertões, pelos conhecimentos precisos para aproveitar as nossas riquezas e para combater os seus malefícios, que são muitas vezes apenas reações da natureza contra

---

<sup>32</sup> Simonsen, 1934b: 29.

<sup>33</sup> Ibidem: 41.

<sup>34</sup> Ibidem: Idem.

<sup>35</sup> Capelato, 1989:76.

os que a desbravam sem ciência e inconscientemente destroem a sua produtividade (SIMONSEN, 1932:65).

Os conhecimentos científicos devem não só construir o espírito da nação, mas também a própria raça. A construção da raça deveria se dar pelos critérios da Ciência. Por meio destes, as aptidões naturais em estado bruto da população brasileira ganhariam em eficiência e produtividade. Assim sendo, ao estudar o país, suas elites deveriam se preocupar em buscar soluções científicas para os problemas nacionais. A divulgação dos conhecimentos científicos seria indispensável para se criar a consciência nacional.

Todavia, ao falar de um saber popular, representado na figura interiorana do sertanejo e do caipira, considera-o como prova para a atuação sistemática da Ciência. Àquele saber desqualificado, propõem como alternativa a Ciência como fator principal e necessário ao ordenamento da realidade brasileira.

A imagem que Simonsen faz do trabalhador brasileiro e, principalmente, do nordestino, reafirma os conceitos de inferioridade da mão-de-obra nacional. No trabalho “Recursos econômicos e movimentos das populações”, apresentado no VIII Congresso Científico Americano, em Washington, março de 1940, assim se refere ao trabalhador nordestino:

O trabalho agrícola na fazenda de café é um mister contínuo, exigindo regularidade e disciplina (...) Os trabalhadores nordestinos não se adaptam facilmente a essa cultura, pois estão habituados a trabalho menos disciplinado (SIMONSEN, 1943b: 141).

Esta opinião a respeito dos trabalhadores nordestinos poderia ser explicada pela diferença cultural entre eles e os trabalhadores estrangeiros, estes mais afeitos ao trabalho disciplinado. Não obstante, esta hipótese se empalidece ao cotejarmos a imagem descrita acima com as representações dramáticas que Simonsen fazia das populações sertanejas.

As populações flageladas pela seca encaminharam-se para São Paulo, por via ferroviária, em sua maioria, e estipendiadas pelo governo do Estado. Para alcançar a estação de estrada de ferro (...) muitos desses imigrantes caminharam a pé ou se utilizaram de outros meios de transportes, percorrendo mais de 1000 quilômetros e chegando a São Paulo subalimentados e em más condições para um trabalho produtivo imediato (SIMONSEN, 1943b:143).

A despeito de esta imagem conter um grau acentuado de verdade e de estar presente em descrições que outros intelectuais faziam do sertanejo<sup>36</sup>, a interpretação que Simonsen dá ao fenômeno não nos permite desvinculá-lo dos preconceitos raciais de seu tempo. A condição de flagelado desdobra-se em uma propriedade psicológica que desqualifica o sertanejo, atribuindo-lhe uma característica endógena a sua condição de miséria.

As populações de extensas regiões do Norte do país, em clima tropical e semitropical, cresceram mais depressa que os recursos econômicos (...) Daí a queda lenta do padrão de vida de tantos habitantes de zonas do Norte, que cada vez mais apegados ao seu solo, não imigram, em sua maioria, por iniciativa própria, e vão perdendo, gradualmente, toda a ambição de progresso (SIMONSEN, 1943 b: 146).

Simonsen insiste neste raciocínio e vincula esta condição psicocultural às crises econômicas e aos cruzamentos raciais.

Nessas zonas, as populações resultantes do cruzamento dos primeiros colonos com os habitantes autóctones, ou com os africanos, são profundamente apegadas às localidades onde vivem, e emigram muito mais estimuladas por cruéis crises econômicas do que por ambição de melhoria do seu padrão de vida (IBIDEM: 152).

Este mesmo tipo de pensamento aparece em autores como Oliveira Vianna, para quem as características psicológicas, oriundas do entrelaçamento da três raças, marcariam a mentalidade e a moralidade de vastos seguimentos de nossa população.<sup>37</sup>

Assim, apesar de a raça não ser o fator principal que explica os descaminhos de nossa formação histórica, Simonsen não deixa de cotejar as teorias raciais de seu tempo. Seu enfoque principal está na raça como fator de produção. Ao debruçar-se sobre as características da população brasileira, tem como enfoque a necessidade de transformá-la em trabalhadora, ordeira e organizada. O tratamento dado à população como fator econômico reforça-se ao observamos como Simonsen encarava a escravidão em sua obra.

---

<sup>36</sup> Esta imagem de populações flageladas aparece em autores como Euclides da Cunha. Assim o autor de “Os sertões” descreve estas gentes acoitadas pela seca: “... tem um reverso tormentoso que ninguém ignora: as secas periódicas dos nossos sertões do Norte, ocasionando o êxodo em massa das multidões flageladas. Não o determina uma crise de crescimento, capaz de reanimar outras paragens (...), mas a escassez da vida e a derrota completa ante as calamidades naturais. As suas linhas baralham-se nos traços revoltos de uma fuga” (Cunha, E. *apud* Corrêa, 1939:536). A imagem que perpassa o universo de denúncias dos anarco-sindicalistas, nas décadas de 1910 e 1920, é carregada de dramaticidade. A visão de desalento de uma multidão de esfarrapados que caminha sem destino marca suas descrições: “nos campos caminha outra multidão famélica embrutecida pelo excesso de trabalho e crestada pelo sol ardente...” (Maza, 1993:51).

<sup>37</sup> “... o negro e o índio revelam uma mentalidade idêntica: é a indiferença pelo futuro, a extrema limitação das ambições, o descaso pela melhoria do seu triste viver. Bárbaros uns e outros, contentam-se com pouco, o bastante para satisfazer às suas necessidades quotidianas, e, no esforço para garantir a subsistência...” (Oliveira Vianna, 1991:49).

## 1.2.DA RAÇA À POPULAÇÃO COMO FATOR ECONÔMICO

Skidmore assinala que os intelectuais na década de 1920 se sentiam mais livres para promover uma crítica nacionalista ao sistema republicano. Esta crítica se estendia aos modelos de pensar o país e, neste sentido, atingia a “presunção há tanto tempo dominante de que a raça era o dado mais importante no desenvolvimento histórico”.<sup>38</sup> Esta crítica rejeitava o “determinismo do pensamento racista”, sustentado pelas teorias do darwinismo social. Um exemplo significativo, de que a raça já não era tida como argumento tão evidente para entender-se o país, pode ser verificado nas palavras de José Maria Belo:

Alegamos questões de raça, de clima e de momento histórico para justificar nossa fraqueza. Todas essas frases pomposas de uma filosofia mal assimilada passaram, felizmente, da moda. Nem a raça nem o clima têm influência decisiva no desenvolvimento de um país. Em condições normais de saúde e de instrução, valem tanto quanto qualquer outro povo (BELO, José Maria. *apud* SKIDMORE, 1989:188).

Assim, nos anos da guerra, o debate brasileiro sofreu uma ligeira mudança. Passa de uma discussão acerca de raça para uma referente à “mobilização de recursos”. A idéia de nação passa a ser vinculada à “capacidade de criar e mobilizar um sentimento de intenção nacional”.<sup>39</sup>

Por outro lado, havia o problema da “pífia matéria-prima racial” para mobilizar esta “intenção nacional”. O homem do interior era identificado com “uma gente miserável, pobre, iletrada, subnutrida e roída de doença”.<sup>40</sup> Nas palavras de Monteiro Lobato, reproduzidas pelo historiador americano: “... meu caro Tatu... tens no sangue e nas tripas um jardim zoológico da pior espécie. É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga, inerte...”.<sup>41</sup>

Havia uma impressão generalizada de que o Brasil possuía um território, mas não um povo. Nas palavras de Gilberto Amado: “Povo propriamente não o temos (...) a população do Brasil politicamente não tem existência”.<sup>42</sup> Segundo Ianni, ainda hoje, passados os anos, “ressoa no pensamento social brasileiro a suspeita de que a vítima é culpada”.<sup>43</sup>

Muitas destas imagens estarão presentes do discurso de Simonsen. Destarte, nosso autor acreditava, em 1933, por ocasião da fundação da ELSP, que o povo andava “mais ou

---

<sup>38</sup> Skidmore, 1989:195.

<sup>39</sup> Skidmore, 1989:199.

<sup>40</sup> Ibidem: Idem.

<sup>41</sup> Monteiro Lobato, *apud* Skidmore, 1989:309.

<sup>42</sup> Amado, 1919.

<sup>43</sup> Ianni, 1996:97.

menos às tontas e vacilante”,<sup>44</sup> necessitando, para guiá-lo, de uma “mola central” composta de uma elite que lhe ensinasse os “passos firmes e seguros”.

Outra imagem corrente nos textos de Simonsen era a da dispersão populacional em um imenso território, o que em muito dificultava a unidade populacional para a formação de um mercado interno para a indústria. Desta forma, as populações do Nordeste são apresentadas com uma “profunda diferenciação do nível de vida e, portanto, da cultura”<sup>45</sup> das existentes em centros mais industrializados como São Paulo. Simonsen utiliza-se do conceito “centrifugismo demográfico”, cunhado por Oliveira Vianna, para explicar a “involução do crescimento” populacional do Nordeste, no período de 1872 a 1920. A seca e a imigração explicam a pauperismo das populações do Nordeste e seu flagelo cultural.

A imagem bastante depreciada dos nordestinos reforça-se quando Simonsen lhes atribui a falta de “ambição de progresso” e inaptidão ao trabalho organizado. O trabalhador nacional não estaria “suficientemente preparado”, fosse pela falta de conhecimento, fosse pela má alimentação, a dar o “rendimento apresentado por outros elementos humanos”.<sup>46</sup>

Sem embargo, gostaríamos de levantar duas questões para finalizar este tópico. A primeira é sobre as origens intelectuais que alimentavam as opiniões relacionadas às populações que compunham o povo brasileiro. Autores como Monteiro Lobato, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna ofereciam, ao nosso ver, muitas das perspectivas e visões nutridas por Simonsen a respeito da população brasileira. A apatia ao progresso lembra o Jeca doente de Monteiro Lobato.

Ouvimos (...) críticas sobre a descontinuidade do trabalho do nosso homem do campo e da sua falta de ambição. Estou convencido de que esse fenômeno não traduz (...) um estado deliberado de preguiça (...) nosso homem do campo é um subalimentado e, muitas vezes, opilado, não dispondo, por isso, da resistência física suficiente para executar um trabalho contínuo (SIMONSEN, 1943b: 171).

Um indivíduo “opilado”, ou seja, com obstrução dos ductos intestinais, paraíso da “bicharia cruel” que faz das “tripas” do Jeca Tatu um verdadeiro “jardim zoológico”.

Por sua vez, o isolamento das populações é opinião compartilhada de Oliveira Vianna, enquanto o homem do Nordeste, submetido às intempéries de um clima inóspito, faz-nos lembrar Euclides da Cunha. Aliás, estes dois últimos autores freqüentam constantemente os textos de Simonsen.

---

<sup>44</sup> Simonsen, 1933:6.

<sup>45</sup> Simonsen, 1973:397.

<sup>46</sup> Simonsen, 1943b:171.

A segunda questão é a hipótese central deste item. Ao nosso ver, há um deslocamento terminológico no discurso de Simonsen. Ele passa a utilizar-se, no transcorrer de sua obra, cada vez menos o termo raça, substituindo-o por população. O deslocamento é explicado por duas razões. A primeira delas, já aventada acima, quando mencionamos a perda de importância do conceito de raça no pensamento social brasileiro. Para este fenômeno concorreram a Primeira Guerra, o movimento sanitarista do final da década de 1910 e as críticas de Manoel Bonfim e Alberto Torres ao darwinismo social. A segunda razão conecta-se a um acontecimento mais geral, ligado ao desenvolvimento da Antropologia. Intelectuais, como Manoel Bonfim e Capistrano de Abreu, refletiam, em suas obras, um diálogo com as mudanças no pensamento antropológico americano e europeu, que abandonava o conceito de raça em favor do de cultura. É bom lembrar que Simonsen faz farta citação de Capistrano em sua “História Econômica do Brasil”.

Se a perspectiva da Antropologia sofreu uma transição de “raça” para “cultura”, na da Antropologia Física, em particular, a transposição deu-se de “raça” para “população”.<sup>47</sup> No contexto mundial, e não só no Brasil, “raça” passa a ser identificada, na linguagem de geneticistas e antropólogos, como “distribuição espacial, isolamento reprodutivo e frequência de genes em nível populacional. Traços morfológicos externos, que no passado constituem o centro das classificações raciais”,<sup>48</sup> não são mais mencionados. Na obra de Simonsen também ocorre esta transição, sem, entretanto, operar o abandono completo das considerações sobre raça presentes no pensamento racial brasileiro. Além do mais, a utilização do termo “população” vincula-se em sua obra não a fatores genéticos, mas a razões de ordem geoeconômicas. Este fato é fundamental para entendermos a política de imigração planejada que iremos abordar no item três deste capítulo.

## 2. ESCRAVO COMO FATOR DE PRODUÇÃO

No capítulo XV, tópico intitulado “População”, de “História econômica do Brasil”, Simonsen afirma que, ao apreciar os primeiros tempos do Brasil independente, deveríamos “acentuar as inter-relações econômico-sociais que aí se poderiam observar, fixando o valor do nosso homem, como fator de produção”.<sup>49</sup> Não será outro o objetivo explícito do livro, senão mostrar “os fatores econômicos” que contribuiram para a formação do “Brasil-Nação”. Por

---

<sup>47</sup> Santos, 1998:125.

<sup>48</sup> Ibidem: 135.

<sup>49</sup> Simonsen, 1978:449 (Grifo Nosso).

sua vez, no corpo de sua obra, podemos observar Simonsen se debatendo contra o baixo padrão de vida da população brasileira e combatendo, incisivamente, em prol da elevação destas condições, pois necessárias à formação de um mercado interno, base para o desenvolvimento da indústria nacional.

Seus conceitos de trabalho e civilização se ligavam a esta elevação do padrão de vida. Assim, Simonsen inicia o sexto capítulo, de sua “História Econômica do Brasil”, afirmando que o trabalho é uma “atividade social” que visava “assegurar um padrão de vida reclamado”<sup>50</sup> pela aspiração dos indivíduos. Da mesma maneira finda este capítulo, intitulado “A mão-de-obra servil no período colonial”, asseverando que o “objetivo da civilização deve ser a difusão do bem-estar e da cultura pelo maior número, maior progresso distribuído pela maior massa”.<sup>51</sup>

O Brasil, em seu caminho para a civilização e constituição de sua economia, tomara impulso com a “indústria açucareira”, indústria esta básica no tempo colonial. Neste sentido é que Simonsen passa a analisar a utilização do trabalho forçado, entendendo-o como um imperativo econômico.

A participação da mão-de-obra indígena seria descartada na “indústria açucareira” porque o nativo era, segundo Simonsen, possuidor de uma “mentalidade inteiramente primitiva, muito distanciada do tipo de civilização” ocidental.<sup>52</sup> Tampouco sua “resistência física” o predisponha ao trabalho organizado<sup>53</sup>.

A utilização da mão-de-obra escrava no processo de colonização também é entendida a partir dos imperativos econômicos experimentados pelos portugueses.

É lamentável que, em nossa história econômica, avulte por tal forma o trabalho servil. Mas a escravidão foi uma das terríveis instituições, de que lançaram mão muitos povos, guiados pelos imperativos econômicos... (SIMONSEN, 1978:139).

Simonsen argumenta que a precariedade dos transportes não estimulava um movimento de emigração para o país, o que levou os colonizadores à adoção do “trabalho forçado”. A consideração do escravo como fator de produção fica mais bem explicitada quando Simonsen se debruça sobre as razões econômicas que propiciaram a libertação dos escravos. Em um texto publicado com o título “Das conseqüências econômicas da

---

<sup>50</sup> Ibidem: 125.

<sup>51</sup> Ibidem: 144.

<sup>52</sup> Ibidem: 126.

<sup>53</sup> “O índio, precisamente pela sua inferioridade de condição cultural – a nômade, apenas tocada pelas primeiras e vagas tendências para a estabilidade – é que falhou no trabalho sedentário” (Simonsen, 1978:132).



Abolição”,<sup>54</sup> Simonsen faz uma série de cálculos, relativos à época da Abolição, levantando o preço dos escravos, o custo de sua manutenção, e compara-os com os custos de um trabalhador livre. Assim, chega à conclusão de que um trabalhador livre representava muito menor valor de manutenção do que um escravo. Ao tratar o problema da Abolição como um problema de ordem econômica e o escravo em sua relação com o capital, Simonsen considera o escravo como um bem. Esta perspectiva se reafirma ao definir a Abolição como um “confisco considerável” do “patrimônio” dos proprietários agrícolas. Sendo então o trabalho servil tão importante para um setor fundamental à economia do país, nosso autor julga que a libertação dos escravos representou “uma vitória do espírito liberal e dos sentimentos de justiça da nação sobre seus próprios interesses imediatos”.<sup>55</sup>

Tratando-se da escravidão, a questão estaria sendo abordada de forma unilateral se não nos referíssemos ao problema da raça e sua relação com o trabalho e o clima. Neste sentido, o fator racial explica a utilização da mão-de-obra negra no processo de colonização, pois mais adaptada “às exigências e circunstâncias do meio”.<sup>56</sup> O exemplo inverso, o dos colonos, também contempla esta relação entre raça e meio. Assim, a cultura do café em regiões tropicais dificultava a utilização de colonos europeus. Somente quando a rubiácea migrou para os planaltos paulistas é que o emprego de colonos brancos prosperou. As causas deste fenômeno são explicadas através de uma mistura de condições históricas, favoráveis à imigração, e climáticas, que permitiam uma melhor adaptação dos colonos de origem européia. Neste caso, o “clima temperado” do planalto paulista explica a presença européia, enquanto a escravidão é justificada por uma condição quase que natural do negro para resistir ao clima adverso das zonas tropicais.

Simonsen, no entanto, não deixa de ressaltar o papel dos colonizadores brancos no trato com o ambiente hostil das terras brasileiras. Para o autor, a ocupação de todo o solo, não só brasileiro, mas da América do Sul, significou sacrifícios atrozos a índios e negros, não poupando os brancos “em seu afã de procurar riquezas ou colonizar as novas terras”.<sup>57</sup> De fato, enfrentar o ambiente foi muito penoso para os europeus, mas não se pode esquecer de mencionar que eles estavam aqui para conquistar, o que significou a submissão das populações autóctones. Não queremos, com isto, desprezar as dificuldades que os europeus encontraram para a colonização do Novo Mundo, nem amenizar a verdadeira “odisséia” que

---

<sup>54</sup> Conferência realizada em 07 de maio de 1938, a convite do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, dentro do ciclo de palestras em comemoração do cinquentenário da Lei Áurea.

<sup>55</sup> Simonsen, 1943b: 33.

<sup>56</sup> *Ibidem*: 21.

<sup>57</sup> Simonsen, 1978:131.

foi a aventura de colonização. O que se pretende é acentuar a dramaticidade que Simonsen atribui ao enfrentamento, pelos brancos, de um meio-ambiente inóspito.

O que podemos observar na exposição destas suas idéias são os resquícios de teorias raciais em voga na virada do século XIX para o XX. Apesar dos ditames de ordem econômica a justificar a escravidão negra, o autor não deixa de conferir-lhe características negativas. Quanto Simonsen analisa a transição do trabalho servil para o trabalho livre, afirma que o escravo negro não tinha “interesse” e nem “inteligência para aprender a execução de múltiplos serviços demandados pela vida agrícola”.<sup>58</sup> Sempre dependente de fiscalização, não possuía “nenhum estímulo ou vontade de produzir”, sendo sua mentalidade “infantil, superficial, acanhada, sem nenhuma elevação”.<sup>59</sup> O papel de progredir era destinado a outros segmentos sociais, como os colonos e os fazendeiros.

...os valores produzidos para a comunidade pelo colono livre seriam incomparavelmente maiores (...) É que o colono livre, radicando-se ao solo, procurava, num esforço inteligente e eficiente, adaptar-se às novas condições, entregando-se a outras culturas e atividades e, por essa forma, suprir o declínio da produção cafeeira (SIMONSEN, 1973:214).

Ao fazendeiro é atribuído um papel mais abrangente, substanciado na defesa da nacionalidade, uma vez que o colono livre era de origem estrangeira. Sua preocupação em nacionalizar esta mão-de-obra lembra o debate sobre as raças que mais convinham ao país, envolvendo-se nele autores como Sílvio Romero e Oliveira Vianna.

...o fazendeiro, plasmado na evolução cafeeicultora do Brasil, que pôde, pelas suas qualidades, manter sempre firme o comando dessa multidão de invasores, conservando o sentimento nacional nos novos núcleos que se abriam e facilitando (...) a colonização e absorção desses elementos e seus descendentes. Constituía, portanto, poderoso foco nacionalizante (SIMONSEN. 1973:212).

Ao nosso ver, reproduz-se aquilo que Guimarães chamou de “naturalização da vida social”,<sup>60</sup> ou seja, a partir de características raciais consideradas como inatas, imputa-se uma identidade social a um novo grupo racial ou regional. Na reação às mais diversas condições climáticas e do meio, os procedimentos sociais são então naturalizados.

Há, no procedimento analítico de Simonsen, elementos que nos obrigam a buscar outros ângulos do problema da mão-de-obra escrava. A exemplo, ao tratar do processo de Abolição e suas conseqüências, Simonsen censura a forma como ele foi realizado, ao não

---

<sup>58</sup> Simonsen, 1973:208.

<sup>59</sup> Ibidem: Idem.

<sup>60</sup> Guimarães, 1999.

contemplar com indenização os proprietários e sem uma “prévia decretação de medidas de amparo e proteção à sorte dos recém-libertados”.<sup>61</sup> Criticando os abolicionistas por terem transformado a Abolição em uma panacéia para todos os males do Brasil, reafirma que a rapidez do processo não permitiu “a constituição de um programa inteligente” que possibilitasse “o amparo e a reeducação do recém-liberto”.<sup>62</sup> Para ele, a libertação da “população escrava” – “mártir pioneira no desbravamento de nossas terras e dos trabalhos preliminares à adaptação” –, porque foi deixada no abandono, não foi suficiente para resgatá-la para a verdadeira liberdade.

Não foi, porém, o que se verificou. A falta absoluta de educação e de preparo da população servil e a falsa noção de liberdade de que estava imbuída, fizeram com que se tornassem penosas as suas condições de adaptação ao novo regime (...) o colono europeu, perfeitamente adaptável às culturas nos planaltos, rechaçou, impiedosamente, o antigo núcleo de escravo, atirando-o quer à vida das grandes cidades, quer às regiões menos ricas do país, onde passou a desfrutar miseráveis condições de existência (SIMONSEN, 1943b: 32 – grifo nosso).

O trecho acima citado é significativo para compreendermos a posição de Simonsen sobre a questão do liberto. Por um lado, advoga que deveria ter havido um programa que o reeducasse, apontando seu despreparo como um fator de desvantagem na concorrência com o colono europeu. Entretanto, levanta esta questão, para em seguida desqualificar os ex-escravos, vendo-os como incapazes de conviver com a liberdade. Em nenhum momento se pergunta pelas reais razões que levaram os recém-libertos a se atirarem em direção às cidades. O máximo que aventa é uma explicação que desqualifica o ex-escravo ao exercício da liberdade, atribuindo-lhe uma “falsa noção de liberdade”. Esta assertiva reforça uma de nossas hipóteses, a de que Simonsen, quando fala em melhoria dos padrões de vida da população brasileira, não tem em seus horizontes a preocupação com o exercício da cidadania plena, o que se comprova no total silêncio de sua obra sobre questões como o exercício de plenos direitos políticos por parte da população, isto, apesar de falar na necessidade de padrões de vida elevados para ela. Assim, ao considerar a melhoria do padrão de vida, seu escopo é no sentido da formação de um mercado interno necessário ao processo de industrialização, que precisa, além de consumidores, de colonos racionalmente alocados e técnicos para suprir as necessidades das indústrias.

---

<sup>61</sup> Simonsen, 1943b: 26.

<sup>62</sup> *Ibidem*: 28.

### 3. O COMPONENTE RACIAL E A PLANIFICAÇÃO DA IMIGRAÇÃO

Em 1881, segundo Skidmore, um escritor chamado Luís Joaquim de Oliveira Castro publicou, em Paris, um livro “descrevendo a grande necessidade que tinha o Brasil de engenheiros, maquinistas e homens de negócios”.<sup>63</sup> Já os fazendeiros queriam imigrantes que pudessem trabalhar nos campos. Em 1919, pelas páginas do “Times”, Simonsen clamava pela necessidade de técnicos para o país, identificados no artigo como engenheiros, enquanto, já na década de 1930, Simonsen apontava uma “pronunciada falta de braços” para a lavoura no Estado de São Paulo. Estes exemplos demonstram que, durante décadas, as elites brasileiras se debateram com o problema de mão-de-obra, fosse ela destinada às atividades pouco especializadas ou às que exigiam um preparo técnico mais apurado.

Na solução deste problema, não faltou “um cálculo racial”.<sup>64</sup> Ramos lembra-nos que, durante o período republicano, se criou a representação de um tipo de “imigrante ideal” que se contrapunha ao “imigrante indesejável”.<sup>65</sup>

Durante o Império, segundo Seyferth, esta preocupação era encarada como uma estratégia de ocupação do território, sendo a imigração um “imperativo às forças produtivas do país”, portanto, “instrumento de civilização”. No período republicano, a nação precisava “ter uma raça e uma civilização”. O debate, então, concentrava-se na criação de um “tipo nacional”, na “desnacionalização” e no “equilíbrio racial”.<sup>66</sup>

Estas questões não passaram despercebidas para Simonsen. Assim, discorrendo sobre a política imigratória de D. João VI, assevera que esta tinha como objetivo “povoar o país, inoculando-lhe sangue europeu e idéias européias, como também preparar a abolição da escravatura”.<sup>67</sup> Por sua vez, o tema da assimilação dos estrangeiros ao “elemento nacional” aparece em um de seus trabalhos, intitulado “Recursos econômicos e movimentos das populações”, tese apresentada no VIII Congresso Científico Americano, em maio de 1940, na cidade de Washington. Nele, Simonsen constatava a existência, no sul do país, de grupos de imigração estrangeira já absorvidos “pelo elemento nacional” e alguns outros núcleos que não haviam sido “inteiramente absorvidos”.<sup>68</sup>

---

<sup>63</sup> Skidmore, 1989:146.

<sup>64</sup> Ramos, 1998:60.

<sup>65</sup> Ibidem: Idem.

<sup>66</sup> Seyferth, 1998.

<sup>67</sup> Simonsen, 1978:417.

<sup>68</sup> Simonsen, 1973:391.

O componente racial aparece também na escolha do tipo de imigrante que se adapta ao trabalho organizado ou ao clima das regiões economicamente importantes. O debate, desde os finais do século XIX, passava pela adaptação do imigrante ao clima ou à cultura do país. Imigrantes como japoneses e alemães provocavam fortes suspeitas em intelectuais e fazendeiros, que os achavam de difícil integração ao país. Outros, como portugueses e italianos, eram melhor aceitos. Esta questão tinha seu contraponto na idéia de que o negro era incompatível com trabalho organizado. No tópico dois, deste capítulo, tivemos a oportunidade de tratar desta questão. Gostaríamos apenas de ressaltar que esta visão se estendia, na obra de Simonsen, aos trabalhadores nordestinos, que, segundo ele, eram resultados dos cruzamentos intensos, verificados desde o início da colonização. Deste modo, para nosso autor, o café exigia um trabalho regular e disciplinado, próprio do colono europeu. Quanto aos trabalhadores nordestinos, não se adaptavam a esse tipo de cultura, pois estariam “habitados a trabalho menos disciplinado”.<sup>69</sup>

De qualquer maneira, não se pode perder de vista, neste cenário, um certo grau de pragmatismo dos fazendeiros e industriais. Segundo Skidmore, sendo os fazendeiros homens pragmáticos, estavam mais preocupados com a necessidade de mão-de-obra para os seus negócios. A contribuição étnica dos imigrantes “seria bem-vinda, mas como subproduto”.<sup>70</sup>

### 3.1 – IMIGRAÇÃO PLANIFICADA

Simonsen debruçou-se, em algumas oportunidades, sobre o problema da imigração. Em 1933, quando da fundação da ELSP, apontava que, em alguns povos, a criminalidade e a sua “fisionomia moral” eram resultados de uma “imigração sem controle” e da despreocupação com os “postulados da eugenia”. Deste modo, irá propor, em 1940, as “migrações planificadas”. Simonsen entendia este termo como um “grande plano colonizador”, destinado a promover as “migrações internas cientificamente organizadas, completadas por imigrações de elementos estrangeiros selecionados”.<sup>71</sup> O exemplo em que ia buscar inspiração para este plano era o das empresas de colonização existentes no Estado de São Paulo:

---

<sup>69</sup> Ibidem: 406.

<sup>70</sup> Skidmore, 1989:156.

<sup>71</sup> Simonsen, 1973:418.

... colono cientificamente orientado sobre os processos de cultura e emprego de suas atividades e devidamente apoiado em modernos aparelhamentos econômicos (SIMONSEN, 1973:418).

Tamanho plano colonizador só poderia vingar com a ajuda da Ciência e da técnica:

... os cuidados da técnica e da ciência, para que as populações, assim localizadas pelo interesse nacional, gozem de padrão de vida condizente com a dignidade humana (SIMONSEN, 1973: 419).

Esta última observação é bastante sintomática para ajudar-nos a entender seu projeto de industrialização. Com a migração bem planejada, tendo, em seu escopo, a elevação do padrão de vida do imigrado, ter-se-ia a constituição de mais um fator que contribuiria para o alargamento do mercado interno, base privilegiada por Simonsen para o crescimento industrial do país. Além disto, a imigração planejada combatia as causas da migração desordenada, resultado da desarmonia entre populações e os respectivos recursos econômicos. Sua proposta, para elevação do padrão de vida através da imigração planejada, era colocar as “populações (...) devidamente amparadas, nos lugares mais próprios à recuperação econômica”.<sup>72</sup>

Havia, ainda em sua proposta, um componente estratégico, ou seja, em um país considerado de “fraca densidade de população”, seria necessária uma “ocupação de zonas estratégicas”.<sup>73</sup> Mas, para que não houvesse “desperdício de espaço útil”, era preciso que a política de colonização obedecesse determinadas normas.

Em suma, temos então migração e imigração patrocinadas pela Ciência e a técnica modernas, e estrategicamente pensadas, impulsionando o padrão de vida necessário ao desenvolvimento da indústria no país. Quanto à seleção de imigrantes estrangeiros, esta também implicava importação de técnicos para o Brasil.

### 3.2.TÉCNICOS PARA O BRASIL

A defesa da importação de técnicos para o Brasil começa a aparecer nos textos de Simonsen em 1919. Neste ano, na missão oficial brasileira que então visitava a Inglaterra, publica no “Times” de Londres um artigo, em conjunto com M. T. Carvalho de Brito, cujo título era “Técnicos para o Brasil”. Na ocasião, teve oportunidade de lembrar a necessidade que havia no país “de técnicos, perfeitos conhecedores dos processos e métodos comerciais

---

<sup>72</sup> Simonsen, 1943b:123.

<sup>73</sup> Simonsen, 1973:120.

ingleses e dos meios mais eficientes de utilização dos aparelhamentos e máquinas britânicas”,<sup>74</sup> que se pretendia introduzir no mercado brasileiro. Em “História Econômica do Brasil” apontava o quanto foi importante para “as indústrias de fundição de armas e outros engenhos de guerra” mandar vir de Portugal “numerosos trabalhadores especializados”.<sup>75</sup> Mas, se no primeiro texto técnicos se identificam, basicamente, como engenheiros e, no segundo, como “trabalhadores especializados”, convém então perguntarmos o quê Simonsen entendia por “técnicos”, uma vez que se tratava de um tema bastante corrente em seus escritos. Em um discurso, proferido a 07 de setembro de 1940, na inauguração da I Feira Nacional de Indústrias, realizada em São Paulo, definia assim o que vinham a ser técnicos:

Faltam-nos indústrias basilares essenciais, falta-nos um mais numeroso corpo de técnicos, desde o modesto artífice até o engenheiro industrial (SIMONSEN, 1943b:176).

Assim, o termo técnico, o que tanto clamava para a indústria, significava habilitações em uma ampla gama de atividades que envolviam funções tanto de trabalhador especializado como de engenheiro. Por outro lado, Weinstein aponta para o fato de muitas firmas paulistas empregarem “artífices estrangeiros relativamente privilegiados” como um indicativo de que “havia um déficit de trabalhadores especializados”.<sup>76</sup> Para esta historiadora americana, “a carência de operários especializados parece ter sido uma preocupação bem concreta”.<sup>77</sup> De fato, em 1934, Simonsen constatava, “com pesar”, que os “lugares mais eficientes, e de melhor remuneração, isto é, dos artífices”, eram ocupados “em sua maioria” por estrangeiros, destinando-se aos nacionais as “tarefas mais pesadas e mais ingratas, pelo desconhecimento dos ofícios especializados”.<sup>78</sup>

É nesta mesma época que Simonsen começa a aventar a necessidade de “formação imediata” de artífices, mediante a criação de “escolas práticas para adultos”.<sup>79</sup> Sua proposta ganha importância na medida em que é apresentada na Assembléia Nacional Constituinte de 1934 e gera um caloroso debate entre Simonsen e alguns de seus pares. Simonsen defende então a idéia de que se deve ensinar a trabalhar o homem brasileiro, formando-se a extensão mínima de “profissionais habilitados” “no quadro social brasileiro”.<sup>80</sup>

---

<sup>74</sup> Simonsen, 1932:89.

<sup>75</sup> Simonsen, 1978:19.

<sup>76</sup> Weinstein, 1999:50.

<sup>77</sup> Ibidem: 104.

<sup>78</sup> Simonsen, 1934b: 27.

<sup>79</sup> Ibidem: Idem.

<sup>80</sup> Ibidem: 43.

Em outra ocasião, ao discursar em 1939, na sede da FIESP, para os membros da comissão interministerial destinada a pensar uma proposta de ensino profissional, Simonsen assinala a urgência de “valorizar rapidamente o homem do Brasil” e, para tanto, aperfeiçoar “seus conhecimentos em ofícios capazes de lhe proporcionar uma produtividade mais eficiente e de mais rendimentos”.<sup>81</sup>

O problema da falta destes profissionais é bastante agravado pelas dificuldades criadas durante a década de 1930, pelo governo de Getúlio Vargas, à imigração de operários especializados. Simonsen, em um parecer, escrito em 1937 ao Conselho Federal do Comércio Exterior e que versava sobre as possibilidades de expansão da industrial nacional, aponta as dificuldades decorrentes dos entraves à “imigração de operários especializados”, por força então da denominada Lei dos Dois Terços, “face à inexistência, entre nós, de escolas profissionais”.<sup>82</sup> Nas “conclusões gerais” de seu parecer, propõe reforma daquela lei e de algumas restrições à imigração. Simonsen não falava só, suas palavras eram também dos industriais que formavam a FIESP.

Em 1940, na Convenção Nacional dos Engenheiros, seria reconhecida, por meio de resolução, a necessidade de aproximarem-se a Engenharia e a indústria, intensificando-se, “com maior eficiência, a formação de técnicos em todos os estágios”.<sup>83</sup>

Ademais, do Congresso Brasileiro da Indústria, realizado em dezembro de 1944, há uma série de resoluções destinadas a ampliar a formação profissional e o ensino de Engenharia no Brasil. Assim, na segunda comissão deste congresso, destinada a tratar do problema da “planificação econômica do Brasil no setor das atividades industriais”, cujas conclusões foram redigidas por Simonsen, recomendava-se contratar “no estrangeiro operários qualificados, técnicos e engenheiros”.<sup>84</sup> Aconselhava-se, também, ampliar as instalações destinadas à formação e ao “aperfeiçoamento de operários qualificados, técnicos e engenheiros” e que fossem aumentadas as verbas das entidades governamentais para “instalação e manutenção das escolas industriais, técnicas e de engenharia”.<sup>85</sup>

É neste contexto que se deve compreender os esforços de Simonsen e dos empresários para a criação do SENAI. A mesma segunda comissão do referido congresso propõe um

---

<sup>81</sup> Simonsen, 1943b:75.

<sup>82</sup> Simonsen, 1973:76.

<sup>83</sup> Simonsen, 1943b:177.

<sup>84</sup> Simonsen, 1973:113.

<sup>85</sup> *Ibidem*: 112.



“amplo apoio, pelos poderes públicos e pelos empregadores, ao plano de formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra que o Senai”<sup>86</sup> vinha desenvolvendo.

#### 4. A PAZ SOCIAL

Na história da sociedade brasileira, a questão social sempre teve papel de importância crucial para seu desenvolvimento. Durante a República, ela aparece como “elo básico da problemática nacional”.<sup>87</sup> Em várias ocasiões, a questão social determina os impasses políticos de nossa sociedade. A questão social, dada sua importância, não poderia ter passado ilesa pela obra de Simonsen. Ela aparece em sua defesa da organização científica do trabalho, em seu posicionamento frente à legislação trabalhista, ou, ainda, na justificação de um salário-mínimo baseado em critérios científicos.

No interior desta questão, o problema central para Simonsen era o dos trabalhadores da indústria. Isto se dava devido ao lugar de onde Simonsen falava. Para Ianni, Simonsen via a história do país a partir da “perspectiva da matriz que se estava criando em São Paulo”.<sup>88</sup> Em função desta perspectiva é que estaria mais atento à “questão social”. Seu entendimento da questão estaria ligado à “ótica da harmonização entre o trabalho e o capital” e a “paz social”.

Simonsen não se recusava a enxergar os conflitos entre o capital e o trabalho. Em várias oportunidades, imputa a eles as razões do advento da Primeira Grande Guerra. Sua estratégia era apresentar a luta de classes como algo pertinente aos países mais adiantados, enquanto no Brasil sua presença soava como algo artificial, motivada pela má compreensão das reais leis que governariam a produção.

Simonsen buscava a construção de um discurso orgânico capaz de enfrentar, no campo ideológico, os conflitos oriundos do mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, de servir de caução para suas propostas de organização científica do trabalho. Utilizando-se do contexto da epidemia de gripe que se abateu sobre a cidade de Santos em 1918, Simonsen não perde a oportunidade de pregar a solidariedade entre patrões e empregados. Em um discurso, pronunciado em dezembro de 1918, por ocasião do fim da mesma epidemia, ele irá se reportar à morte como a “grande niveladora social”, defendendo, em seguida, que a “comunidade de sofrimentos” aproximava empregadores e empregados em uma “cooperação voluntária”. A

---

<sup>86</sup> Ibidem: Idem.

<sup>87</sup> Ianni, 1996:87.

<sup>88</sup> Ianni, 1996:43.

atuação conjunta na epidemia tornava-se um ato pedagógico, por fazer ver ao operário o quanto a “ação comum inspirada num espírito de solidariedade”<sup>89</sup> poderia resultar positiva:

... agindo com esse pensamento, sempre unidos, contribuimos para evitar a todo transe que sejam trazidas para o nosso Brasil as lutas de classes, as organizações artificiais, os entraves à verdadeira noção de liberdade... (SIMONSEN, 1919:10 – grifo nosso).

Diante do processo de industrialização e urbanização, Simonsen reconhecia a importância de um novo agente social e econômico, a classe operária nascente, mas, em um movimento inverso, buscava escamotear seu potencial político, assegurando a artificialidade de suas organizações. O problema do país não era a distribuição da riqueza e sim sua criação.

Em outra oportunidade, Simonsen volta à carga contra a desarmonia social e prega a paz social. Falando às “classes produtoras” de São Paulo, no ano de 1940 e na presença de Getúlio Vargas, Simonsen elogiando a “legislação social” do Estado Novo, argumenta ser esta uma medida salutar para a ordem social. Mais uma vez, remete a luta de classes para os países “supercapitalizados”, distantes da realidade brasileira. Nas palavras de Simonsen, várias vezes repetidas, “crescemos menos, e por isso erramos menos”.<sup>90</sup>

De fato, essa legislação propicia a emulação do progresso material do país, sem os temores de que aqui se reproduzam as grandes desarmonias verificadas nos países supercapitalizados, com as conseqüentes desordens sociais ali observadas, e que agora se procuram atenuar, em precárias condições, com a decretação de medidas corretoras, tardiamente adotadas (SIMONSEN, 1943b: 115 – grifo nosso).

Para além da retórica oficial de suas palavras, é bom lembrar que Simonsen não fala por si só. Representante que era da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, seus termos se apresentam como expressão das classes empresariais paulistas. Estas sempre buscaram uma forma de intervir no âmbito da legislação trabalhista brasileira desde o início de sua implantação, nos anos de 1930. Naquele momento específico, Simonsen ressaltava as contribuições dos empresários ao aperfeiçoamento da legislação social através de diversas propostas apresentadas, ao longo dos anos, ao governo federal.

A paz social é pensada como condição básica para o incremento econômico e como forma de evitarem-se as crises. Estas assumem uma importância na vida econômica dos povos e têm como corolário o “desperdício de energia” e a “degradação moral do trabalho”:

Essas apreciações demonstram a necessidade de se evitarem as crises, e o dever que compete a todos os estadistas de procurar colocar o trabalho de produção num quadro

---

<sup>89</sup> Simonsen, 1919:10.

<sup>90</sup> Simonsen, 1943b:15.

mais regular, em atmosfera mais calma, obtendo-se assim um importante fator da paz social (SIMONSEN, 1930:9).

E o Brasil tinha todas as condições para atingir a paz social, afinal, a tradição nos garantia este objetivo e tudo sorria para nós brasileiros:

E nós brasileiros devemos e podemos ser otimistas. Tudo aqui nos sorri: a constância do tempo, a abundância da luz, a variedade de terra, as nossas tradições (...) são elementos que nos convidam a lutar sorrindo, a trabalhar cantando... Não temos competição de raças, ódios radicados ao solo, tradição de sangue, vindictas a acalantar (SIMONSEN, 1932: 127).

O brasileiro estaria destinado ao progresso, uma vez que no Brasil “só não prospera quem não trabalha!”.<sup>91</sup> Não em qualquer atividade e sim em tipo de trabalho idealizado, purificado das contradições sociais e que contribua para a construção da nacionalidade.

#### 4.1. A METAMORFOSE DO TRABALHADOR E DO OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO

Nos anos de 1930, o debate racial sofre uma profunda alteração de enfoque. Os motivos são vários, mas ressaltamos dois para melhor exemplificar nossa afirmação. O primeiro é o surgimento das teses da democracia racial, enquanto o segundo pode ser identificado nas reflexões sobre a sociedade de classes. Pode-se dizer que várias correntes intelectuais buscavam pensar o que vinha a ser o brasileiro. Enquanto umas negavam haver um povo brasileiro e pensavam sobre a necessidade da formação de um que fosse ideal para a constituição da nação, outras afirmavam a fragilidade organizacional do povo que admitiam então existente. Convergiam todas elas em propostas que pregavam a organização de um Estado centralizado para realizar o ideal da unidade nacional. O que estava em jogo era, fundamentalmente, “a metamorfose da população em povo”.<sup>92</sup>

Os caminhos variavam: uns queriam a transformação da população em trabalhadores “sem luxúria nem preguiça”,<sup>93</sup> outros em cidadãos. A nossa tese central, neste capítulo, é que no debate sobre esta metamorfose, Simonsen visava a transformação da população em trabalhadores, mas um tipo de trabalhadores não-politizados e, ao mesmo tempo, organizados por critérios científicos. Este tipo novo de trabalhadores seria uma resposta aos trabalhadores organizados em “feição de guerra de classes”.

---

<sup>91</sup> Simonsen, 1932:128.

<sup>92</sup> Ianni, 1996:130.

<sup>93</sup> Idem: ibidem.

## 4.2. OBREIRO FELIZ E ORGANIZADO

O ano de 1917 foi marcado por um acontecimento capital para o desenvolvimento da questão social. Na cidade de São Paulo e em algumas cidades do interior paulista explode uma greve geral. Nenhum movimento, durante o período conhecido por República Velha, teve a extensão e intensidade desta greve. Sobre ela, a historiografia brasileira recente produziu uma série de trabalhos monográficos, buscando entender suas razões e conseqüências. Um dos desdobramentos de 1917 é ter sido colocado em cheque o poder exercido no mundo fabril pelo patronato.<sup>94</sup> A greve colocava em dúvida as técnicas de controle e disciplina tradicionais. Era necessário erigir novas estratégias de mando e que não fossem as simples repressões previstas nos regulamentos internos das fábricas.

Por sua vez, o setor da construção civil em Santos era considerado, no período, um dos mais bem organizados e onde o problema do controle do processo produtivo era questão em aberto. Ora, era justamente neste setor que Simonsen tinha uma de suas principais atuações como empresário. Foi a partir de 1918, ou seja, após os acontecimentos de 1917, que o tema da organização científica do trabalho entrou em pauta de seus discursos. Para analisarmos esta questão, uma publicação de 1919, intitulada “O trabalho moderno”, é fundamental, pois nela se acham não apenas as justificações ideológicas da organização científica do trabalho, mas, também, a descrição das medidas efetivamente aplicadas nas empresas de Simonsen. Dois discursos podem ser destacados da publicação. O primeiro, pronunciado em 1918, em agradecimento a amigos por uma homenagem que lhes prestaram. Nele, o autor identifica o final da guerra como o início de uma outra luta, a “luta econômica”, que só poderia ser vencida pelas “empresas bem organizadas”. Para que isto fosse possível, era necessário o incremento da organização científica do trabalho que ao mesmo tempo preparava a empresa para a concorrência e promovia a unidade no interior fabril. O objetivo deste tipo de organização era originar “a máxima economia na produção pela realização da máxima eficiência”.<sup>95</sup>

Simonsen acredita que há uma dupla finalidade na organização científica do trabalho: a) defender uma nova forma de disciplina nas fábricas, uma disciplina “mais sutil”; e b) aumentar a produção. Além disto, a “disciplina inteligente e consciente” proposta não dá

---

<sup>94</sup> Para uma análise detalhada sobre a disputa pelo controle no processo produtivo neste período e dos seus significados, ver: Decca, (1986.); Antonacci, (1993). Para uma análise das razões e significados da greve de 1917, ver: Campos, 1988.

<sup>95</sup> Simonsen, 1919:11.

autonomia ao pensar e fazer do operário, uma vez que todas as tarefas e suas formas de execução deveriam ser planejadas por “grupos de moços de sólido preparo”. Há um corte profundo entre concepção da produção e execução.

A exigência da formulação de novas estratégias de controle e disciplina fabril assentase no ideal da construção de um novo tipo de trabalhador. Um trabalhador disciplinado e desligado das contendas sindicais e políticas. Para o Brasil vencer o novo ciclo de desenvolvimento econômico, era preciso a constituição de uma “classe trabalhadora produtiva e ordeira”.<sup>96</sup> O desejo de Simonsen era a criação de um “núcleo de obreiros felizes e organizados”.<sup>97</sup>

Simonsen tem claro o profundo significado das mudanças que propõe. Ao expressar este ideal de construção de um novo operário, não poderia fazê-lo sem explicitar as estratégias que compunham o arsenal destinado a realizá-lo.

No texto “Pela administração científica”, incluído em “O trabalho moderno”, Simonsen expõe a forma de organização departamental de suas empresas e os tipos de remunerações. Este último tema é introduzido na discussão a partir da tentativa de “despolitizá-lo”, transformando-o em um assunto das ciências econômicas. Admite que os industriais devam considerar a nova força que é o proletariado e reconhecer, no tratamento da questão dos salários, seu caráter científico. Acreditava, com isto, que estaria evitando que as relações entre patrões e empregados não tomassem a “feição de guerra de classes”.

Criticando os velhos empresários dos países industrializados, por tratarem seus operários como “massa única”, Simonsen propõe a individualização das competências. Ao proceder assim, falseia as reais dimensões disciplinares da individualização. Em nome da humanização dos operários, ao tratá-los individualmente, não acredita que, neste ato, o que está a impor é a ação técnica de um poder que visa disciplinar os mais íntimos gestos do operário na produção. Ao contrário, a individualização é defendida como uma forma de “incorporação do operário” à sociedade mediante as leis econômicas, uma vez que ele “foi afastado por erros econômicos” desta mesma sociedade.

Neste sentido, a percepção positivista de seu pensamento reaparece. Tal como Comte, Simonsen fala da incorporação do proletariado por meios científicos. Na perspectiva do pensador de Montpellier, uma incorporação que eliminasse “o arbitrário da política” e estivesse ao “abrigo de todo o arbitrário comando pessoal”.<sup>98</sup>

---

<sup>96</sup> Capelato, 1989:24.

<sup>97</sup> Simonsen, 1919:12.

<sup>98</sup> Comte, *apud* Trindade, 1999:3.

### 4.3. FORMALIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Se acreditarmos que todo processo é contraditório, então nos resta tratar de um outro aspecto das propostas de racionalização das relações de trabalho que Simonsen defendia. Não podemos deixar de observar que o processo de urbanização e industrialização por que passou São Paulo, e quiçá o Brasil, nas primeiras décadas do século XX, tendia a deixar para trás uma sociedade em que as “linhas de castas” marcavam as relações sociais e de trabalho. Em seu lugar, surgia uma sociedade em que as distinções se davam em torno das classes sociais em formação. Nesta sociedade, o desenvolvimento industrial exigia que as relações de produção predominantes fossem “formalizadas” e “institucionalizadas”.<sup>99</sup> Neste sentido, podemos considerar Simonsen um pensador preocupado com a modernização, na medida em que desejava que as relações de trabalho, inclusive as existentes no Estado, fossem regidas por mecanismos “racionalis” e “impessoais” da organização científica. Assim, mesmo que este desejo de modernizar as relações de trabalho tivesse algo de conservador, não podemos deixar de perceber que a formalização das relações sociais e do trabalho era uma consequência “inevitável” do processo de urbanização que o país então vivenciava.

A organização científica do trabalho e a legislação trabalhista são, ao nosso ver, facetas diferentes de um mesmo processo de formalização das relações de trabalho. Weinstein aponta um vínculo entre o aumento do consenso das elites brasileiras a favor de uma regulamentação das relações de trabalho pelo Estado e o “crescente entusiasmo” dos industriais e intelectuais pela organização racional. A aceitação de uma legislação social só ganha significado na medida em que ela seja encarada sob a ótica de um “problema técnico”, o que corresponde a “retirar o debate sobre as condições de trabalho da arena política e discutir essas questões num contexto científico e despolitizado”.<sup>100</sup>

A elaboração das leis trabalhistas e a criação dos sindicatos oficiais devem ser encaradas “dentro da tentativa dos grupos que assumiram o poder em 1930 de construção de uma nova ordem institucional, através da racionalização do mercado de trabalho e de toda a sociedade”.<sup>101</sup>

Não obstante, a aceitação de uma legislação trabalhista, por parte dos empresários, não se deu por um caminho linear e crescente, pois os “porta-vozes da indústria rejeitavam

---

<sup>99</sup> Ianni, 1996.

<sup>100</sup> Weinstein, 2000:75.

<sup>101</sup> Maza, 1996:88.

explicitamente a ‘interferência’ do Estado nas relações entre operários e patrões”.<sup>102</sup> Durante os anos de 1920, os empresários relutaram em admitir qualquer interferência no processo produtivo, fosse da parte do Estado ou dos sindicatos operários. Não aceitavam, “em hipótese alguma”, que a legislação trabalhista afetasse o “ritmo do trabalho fabril”.<sup>103</sup>

Entretanto, no passar dos anos de 1930, ocorrerá uma “sutil, mas significativa mudança das lideranças industriais com relação à racionalização e à intervenção do Estado”.<sup>104</sup> O que ocorre é que Simonsen e outras lideranças “passaram a atribuir ao Estado a responsabilidade de fomentar relações harmoniosas entre capital e trabalho”.<sup>105</sup> Esta mudança não significou uma adesão acrítica à política do governo pós-1930. Nas comissões do Ministério do Trabalho, que contaram com a participação dos industriais, a legislação trabalhista passa a ser a questão central para estes últimos. Conseguindo que os anteprojeto fossem publicados previamente, os empresários dispunham de tempo hábil para criticá-los. Portanto, se, por um lado, temos a aproximação entre o governo e os empresários, por outro não podemos perder de vista que a implantação da legislação trabalhista no país foi um “fator de continuo atrito com as autoridades governamentais”.<sup>106</sup> Deste modo, no início dos anos de 1930, os empresários colocaram-se contra as atribuições legais dadas aos sindicatos operários, entre elas as que permitiam que fiscalizassem a aplicação das leis de férias e de acidente de trabalho, “pois tais fatos se constituiriam, no entendimento deles, em interferência indevida dos representantes operários no interior das fábricas”.<sup>107</sup>

A posição de Simonsen, visivelmente, reflete o pensamento de seus pares a respeito do assunto. Em várias oportunidades, e principalmente durante o Estado Novo, ele aponta a relevância das leis trabalhistas para a paz social. No dia 28 de abril de 1940, em discurso pronunciado no banquete oferecido pelos empresários de São Paulo a Getúlio Vargas, Simonsen, ao falar da propulsão da economia nacional, ressalta a importância da legislação social de Getúlio para a “emulação do progresso material do país”.<sup>108</sup> Mais do que o estímulo direto à produção, o que Simonsen lembrava era a relação entre legislação social e paz social. Para o empresário paulista, o ônus que a legislação acarretava era compensado “pelos índices de paz e de progresso social”<sup>109</sup> que o país desfrutava. Acima de tudo, estava afastado o

---

<sup>102</sup> Weinstein, 2000:69.

<sup>103</sup> Leme, 1978:122.

<sup>104</sup> Weinstein, 2000:72.

<sup>105</sup> Ibidem: idem.

<sup>106</sup> Leme, 1978:138.

<sup>107</sup> Ibidem: 146.

<sup>108</sup> Simonsen, 194b3:115.

<sup>109</sup> Ibidem: 114.

perigo das “desordens sociais” que os “países supercapitalistas” haviam experimentado. Para Simonsen, o Brasil havia avançado muito nas normas do direito social.

Mas, se o Estado Novo para os industriais inaugurava um regime de paz social, pois criava “condições de estabilidade para a produção”,<sup>110</sup> não se pode dizer que as relações entre empresários e governos foram de pura harmonia. Nos discursos de Simonsen, pode-se perceber em diversos momentos as tensões subjacentes a esta relação. Para ele, havia uma desarmonia entre o “excesso de normas do novo direito social e a deficiência de medidas estimuladoras da produção”.<sup>111</sup> Este descompasso era atribuído à “fácil receptividade por parte dos bacharéis de direito” a toda novidade jurídica que aparecia nos centros mais adiantados do mundo. Simonsen acreditava que a mesma receptividade não se dava em “assuntos de ordem econômica”.<sup>112</sup>

A crítica aos “bacharéis de direito” inscrevia-se na estratégia ideológica de Simonsen, que apresentava a indústria como fator do progresso econômico e da paz social. Para tanto, buscava afirmar “o papel central da competência técnica” como momento de “acesso privilegiado”<sup>113</sup> ao progresso e à paz social. Não é outro o sentido que Simonsen irá dar a suas palavras em defesa de um salário-mínimo que resultasse de critérios científicos. Em 1941, elogia a forma como estava sendo encaminhada a aplicação da lei, “sendo obedecidos (...) um acentuado critério científico e um alto senso de objetividade e realismo”.<sup>114</sup>

Outro instante de divergências entre o governo federal e os empresários paulistas foi quando se editou o Decreto-Lei nº 1.238, de 02 de maio de 1939, elaborado pelo Ministério do Trabalho. O decreto dispunha sobre a criação de refeitórios nas empresas com mais de 500 operários e que fossem oferecidos, pelas mesmas empresas, cursos de aperfeiçoamento para adultos e crianças. Irritado com a promulgação de um decreto desta envergadura, Simonsen apresenta a posição oficial da FIESP em um discurso, em 14 de agosto de 1939, aos membros da comissão interministerial que então estiveram em São Paulo para estudar as necessidades do ensino profissional nas fábricas.

O discurso faz apreciações sobre o Decreto-Lei nº 1.238/39 e deixa transparecer o descontentamento dos empresários. É tenso, pois oscila entre elogios à comissão interministerial e sutis críticas ao governo. Simonsen classifica as medidas legislativas em duas: as que atrapalham e as que aceleram as atividades industriais. Entre estas estariam as

---

<sup>110</sup> Leme, 1978:157.

<sup>111</sup> Simonsen, 1973:46.

<sup>112</sup> Ibidem: idem.

<sup>113</sup> Weinstein, 2000:21.

<sup>114</sup> Simonsen, 1973:430.



leis que incentivam o aperfeiçoamento dos trabalhadores. Seu silêncio sobre a obrigatoriedade dos refeitórios é indicativo da contrariedade dos empresários paulistas. Afirma que falava com a “franqueza característica dos homens de negócios” e com o “agudo senso de realismo” dos paulistas. Fala do “excesso de promulgações de atos” e da necessidade de as autoridades ouvirem as classes produtoras.

O Decreto-Lei 1.238/39, apesar da irritação dos empresários paulistas, “serviu como desafio à inércia dos industriais em relação à formação profissional”.<sup>115</sup> Na verdade, a defesa de algum tipo de ensino profissionalizante integrava o ideário de Simonsen desde o início da década de 1930. Em 1934 defendia, na Assembléia Nacional Constituinte, a necessidade da “formação imediata de escolas práticas para adultos” para que, dentro de um menor prazo, fosse possível melhorar “o grau de eficiência de uma grande massa de brasileiros”.<sup>116</sup> Neste mesmo período, podemos perceber sua preocupação com os problemas sociais, o que muito concorrerá para a criação do SESI, nos anos 1940.

Na verdade, mesmo se tratando do ensino profissional, as divergências com o governo federal foram acentuadas. O Decreto-Lei nº 1.238/39 foi bastante criticado pela FIESP e por Simonsen, considerando-o impróprio ao perfil da produção industrial brasileira. A comissão interministerial mostrou-se receptiva às críticas e acabou por incorporar muitos dos pontos de vista e recomendações de Simonsen. O decreto-lei, entretanto, nunca chegou a ser posto em prática e, no ano de 1941, Simonsen apresentaria uma proposta para a formação do Serviço Nacional de Seleção, Aperfeiçoamento e Formação dos Industriários (SENAFI), que acabaria resultando na criação do SENAI, em janeiro de 1942. O que estava por trás das divergências entre o governo e os industriais era o controle do processo de qualificação profissional.

O que se percebe é que a fórmula proposta por Simonsen tinha o claro propósito de concentrar o poder de decisão, quanto à questão da qualificação técnica do operariado nacional, nas mãos dos industriais, de modo a conformá-la segundo as necessidades imediatas do setor fabril. (VIEIRA, 1987: 123).

Aos empresários convinha um ensino mais pragmático, de adestramento, enquanto o governo defendia uma combinação de ensino técnico com formação geral. O controle do processo de aprendizagem técnica deveria ser derivado de procedimentos científicos. Assim sendo, os trabalhos do SENAI deveriam ser divididos em dois grandes setores, o de relação e orientação profissional e o de aprendizagem e aperfeiçoamento técnico, sendo que, ao primeiro setor, caberia promover a seleção e orientação profissional “por processos

---

<sup>115</sup> Weinstein, 2000:107.

<sup>116</sup> Simonsen, 1934b: 27.

científicos”, procurando evitar “a perda de tempo”, encaminhando “cada aprendiz às atividades mais adaptáveis às suas aptidões”.<sup>117</sup>

A insistência dos líderes da FIESP no controle do processo de formação profissional sustentava-se com o uso de termos como “racionais” e “científicos”, reflexo do modo de abordagem da organização industrial. Uma proposta de formação universal soava aos empresários como “irracional e extravagante”. Portanto, o discurso empresarial utiliza-se do privilégio da “competência técnica”, operando no sentido de “tornar a questão da formação profissional um assunto ligado à demanda da indústria e não a objetivos educacionais ou aos direitos dos trabalhadores”.<sup>118</sup>

Esta percepção dos empresários, que era compartilhada por Simonsen, mostra-nos os limites das propostas de conteúdo social defendida pelo líder empresarial. Não nos parece que, em sua constante defesa da melhoria do padrão de vida da população brasileira, Simonsen tivesse como escopo a ampliação dos direitos sociais e políticos dos trabalhadores. Apesar de definir a questão social como a preocupação com a habitação, a alimentação, a educação e a saúde, Simonsen acreditava que o problema social no Brasil poderia ser resolvido “sem que os fundamentos tradicionais da ordem pública e política” fossem “subvertidos, quer pela violência revolucionária, que nada constrói, quer pela ação mistificadora de mitos estranhos à sensibilidade e à formação histórica nacional”.<sup>119</sup>

Estas palavras do empresário paulista ganham em significado à medida que são pronunciadas em 1946, portanto, depois do fim do Estado Novo, e em solenidade de instalação do I Conselho Consultivo do SESI, entidade que foi criada para fazer frente à ação dos comunistas e promover a paz social. Simonsen denuncia a “tentativa de infiltração que se vai processando nas grandes massas trabalhadoras por elementos extremistas que (...) procuram destruir os fundamentos da nossa ordem social”.<sup>120</sup>

Obra que honrará o patronato brasileiro e que vai revelar, na sua imediata execução, que não haverá, entre nós, clima propício à penetração insidiosa da luta de classes, pois operários e patrões, através do Serviço Social da Indústria, estarão empenhados, em esforço comum, na consecução de novo regime de vida (SIMONSEN, 1973:443).

Este novo regime seria o da paz social necessária para o andamento dos negócios e da indústria. Com o SESI, como com o SENAI, o ideal de racionalização dos procedimentos

---

<sup>117</sup> Simonsen, 1943b:302. Para uma descrição detalhada das divergências entre os empresários, o Ministério do Trabalho e o ministro da Educação Capanema, ver Weinstein, 2000, principalmente as páginas 113 a 117.

<sup>118</sup> Weinstein, 2000:119.

<sup>119</sup> Simonsen, 1973:443.

<sup>120</sup> Ibidem: 444.

fabris ganha uma nova dimensão. A formalização do mercado de trabalho através das leis trabalhistas, que tantas controvérsias geraram entre os empresários e governo, completa-se com o advento destas duas entidades, típicas representantes da aspiração por uma produção racionalizada, assentada em princípios científicos. O SENAI e o Sesi significam o desejo dos líderes empresariais “de institucionalizar abordagens racionais para a capacitação profissional e serviços sociais”.<sup>121</sup>

---

<sup>121</sup> Weinstein, 2000:21.

## CAPÍTULO IV

### SIMONSEN E O DEBATE INTELECTUAL DE SEU TEMPO

#### 1. SIMONSEN: O INTELECTUAL E SUA OBRA

Em suas múltiplas atividades, Simonsen foi, sem dúvida, um intelectual preocupado em entender o Brasil. Grande parte de sua obra, até 1930, é constituída de textos rápidos, relatórios de empresas, discursos de paraninfo e conferências. Somente a partir de 1930 é que surgem trabalhos de maior fôlego, como a renomada “História Econômica do Brasil”. De certo modo, sua obra segue os caminhos da produção intelectual brasileira e do mercado editorial do Brasil de sua época.

O fato de seus textos serem discursos rápidos não retira o mérito de seus conteúdos, afinal, como nos lembra Skidmore, no final dos anos de 1910 e início dos de 1920, um discurso de paraninfo era “muitas vezes um bom indicador da atitude intelectual do momento”.<sup>1</sup> Segundo Sússekind (1987), nos anos que antecederam ao Modernismo, a tendência predominante era a dos textos curtos que exigissem pouco do leitor. Este fato foi marcado pelo advento de uma nova realidade técnica de produção e divulgação que acaba por conferir ao jornalismo e às conferências uma “nova importância literária”.

Para alguns cronistas da época, este fato não passou despercebido. Falando do limitado universo intelectual do Rio de Janeiro, em meados dos anos de 1910, assim se expressava Gilberto Amado:

... os lazes multiplicados da vida mortificante num clima exaustivo não lhes deixam tempo senão para jornais, livros leves, romances policiais, assuntos de aplicação fácil que não tomam a atenção toda (AMADO, 1919:180).

Na ausência de uma tradição editorial e de universidades, as palavras de José de Barros Martins refletem bem o ambiente intelectual: “O Brasil é um país de autodidatas, sem escolas, sem cursos especializados”.<sup>2</sup> Esta realidade só irá se transformar a partir de 1930 quando ocorre um *boom* editorial e o surgimento das primeiras universidades.

---

<sup>1</sup> Skidmore, 1989:171.

<sup>2</sup> Martins, *apud* Pontes, 1989:380.

Nos anos trinta, com o aparecimento das “coleções”, o intelectual passa a possuir um espaço privilegiado para a divulgação de seu pensamento. O livro mais importante de Simonsen, “História Econômica do Brasil”, seria publicado por uma destas “coleções”, a Coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional.

Pontes, ao analisar a produção cultural no Brasil, lembra-nos que, até meados do século XX, não se produziu no país uma nítida distinção entre “produção cultural” restrita e produção ampliada. Não se assistia, assim, contradição entre uma cultura artística e o mercado,<sup>3</sup> o que ajuda o predomínio da figura do intelectual escritor/editor, jornalista/crítico literário, jornalista/literato ou “o pensador polivalente”. Assim, os intelectuais da época, na “ausência de campos profissionais claramente delimitados”, voltam-se para o Estado.<sup>4</sup> Para Pontes, a busca de uma identidade para o país irá ter sua “unificação cultural” no pós-1930, a partir de movimentos sociais e políticos que implicaram várias reformas, entre elas, a da instrução pública, ressaltando-se o aparecimento do tão importante Escolanovismo, sob a influência norte-americana, que deu uma nova perspectiva ao ensino; ainda se acrescenta o aparecimento de novas instituições de ensino superior, tanto faculdades como as primeiras universidades. De tudo, a consequência foi uma nova configuração para a produção cultural brasileira. A difusão cultural dará “ênfase aos estudos e ao conhecimento da realidade nacional” no instante em que os intelectuais se envolvem “tanto no debate dos problemas políticos imediatos do país” como na “investigação e estudo de nossa realidade”. A realidade brasileira torna-se “o conceito-chave do período”.<sup>5</sup> Esta idéia se vincula a um processo identificado por Micelli, segundo o qual, os intelectuais do período, ao produzirem “retratos do país”, estavam empenhados em unir suas análises às pretensões “de influência da facção ou instância a que estavam ligados”.<sup>6</sup> Não se pode perder de vista as vinculações institucionais destes intelectuais, principalmente se tivermos como perspectiva que muitos viam na ligação com o Estado uma posição estratégica para impor o “retrato” que faziam do país.

Contrastando com a opinião de Micelli, sem descartar totalmente a noção de “interesse”, Pécaut afirma que, mesmo com a “falta de um campo cultural autônomo” no Brasil dos anos de 1920, “os projetos dos intelectuais eram inseparáveis da vontade de

---

<sup>3</sup> Para uma versão diferente da relação da produção literária e as novas perspectivas do mercado impulsionado pelo advento de novas técnicas de produção e divulgação, ver Süsskind, Flora (1987) Neste trabalho, a autora mostra como nem sempre foi tranqüila a relação entre vários escritores pré-modernismo e as mudanças no mercado provocadas pelas inovações técnicas, o que, de certa maneira, leva-nos a diferenciar sua afirmação das opiniões de Pontes.

<sup>4</sup> Pontes, 1989:385.

<sup>5</sup> Ibidem: 365.

<sup>6</sup> Micelli, 1989:98.

contribuir para fundamentar o cultural e o político de uma forma diferente”.<sup>7</sup> Assim, Pécaut muda o ângulo do enfoque ao não reduzir a posição do intelectual a seu simples interesse. Para este autor, as gerações de 1920 a 1940, no Brasil, “não solicitaram a mão protetora do Estado”, mas, ao contrário, “mostraram-se dispostas a auxiliá-lo na construção da sociedade em bases racionais”. Estando ligadas a funções públicas ou não, mantiveram uma “linguagem do poder”, proclamando, “em alto e bom som, a sua vocação para elite dirigente”.<sup>8</sup>

Outro autor que se debruça sobre a natureza do intelectual brasileiro das primeiras décadas do século XX é Skidmore. Para ele, o Brasil, por possuir uma sociedade “em desenvolvimento”, não comportaria categorias “familiares às sociedades industrializadas”. Por ser um país de economia “esmagadoramente agrária”, o Brasil não havia elaborado ainda uma “rede de profissões especializadas”. Predominava o “homem universal”, o “homem polimático” que se apresentava como “tipo ideal pelo fato de elevar-se acima da especialização profissional sem perder a elegância literária”.<sup>9</sup> O jornalismo era então o refúgio das atividades intelectuais, sendo que este fato determinava os resultados do estilo. Em regra, “ensaios curtos”, feitos às pressas nas redações, com “falta de pesquisas das referências” e “ausência de revisão para fazer a exposição de assuntos complexos mais sistemáticos e coerentes”. Assim, esses intelectuais eram, “necessariamente, autodidatas, naquelas matérias de ciência a que faltavam livros em português”.<sup>10</sup>

De certa maneira, a obra de Simonsen confirma esta descrição. Muitos de seus trabalhos são artigos de jornais, conferências e discursos em solenidades. Era visível a falta de referências bibliográficas e as citações de autores seguem sem maiores critérios. Há, entretanto, um outro aspecto desta questão, à qual Skidmore não está atento. Trata-se da perspectiva com que Gramsci pensava o intelectual. Para o pensador italiano, o moderno intelectual é um organizador, ligado à produção industrial.

Convém perguntar se Simonsen não se “encaixaria” no modelo de intelectual organizador de Gramsci. A maneira como Skidmore identifica o intelectual brasileiro tem uma forte constatação empírica que a sustenta, entretanto, entendemos que sua noção, a de que o país, por ser agrário, não produziria intelectuais especializados, peca por considerar a função e a natureza do intelectual de forma reducionista. A nosso ver, havia, já partir de 1920, condições para a existência de um tipo de intelectual ligado à produção industrial, ao menos em algumas regiões do país. O fato de a economia ser “esmagadoramente agrária” não altera

---

<sup>7</sup> Pécaut, 1990:22.

<sup>8</sup> Ibidem: Idem.

<sup>9</sup> Skidmore, 1989:242.

<sup>10</sup> Ibidem: 243.

em nada esta perspectiva. É bom lembrar que o próprio Gramsci, ao construir seu modelo de intelectual, observou a diferença entre o intelectual tradicional e o orgânico, sendo que aquele, em vários casos, representava setores ligados ao campo. Dito de outra forma, a Itália de Gramsci não possuía uma economia totalmente industrial, o que não impediu o autor dos “Cadernos do cárcere” de identificar um novo tipo de intelectual.

No Brasil dos anos de 1920 e 1930, as condições sócio-econômicas possibilitavam também a existência de um tipo de intelectual ligado à produção industrial. A base sócio-profissional deste tipo de intelectual era formada de médicos, engenheiros e higienistas, o que Antonacci chamaria de técnicos. Em nossa hipótese, são intelectuais que possuíam suas bases em uma cultura técnica.

O aparecimento de uma camada de intelectuais identifica-se, segundo Gramsci, a partir da relação entre elaboração intelectual e esforço “muscular nervoso”, que define o campo intelectual. No equilíbrio destes dois pólos constitutivos do campo intelectual é que Gramsci observa o surgimento de um novo tipo de intelectual, ligado ao trabalho industrial:

O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular no sentido de um novo equilíbrio e conseguindo-se que o próprio esforço muscular, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo. O tipo tradicional e vulgarizado do intelectual é fornecido pelo literato, pelo filósofo, pelo artista. Por isso, os jornalistas – que crêem ser os ‘verdadeiros’ intelectuais. No mundo moderno, a educação técnica, estritamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificado, deve constituir a base do novo tipo de intelectual (GRAMSCI. 1979:8).

Em resumo, este novo tipo de intelectual deve imiscuir-se ativamente na vida prática como construtor, organizador, já que não é apenas um orador puro. O enfoque principal de Gramsci é o intelectual orgânico ou organizador da classe, modelo que pode ajudar a entender o papel de líderes empresariais como Simonsen ou setores profissionais tais como os engenheiros.

Estas considerações nos parecem muito úteis para compreender algumas questões do pensamento de Simonsen. Permite-nos apreender melhor, no advento de uma cultura técnica, o papel que Simonsen atribuía ao engenheiro e, ainda, sua defesa de uma forma tecnocrática de governar. Por estar ligado a uma concepção de intelectual “tradicional e vulgarizada”, Skidmore não percebe o advento de uma nova cultura técnica, cujos intelectuais se

assemelham ao um tipo novo, o definido no modelo de Gramsci<sup>11</sup>.

Há, entretanto, uma nova realidade que se vai insinuando, gradativamente, no cenário da produção intelectual que antecede os anos de 1930, década em que atingirá seu apogeu. A nosso ver, os anos 1910 e 1920 marcam o surgimento de uma cultura técnica que se afirma na contraposição ao bacharelismo.

### 1.1. O CULTO À AÇÃO

No decorrer dos anos de 1910, cresce, entre a intelectualidade brasileira, a impressão de que os modelos explicativos até então utilizados se apresentavam distantes da realidade. Os escritores tornavam-se mais “sensíveis à noção de que deveriam estudar a situação brasileira por ela mesma, sem maiores implicações”.<sup>12</sup> O tom do discurso tornou-se mais “empírico” e a crítica ao bacharelismo ganhava novos contornos. Assim, ao lembrar o estilo das publicações de sua época, Amado apontava “qualquer coisa de oco” nas “grandes frases referentes à luz do sol, ao brilho dos poentes, ao rumor das florestas...”.<sup>13</sup>

Outro autor que consegue identificar mudanças no universo intelectual de seu tempo é Graça Aranha:

Há um pragmatismo que procura suplantar todo o intelectualismo. Há uma filosofia da ação prática (...) Eis o paradoxo do governo brasileiro: homens não preparados para a função de governar uma nação de destino industrial governam essa nação (GRAÇA ARANHA, *apud* IANNI. 1996:38 – grifos nossos).

Há, durante a República Velha, a ampliação de um “espírito burguês” que levaria às posições-chaves os “homens de negócios”. Este processo não foi algo abrupto, o que fica demonstrado nas queixas formuladas por Mário Pinto de Andrade, quando afirmava que o Brasil

---

<sup>11</sup> Aqui, há de observar-se que o historiador americano, ao falar de “profissões especializadas”, estava pensando em um tipo de intelectual que possuía uma formação acadêmica e uma carreira profissional ligada ao mundo universitário. E não poderia ser diferente, na medida em que apenas nos anos de 1930 é que ocorrem significativas transformações no ensino superior brasileiro, sendo necessária a contratação de professores estrangeiros, como no caso da ELSP, ou, mesmo, de missões estrangeiras, no caso da fundação da USP. Só no decorrer dos anos de 1940, e com a perspectiva de formação de pesquisadores, é que se dá a possibilidade de uma formação profissional mais regular e acadêmica. Mesmo assim, não é bom esquecer as palavras de Florestan Fernandes, que apontam a presença do didatismo na Faculdade de Filosofia, nos anos de 1940, em decorrência da situação cultural brasileira: “o ensino que nós recebíamos na Faculdade de Filosofia (...) combinava um nível acadêmico muito alto, pois nós tivemos a sorte de termos professores de primeira ordem, mas, ao mesmo tempo, uma espécie de didatismo, que estava infiltrado no ensino (...) Era decorrência da situação cultural brasileira” (Fernandes, 1975:5). Assim, a institucionalização foi parcial na década de 1940. Segundo Florestan “todos tínhamos que improvisar (...) o autodidatismo era a outra face do trabalho intelectual” (Ibidem: 6).

<sup>12</sup> Skidmore, 1989:164.

<sup>13</sup> Amado, 1919:181.



precisava “dedicar-se ao trabalho produtivo”<sup>14</sup> para superar os hábitos bacharelescos e burocráticos herdados de seu passado escravista. Portanto, a República deveria dar preferência aos intelectuais de novo tipo, “especialistas”, em detrimento dos literatos. Os adornos deveriam ceder ao funcional, tanto na estética como na política.<sup>15</sup>

Neste quadro de crítica ao bacharelismo e defesa da ação e dos negócios, Simonsen apresenta-se como um caso exemplar. Por meio de suas palavras, das autodefinições de seu caráter, podemos entrever toda uma concepção que tem, na técnica, na Ciência e na ação, seus suportes constitutivos. Na introdução de seu “O trabalho moderno”, declarava sua obediência “ao culto que professo pela ação”. Em outra ocasião, ao discorrer sobre a estrutura de suas empresas, esclarece ser “a ação o nosso fim principal”.<sup>16</sup> Quando na fundação da ELSP, não perde a oportunidade de declarar-se “um homem de trabalho e um técnico”.<sup>17</sup> Ao defender, alguns anos antes, a indústria dos ataques que lhe atribuíam a responsabilidade pela elevação do custo de vida, afirma que “o único monopólio que nós outros industriais possuímos é o do nosso trabalho, do nosso esforço e das nossas iniciativas”.<sup>18</sup>

Muitos de seus contemporâneos gostavam de destacar sua capacidade de trabalho e qualificavam-no como “organizador superior”.<sup>19</sup> Portanto, no pensamento de Simonsen não se pode deixar de observar um caráter pragmático, voltado à ação. Este fato pode ser explicado pelo advento de uma forma de pensamento que passava a valorizar a cultura técnica e científica em contraponto a uma maneira de pensar identificada com o bacharelismo.

É sob o signo de uma nova maneira de pensar o Brasil, na perspectiva de uma cultura técnica, que surge a ELSP. Segundo Berlinck, “a fundação da Escola estava intimamente ligada à existência de um problema nacional que precisava ser resolvido”.<sup>20</sup> Para este autor, que foi durante anos diretor da ELSP, a administração pública de então era “recrutada quase que exclusivamente entre elementos formados pelas escolas jurídicas”,<sup>21</sup> o que lhe dava um caráter jurídico e, por isso, normativo, tornando-a extremamente difícil.

Tratava-se de romper com uma forma de administração carregada de paternalismo e norteada por interesses regionais e, por este motivo, de horizontes limitados. Ademais, visava-se inaugurar uma forma nova de encarar os problemas nacionais e, também, a administração pública e privada. Por meio de uma formação de caráter objetivo e científico dos quadros

---

<sup>14</sup> Serva, *apud* Ianni, 1996:107.

<sup>15</sup> Carvalho, 1989.

<sup>16</sup> Simonsen, 1919:34.

<sup>17</sup> Simonsen, 1933:7.

<sup>18</sup> Simonsen, 1928a:15.

<sup>19</sup> Berlinck, 1948.

<sup>20</sup> *Ibidem*: 9 (Grifo Nosso).

<sup>21</sup> *Ibidem*: *Idem*.

administrativos, públicos ou privados, tornando-os imparciais na análise e resolução dos problemas nacionais, tanto Berlinck como Simonsen acreditavam ser possível resolver os grandes problemas de uma nação heterogênea como o Brasil.

Desta maneira, acreditamos que Simonsen pode ser incluído no grupo daqueles intelectuais que, nos anos de 1930, pensaram e conceberam um projeto de modernização do Brasil por vias autoritárias, projeto este que visava construir uma nação em que as bases se assentariam em uma nova elite de homens, formada pelos critérios de uma cultura técnico-científica.

## 1.2. SIMONSEN E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Ao analisar acima o caráter da obra de Simonsen, lembramo-nos do cenário intelectual anterior à Primeira Guerra Mundial e o distanciamento, de parte da intelectualidade brasileira daquele tempo, das coisas do Brasil. As palavras irônicas de Gilberto Amado, ao corresponder-se com um hipotético amigo em Londres, são exemplares para caracterizar o momento intelectual a que nos referimos: “Vives alheio a tudo, desconheces a tua pátria. O que me admira é que com tão grande desconhecimento tu não tenhas querido ser diplomata”,<sup>22</sup> ou ainda: “Continua enfim a viver como londrino, distante física e moralmente de tua pátria...”.<sup>23</sup>

A partir de então, com o final da guerra, há uma preocupação cada vez mais acentuada em tentar-se compreender o Brasil através de seus próprios modelos, movimento este que se estenderá até os anos de 1930, quando então serão formuladas algumas das interpretações fundamentais da história brasileira e que se tornarão clássicas. Entre elas, podemos lembrar “História Econômica do Brasil”, de Simonsen. Pontes ressalta que, no pós-1930, o país assistirá sua “unificação cultural” a partir de vários movimentos e fundação de novas instituições, com profundo reflexo na produção cultural brasileira, que se empenha na “ênfase aos estudos e ao conhecimento da realidade nacional”.<sup>24</sup>

Durante os anos de 1920 e 1930, o termo “moderno” ganha preferência no debate nacional. Seu uso passa a ser, mesmo, “quase obrigatório no ambiente intelectual de então”.<sup>25</sup> Afirmar-se “moderno” significava tentar “assumir um lugar de prestígio no debate científico e

---

<sup>22</sup> Amado, 1919:168.

<sup>23</sup> Ibidem: 170.

<sup>24</sup> Pontes, 1989:365.

<sup>25</sup> Herschmann, 1994:15.

artístico”.<sup>26</sup> Pensar o “moderno” supunha pensar a nação. Assim, na trajetória daqueles anos, foi-se constituindo o “paradigma do moderno”, que passará a ser a preocupação norteadora dos intelectuais. O que seria este “paradigma do moderno”? Devemos entendê-lo não como um modelo rígido, mas como um “conjunto de procedimentos”, de “hábitos internalizados”, de “questões-problemas” que mobilizaram “obsessivamente” e orientaram as reflexões de toda uma geração. Através deste modelo, foi sendo pintado um “retrato do Brasil” que se encontra, agora, em pleno esgotamento. Sua superação teórica e política “aparece como uma necessidade intelectual”.<sup>27</sup>

A importância do estudo deste “paradigma” é repensá-lo a partir de sua crise contemporânea. Vivemos na “crise da modernidade”, o que “suscita indagações novas sobre a década de 1920”,<sup>28</sup> uma vez que também ela viveu sob o signo da “crise”. As comparações, considerando-se suas distâncias e aproximações, são inevitáveis:

...é relevante lembrar que naquele momento, como agora, vivia-se um período de desorganização no sistema capitalista mundial e uma realocação do poder no plano das grandes potências. Os efeitos das aceleradas transformações técnicas da Segunda Revolução Industrial se faziam sentir, nas sociedades periféricas (...) A crise do pós-guerra (...) colocava em questão o papel do Estado no interior das economias nacionais como elemento chave de onde se esperava a reorganização da economia e da sociedade. (LORENZO; COSTA, 1997:10).

Ora, um dos pontos-chave do debate nacional, hoje, acha-se justamente nas relações entre sociedade e Estado e no papel que cabe a este no âmbito da reorganização nacional. Também a forma de inserção do Brasil no cenário internacional é outro ponto central das contendas ideológicas e políticas nas discussões sobre os rumos que o país deve tomar. Simonsen também enfrentou esse tipo de debate em duas ocasiões, quando ocorreram as duas grandes guerras mundiais. O Brasil, naqueles momentos, também necessitou repensar seu papel, então em um cenário de reorganização da economia mundial. Nas duas ocasiões, Simonsen participou intensamente do debate desta questão. Sua posição não variou quanto ao papel do Estado. Este teria um papel de destaque no impulsionar das condições necessárias à industrialização no país. Enquanto, no final dos anos 1910, Simonsen dá ênfase à organização científica do trabalho como forma de enfrentar a realidade surgida do pós-guerra, no decorrer dos anos 30 amplia sua crítica ao liberalismo, em sua forma de livre-cambismo principalmente, e passa, de uma defesa difusa da intervenção do Estado nos problemas sociais

---

<sup>26</sup> Ibidem: idem.

<sup>27</sup> Ibidem: 11.

<sup>28</sup> Lorenzo; Costa, 1997:9.

e econômicos, a um projeto mais elaborado, substanciado na planificação econômica.

Observar seu discurso de defesa da intervenção do Estado é estar diante dos limites daquela proposta e das distorções que ela apresentou na trajetória histórica brasileira, cujos efeitos ainda experimentamos em nossos dias. Mas a postura de Simonsen, em relação a um Estado que possibilitasse o incremento de uma economia nacional forte e com um grau de independência de decisões frente a outras nações, coloca-nos ante o dilema da inserção do Brasil no cenário internacional em tempos de globalização. Assim, o estudo da obra de Simonsen obriga-nos a pensar uma série de problemas, que nos afligem no presente, da realidade brasileira. Pensar sua obra talvez possa contribuir, através da identificação de seus limites, para que melhor pensemos os dias atuais.

Caso o que foi exposto acima seja válido, o contrário também é verdadeiro. A crise e a crítica à modernidade de hoje permitem-nos jogar luz sobre a natureza, o significado e os limites do “paradigma do moderno” constituído nos anos de 1920 e 1930. Nossa hipótese é a de que, no período em questão, se forja uma cultura cujos parâmetros estão assentados numa visão mistificada da Ciência e da razão. Seu surgimento se dá em contraponto a uma cultura bacharelesca em que as bases se sustentavam na “arte da retórica”. Era necessário então superar esta arte dos bacharéis com a “arte do operatório”.<sup>29</sup> O saber técnico contido nesta cultura, que irá paulatinamente se pronunciando, é crucial para o destino da nação. Ele faz surgir um novo tipo de intelectual, em contraposição aos “especialistas em generalidades”.<sup>30</sup> As bases profissionais desta nova cultura são os engenheiros, os médicos e os educadores que se tornarão os “artífices e porta-vozes” da modernização. Assim, o discurso intelectual sofrerá um deslocamento da ênfase ao literário para a de outros campos do conhecimento que permitissem uma “visualização mais clara e complexa da modernidade, no seu emaranhado de diferenças e contradições”.<sup>31</sup> Os intelectuais também se preocupavam em entender as causas que impediam o progresso do país.

Acima de tudo, a modernização do país passava pela superação do atraso por meio do “progresso material”. Para tanto, a política econômica tinha uma considerável importância. Segundo Capelato, o debate sobre o desenvolvimento econômico giraria em torno de três pontos: o “setor econômico como o responsável pelo progresso do país”, o papel do Estado e as “relações do Brasil com o exterior”.<sup>32</sup> Todos estes três temas se achavam presentes no ideário de Simonsen. Assim, a modernidade seria, em primeiro lugar, um problema de

---

<sup>29</sup> Herschmann, 1994:2.

<sup>30</sup> Oliveira, 1997:189.

<sup>31</sup> Herschmann, 1994:17.

<sup>32</sup> Capelato, 1989:29.

progresso material. Poder-se-ia, muito bem, omitir questões básicas como liberdade e direitos políticos mais amplos, ao menos para aqueles que se filiassem a um pensamento conservador.

Para Ianni, boa parte da produção intelectual brasileira do século XX esteve preocupada em perceber quais as condições para que o país se modernizasse. Trata-se de um amplo leque que contempla propostas polarizadas em idéias socialistas, democráticas, conservadoras e autoritárias. Dentre estas variadas propostas, acham-se as daqueles que “preferem corrigir o presente pelos parâmetros passados, preconizando a modernização conservadora”.<sup>33</sup> Combinam “o moderno material com o autoritário do mando e desmando”.<sup>34</sup>

Por sua vez, Silva, ao falar dos intelectuais do início do século XX, afirma que todos eles estavam preocupados em buscar “as causas que impediam o progresso, com as razões do atraso e com a construção de teorias para superá-lo”.<sup>35</sup> Observando o Positivismo como a procedência intelectual de muitos deles, Silva aponta o caráter autoritário da política proposta para “dirigir os destinos da nação, já que o progresso econômico dar-se-ia sem concurso do povo”.<sup>36</sup> Fiando-se em Skidmore, reproduz uma passagem em que o eminente historiador americano afirma que membros da elite “desejavam o progresso econômico sem mobilização social”.<sup>37</sup>

Lourenzo e Costa asseveram que a década de 1920 é o ponto de partida para a modernidade brasileira. Para as autoras, neste período “o país viveu uma espécie de ‘aceleração da história’ com a emergência de novos atores políticos (classe operária, camadas médias urbanas etc) e novas idéias”.<sup>38</sup> A expressão ‘Brasil moderno’ é vista pelas autoras como ponto de partida e de caráter polêmico. Não obstante, reconhecem que as mudanças ocorridas na década de 30, e que foram “decisivas para moldar uma certa via de desenvolvimento capitalista”<sup>39</sup> para o país, têm suas marcas já pronunciadas na década anterior. Comprovariam este fato a crise do modelo primário-exportador, “o esgotamento do pacto intra-oligárquico” e a Revolução de 1930. Esta última se desdobra no ano de 1937 e promove um “reordenamento autoritário do aparelho estatal”,<sup>40</sup> dotando o Estado de uma “nova capacidade de intervir na vida econômica e social, aparelhando-o para desempenhar um papel destacado na promoção da industrialização”.<sup>41</sup> Este processo irá receber várias

---

<sup>33</sup> Ianni, 1996:35.

<sup>34</sup> Ibidem: 37.

<sup>35</sup> Silva, 1987:96.

<sup>36</sup> Ibidem: Idem.

<sup>37</sup> Skidmore, *apud* Silva, 1987:96.

<sup>38</sup> Lorenzo, Costa, 1997:8.

<sup>39</sup> Ibidem: Idem.

<sup>40</sup> Ibidem: Idem.

<sup>41</sup> Ibidem: Idem.

denominações, tais como “revolução pelo alto”, “modernização conservadora”, que sublinham seu caráter contraditório, no qual a industrialização passa a assumir dimensões cada vez mais importantes.

Assim, o que caracteriza os anos em análise é “um processo mais acentuado de institucionalização do ideário moderno”.<sup>42</sup> A Revolução de 1930 termina por construir “o arcabouço institucional para estas idéias modernas”..<sup>43</sup> Era, na verdade, um processo de crescente caráter autoritário, um projeto de “modernização autoritária” que mostrará seus fundamentos com a decretação do Estado Novo, um “triunfo dos antiliberais”.<sup>44</sup>

É neste cenário de construção de um “paradigma do moderno” que Simonsen irá desenvolver suas propostas de ordenamento da economia e do Estado brasileiro. Muitos dos elementos de seu projeto se filiam, ao nosso ver, a uma perspectiva conservadora da modernização. Seu apego ao saber técnico como solução para os problemas de ordem política, a defesa da racionalização total da sociedade, a crítica ao liberalismo e o advogar a intervenção do Estado no processo de industrialização do país, são todos elementos que nos permitem ligá-lo à corrente conservadora de modernização, mesmo que, em sua obra, haja a constante preocupação com a melhoria das condições de renda da população brasileira, porquanto não se verifica qualquer referência à participação das massas populares no processo político brasileiro.

### 1.2.1. ANTILIBERALISMO E PENSAMENTO CONSERVADOR

Como classificar, diante das mudanças assinaladas acima, o pensamento de Simonsen? Para realizar esta tarefa, utilizaremos, inicialmente, o modelo proposto por Lamounier, que analisa o pensamento autoritário da Primeira República. Achamos útil este modelo, pois ele dá conta de uma série de elementos presentes nas reflexões de Simonsen. Como o pensamento autoritário brasileiro apresenta múltiplas variedades, partiremos do antiliberalismo, porque é a perspectiva comum a esta multiplicidade, tendo sido, por sinal, apontada por Capelato. Portanto, buscaremos pormenorizar, a partir dos levantados por Lamounier, aqueles elementos no pensamento autoritário brasileiro, aqueles que nos parecem relevantes na estrutura do pensamento de Simonsen.

---

<sup>42</sup> Herschmann, 1994:34.

<sup>43</sup> Ibidem: Idem.

<sup>44</sup> Capelato, 1989:18.

Para Lamounier, a marca registrada dos intelectuais da Primeira República seria a dependência ou ligação profissional deles ao Estado. A despeito de Simonsen não depender de qualquer remuneração do Estado, não podemos deixar de lembrar que ocupou uma série de comissões e conselhos de caráter oficial, o que já revela seu envolvimento e interesse de intervir nos negócios públicos. Por outro lado, Lamounier classifica o pensamento autoritário deste período como “ideologia de Estado”. Para o autor, “ideologia do Estado” seria uma “construção intelectual” que sintetizaria e daria “direção prática a um clima de idéias e de aspirações políticas de grande relevância nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade deste”.<sup>45</sup> Sintetizando, o modelo da “ideologia do Estado” pretende “apreender a inflexão do pensamento brasileiro no início deste século como uma resposta bastante específica aos problemas da organização do poder”.<sup>46</sup>

São oito os pontos que compõem a “ideologia do Estado”:<sup>47</sup>

1. a ascendência do princípio ‘estatal’ sobre o princípio de ‘mercado’;
2. “visão orgânico-corporativa da sociedade”;
3. “objetivismo tecnocrático”;
4. visão autoritária do conflito social;
5. “não organização da ‘sociedade civil’”;
6. “não mobilização política”;
7. “elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança”;
8. “O Leviatã benevolente”.

Em maior ou menor grau, todos os elementos acima arrolados estão manifestos no pensamento de Simonsen. Não obstante, na relação do Estado com o mercado, não se dá o domínio ou mesmo preponderância do primeiro sobre o segundo, em várias oportunidades Simonsen critica os que julgam possuir o mercado capacidade para resolver problemas de ordem social e econômica. Nestes casos, a intervenção do Estado é bem-vinda:

A escola econômica liberal que liderou nos últimos tempos a expansão dos povos modernos procurou sempre separar as funções de governo dos problemas econômicos; entretanto já verificamos hoje uma crescente reação, clamando pela intervenção do Estado nesta matéria. O estudo das ciências sociais mostra que não se pode de fato, separar o ‘homo economicus’ do indivíduo político e do grupo social (SIMONSEN, 1933:24).

---

<sup>45</sup> Lamounier, 1978:357.

<sup>46</sup> Ibidem: 358 (Grifo Nosso).

<sup>47</sup> Ibidem: 359.

Para Simonsen, cabia ao Estado um papel privilegiado no desenvolvimento econômico brasileiro. No início de sua carreira, mais especificamente no ano de 1919, ao discorrer sobre o “industrialismo”, ele destacaria, entre os fatores da evolução econômica, a “ação esclarecida do Estado”.<sup>48</sup> Ao lado deste, colocava as “elites científicas”, o ferro e o carvão, a máquina a vapor e a eletricidade. Ainda que a ação do Estado não fosse admitida exatamente como a causa do “rápido industrialismo”, Simonsen ressaltava que, na relação “existiam sempre ações simultâneas e recíprocas de causas e efeitos”.<sup>49</sup>

Simonsen possuía uma nítida noção de quais seriam as funções do Estado. Sua atuação no campo econômico se daria de maneira direta – através da realização de obras e serviços públicos, da organização do crédito etc – e indireta – garantia à produção, organização dos transportes e legislação tributária. Sua principal função seria a de “estimular e amparar a produção”, como também “proteger o trabalho”. Acima de tudo, o Estado deveria “determinar rumos coordenadores e são” para que produção e trabalho pudessem conviver em um “ambiente de harmonia, reduzindo ao mínimo os atritos criadores dos problemas sociais”.<sup>50</sup>

Mesmo entendendo que o Estado “nunca” deveria intervir no campo da produção de forma desmedida, Simonsen não excluía de suas atribuições a de agir como “produtor industrial”. Portanto, caber-lhe-ia proteger o trabalho sem que isto significasse a intervenção direta, no âmbito fabril, com leis sociais travando o ritmo de produção. Mas, nos casos em que as iniciativas pessoais não dispusessem de recursos suficientes, o Estado poderia assumir a função de produtor.

Mais do que uma questão de princípio, Simonsen acreditava que a intervenção do Estado nos negócios era uma “tendência inelutável da época”, o que demandava o “aperfeiçoamento cada vez maior da capacidade dos seus servidores”.<sup>51</sup> A identificação desta “tendência inelutável” do Estado ganha um significado especial ao observamos que ela é lembrada em um discurso de paraninfo, na ELSP, proferido no dia 18 de dezembro de 1937, ou seja, em pleno início do Estado Novo.

Os autores de que Simonsen se utiliza para justificar a presença do Estado na economia eram, em sua maior parte, contrários ao livre-cambismo e professavam o conceito de uma economia nacional. Em “Aspectos da política econômica nacional”, discurso pronunciado na Câmara de Deputados, em 11 de setembro de 1935, Simonsen recorre a

---

<sup>48</sup> Simonsen, 1932:62.

<sup>49</sup> Ibidem: Idem.

<sup>50</sup> Simonsen, 1934b: 12.

<sup>51</sup> Simonsen, 1943b: 13.



Johann Karl Rodbertus (1805-1875), Friedrich List (1789-1846) e Adolph Heinrich Gotthelf Wagner (1835-1917)<sup>52</sup>. Ao primeiro atribui uma visão orgânica de Estado e o ressurgimento da preocupação com o fortalecimento do Estado. Já List é apresentado como aquele que combate o “excesso de materialismo dos clássicos”.<sup>53</sup> Por fim, Wagner, em referência ao conceito de economia, capital e renda nacional.

Não obstante, para além destas referências teóricas, nos parece que a defesa de uma intervenção do Estado na economia, como as críticas que Simonsen fazia ao livre-cambismo, deve ser buscada na crise que o liberalismo experimentou depois da Primeira Grande Guerra Mundial. Diversas eram as correntes ideológicas que passaram a ressaltar os limites das proposições liberais no campo da política e da economia. Além da habitual crítica dos socialistas e comunistas, apareciam as censuras de corporativistas, fascistas e, mesmo, o Vaticano deixava “transparecer elementos de clara descrença em relação às instituições liberais”.<sup>54</sup> Em outras palavras, o pensamento católico “se opunha ao individualismo liberal por considerá-lo fonte dos conflitos”.<sup>55</sup>

Em meados dos anos de 1920, Keynes “anunciava ‘o fim do laissez-aller’ e preconizava uma ‘nova mentalidade’ capaz de ir além dos horizontes do otimismo liberal e da confiança cega no mercado”.<sup>56</sup> Na verdade, no decorrer das décadas de 1920 e 1930, o confronto de idéias na Europa ficou muito polarizado entre fascistas, sociais-democratas e comunistas, estreitando muito os espaços ocupados pelos liberais.

Este quadro de crítica e crise do liberalismo se reproduz também no Brasil. No decorrer dos anos de 1920 e 1930, cresce a crítica à representação política de tipo parlamentar<sup>57</sup> e ao individualismo. Cresce a “idéia de coletividade” à sombra da “crítica ao

---

<sup>52</sup>Johann Karl Rodbertus: “Nasceu na Alemanha (...) tendo sido fortemente influenciado por Sismondi e Ricardo (...) Rodbertus pode ser considerado um precursor dos teóricos do subconsumo (...) julgava que (...) o Estado deveria assegurar que a porção da renda apropriada pelos trabalhadores deveria crescer na mesma medida que a dos capitalistas. Os meios de fazer isso seriam a fixação de salários mínimos e máximos, a delimitação das jornadas de trabalho (...) é considerado um socialista de Estado, embora no campo político fosse conservador” (Sandroni, 2000: 537). Friedrich List: “... teórico do nacionalismo econômico e do protecionismo (...), expôs uma teoria protecionista em favor da nascente indústria alemã, defendeu a industrialização como meio de superar o atraso econômico e atacou a doutrina inglesa de livre-comércio (...) Defendeu a ativa intervenção do Estado no desenvolvimento das forças produtivas nacionais. O Estado deveria realizar o equilíbrio entre a agricultura, a indústria e o comércio. Seu protecionismo era parcial (...), provisório, aplicando-se somente às indústrias nascentes...” (Ibidem: 351). Adolph Heinrich Gotthelf foi “... representante da nova escola histórica alemã. Wagner foi um crítico conservador do liberalismo econômico, defendendo a intervenção do Estado a fim de assegurar justiça social para a classe trabalhadora (...) aceitava o crescimento da despesa pública pelo Estado” (Ibidem: 637).

<sup>53</sup> Simonsen, 1935:9.

<sup>54</sup> Konder, 2000:66.

<sup>55</sup> Capelato, 1989:125.

<sup>56</sup> Konder, 2000:64.

<sup>57</sup> Em um suplemento, organizado no ano de 1934 por Simonsen em homenagem a Pandiá Calógeras – que tanta importância teve na obra historiográfica e na vida empresarial de Simonsen –, é reproduzido um trecho de uma

liberalismo”. Neste sentido, o Estado Novo é a culminância deste processo ao privilegiar o “coletivo em detrimento do indivíduo como entidade política”.<sup>58</sup>

É na esteira da crítica ao individualismo e ao livre-cambismo que o pensamento de Simonsen irá se forjar e projetar o protecionismo e a intervenção do Estado nos assuntos econômicos. Assim, ao apresentar, em 1932, um opúsculo que reunia uma série de escritos e discursos e se intitulava “À margem da profissão”, Simonsen afirma:

O livre-câmbio traduz a liberdade de escambo entre nações, com o conseqüente predomínio das mais fortes muitas vezes em detrimento dos interesses e do padrão de vida das menos aparelhadas. O protecionismo cerceia de alguma forma e por algum tempo a permuta entre as nações, mas traduz uma grande liberdade de produção dentro das fronteiras do país que o adota (SIMONSEN, 1932: 9).

Para o empresário paulista, era inconcebível a “idéia de nação sem a do protecionismo”. Tratava-se do “atual estágio da civilização e da política internacional”.<sup>59</sup> Simonsen faz, entretanto, uma separação entre liberalismo político e econômico. A este se refere como sendo o livre-cambismo. Para ele, a má compreensão do conceito de economia nacional estaria ligada à “lamentável interdependência (...), por preocupações doutrinárias, entre liberalismo político e as teorias livre-cambistas”.<sup>60</sup>

Esta observação nos poderia dar a impressão de um paradoxo no pensamento de Simonsen, pois coloca de um lado o liberalismo político e, de outro, o livre-cambismo. Ele não acreditava em um liberalismo puro, considerando esta perspectiva uma utopia. Mesmo assim, defendia a “livre iniciativa do indivíduo” na evolução econômica dos Estados. A aparente contradição é desfeita quando observamos as considerações de Simonsen dentro de uma perspectiva corporativista e, não, liberal. O fato de Simonsen defender a “livre iniciativa” não o impede de criticar o excesso de individualismo, que, segundo ele, concorria “para a criação da luta de classes”<sup>61</sup> e agravamento das desigualdades sociais.

Na década de 1930, segundo nos informa Love, o ex-ministro de Estado e economista romeno Manoilescu “fornecera aos industriais paulistas o que parecia ser um embasamento

---

carta, de outubro de 1923, do homenageando: “fortalecer o Executivo e a União, contra as dilapidações, conscientes ou não, dos maus elementos do legislativo (...). Para provar, basta apontar para a irremediável falência do parlamentarismo no mundo inteiro, forma contra a qual se ergue a grita do próprio povo que os parlamentares fingem representar (...) A defesa social e política, para nós, está em outro rumo: em desenvolver as possibilidades para o bem do chefe da Nação” (Simonsen, 1934 a: 236).

<sup>58</sup> Capelato, 1989:194.

<sup>59</sup> Simonsen, 1932:9.

<sup>60</sup> Simonsen, 1935:8.

<sup>61</sup> Simonsen, 1934b:13.

científico para a industrialização de um país predominantemente agrícola”.<sup>62</sup> Manoiesco acreditava que os países pobres, “países agrícolas”, só se emancipariam se passassem ao “regime industrial” e decretava que “de fato só começaram a enriquecer quando se encaminham para a industrialização”.<sup>63</sup>

Em 1931, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) publica “A teoria do protecionismo”, de Manoiesco, que, em correspondência aos diretores da CIESP, se oferece para escrever uma introdução “tratando dos problemas brasileiros e usando dados brasileiros sobre produtividade”.<sup>64</sup> A importância de Manoiesco não se restringiu apenas a suas teses sobre a desigualdade do comércio internacional, tese, por sinal, aceita por Simonsen. Manoiesco critica a idéia ricardiana de vantagens mútuas, acredita que as trocas internacionais são desiguais e cunha o conceito de nações “plutocráticas” e “proletárias”. Simonsen, em várias ocasiões, chama a atenção para as desvantagens entre as nações no comércio internacional. O conceito de nações “plutocráticas” e “proletárias” é, entretanto, em Simonsen, substituído pela noção de nações melhor ou pior aparelhadas.

Mas Manoiesco também oferecia aos industriais paulistas “uma bem articulada ideologia do corporativismo, na qual a economia e governo seriam organizados em corporações formais supervisionadas pelo Estado”.<sup>65</sup> Ao explicar a concepção corporativa de sociedade e de Estado, o ideólogo romeno justificava-a através de uma descrição e interpretação peculiar do século XIX. Neste, o liberalismo teria sido inevitável, assim como o movimento histórico do século XX explicaria o corporativismo. Nas palavras do autor, a concepção corporativista e o conceito do Estado corporativo eram apreendidos como “necessidades lógicas imperiosas no século XX, tal qual o fora a idéia individualista e o Estado liberal no século XIX”.<sup>66</sup>

Manoiesco alicerçava suas críticas ao liberalismo na hipótese da expansão desenfreada do individualismo. Manoiesco questionava o indivíduo liberal, a sobreposição de seus interesses particulares aos interesses coletivos. Para ele, no quadro organizacional corporativo, o indivíduo assumia uma importância que não se limitava ao quantitativo, pois possuía uma “significação qualitativa” fundamentada na função que exercia na sociedade.

---

<sup>62</sup> Love, 1998:13.

<sup>63</sup> Manoiesco, 1938:7.

<sup>64</sup> Love, 1998:340.

<sup>65</sup> Ibidem: 40.

<sup>66</sup> Manoiesco, 1938: XIV.

Este lugar na estrutura da sociedade corporativa era denominado “função nacional”.<sup>67</sup> Mesmo assim, Manoilescu acreditava que tudo que fosse importante caberia ao Estado.

O que nos parece viável afirmar é que, ao defender a “livre iniciativa”, Simonsen não estava a postular os princípios da liberdade individual do liberalismo. Antes, buscava articular os interesses empresariais, entendidos como interesses da nação, com uma visão que resguardasse o poder empresarial nos negócios e possibilitasse uma intervenção do Estado que disciplinasse a sua própria classe e os opositores à industrialização.

A defesa da “visão orgânico-corporativa da sociedade”<sup>68</sup> nem sempre foi tranqüila. Em discurso de saudação ao ministro do Trabalho, que visitava a sede da Federação das Indústrias de São Paulo, no dia 01 de dezembro de 1939, Simonsen, ao criticar a reforma da lei sindical proposta pelo governo federal, apela para os “verdadeiros intuitos de um sadio corporativismo”.<sup>69</sup> Em um contexto bem específico, a nova lei sindical minava o poder de representação dos empresários, o que levou a citada federação paulista a promover uma série de estudos e críticas ao projeto do governo. Nas palavras de Simonsen, os relatores do projeto não haviam percebido as diferenças entre o “Estado corporativo integral” italiano e a realidade brasileira. Para reforçar sua crítica, apela para os “mestres” do corporativismo:

Os mestres da verdadeira doutrina corporativista ensinam que ela deve ter elasticidade suficiente, para se aplicar, com o mínimo de atritos, às verdadeiras necessidades de cada um dos países, em que tiver de ser implantada” (SIMONSEN, 1943b:108.

Um dos mestres evocados para a defesa da “verdadeira doutrina corporativista” foi Manoilescu. Mas, se Simonsen defendia a forma corporativa de organização da sociedade, como explicar sua adesão, na Constituinte de 1934, à chapa única de São Paulo, que assumiu posições liberais, contrárias à centralização do poder? E como explicar o posterior apoio de Simonsen ao Estado Novo?

Para entendermos a “guinada de Simonsen”<sup>70</sup> no plano político, devemos examinar quatro hipóteses. A primeira dela se vincula à conjuntura imediata a 1930. Os setores dominantes paulistas “não poderiam aceitar passivamente o fim da hegemonia política e econômica, conquistada no início da República”.<sup>71</sup> Não devemos esquecer que Simonsen se alinhou ao governo Bernardes e apoiou sua política cambial. Assim, a ligação de Simonsen às

---

<sup>67</sup> Ibidem: XVI.

<sup>68</sup> Lamounier, 1978.

<sup>69</sup> Simonsen, 1943b: 108.

<sup>70</sup> Weinstein, 2000:103.

<sup>71</sup> Capelato, 1989:184.

propostas contrárias à centralização política vinculava-se mais a interesses regionais do que, propriamente, a idéias liberais.

Outro fator que teria contribuído para a “guinada” de Simonsen foi o movimento da Intentona Comunista<sup>72</sup>. O levante contribuiria para que “todos os setores dominantes”, a despeito de suas divergências, se unissem para reforçar a “atitude do Estado”.<sup>73</sup> A mudança de posição de Simonsen, aproximando-se ele de Vargas, não foi caso isolado e é bastante sintomático que Simonsen tenha sido eleito presidente da FIESP em 1937, justamente na época em que ele e Euvaldo Lodi se distanciam “das posições liberal-constitucionalistas da ‘chapa única’ paulista”.<sup>74</sup>

Há, ainda, um fator de ordem conjuntural, mais geral, que irá justificar as mudanças de posição de Simonsen e dos líderes da FIESP. Este fator está ligado à “sutil mas significativa mudança de atitude das lideranças industriais com relação à racionalização e à intervenção do Estado”.<sup>75</sup> Esta mudança de atitude foi resultado do entendimento dos industriais brasileiros de que não poderiam enfrentar a “competição de poderosos produtores estrangeiros”, prescindindo da intervenção do Estado. Nesta nova perspectiva, eles, que protestavam “vigorosamente contra qualquer sinal de legislação trabalhista na década de 1920, não podiam rejeitar integralmente o princípio da intervenção do Estado”.<sup>76</sup>

Além destes elementos conjunturais, parece-nos que, na própria obra de Simonsen, havia concepções que o levavam a aceitar uma forma centralizada de Estado. Nossa hipótese central, para explicar a mudança de Simonsen quanto ao Estado centralizado, está em sua própria visão positivista, que, sem dúvida, lhe pavimentou caminho para aceitar uma forma de organização estatal de feições corporativas. Esta hipótese nasce da já clássica indagação de Alfredo Bosi: “Em que medida certos ideais positivistas constituíram a arqueologia da modernização brasileira, tal como se deu, promovida por um Estado centralizador?”<sup>77</sup> Não é necessário afirmar que, ao falarmos em Positivismo, estamos tratando de uma forma difusa de pensar, conforme definida no primeiro capítulo deste trabalho. Esclarece Bosi:

A nossa historiografia política começa a aclarar os modos pelos quais um ideário importado (...) pode nutrir uma ideologia de longa duração capaz de legitimar a ação intervencionista do poder público em um contexto local e, depois da Revolução de Trinta, nacional (BOSI, 1999: 277).

---

<sup>72</sup> Simonsen foi acusado pelo jornal “A Manhã”, da ALN, “de pressionar Vargas para reprimir essa organização” (Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1984: 3203).

<sup>73</sup> Capelato, 2000:102.

<sup>74</sup> Weinstein, 2000:102.

<sup>75</sup> Ibidem: 71.

<sup>76</sup> Ibidem: 73.

<sup>77</sup> Bosi, 1999:279.

Assim, se nos debruçarmos sobre diversos aspectos da obra de Simonsen, poderemos observar que nela havia elementos que indicavam a aceitação de um Estado centralizado: a crítica ao individualismo liberal tanto presente no ideário comtiano como nas avaliações corporativas de Simonsen; a defesa das comissões técnicas, considerando-se que um “esquema pré-tecnocrático [que] funcionou regularmente a partir de 1931, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” (IDEM: 294);<sup>78</sup> e, por fim, a função social das profissões, presente nas concepções de Manólesco, tema importante no “idealismo prático” de Simonsen.

Há no ideário de Simonsen, também, um nítido desejo de promover uma modernização sem mobilização social. Este anseio se substancia em temas como “a visão autoritária dos conflitos sociais”, “a não mobilização política” e, ainda, “a não organização da sociedade”. Simonsen busca “desqualificar” as soluções políticas dos problemas sociais, imputando às organizações operárias o epíteto de artificiais. Sua preocupação de evitar, a todo custo, o antagonismo de classes leva-o à defesa do não-conflito e da incorporação do operariado aos “meios econômicos” sob a égide da racionalidade científica.

A desqualificação das camadas populares é exposta sem meias palavras em um de seus textos, em um tópico intitulado “A rebelião das massas”. Utilizando-se de conceitos atribuídos a Ortega y Gasset, Simonsen deixa-nos ver seus preconceitos sociais, preparando, assim, o caminho para seu projeto de dominação, que se assentava na formação de uma elite ligada aos valores da Ciência e da técnica:

(...) assistimos nos últimos tempos, nos meios europeus, o espetáculo de uma transbordante maré de multidões, que tudo invade, desde os estabelecimentos de diversões até os recintos sociais, por natureza, reservados a uma minoria de elites (SIMONSEN, 1933:36).

A utilização de uma metáfora, a da maré como algo incontrolável, para referir-se à revolta das massas revela, de forma acentuada, o caráter elitista e conservador do pensamento de Simonsen<sup>79</sup>. A maré, irresistível, toma conta até mesmo dos lugares reservados anteriormente às elites. Este fato demonstraria a predominância do “homem massa” na sociedade, desde então, uma maioria que, “por ignorância da origem e razão de ser do progresso e pela ausência de espiritualismo”, “despreza as minorias de que se compõem as

---

<sup>78</sup> Ibidem: 294.

<sup>79</sup> Ortega y Gasset foi um autor também lido pelos liberais paulistas que acreditavam que “a ascensão das massas contra as elites representava o grande perigo da época contemporânea, e daí a ênfase no fortalecimento das elites” (Capelato, 1989:195). Como Simonsen, os liberais paulistas temiam a “tirania das massas”.

verdadeiras elites”. Segundo Simonsen, esta maioria, “dispondo de todos os elementos materiais e da liberdade”, ameaçava “a civilização de um retrocesso, por erro de orientação”.<sup>80</sup>

O resultado é que, vivendo sem limites, o homem perde o sentido e a noção de disciplina, sendo, assim, necessário recuperar a hierarquia:

Enquanto o próprio homem superior sente sempre a necessidade de se colocar livremente a serviço da causa, numa hierarquia que ele compreende indispensável ao sucesso do empreendimento que constitui o seu programa de vida, esse ‘homem massa’ se imagina com todos os direitos, capaz de todas as idéias e sem a nítida noção das obrigações para com o meio que encontrou e em que vive. Este ‘homem massa’, produto do século XIX, trabalhando por formidáveis apetites e com poderosos meios de toda a ordem para satisfazê-los, tornou-se um ser indócil, incapaz de submeter-se à dominação de minorias superiores (SIMONSEN, 1933:38).

O homem médio, para Simonsen, não tem cultura suficiente para dirigir o processo civilizador moderno. E, ainda, homem limitado é resultado da especialização.

O processo civilizador moderno é muito complexo e o homem médio, ignorando a origem da civilização, não tem cultura suficiente para regê-la. Esta indocilidade não se caracteriza somente no terreno político, mas também na esfera intelectual e na própria técnica. Na esfera intelectual sublevam-se quanto à existência de normas orientadoras e julgadoras; no terreno político reagem contra os processos de ação indireta da democracia liberal, lançando mão dos meios violentos da ação direta. No campo da técnica, o excesso de especialização foi constituindo um ser incapaz de ter uma idéia de conjunto sobre quase todos os problemas que interessam à sua existência de homem civilizado, enquanto que o próprio avanço na especialização lhe dá o estímulo de uma pretensão excessiva para lidar com os demais problemas sociais que não são de sua alçada. Essa indocilidade do ‘homem massa’, que, onde aparece, se comporta como verdadeiro primitivo, está ameaçando seriamente o progresso, de uma involução e de um recuo derivado de uma verdadeira ‘invasão vertical de bárbaros. (SIMONSEN, 1933:39).

Para Simonsen, o “mundo é civilizado”, mas não seus habitantes. A civilização é vista como uma construção artificial e deve-se ter o maior cuidado para que ela não retroceda a estágios inferiores. Isto reforça sua idéia de que o homem de Ciência é o único capaz de orientar a nova fase de progresso.

Contrapondo-se à “invasão vertical de bárbaros”, Simonsen desenvolve a idéia da formação de uma elite a partir dos preceitos da Ciência e voltada aos estudos do meio à sua volta. Assim, este é um dos objetivos da fundação, pelo empresário, nos anos de 1930, da Escola de Sociologia e Política: a criação de uma elite que se qualificasse como vanguarda da

---

<sup>80</sup> Simonsen, 1933:37.

sociedade e fosse “os nervos, o cérebro e as glândulas endócrinas” da nação.

A existência de uma elite sábia, formada pelo método científico, é condição para constituição de nossa civilização:

A história universal encerra exemplos de grandes civilizações construídas sem base na instrução popular. Mas não há exemplo de civilização alguma que não tivesse por alicerce elites intelectuais sábias e poderosamente constituídas (SIMONSEN, 1937:7).

Assim, confirma-se a marca autoritária da vertente conservadora no discurso dos “modernos”. Simonsen compartilha de uma concepção autoritária ao atribuir, a uma elite instruída nos métodos científicos, a administração dos negócios públicos e privados e está longe de considerar as “massas miseráveis” no processo político. No seu entendimento, o irromper das massas na sociedade moderna pode ser fator de retrocesso da civilização.

O projeto de Simonsen para a construção de uma sociedade hierárquica e harmônica pode ser mais bem explicitado quando analisados os papéis que ele atribui às camadas populares e às elites. Agindo-se assim, desnuda-se a pretensa unidade e harmonia de seu conceito de nação, esta idealizada, omitindo-se os conflitos sociais e estruturais, para articular, de forma autoritária, os diversos segmentos da sociedade brasileira em um projeto nacional.

Do elitismo altruísta ao voluntarismo golpista “como visão dos processos de mudanças”,<sup>81</sup> conclui-se que a ideologia aqui em questão defende o fortalecimento do Estado para “organizar e dar direção harmônica à sociedade”, visando com isto persuadir as elites e, utilizando-se da força, criar as condições necessárias ao preparo e governo dos menos esclarecidos. Apesar de estar ligado ao regime deposto em 1930, em meados desta mesma década, as posições antiliberais de Simonsen aproximam-no do governo Vargas, passando assim a defender a centralização política e econômica. Em 1937, após o golpe que cria o Estado Novo, assumindo o discurso de “paz social” no regime, condição para a atuação do Estado no crescimento industrial. Por último, deixamos em aberto o “objetivismo tecnocrático”,<sup>82</sup> que será abordado no próximo item, deste capítulo.

---

<sup>81</sup> Lamounier, 1978.

<sup>82</sup> Ibidem.



## 2. OS HERÓIS DA RECONSTRUÇÃO: IDEALIZAÇÃO DO PAPEL DO ENGENHEIRO

No processo de produção industrial, o engenheiro tem um papel relevante. É ele que dispõe os aparatos técnicos, que organiza os operários no fluxo da produção, que projeta e efetiva engenhos. Em suma, possui uma consciência dos atos técnicos da produção.<sup>83</sup> Responsável pelo encaminhamento das relações produtivas, sua função apresenta fortes traços ideológicos.<sup>84</sup> Em seu trabalho, organiza homens e máquinas, podendo ser identificado como um intelectual no sentido que Gramsci dava ao termo. Intelectual de formação específica, técnica, ligada ao mundo do trabalho, organizador por excelência.

A prática profissional do engenheiro possui um forte caráter ideológico e responde pela manutenção e reprodução da unidade entre os níveis econômico-social e ideológico. No exercício de sua hegemonia, a classe dominante necessita das categorias sociais ligadas à tecnologia, tanto no aparelho do Estado como no campo propriamente econômico. Necessita o grupo social dirigente da formação de seus próprios intelectuais que, como seus “comissários”, cumprem a tarefa de exercer as “funções subalternas da hegemonia social e do governo político”.<sup>85</sup> Possui, assim, o engenheiro “função dirigente” oriunda do “caráter técnico-ideológico” de sua profissão.

O intelectual, no mundo moderno, deve estar ligado a uma educação técnica. Gramsci identifica este processo ao relacionar o surgimento de uma nova camada de intelectuais ligada ao trabalho industrial e à educação técnica. O engenheiro pode ser visto como este novo tipo de intelectual. Nasce de grupos sociais que possuem “função essencial no mundo econômico”. Estes grupos criam para si, “de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais” que lhes dá “homogeneidade e consciência da própria função”.<sup>86</sup> Para o pensador italiano, o empresário – ele mesmo um intelectual, pois deve “possuir a capacidade de organizar a sociedade” – faz surgir uma série de técnicos da indústria, objetivando ampliar “as condições mais favoráveis à expansão da própria classe”.<sup>87</sup> Neste sentido, podemos considerar o engenheiro como um intelectual orgânico, especialista dos aspectos parciais “da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz”.<sup>88</sup>

---

<sup>83</sup> O que entendemos por “consciência dos atos técnicos” é o conhecimento dos mecanismos operativos da produção e não uma reflexão crítica e histórica desses mesmos atos.

<sup>84</sup> Para melhores detalhes da posição do engenheiro no processo de produção, ver: Kawamura, 1981.

<sup>85</sup> Gramsci, 1979:11.

<sup>86</sup> *Ibidem*: 3.

<sup>87</sup> *Ibidem*: 4.

<sup>88</sup> *Ibidem*: *idem*.

Mas, enquanto, como um organizador, o engenheiro tem um lugar de destaque na produção, para Simonsen, suas atribuições iriam muito além dos limites fabris. Para ele, o engenheiro possuía, pela sua formação técnica e científica, um lugar na definição de políticas governamentais, auxiliando, com seu conhecimento, a tomada de decisões por parte dos governos.

A idealização do engenheiro como agente de destaque na sociedade começa a surgir, na obra de Simonsen, após a Primeira Grande Guerra e inscreve-se em universo mental compartilhado por diversos engenheiros de seu tempo. Para Simonsen, com o fim das contendas militares, deixavam o cenário mundial os heróis das trincheiras, sendo substituídos pelos heróis da reconstrução. Seriam os engenheiros que reconstruiriam os países destruídos pelo conflito mundial, não só em sua estrutura física, mas também mental. Os engenheiros eram vistos como diques de resistência ao comunismo e aos planos de gabinetes que, sem a devida orientação, guiavam os governos em suas ações. Assim, estes novos heróis eram chamados para, com formação segura, orientar os governos desorientados. O engenheiro, como construtor do novo tempo, tira do presente desordenado a ordem do futuro.

Pois bem, meus senhores, nada me impressionou mais do que o trabalho tenaz, esforçado e gigantesco em que se empenham os nossos colegas de além-mar para reconduzirem a sociedade ao bem-estar que antes da guerra desfrutava.

Por toda parte porfiam os engenheiros. Com as exposições de trabalhos técnicos que surgem em todas as aglomerações, com a árdua propaganda, por conferências e publicações, procuram eles influir junto aos governos acenando-lhes com uma diretriz segura em substituição à desorientação em que se debatem (SIMONSEN, 1932:109).

O engenheiro é representado como “dique”, “resistência” – termos ligados à Física e à construção civil –, fazendo-nos antever o papel que ele reservava ao intelectual, em geral, e ao engenheiro, em particular, na nova sociedade.<sup>89</sup> São os heróis não só da reconstrução, mas, acima de tudo, da civilização moderna.

O seu trabalho, a sua tenacidade, o seu esforço técnico são os formidáveis diques de resistência que se opõem à sinistra preamar que das camadas populares sobe, tentando subverter a ordem secular em que a civilização repousa e da qual se deriva todo o

---

<sup>89</sup> Para uma discussão das transformações da função do engenheiro no processo de mando na produção e do papel técnico que ele passa a assumir no decorrer das décadas do pós-Segunda Guerra, ver Kawamura, 1981. Partindo da diferença entre intelectuais tradicionais e orgânicos – Gramsci é o referencial teórico –, a autora define o engenheiro como pertencente à segunda categoria. Intelectual orgânico, porque possui a função de organizador econômico e é portador de ideologia que visa exercer coerção, seja em termos econômicos ou sociais e políticos. O engenheiro, nas formações capitalistas, é um especialista ligado à área técnica e exerce funções intelectuais no âmbito da produção industrial. Em outras palavras, um intelectual orgânico. A partir de 1940, haverá uma mudança substancial nesta característica: “Se no passado ocupava eminentemente posições de mando, passa, com a instalação da grande indústria no país, a ocupar posições basicamente subordinadas” (Kawamura, 181:122).

grandioso progresso de que a humanidade moderna com razão se orgulha (IBIDEM: idem).

Por trás desta idéia, podemos observar já as bases de uma forma de tecnocracia. Aliás, Simonsen autodenominava-se homem de trabalho e técnico, argumentando que talvez ele pudesse ser incluído em uma nova categoria chamada, por ele, de “engenheiros sociais”, o que pode ser entendido, em outras palavras, como tecnocratas. Para ele, a escola deveria adaptar o homem ao meio “sob a égide da ciência, da experiência e da observação, obedecendo a orientações práticas”.

A idéia da tecnocracia como forma de resolver as crises sociais e políticas teve início no decorrer da década de 1910. Segundo Anhaia Melo (1933), no ano de 1919, a “Technical Alliance”, um grupo formado por arquitetos, engenheiros, economistas e cientistas americanos, tendo entre seus integrantes Veblen, posicionou-se frente aos diversos problemas sociais e políticos de seu tempo. Para Melo, tecnocracia então era entendida como “uma organização, um corpo de doutrina e o lineamento de um novo estado social”. Discorrendo sobre a depressão dos EUA dos anos de 1930, o autor afirma que este cenário de crise criava o ambiente adequado para “o evangelho tecnocrático”, pois o público estaria “desiludido dos governos políticos”, do capitalismo e do “sistema de preços”.<sup>90</sup>

Assim, a tecnocracia explicaria a crise dos anos trinta do século passado e receitaria os remédios para sua solução. A saída estava na utilização de homens com visão técnica dos problemas:

A crise mundial – diz Howard Scott – é essencialmente tecnológica, e não há solução para ela senão de ordem técnica, em linhas puramente científicas; solução orientada por homens com a visão do engenheiro (MELO, 1933:280 – grifos nossos).

Ao diagnosticar a crise como “essencialmente técnica”, o analista restringe a natureza do problema e define quem, no meio social, se capacita, no campo de ação, para as soluções. Portanto, os recursos só poderiam ser de “ordem técnica” e “em linhas puramente científica”, correspondendo, do ponto de vista social, a responsabilizar os técnicos no encaminhamento mais adequado de resoluções para a depressão. Na estratégia de legitimar os limites da ação e eleger o segmento social responsável por ela, há uma tentativa clara de desqualificar a política como meio adequado de intervenção na crise. A idéia de que os avanços técnico-científicos se configuram como elementos centrais da crise corresponde à ênfase aos conhecedores dos

---

<sup>90</sup> Melo, 1933.

procedimentos, conforme Melo, aos “homens com visão do engenheiro”, os que detinham a chave das soluções para a crise.

Assim, somente os homens que estivessem preparados, técnica e cientificamente, seriam capazes de enfrentar a crise e organizar o complexo estatal. Nossa hipótese é a de que esta forma de pensar refletia um fenômeno que começava a constituir-se no período ora abordado. O fenômeno era, evidentemente, a forma tecnocrática de governar. O que definiria a ação da tecnocracia seria o desejo de revestir todas as decisões políticas com um caráter racional, oriundo da neutralidade objetiva e científica. Deste modo, assumindo-se os atos de gerenciamento público e privado, como resultado de procedimentos racionais, desqualifica-se a contestação política, porque ela não apresentaria o mesmo grau de objetividade dos mecanismos do conhecimento técnico-científico.

Simonsen, repetidamente, no decorrer dos anos de 1930, conclamará os engenheiros a inteirarem-se dos assuntos nacionais, colocando-os como figura central no desenvolvimento industrial. Seu apelo refletia o desejo de vários de seus colegas, que atribuíam uma missão moral e de construção nacional aos engenheiros. Deste modo, para Oliveira (1934), o papel do engenheiro não se limitaria apenas à questão técnica, apontando ele os objetivos morais da Engenharia. Por sua vez, Martins (1939), em uma palestra na Associação de Engenharia de Santos, em comemoração da Semana do Engenheiro, estrutura todo um discurso com imagens e metáforas representando os engenheiros como desbravadores de meios inóspitos, mensageiros do progresso e construtores da pátria.<sup>91</sup> As palavras destes engenheiros ganham significado ao sabermos que pertenciam ao Instituto de Engenharia de São Paulo e compartilhavam da convivência com Simonsen.

Por outro lado, Simonsen busca construir um discurso que se furta à real função do engenheiro no processo produtivo. Critica o espírito bacharelesco das elites brasileiras, em suas palavras, a “aristocracia da palavra”, contrapondo a ele o que considerava a cultura da eficiência, constituída a partir dos parâmetros estipulados pela Ciência, e uma forma de procedimento moral que ele denominava de “idealismo prático”.

O “idealismo prático” está ligado a uma consciência individual essencial a cada profissão; a construção de uma “alma” para as profissões está relacionada a uma série de estratégias de controle do indivíduo ou, nas palavras de Simonsen, ao “fator humano”.

A “alma” da profissão de engenheiro é definida como sendo servir à humanidade,

---

<sup>91</sup> Esta tendência, a de associar o engenheiro com a construção da nação, não foi um fenômeno que se restringiu ao Brasil. Herf (1993) aponta que, sob o nacional-socialismo, na Alemanha, os engenheiros foram identificados como “corpo de oficiais” na “batalha para colocar a técnica a serviço de toda a nação” (Herf, 1993:208).

usando com inteligência as grandes forças da natureza para maximizar o conforto da comunidade. A engenharia é vista como o ideal de servir e uma prática intervencionista, pois usa as forças da natureza para o aumento da eficiência econômica.<sup>92</sup>

A alma da engenharia, eu a definiria como sendo a preocupação de servir a humanidade proporcionando-lhe o máximo conforto pelo uso inteligente das grandes forças da natureza que ela pesquisa incessantemente (SIMONSEN, 1933:116).

Simonsen faz um diagnóstico da realidade profissional do engenheiro que sustenta a necessidade da construção ideal de uma relação deste profissional com os negócios. Sua análise dos problemas enfrentados pela Engenharia é sintomática, pois se baseia em dois pontos fundamentais para a industrialização do país e para a formação de uma nova maneira de gerenciamento dos negócios públicos e privados. Os dois pontos que nos remete à diagnose de Simonsen são: o divórcio entre a Engenharia e a indústria manufatureira; e a ausência de compreensão e cooperação da Engenharia para a solução dos problemas econômicos.

Fazendo um histórico dos caminhos da engenharia nacional, Simonsen chama a atenção para o fato de que as atividades dos engenheiros se concentram, principalmente, nos trabalhos ferroviários, na construção civil e nas obras públicas. Com o desenvolvimento da cultura do café e a conseqüente expansão da infra-estrutura do país, será a estes setores que os engenheiros formados pelas politécnicas irão se dirigir. O crescimento das cidades, com suas necessidades de abastecimento de água, esgoto, iluminação etc., irá fazer surgir “os quadros de funcionalismo técnico”<sup>93</sup> reclamados pelo setor público. Em 1939, Simonsen constatava a predominância dos engenheiros em atividades da construção civil. Utilizando-se de registros junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, expõe os seguintes dados: em um total de 1.680 engenheiros e arquitetos registrados, 1.110 eram engenheiros civis, 171 eletricitas, 116 agrônomos, 96 mecânicos-eletricitas, 53 industriais e 134 arquitetos. Do total de engenheiros industriais, oito eram paulistas, oito de outros estados e o restante, 37, estrangeiros.

---

<sup>92</sup> Para Martins (1939), a “tarefa do engenheiro é sagrada porque representa o domínio da Humanidade sobre as forças que atuam no meio físico” (Martins, 1939:95). Há diversas passagens em suas palavras que apontam para a aspereza do meio e as realizações dos engenheiros para “civilizar” a natureza. As imagens são carregadas de dramaticidade para amplificar o trabalho hercúleo do engenheiro: “Domamos a violência das ondas criando enseadas artificiais protegidas por mássicos quebra-mares e corrigimos a escarpa com muralhas apumadas (...). Retemos as violências das inundações com o represamento nas barragens ciclópicas. Abrimos os caminhos pelas vias terrestres, aproximando as vozes com as redes telefônicas; trazendo a domicílio a energia solicitada da eletricidade (...) transformando os minérios em utensílios e máquinas” (Ibidem: 96).

<sup>93</sup> Simonsen, 1943:84.

Para Simonsen, o afastamento do engenheiro das atividades fabris<sup>94</sup> dava-se de uma maneira inconsciente, motivada pela estreiteza do mercado financeiro, pela falta de conhecimento dos recursos naturais do país e pelo “abandono dos estudos dos fenômenos econômicos e sociais do meio em que temos de operar”.<sup>95</sup> Identifica a posição do engenheiro na sociedade brasileira da seguinte maneira:

Os nossos engenheiros, em sua maioria com elevada cultura técnica, capazes de serem eficientemente aproveitados em núcleos de alta civilização, sentem-se deslocados neste meio, e acorrem, por isso, em grande parte, para o funcionalismo ou para as empresas concessionárias de serviços públicos. A incompreensão dos fenômenos econômicos torna-os ainda queixosos dos poderes públicos, que não lhes proporcionam honorários em harmonia com as suas aptidões técnicas (SIMONSEN, 1943b: 93).

Simonsen acreditava que um dos principais problemas da Engenharia estava na incompreensão, por parte dos engenheiros, dos problemas econômicos e sociais do país. Relacionando as atividades do engenheiro ao ambiente econômico, argumentava que aquelas estavam “visceralmente condicionadas” a este e, enquanto o engenheiro não se empenhasse em “esclarecer problemas sociais e econômicos fundamentais”, seus serviços não possuiriam a grandeza que acreditava existir em suas funções. A primeira destas funções estaria, inexoravelmente, ligada ao estudo do meio em que ele próprio, o engenheiro, atuava. Esta perspectiva se ampliaria na medida em que a intervenção do Estado crescesse nos negócios, o que aumentaria suas responsabilidades. Deixados os procedimentos do Estado à margem, os problemas complexos do mundo moderno estariam entregues a profissionais “menos habilitados à sua exata compreensão”.<sup>96</sup>

O que parece estar no horizonte intelectual de Simonsen é a necessidade de expansão de sua classe a partir da incorporação “de novas esferas da atividade econômico-produtiva”. Para isto, a classe precisaria produzir um tipo de intelectual capaz de dar-lhe um “impulso expansivo e criador”.<sup>97</sup> Este processo não deveria restringir-se ao puramente econômico, pois se trata de observar o componente político, uma vez que uma classe apenas existe em função do exercício de sua vontade coletiva. É justamente neste sentido descrito acima – a incorporação econômico-produtiva através da criação de intelectuais da classe – que Simonsen defende a imissão do engenheiro nos assuntos econômicos e sociais do país.

---

<sup>94</sup> Segundo dados de Vargas (1994), o “ensino de Engenharia industrial fracassou ao extinguir-se o curso de engenheiros industriais em 1925” (Vargas, 1994:19) na escola Politécnica de São Paulo.

<sup>95</sup> Simonsen, 1978:87.

<sup>96</sup> Simonsen, 1943b:87.

<sup>97</sup> Ferreira, 1986:114.

A análise que Simonsen realiza do papel do engenheiro se desdobrava nas propostas de reordenamento das diretrizes da Engenharia e das funções do engenheiro no complexo industrial/estatal construído nos anos de 1930. O primeiro passo seria a reformulação dos “programas” das escolas de Engenharia, adaptando-os à realidade brasileira. Para ele, os cursos universitários americanos eram o exemplo de como os conhecimentos poderiam relacionar-se com as “imposições do meio”.

Identificando o que acreditava ser ignorado, de forma generalizada, pelos engenheiros, assuntos como a formação de capitais, natureza da moeda, evolução econômica e social do país etc., indicava-lhes, como orientação, o estudo destas questões. Para Simonsen, a solução de tais problemas mais competiria aos engenheiros, uma vez que os bacharéis em Direito não estavam familiarizados com os recursos naturais e as atividades produtoras do país.

Nesta perspectiva, constrói uma visão tecnocrática de gerenciamento do Estado e dos negócios privados. Simonsen acreditava que uma nova “Engenharia Social”, ou “Engenharia Humana”, seria construída a partir da expansão do campo de atuação dos engenheiros. Para ele, em todas as partes os engenheiros estavam sendo convidados a envolverem-se nos negócios privados e estatais. Constatava que, apesar de generalizada por quase todo o mundo industrial moderno, esta realidade era ignorada pelo o engenheiro brasileiro.

A nobre classe dos engenheiros brasileiros, que tão assinalados cometimentos já realizou, não está, no momento, cooperando, como poderia, em três importantes setores, nos quais seria de inestimável eficiência: nas atividades industriais, na organização econômica e na solução de nossos problemas sociais (SIMONSEN, 1943b: 96).

Na sociedade moderna, no estado de guerra ou de paz, no trabalho e na produção, o engenheiro deveria ser chamado para coordenar as atividades através da “boa técnica”. O empirismo deveria ser banido: “Tudo há de ser previsto, planejado e executado, de acordo com os ensinamentos da técnica”.<sup>98</sup>

Em resumo, podemos identificar, no procedimento instrumental atribuído à Ciência, à Engenharia e à tecnologia, na defesa da tecnocracia como ideal de engenheiros, na alma dos negócios e na construção de uma racionalização como doutrina – assunto que será tratado no tópico quinto deste capítulo –, os elementos constitutivos da ideologia de Simonsen. Em primeiro lugar, por ser seu discurso ligado a um sistema de crenças legitimadoras de um tipo de poder e saber que engendra múltiplas estratégias de afirmação; em segundo, por tratar-se

---

<sup>98</sup> Simonsen, 1943b:96.

da “promoção e legitimação” de interesses de certos setores sociais que se opõem a outros grupos sociais. Enfim, discurso que busca e promove a reprodução de um tipo de poder social como um todo.<sup>99</sup> Como visão social do mundo, entra em choque com outras visões, pois “não existe simplesmente uma ideologia dominante”. O de concreto são sempre os conflitos, as versões e as visões “geralmente irreconciliáveis, que não se desenvolvem em um terreno comum, em um mínimo múltiplo comum”.<sup>100</sup>

### 3. O COMBATE AO ATRASO E A QUESTÃO NACIONAL

A Primeira Grande Guerra trouxe para o debate nacional um clima intelectual bastante diverso daquele que predominava até então. A guerra foi um acontecimento que forçou os brasileiros “a repensar a sua identidade nacional”.<sup>101</sup> Um crescente “espírito nacional” toma conta do ambiente intelectual. Cresce a idéia de mobilização nacional para o enfrentamento dos problemas do país. Multiplicam-se as advertências sobre a ação predatória das nações ricas e tem início a rejeição do darwinismo social como modelo explicativo da formação nacional.

Em 1915, Capistrano de Abreu afirmava que “depois da guerra a coisa será pior, porque a reconstrução européia será a maior empresa que jamais se iniciou, e lá não podemos esperar nem dinheiro nem capitais”.<sup>102</sup> Capistrano não se achava só nestas suas considerações. Simonsen, ao comentar o fim da guerra, em um discurso de 1918, afirmava que, após o termino da contenda mundial, se abriria uma “tremenda luta econômica” em que só venceriam as “as empresas bem organizadas”.<sup>103</sup> Propõe então a mobilização de todos os recursos para a organização científica do trabalho e vencer esta nova guerra que se iniciava.

Paradoxalmente, mesmo intensificando as críticas às teorias raciais, os intelectuais, ao discutirem a guerra na Europa, davam um “tom social darwinista” ao debate. O mundo relevava-se uma selva e só os mais fortes sobreviveriam. Simonsen também compartilhava desta idéia ao afirmar que somente as nações melhor aparelhadas poderiam vencer a competição entre elas. Propunha, então, a intervenção do Estado para que as leis do mercado não beneficiassem apenas as nações mais fortes, em detrimento das mais fracas.

A guerra trazia em seu bojo uma outra questão, a de que o nacionalismo “estava longe

---

<sup>99</sup> Eagleton, 1997.

<sup>100</sup> Löwy, 1991:17.

<sup>101</sup> Skidmore, 1989:174.

<sup>102</sup> Capistrano de Abreu, *apud* Skidmore, 1989:170.

<sup>103</sup> Simonsen, 1919:10.



de ser obsoleto”.<sup>104</sup> Como resultado, os temas sobre os objetivos nacionais passaram a ganhar nova relevância. No final dos anos de 1910, cresce a impressão de que os modelos interpretativos utilizados para compreender a realidade brasileira já não possuíam eficácia. Os muitos intelectuais começam a defender que se deveria “estudar a situação brasileira por ela mesma, sem maiores implicações”.<sup>105</sup> Simonsen compartilha deste clima de despertar para as coisas nacionais ao afirmar, em um discurso de paraninfo, em novembro de 1920:

Devemos amar as coisas nacionais e nos esforçar para criar a alma nacionalista, confiantes em nosso valor e gratos à prodigalidade do meio que nos envolve (SIMONSEN, 1932:128).

Cruz Costa também identifica em 1914, nas palavras de Tristão de Ataíde, um clima favorável a idéias nacionais: “vai circular cada vez mais em nossos livros um perfume de mato, de terra molhada, de brisa fresca do mar”.<sup>106</sup>

A partir daquele momento, debruçar-se sobre a questão nacional era identificá-la “como um problema”. Em comparação com a Europa e os Estados Unidos, estaríamos “sempre às voltas com o que nos falta”.<sup>107</sup> Neste sentido, para Simonsen, uma nação só obteria independência política se possuísse uma “independência econômica relativa”.<sup>108</sup>, rompendo assim com o atraso colonial. Confirmava-se em suas palavras, mais uma vez, o “fascínio pela questão nacional” tão constante na história do pensamento brasileiro.<sup>109</sup>

O tema sobre o nacional não era, portanto, uma novidade na história brasileira. Esteve “sempre presente como desafio, obsessão, impasse ou incidente”<sup>110</sup> no horizonte intelectual brasileiro. A cada etapa marcante da história do Brasil, sua sociedade “tem sido levada a pensar-se novamente”. Partindo-se de rupturas e crises, as interpretações usuais envelhecem e, em seu lugar, surgem e ganham força novos modelos explicativos. Isto ocorre, principalmente, quando se rompe “um pouco, ou muito”, com “os vínculos entre o passado e o presente”, passando-se “a pensar o novo, novamente”.<sup>111</sup> Neste “pensar o novo”, a história assume importante papel: “a história esconde o segredo do presente”.<sup>112</sup> É neste quadro e neste sentido que devemos compreender uma obra tão importante como “História Econômica

---

<sup>104</sup> Skidmore, 1989:189.

<sup>105</sup> Ibidem: 164.

<sup>106</sup> Tristão de Ataíde, *apud* Cruz Costa, 1956:351.

<sup>107</sup> Oliveira, 1997:186.

<sup>108</sup> Simonsen, 1928a: 19.

<sup>109</sup> Ianni, 1996:26.

<sup>110</sup> Ibidem: 27.

<sup>111</sup> Ibidem: 7.

<sup>112</sup> Ibidem: Idem.

do Brasil”. Nela, Simonsen está preocupado em identificar a natureza do processo de colonização brasileira, sua estrutura e os obstáculos herdados deste passado que perdurariam até seus dias. Tenta reconstruir os fatores econômicos da formação social e a infra-estrutura nacional, remetendo-nos à unidade econômica brasileira como fator básico da “unidade da pátria”.

A partir dos anos de 1930 foram formuladas algumas das interpretações da história do Brasil que se tornaram clássicas. Oliveira Vianna, Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Roberto Simonsen, entre outros, pensaram e confrontaram temas básicos como agricultura e industrialização, capitalismo nacional e associado, centralização e federalismo, modernidade e tradição, raça e formação do povo. Todos eles, temas de importância fundamental para compreender-se como se dava o debate acerca da questão nacional. Assim, podemos afirmar ser correta a afirmação de Lúcia Lippi Oliveira ao enfatizar que a questão nacional define “os parâmetros da produção intelectual e da crítica” no pensamento latino-americano e brasileiro. Desta forma, todos se preocupavam, ao buscar entender o Brasil, sua formação histórica e sua gente, em construir a nação. Neste sentido, nação aparece como um “artefato” cultural criado a partir de um “sentimento de ‘pertencimento’”,<sup>113</sup> que é identificado pela reconstrução histórica, pela unidade política e lingüística, e pela natureza. Como é um “artefato cultural” que envolve sentimentos, a idéia de nação, como algo construído, comporta desafios concretos e imaginários. As palavras de Ianni sobre esta questão são esclarecedoras:

No emaranhado dos desafios que compõem e decompõem o Brasil como nação, as produções científicas, filosóficas e artísticas podem revelar muito mais o imaginário do que a história, muito menos a nação real do que a ilusória. Mas não há dúvida de que a história seria irreconhecível sem o imaginário (...) Às vezes, a fantasia pode ser um momento superior da realidade (IANNI, 1996:48).

Em suma, podemos dizer que, no contexto do debate nacional ocorrido nos anos de 1920 aos de 1940, o projeto de industrialização de Simonsen é a resposta que ele deu às inquietações de seu tempo. Aqueles anos foram marcados por uma intensa busca da “identidade nacional”, por uma forte tonalidade nacional. Esta tendência, que tem início no pós-Primeira Guerra, percorreu todas as décadas subsequentes, sendo o objetivo central do projeto industrialista de Simonsen. Conhecer o Brasil era o escopo de Simonsen, que acreditava ser o combate à ignorância “em que vivemos das nossas coisas”<sup>114</sup> a maior

---

<sup>113</sup> Oliveira, 1990.

<sup>114</sup> Simonsen, 1934b: 37.

preocupação que deveríamos possuir nós, os brasileiros.

### 3.1. SIMONSEN E O PASSADO COLONIAL BRASILEIRO

No discurso de fundação da ELSP, em 1933, ao discorrer sobre as relações da crise vivida naqueles tempos com a Sociologia, Simonsen formulara uma série de perguntas que, de alguma maneira, refletiam as preocupações dos homens de seu tempo e que iriam nortear seus trabalhos posteriores. Indagava se os brasileiros conheciam a “verdadeira composição etnográfica em formação” e suas influências sobre as “diversas unidades raciais” que se importavam diariamente. Inquiria se não eram “desapontadoras” as aplicações dos “métodos atuais” para prever as crises que grassavam naqueles momentos. E, ainda, se não devíamos abandonar “a discussão escolástica de doutrinas” e buscar “o caminho” para a solução dos problemas atuais na Fisiologia, na Psicologia e na Sociologia.

O que se pode inferir das palavras de Simonsen é a necessidade de abandonarem-se os modelos interpretativos que vigoravam até então e buscar novos padrões explicativos para a realidade nacional. Esta será, sem dúvida, uma das tarefas que Simonsen chamará para si, substanciando-a em sua obra “História Econômica do Brasil”.

Para uma análise do passado que Simonsen visualizava, “História Econômica do Brasil” é uma obra privilegiada. Os motivos e o escopo do livro estão no capítulo XV, “Autonomia econômica e soberania política”, última seção, intitulada “Administração portuguesa no Rio”. O objetivo do livro é o de procurar fixar o “papel predominante que tiveram os fatores econômicos na formação dessa trama, consubstanciada no Brasil-Nação”.<sup>115</sup> A trama a que ele se refere é a “trama social”, urdida “nos tempos coloniais”. E, de fato, em toda a estrutura do livro procura identificar a natureza de cada ciclo econômico<sup>116</sup> e sua contribuição para a formação da unidade econômica e política brasileira. Do ciclo do pau-brasil ao surgimento do café, Simonsen está preocupado em perceber os fatores econômicos que propiciaram a formação do país, como também em buscar compreender a natureza de nossa formação histórica.<sup>117</sup> Assim, no último parágrafo do livro, declara sua esperança:

---

<sup>115</sup> Simonsen, 1978:453.

<sup>116</sup> A teoria dos ciclos econômicos no Brasil é de inspiração simonseniana. Simonsen foi buscá-la em obra do português João Lúcio de Azevedo. Baseado no livro “Épocas de Portugal econômico”, deste historiador, “Simonsen dividiu a história econômica do Brasil em ciclos relacionados à produção para exportação e concebidos como fases econômicas delimitadas, bem articuladas e sucessivas” (Vainfas, 2000:116). Com uma perspectiva linear que pressupunha, para a duração da atividade produtiva, uma fase inicial, outra intermediária e outra final, esta teoria foi colocada em cheque por pesquisas posteriores que indicavam que a obtenção dos produtos líderes dos ciclos nunca teve “suas atividades interrompidas” (Ibidem: 117).

<sup>117</sup> Parece-nos interessante analisar a estrutura de “História Econômica do Brasil” e tentar perceber a influência

[a de]... ter contribuído, neste estudo, com uma pequena parcela para o grande problema da compreensão do Brasil, cooperando, destarte, para a formação da consciência coletiva de nossas necessidades, consciência que será a geradora dos esforços que todos devemos empregar, sem desfalecimentos, para o surto e para o progresso de nossa terra (SIMONSEN, 1978:454 – grifos nossos).

O tom final de exaltação, ao nosso ver, não esconde o desejo sincero de ajustar contas com nosso passado e de fazer com que o Brasil se tornasse “contemporâneo de seu tempo”.<sup>118</sup> Em outras palavras, era a vontade de tornar moderno o Brasil que animava a expressão “para o surto e para o progresso de nossa terra”. Esta busca pelo moderno só poderia acontecer com o surgimento de uma “consciência coletiva” que, por paradoxal que pareça, entendemos, era mais uma “integração político-social sob a égide tutelar do Estado” do que uma “integração mobilizadora” que desfizesse “a demarcação jurídica e burocrática entre Estado e sociedade”.<sup>119</sup> Em resumo, é aquilo que poderíamos chamar de modernização conservadora.

Compreender o passado implica um esforço de reconstruir os elementos que constituíram a trama social e identificar os entraves que obstruíram e obstruem o desenvolvimento do país. Deste modo, o estudo das características dos fatores externos que contribuíram para nossa formação e sua permanência no tempo são a pedra de toque da análise que Simonsen faz do passado brasileiro.

Para melhor conhecimento do que somos, devemos, ainda, determinar os fatores externos que influenciaram o nosso período embrionário, que tiveram ação e que continuam a atuar na modelagem de nossa formação econômica (SIMONSEN, 1978:25 – grifos nossos).

---

de outro autor nas descrições das atividades populacionais e econômicas, do livro de Simonsen. Em nosso entender, a tese dos quatro pólos geradores de população e atividades econômicas, do livro “Capítulo de História Colonial”, de Capistrano de Abreu, que contribuiria para a formação do Brasil em sua estrutura sócio-econômica, teve forte influência sobre Simonsen. Estes quatro pólos seriam: 1 – Piratininga; 2 – Maranhão, Pará e Amazonas; 3 – o sertão e o gado; 4 – as minas. Esta tese parece ter inspirado Simonsen na elaboração estrutural de sua “História Econômica do Brasil”. Digo “inspirou” porque, no livro de Simonsen, a estrutura econômica do país é vista a partir destes quatro pólos. A relação com Capistrano não é imediata. Há uma série de mediações que devem ser consideradas. Em primeiro lugar, Simonsen não relega o litoral, ou melhor, a cultura da cana para um segundo plano como parece ocorrer em Capistrano. O que ele utiliza são os quatro pólos de Capistrano e acrescenta um quinto, a cana-de-açúcar, que é abordado apenas rapidamente pelo historiador cearense. Além disto, quando Simonsen homenageava Capistrano, isto não significava que ele trabalhasse como o mesmo enfoque do mestre. Além do mais, Simonsen desenvolveu sua obra recheada de dados econômicos, enquanto Capistrano caminhava sobre outras perspectivas. Mas, então, o que Simonsen deve a Capistrano? A nossa hipótese é, exatamente, a partir do rigor documental, que devemos estudar a relação entre Simonsen e Capistrano. O livro de Simonsen recebe diversos elogios por estar bem documentado. Suas análises são cuidadosas e chegam, em alguns casos – como nos cálculos para atualização dos valores de produção em diversos períodos históricos –, a ser bastante sofisticadas.

<sup>118</sup> Ianni, 1996:29.

<sup>119</sup> Lamounier, 1978:369.

Simonsen parece antecipar aquilo que, mais tarde, Prado Júnior identificaria como a persistência do passado em nosso presente, com a diferença de que, para este, compreender esta permanência significava entender as condições da revolução brasileira, enquanto, para Simonsen, implicava identificar os obstáculos à industrialização. À parte as diferenças, Simonsen tinha como bem claros os obstáculos oriundos do passado ao declarar que seu livro objetivava “indagar a origem dos entraves que dificultavam, e dificultam, a nossa evolução progressista”.<sup>120</sup> Destarte, nosso sistema econômico era o resultado de políticas coloniais adotadas pelos grandes Estados:

[Estados]... cuja influência sofremos no passado e que ainda hoje atuam de modo inequívoco em nossa formação, devido, principalmente, à natureza tropical da maioria de nossas produções (SIMONSEN, 1978:31– grifo nosso).

Em outro ensejo<sup>121</sup>, Simonsen ressaltava a necessidade de romper com o passado colonial através do fortalecimento do mercado interno:

Se quisermos perder algumas das características da atrasada economia em que nos debatemos, praticamente ainda em fase colonial, devemos nos orientar por um programa de fortalecimento intensivo de nossos mercados internos, e, portanto, do intercâmbio de nossas próprias fronteiras (IBIDEM: 80).

As razões do combate ao passado colonial, através do fortalecimento do mercado interno, são bastante claras. Sendo o Brasil um exportador de produtos coloniais, sua economia muito dependia de fatores externos como no passado. A predominância de um único produto caracterizaria as atividades exportadoras no decorrer da história brasileira. Somente o fortalecimento do mercado interno possibilitaria o crescimento industrial e deslocaria a base da economia do mercado externo para o do interior das fronteiras do país.

Simonsen acredita que o Brasil, ainda a década de 1930, se apresentava no “estado semicolonial”.<sup>122</sup> Criticava, em diversas oportunidades, nossa dependência de um só produto, argumentando que não se poderia “esperar que 70% da população do Brasil” vivesse “em torno do comércio do café”.<sup>123</sup> Para ele, existiam agricultores que sonhavam oferecer em “holocausto ao café todas as demais classes produtoras do Brasil” e transformar o país em um “vasto cafezal”.<sup>124</sup> Apesar desta opinião ser emitida em plena crise de 1930, volta a repeti-la

---

<sup>120</sup> Simonsen, 1978:34.

<sup>121</sup> Em um parecer apresentado, em setembro de 1937, ao Conselho Federal de Comercio Exterior.

<sup>122</sup> Simonsen, 1934b:12.

<sup>123</sup> Simonsen, 1935:34.

<sup>124</sup> Simonsen, 1930:5.

em meados da mesma década, ao afirmar que o Brasil era grande demais para esperar “que a sua civilização repouse unicamente nessa monocultura”.<sup>125</sup>

Simonsen acreditava que o caráter colonial que perdurava em nossa economia<sup>126</sup> poderia ser identificado “pela natureza dos produtos produzidos”, que eram indicadores de “um estágio de elaboração elementar”. Aponta cinco fatores que caracterizavam a formação colonial da economia brasileira:

1 – dependência da exportação de produtos aurículas e extrativista; 2 – produtos pouco elaborados e sujeitos à concorrência de outros países; 3 – insuficiência de capitais; 4 – exportação e distribuição nas mãos estranhas à produção; 5 – inferioridade de aparelhamento técnico, econômico e financeiro para a defesa da produção, em relação aos demais países, em cujo mercado se efetuam as permutas (SIMONSEN, 1978:80).

Todos estes elementos estavam presentes na economia brasileira, na ocasião em que Simonsen elaborou sua “História Econômica do Brasil”. As propostas para a superação do atraso de nossa economia serão apresentadas no capítulo quinto. Por ora, convém lembrar outras características do nosso passado colonial que, segundo Simonsen, contribuíram para que o país não superasse certos obstáculos ao seu desenvolvimento.

### 3.2. O PAPEL DE PORTUGAL E A QUESTÃO DO FEUDALISMO

Para Simonsen, ao contrário da Inglaterra, Portugal teria adotado, no século XVIII, uma política liberal que levou à morte sua indústria e, definitivamente, selou seu destino de “nação agrícola”. Esta política está claramente representada no Tratado de *Methuen*, assinado em 1703, com a Inglaterra. O tratado, amplamente favorável aos ingleses, permitiu o afluxo de ouro para aquela nação, o que possibilitou, entre outras razões, o desenvolvimento da manufatura inglesa. Assim sendo, Portugal, então, passou a guiar sua política econômica pelas diretrizes da política comercial inglesa, assumindo, assim, um papel de mero entreposto comercial.

No século XIX, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, é assinado o Tratado de 1810 com a Inglaterra. Para Simonsen, os efeitos imediatos do tratado foram benéficos para o Brasil. Entretanto, em longo prazo, suas conseqüências lhe foram negativas, uma vez que

---

<sup>125</sup> Simonsen, 1935:34.

<sup>126</sup> A idéia de uma economia de caráter colonial é anterior a Simonsen e remonta ao século XIX. Cruz Costa aponta esta idéia nas obras de Luis Pereira Barreto e Oliveira Martins: “Pereira Barreto assinala um fato que até então passara despercebido dos homens que compunham a elite nacional. Citando Oliveira Martins, acentuara que o nosso desenvolvimento econômico tinha ainda um caráter colonial” (Cruz Costa, 1956:152).

impossibilitou a montagem de uma indústria em seu território e reduziu o poder aquisitivo de sua população. O que fica de lição, destes fatos, é que a posição subalterna de Portugal e os tratados de forte cunho liberalizante impossibilitaram ao Brasil uma condição diferente da portuguesa no cenário internacional. Para Simonsen, não era a política econômica que mais convinha a um país que “iniciava a sua economia independente”.<sup>127</sup> Ao contrário, o país deveria ter abraçado política semelhante à dos norte-americanos, ao invés de se tornar o campeão “de um liberalismo econômico na América”..<sup>128</sup> O resultado de tal política marcaria de maneira decisiva a história econômica do Brasil, contribuindo para o atraso de sua estrutura econômica.

A análise histórica de Simonsen era visivelmente determinada pelas preocupações imediatas de seu tempo, o que o levava a ser extremamente crítico em relação ao excesso de liberalismo da política portuguesa. Este descomedimento continuaria no Brasil após a independência e, aliado a outras razões de ordem estrutural, obstaculizaria suas possibilidades de desenvolvimento industrial.

A ausência de capitais, de organizações técnicas e a política de livre-câmbio, que fomos forçados a adotar até 1844 – impediram aqui a implantação de indústrias e a possível melhoria do nosso padrão de vida, por um intenso intercâmbio interno (SIMONSEN, 1978:436 – grifos nossos).

O que podemos notar, em sua análise histórica da política econômica no período da Independência, são os componentes do diagnóstico que ele fazia da economia brasileira de seu tempo. A falta de capitais nacionais e de capacitação técnica é apontada, em sua crítica ao liberalismo, em diversas ocasiões, como o dilema estrutural da economia brasileira. Assim, em nosso passado, deveríamos buscar as experiências que nos permitissem superar os entraves herdados de nossa evolução colonial. Simonsen acreditava que, até aquele momento, 1937, não havíamos ainda conseguido “aproveitar as lições desse passado”.<sup>129</sup>

É muito claro o que Simonsen, recuando no tempo, busca ao analisar a atuação do Marques de Pombal. Para ele, o estadista português fez de tudo para manter em suas mãos as diretrizes da política portuguesa, incentivando o “preparo dos nacionais em matéria de cultura econômico-científica”, estabelecendo “indústrias do Estado” e importando “técnicos e peritos estrangeiros”.<sup>130</sup> Assim, temos contemplado nesta análise um programa que Simonsen

---

<sup>127</sup> Simonsen, 1978:405.

<sup>128</sup> Simonsen, 1978:406.

<sup>129</sup> Ibidem: idem.

<sup>130</sup> Simonsen, 1978:430.

imaginava para o Brasil, ou seja, Ciência, técnica e indústria asseguradas pela intervenção do Estado e pelo controle nacional de suas diretrizes.

Outro componente da análise histórica de Simonsen é a clássica discussão sobre o caráter da colonização brasileira. Ele não acreditava ter sido a colonização de natureza feudal.<sup>131</sup> Nosso entendimento é o de que ele acertou no diagnóstico, mesmo errando nos procedimentos analíticos e conceituais. O fato é que Simonsen afirmou que ao sistema de donatarias não se pode atribuir características feudais:

Sob o ponto de vista econômico, que não deixa de ser básico em qualquer empreendimento colonial, não me parece razoável a assemelhação desse sistema ao feudalismo (SIMONSEN, 1978:81).

Simonsen não considerava razoável que a maioria dos historiadores de seu tempo acentuassem o “aspecto feudal do sistema das donatarias”.<sup>132</sup> Para o autor, a hereditariedade das donatarias não parecia “suficiente para emprestar o cunho feudal a todo o sistema”.<sup>133</sup> Simonsen argumentava que, nesta questão, não se poderia “fechar os olhos à realidade econômica”.<sup>134</sup>

O erro básico de Simonsen não estava nesta constatação e, sim, na identificação do capitalismo com a exigência de lucro. Para ele, os donatários tinham como objetivo o lucro e, assim, necessitavam de capital para aplicar em seus empreendimentos. Os donatários não eram senhores feudais e, sim, “exploradores em grande escala”.<sup>135</sup> Simonsen acreditava que, em 1500, Portugal não era feudal e identifica D. Manuel como “um autêntico capitalista”. Ora, se o objetivo dos donatários era o lucro, logo também seus empreendimentos eram capitalistas. Assim procedendo, Simonsen identifica lucro com o capitalismo, o que, a nosso ver, constitui um equívoco teórico. Na perspectiva marxista, por exemplo, só há capitalismo

---

<sup>131</sup> Para Gorender, foi Caio Prado Jr. quem primeiro teria demonstrado, “de maneira fundamentada”, que no Brasil não existiu feudalismo.

<sup>132</sup> Simonsen, 1978:81. A natureza das capitanias e a origem social dos donatários também são tratadas por Capistrano em seus “Capítulos de História Colonial”. Da origem social dos donatários, assim falava Capistrano: “Os donatários saíram em geral da pequena nobreza, dentre pessoas práticas da Índia, afeitas ao viver largo da conquista, porventura coactas nas manhas acochadas da pragmática metropolitana” (Abreu, 1963:64). Sobre a natureza da donataria, assim se expressava o historiador cearense: “Em suma, convicto da necessidade desta organização feudal D. João III tratou menos de acautelar sua própria autoridade que de armar os donatários com poderes bastantes para arrotarem usurpações possíveis dos solarengos vindouros, análogas às ocorridas na história portuguesa da média idade”.(Idem: 65 -grifo nosso). Não nos parece, entretanto, que Capistrano se tenha preocupado em classificar a colonização, ou seja, que a tenha definido como nos moldes do feudalismo ou do capitalismo. Em uma passagem daquele livro, define Portugal, na época dos Descobrimentos, como em transição da Idade Média para a Idade Moderna, sem maiores precisões. Mesmo assim, afirma que, quando da mudança no regime de capitanias, os “poucos protestos dos interessados passaram desatendidos, e em 1549, sem abolir de todo o sistema feudal, institui-se novo regime” (Abreu, 1963:72 -grifo nosso).

<sup>133</sup> Ibidem: 82.

<sup>134</sup> Ibidem: idem.

<sup>135</sup> Idem: ibidem.



quando se cria mais-valia e o capital passa a ser “promotor da sua criação”.<sup>136</sup> Por outro lado, em diferente vertente explicativa das origens do capitalismo, o objetivo de obter lucro é algo que não se circunscreve a ele. Como afirma Weber, em sua “Ética protestante e o espírito do capitalismo”, o desejo de lucro<sup>137</sup> sempre existiu e o que caracterizaria o capitalismo seria um tipo de racionalidade, oriunda de uma ética específica, que possibilitaria auferir o lucro a partir de um cálculo.<sup>138</sup>

Em resumo, o que parece mais sensato concluir é que Simonsen não se debruçou com o devido cuidado sobre esta questão. Apesar de buscar uma articulação da economia brasileira com as fases do desenvolvimento econômico mundial, no que se refere à definição de capitalismo, deixou uma série de lacunas.

#### 4. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO: BURGUESIA INDUSTRIAL E SEU PROJETO

Ao debruçar-se sobre a natureza da burguesia brasileira, Caio Prado Jr., depois de apontar sua dependência do capital externo e da iniciativa estrangeira, assevera que ela nunca representou uma alternativa para a realidade nacional. Apesar de admitir que, em certos momentos, houvesse divergência e até oposição entre as iniciativas nacionais e estrangeiras, Prado Jr. insiste em afirmar que a burguesia brasileira nunca construiu um “projeto de cunho hegemônico”.<sup>139</sup> Quando muito, não foi além de uma visão setorial e corporativa. Na versão pradiana, a “burguesia brasileira nacional, antiimperialista e progressista não tem realidade no Brasil”.<sup>140</sup>

Outro autor do mesmo escopo ideológico afirma ser a burguesia brasileira “temerosa” e “tímida”. Werneck Sodré tem, inicialmente, como elemento de análise a situação social e política do final e início, respectivamente, do século XIX e XX. Ele aponta que este período foi marcado por uma crise e apresenta algumas teses que lhe são caras: “A crise dos fins do século assinala (...) a ascensão burguesa”, que teria permanecido “compatível com a presença

---

<sup>136</sup> Gorender, 1998:11.

<sup>137</sup> Para Schwarz, o “latifúndio escravista” em sua origem era um “empreendimento do capital comercial” (Schwarz, 1973:152). Sua explicação agrega a esta questão a noção de que “o lucro como prioridade subjetiva é comum às formas antiquadas do capital e às mais modernas” (Ibidem: 153).

<sup>138</sup> Weber aponta que, eventualmente, o capitalismo pode conviver como uma “restrição, ou pelo menos com uma moderação racional” do impulso irracional para o ganho. Para ele, porém, o capitalismo “identifica-se com a busca do lucro, do lucro sempre renovado por meio da empresa permanente, capitalista e racional” (Weber, 2001:24).

<sup>139</sup> Ianni, 1996:69.

<sup>140</sup> Reis, 1999:189.

dominante das formações pré-capitalistas (...) e do alastramento de relações feudais de extrema resistência à mudança”.<sup>141</sup> Esta é uma tese central de Werneck Sodré para sua perspectiva da formação histórica brasileira: a existência e “alastramento” de segmentos sócio-econômicos em que predominariam relações feudais. Assim, o resultado de sua orientação política seria o de uma revolução antifeudal, antiimperialista e vinculada, segundo Reis, à Terceira Internacional: “O Brasil estaria em transição do feudalismo ao capitalismo”.<sup>142</sup> Esta análise bem revela sua percepção das classes sociais. Deste modo, “nas áreas em que o capitalismo foi tardio, a burguesia teve como aguerrida vanguarda a pequena burguesia”.<sup>143</sup>

Mesmo identificando, no decorrer dos anos de 1920, uma cisão na estrutura de poder, o que permitiu o advento de uma “nova burguesia”, Werneck Sodré não altera sua posição frente a esta nova classe: “É uma burguesia nova, arrivista, sem tradição, muito vinculada ao processo escravista e feudal, temerosa em romper normas impostas pelo uso e pela obediência secular”.<sup>144</sup>

Por outro lado, se nos debruçarmos sobre outra perspectiva ideológica, iremos notar a mesma noção de classes sociais inorgânicas e túbias. Assim, para Oliveira Vianna, o que predominava entre as classes sociais brasileira era a “insolidariedade” e a “ausência de espírito de associação”, mesmo entre as classes “produtoras e esclarecidas”.<sup>145</sup> Para o ideólogo fluminense, o “insolidarismo” era um “dado cientificamente determinado da nossa psicologia social, coletiva, de povo”.<sup>146</sup>

Oliveira Vianna acreditava que, só pelo “estudo objetivo e científico da estrutura psicológica do nosso povo”, se poderia corrigir, através de uma política de organização social, a condição “molecular e atomística” de sua composição. Diante do caráter inorgânico das classes, caberia, então, ao Estado promover o desenvolvimento e a integração de uma forte mentalidade solidarista.

... é dever supremo do Estado Nacional amparar, estimular e desenvolver todos aqueles movimentos privados que representam, no nosso povo, expressões de cooperação, de agregação, de solidariedade ativa (...) salvo os que se constituíram com fins anti-sociais ou antinacionais (OLIVEIRA VIANNA, 1991:272).

---

<sup>141</sup> Sodré, 1999:10.

<sup>142</sup> Reis, 1999:153.

<sup>143</sup> Sodré, 1999:10.

<sup>144</sup> Ibidem: 29.

<sup>145</sup> Oliveira Vianna, 1991:214.

<sup>146</sup> Ibidem: 271.

Nossa opinião é a de que, no decorrer das décadas de 1930 e 1940, a burguesia brasileira e, em particular, a burguesia industrial foram constituindo um projeto de hegemonia política, cuja base se assentava na indústria. Neste sentido, a figura de um Estado que assume o papel de sujeito histórico, “porque a luta de classes não chega a exprimir-se de maneira suficientemente nítida no interior da sociedade civil”,<sup>147</sup> não nos parece resistir à realidade dos fatos históricos. Isto não significa que devemos excluir ou desconsiderar, do cenário brasileiro do período, a importância e a existência de concepções, tais como a de Oliveira Vianna, que, ao considerarem a fragilidade das classes, propuseram a organização de um Estado forte, cujo escopo seria o de promover a modernização do país através de mecanismos de ordem corporativa. Afinal, muitas destas representações, ao pretenderem interpretar o país, atribuíam “sentido a um mundo histórico determinado”,<sup>148</sup> plasmando, no imaginário coletivo e nas instituições políticas, visões que acabaram por influenciá-los em prol de um tipo determinado de organização estatal.

O papel do Estado no processo histórico nacional é uma problemática clássica da historiografia brasileira e das ciências sociais. Um dos aspectos básicos das interpretações que se debruçaram sobre as décadas de 1920 e 1930 é a adoção de categorias como “incipiente” ou “imaturidade” para as classes sociais ao tratar das relações entre sociedade e Estado. Neste modelo, o percurso histórico é definido por aquilo que não foi. Nas palavras de Chauí, “o período histórico em pauta é largamente explicado por aquilo que lhe falta e não por aquilo que engendra”.<sup>149</sup> Assim, os intelectuais não compreendiam, a classe não possuía consciência ou era frágil, não dispunham de um projeto político etc. Segundo Lamounier, estas interpretações invadem a narrativa das explicações nas ciências humanas, enquanto, para Chauí, elas possuem um “arcabouço conceitual”, com traços gerais comuns que habitam a “multiplicidade das interpretações” do período.

Deste modo, um dos elementos comuns a estas interpretações seria o de imputar ao Estado o papel de promotor do processo histórico, havendo, para tanto, um compromisso nascido do “vazio político” oriundo da fragilidade das classes sociais, uma vez que, em suas circunstâncias, estas não possuiriam as condições de imposição de um projeto próprio. Assim, estaríamos diante de um “esquema conceitual interpretativo fundado nas idéias de fragilidade da burguesia nacional e de imaturidade do proletariado”.<sup>150</sup>

---

<sup>147</sup> Chauí, 1978:22.

<sup>148</sup> Reis, 1999:10.

<sup>149</sup> Chauí, 1978:23.

<sup>150</sup> Chauí, 1978:22.

Esta interpretação vem, há muito, sendo questionada pela historiografia mais atual. Em seu “1930: o silêncio dos vencidos”, Decca, por meio dos discursos de Simonsen na CIESP, demonstra-nos propósitos hegemônico da elite industrial, “revelando que o projeto intelectual da nossa burguesia” abrangia o “econômico, social, político e cultural”, “por meio do qual visa (e consegue) redefinir a ação do Estado e a organização da sociedade”.<sup>151</sup> Gorender também acredita no papel ativo da burguesia industrial brasileira, afirmando que, no decorrer dos anos de 1930, ela teria formulado “um projeto ativo e diversificado de suas reivindicações”.<sup>152</sup> Para ele, a burguesia teve sempre um papel ativo na defesa de seus próprios interesses:

A burguesia industrial esteve longe de se comportar com a passividade que lhe atribuem alguns historiadores, os quais a descrevem como beneficiária de mecanismos econômicos que funcionaram a seu favor sem carecer de sua intervenção política (GORENDER, 1998:57).

Entretanto, Gorender não consegue romper com a perspectiva de um Estado promotor do processo histórico. Não havendo uma revolução burguesa no Brasil, a burguesia é personagem efetiva de sua história, mas é o Estado que estabelece as possibilidades do seu projeto histórico.

Há, ainda, o trabalho de Silva (1990), para quem a participação da burguesia industrial não se deu através de mecanismos políticos clássicos como os partidos, mas por via de agências privadas. Esta autora reconstrói cuidadosamente as discussões e a participação da burguesia industrial na elaboração das leis trabalhistas por meio de comissões constitucionais.

Nossa hipótese é a de que, de fato, a burguesia industrial possuía um projeto de hegemonia política, que foi sendo construído no decorrer dos anos de 1930. Este projeto tem seu momento inaugural com o discurso de Simonsen, na fundação do CIESP, em 1928. Em suas palavras, pode-se ver a defesa da indústria como componente maior dos interesses nacionais. Simonsen supera a simples defesa do protecionismo, buscando desconstruir todos os argumentos desfavoráveis à industrialização. Explicita sua estratégia de hegemonia, ao dizer que a indústria não se contrapunha à agricultura, buscando demonstrar a complementaridade entre ambas. Mas, em sua perspectiva, esta harmonia deveria se dar sob a hegemonia da indústria.

Existia, portanto na criação do CIESP, uma proposta política explícita de uma fração da classe dominante que pretendia operar a redefinição da vida estatal sem

---

<sup>151</sup> Decca, 1986:22.

<sup>152</sup> Gorender, 1998:65.

traumatismo e sem rachaduras, capazes de colocar mais lenha na caldeira da revolução – que andava de boca em boca em 1928. Assim, definir um discurso sobre o tema da industrialização era também normatizar o conjunto da burguesia industrial sob a égide de um projeto político que determinava o lugar da indústria como a outra face da economia cafeeira e que apontava a dominância da indústria pela transformação progressiva da política econômica do Estado (DECCA, 1986:154 – grifo no original).

Existem dois outros momentos privilegiados para observarmos o projeto de hegemonia política da burguesia industrial. O primeiro deles é o famoso debate entre Simonsen e Gudin quanto à planificação econômica. A reconstrução deste debate nos demonstra que, para além de uma possível autonomia do Estado frente às classes sociais, o que havia era uma complexa disputa entre frações de classes nos mecanismos de controle da economia. Através do planejamento, a burguesia industrial visava intervir mais decisivamente nas decisões econômicas do Estado Novo, o que a obrigou a expor, em toda a sua plenitude, um projeto de planejamento econômico que objetivava o incremento industrial. Sem ignorar seus limites estruturais, a reconstrução deste debate nos permite ver que esta burguesia era dona de um projeto explícito de hegemonia política. Sua disputa com outros setores dominantes do Estado confirma a tese de que o Estado não é algo que está acima das classes sociais, mas, antes, seus mecanismos institucionais, legais e políticos refletem as contendas existentes na sociedade.

Simonsen e a burguesia industrial deste período – como, aliás, em períodos anteriores também – foram obrigados a enfrentar outros grupos que também buscavam exercer domínio hegemônico através do controle dos mecanismos institucionais determinantes do rumo da política econômica. Gudin, adversário da planificação e não da industrialização, representava setores ligados ao capital estrangeiro e às atividades exportadoras e importadoras. Para ele, uma política de planejamento econômico, sob a égide de uma política protecionista, não interessava. Não que a burguesia industrial e estes setores fossem incompatíveis, do ponto de vista estrutural, a ponto de verificar-se uma ruptura entre eles. Neste sentido, parecem-nos corretas as palavras de Gorender ao afirmar que a oposição entre burguesia industrial e latifúndio se dava mais por razões de “política econômica” do que motivada pela crítica à estrutura fundiária. Também, naquelas instâncias, a burguesia industrial não se colocava contra o capital estrangeiro e outras atividades econômicas. Havia uma complementaridade entre os diversos ramos da economia.

O que estava em jogo era determinar os rumos da política econômica e a burguesia industrial, exercendo sua hegemonia política, impunha seu projeto de industrialização. Aliás, seu projeto contemplava, antes de tudo, controle político. Não nos é permitido, neste capítulo, reproduzir todas as linhas do debate entre Simonsen e Gudin e suas relações de poder. Esta

tarefa está reservada para o quinto capítulo. O que nos cabe aqui ressaltar é que este debate é fundamental para compreender que o Estado não é o demiurgo que está acima da sociedade, mas que, no fundo, reflete as tensões, oposições e contradições da sociedade.

Sendo verdade que a sociedade é muito mais complexa do que possam imaginar os que defendem sua direção sob a batuta do Estado, não podemos, entretanto, obliterar o fato de que muitos intelectuais, das primeiras décadas do século XX, acreditavam que a “nação” deveria ser construída pelo Estado, uma vez que, para estes pensadores, o povo não teria condições para promover-se e organizar-se como nação. Assim, Sílvio Romero acreditava que se deveria “substituir a anarquia dos povos (...) por um governo forte e civilizador”.<sup>153</sup> Alberto Torres, Oliveira Vianna, entre outros, também confiavam em um Estado forte que deveria organizar a nação.

#### 4.1. A ORGANIZAÇÃO CORPORATIVA E SINDICAL NA POLÊMICA ENTRE OLIVEIRA VIANNA E A FIESP.

O segundo momento importante, para entendermos o projeto de hegemonia política dos empresários brasileiros, é aquele referente ao debate, no ano de 1940, entre Oliveira Vianna e a FIESP, acerca da natureza da organização sindical. A polêmica, que ganhou as páginas dos jornais e adentrou gabinetes do Ministério do Trabalho, permite-nos ver a maneira de intervir dos empresários nos processos decisórios e como defendiam formas autônomas de organização. Segundo Leme (1978), a relutância dos empresários à intervenção estatal na “esfera estritamente econômica” era mais resoluta quando se referia a suas organizações sociais.

No mês de maio de 1940, “sob a presidência e coordenação” de Roberto Simonsen, a FIESP organizou, em conjunto com outras entidades, um memorial intitulado “Constituição de 10 de novembro de 1937 e a organização corporativa e sindical”,<sup>154</sup> que externava “os receios” das “classes patronais” em relação aos regulamentos e instruções para a execução do Decreto-Lei nº 1.402, de 05 de julho de 1939, que dispunha sobre organização sindical de patrões e empregados. A FIESP, circundada pelo Instituto de Engenharia, Associação

---

<sup>153</sup> Silva, 1987:96.

<sup>154</sup> Apesar de não haver, do texto deste memorial, identificação do autor, tudo indica ter sido ele publicado pela FIESP, uma vez que as reuniões entre as entidades signatárias do documento foram realizadas na sede da Federação Paulista, além da presidência e coordenação dos trabalhos terem sido entregues a Simonsen. Como não há também a referência ao editor, utilizaremos, a partir de agora, a denominação de Constituição, seguido do ano da publicação e da página em que foi extraído o trecho citado, nas referências contidas no corpo deste trabalho.

Comercial de São Paulo, Instituto dos Advogados, Bolsa de Mercadorias de São Paulo e Federação Comercial de São Paulo, acreditava que os regulamentos e instruções, criados por comissões do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, “permitiam interpretações contrárias” à “tradição” das mesmas entidades.

O memorando, constituído de análises dos anteprojetos de regulamentação e instruções elaborados por três comissões de técnicos, é recheado de discussões sobre o caráter doutrinário do corporativismo, de pareceres jurídicos e tratava de uma viva polêmica nos jornais entre Oliveira Viana e Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O que estaria por trás das federações e entidades listadas acima quando receavam que interpretações equivocadas ferissem “nossa tradição” de organização social?

Em primeiro lugar, o documento destaca a criação, pela Constituição de 1937, do Conselho da Economia Nacional, que seria composto, entre outros, de representantes dos vários ramos da produção e por associações profissionais ou sindicais reconhecidas por lei. Entre as atribuições do conselho, os empresários lembravam que lhe caberia “*promover a organização corporativa da economia nacional*” e, então, só assim teríamos um “Estado parcialmente corporativo”.<sup>155</sup>

A importância de participar do Conselho da Economia Nacional fica clara já no próprio ato de elaborar um documento como o que se tem em referência. Através daquele órgão federal, era possível intervir na direção da política econômica do país, ou melhor, na sua forma de organização. E, só com uma ação unificada das “classes conservadoras”, poder-se-ia influir de forma decisiva no âmbito do conselho. Esta é a questão chave para compreender-se a natureza do documento. De acordo com seus autores, as comissões que elaboram os anteprojetos de regulamentação e instrução da lei de sindicalização pugnavam pela extinção das federações estaduais de caráter heterogêneo – federações formadas por sindicatos de vários ramos de atividades e não-agrupados por identidade, conexidade ou similaridade –, criando uma série de outras menores e sem a unidade de interesse e de ação das já existentes.

O documento faz distinção entre as associações civis e as de caráter sindical. Assim, para os elaboradores do memorial capitaneado pela federação dos industriais paulista, as associações civis (caso das federações existentes), “embora formadas por elementos da produção”, não se enquadrariam no Decreto-Lei nº 1.402/39, este reservado às “associações

---

<sup>155</sup> Constituição, 1940:8.

profissionais de determinada categoria da produção, de *caráter sindical*".<sup>156</sup>

As associações civis do tipo da Associação Comercial ou da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (...) não são associações profissionais de caráter sindical (...) As associações civis (...) tem por finalidade precípua a defesa de *interesses coletivos* de vários ramos da produção (...) Não estão, *não podem estar* subordinadas às regras estabelecidas por *lei especial* para *associações sindicais*, como no caso do Decreto-Lei 1402 (CONSTITUIÇÃO, 1940:10 – destaques no original).

Com isto, a federação da indústria paulista, apoiada por outras associações patronais,<sup>157</sup> pretendia um grau maior de autonomia e impedir que o decreto limitasse seus direitos de petição ou representação. E, mais, visava resguardar o direito destas associações de participar, através de seus delegados, do Conselho da Economia Nacional. Esta ação integra a discussão das relações entre sociedade e Estado, refletindo suas tensões e contradições. Neste caso, fica mais uma vez patente a forma como os empresários industriais, através de alianças com outros grupos econômicos, buscavam intervir nos mecanismos decisórios do governo.

As contendas entre as diversas associações e grupos no Ministério do Trabalho demonstram que os industriais conseguiam exercer liderança junto a eles e, através dela, elaborar propostas de intervenção no Estado. Como nas discussões entre Simonsen e Gudin, esta passagem é bastante significativa para perceber que a burguesia industrial possuía um amplo projeto de hegemonia, envolvendo vários segmentos da organização econômica e estatal. Nas discussões das leis sindicais, ela procurava resguardar o poder das associações lideradas para melhor posicionar-se diante de seus rivais. Assim, recorria a um variado leque de ações, envolvendo injunções diretas ao ministro do Trabalho, pareceres de juristas renomados e polêmicas nas páginas dos jornais. Neste percurso, diversos sindicatos e federações patronais de vários estados irão se incorporando ao debate, hipotecando solidariedade e apoio às propostas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e da Confederação Nacional da Indústria.

Entre os diversos argumentos levantados pelos empresários, estava o direito de representação. Assim, apregoam no documento em questão:

Não se deve, nem se pode, confundir o *direito de representação*, também chamado direito de petição, isto é, o direito de apresentar queixas, denúncias, reclamações, pedidos, memoriais, sugestões e solicitações de providências aos poderes públicos, com a *representação legal* ou mandato legal, que a lei confere, em casos especiais, a certas pessoas ou entidades (CONSTITUIÇÃO, 1940:11).

---

<sup>156</sup> Ibidem: 9 (destaque no original).

<sup>157</sup> Cabe lembrar que o trabalho foi também subscrito pela Confederação Nacional da Indústria, pela Associação Comercial do Rio de Janeiro e pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.



Neste caso, só a lei civil já garantiria o direito de existência às associações gerais do patronato, sem ser necessário o “registro privativo” junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Às associações sindicais, organizadas através da similaridade, identidade ou conexidade, é que caberá o registro no Ministério.<sup>158</sup> Resumindo a posição das federações industriais e associações comerciais:

... nada impede que as associações profissionais de tipo heterogêneo (...) representem (...) queixem-se, reclamem, sugiram (...) não poderão é ‘representar’ estes interesses gerais no sentido jurídico, isto é, exercer mandato (...) só os sindicatos o possuem e podem exercer (...) como estas associações [Federações e Associações comerciais já existentes] são heterogêneas, não estão compreendidas nos dispositivos da Lei de Sindicalização (CONSTITUIÇÃO, 1940:14).

Para Simonsen, a reforma prevista no decreto-lei visava “anular a representação de tradicionais e eficientes associações de classes nas várias regiões do país”.<sup>159</sup> Diante do ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, na sede da FIESP, Simonsen argumentou que, pelo decreto, as associações e federações existentes estariam “expressamente proibidas de representar sobre assuntos econômicos, ficando adstritas a supostas questões meramente profissionais”.<sup>160</sup> Assim, fosse Lodi ou Simonsen, os líderes empresariais batiam-se pela “defesa da estrutura classista existente”.<sup>161</sup> A ação empresarial era pragmática e resultado de uma “visão realista das dificuldades e possibilidades brasileiras”<sup>162</sup> sobre este assunto.<sup>163</sup>

No tópico III, do documento organizado pela FIESP, o que trata da “Sindicalização nos diversos graus”, os empresários ressaltam, inicialmente, que o primeiro assunto abordado

---

<sup>158</sup> A tese central de Oliveira Vianna, nesta discussão, era a obrigatoriedade de as associações patronais, mesmo que não-sindicais, estarem presentes no “corpo do Estado”; daí, sua recusa em aceitar federações regidas só pelo direito civil. Por sua vez, os empregadores, ciosos do poder de suas associações, desejavam independência frente ao Estado, o que lhes possibilitaria um maior grau de autonomia nos mecanismos estatais. Para Oliveira Vianna, a Simonsen e Lodi agradava “ficarem de fora” (Constituição, 1940: 166). O argumento de Oliveira Vianna era o de que, para sindicalizar as associações heterogêneas, “seria preciso emendar a Constituição, fazendo recuar o instituto da convenção coletiva de trabalho” (Ibidem: 169).

<sup>159</sup> Simonsen, 1943b:109.

<sup>160</sup> Ibidem: idem.

<sup>161</sup> Leme, 1978:25.

<sup>162</sup> Ibidem: idem.

<sup>163</sup> Marisa Saenz Leme acredita que, para além da visão pragmática dos empresários, a crítica ao Decreto-Lei 1.403/39 assentava-se em um “combate ao corporativista”, fruto do “caráter liberal” do pensamento dos industriais brasileiros. Além disto, a autora defende que a participação empresarial dos industriais na “vida política do país, tanto através de entidades de classe como individualmente”, foi sempre “efêmera, existindo apenas em alguns momentos conjunturais” (Leme, 1978:26). Não concordamos com nenhuma destas duas conclusões. Como temos demonstrado, a atuação dos empresários brasileiros nada teve de circunstancial, mas segue um projeto de hegemonia política que foi sendo construído no decorrer dos anos de 1930. Não nos parece que o fato de os industriais defenderem uma organização autônoma se desse pela razão de abraçarem o ideário liberal. O que nos parece mais verossímil é que a defesa de suas associações e federações estava ligada mais a disputas, com outros grupos sociais, pelo controle de certos mecanismos decisórios do Estado.

pelas comissões técnicas do Ministério se intitula “Do Enquadramento Sindical Brasileiro”, isto “talvez” por sugestão da lei italiana, de 20 de março de 1930, que dispunha sobre “*all ‘inquadramento sindacale’*” Logo em seguida, acrescentam que os decretos nº 22.694 e nº 1.402 tinham “como modelo único a mesma lei italiana”.<sup>164</sup>

Em várias outras passagens, criticam a influência fascista na nova legislação. O documento em referência defende que a lei sindical só teria êxito se orientada para a realidade do país: “... nada impede, tudo recomenda, que a nossa organização se faça, de acordo com a realidade brasileira e, queiram ou não os puros teóricos, a *realidade é essa*”.<sup>165</sup>

Que “realidade é essa”? É a da formação de uma federação em cada estado, uma para cada ramo da produção: indústria, comércio e agricultura. No final do memorando, é estipulada e detalhada a proposta das “classes conservadoras”. As federações formadas nos estados reunir-se-iam em grupos ou círculos. Estes seriam em número de seis: grupo ou círculo das indústrias, do comércio, do transporte, das comunicações e publicidade, das empresas de crédito, da educação e cultura. Esta proposta é mais uma tentativa de manter-se a unidade empresarial e fortalecer as federações. Os grupos se subdividiriam em ramos e estes em categorias. Assim, acreditava-se respeitar as “grandes organizações já formadas de acordo com a realidade nacional e os interesses do meio”.<sup>166</sup>

Ainda na terceira parte do documento, os autores discutem outras experiências de organização sindical e utilizam-se, para melhor se posicionarem, de vários teóricos do corporativismo, tais como Guido Bortolotto e Manoiesco. Deste último, destacam que o fascismo era um fenômeno resultante da realidade italiana e que era uma “*mercadoria que não poderia ser exportada*”.<sup>167</sup> O teórico romeno aparece mais uma vez para justificar as teses do empresariado. Simonsen, ao referir-se aos “mestres da verdadeira doutrina corporativa”,<sup>168</sup> afirmava que eles pugnavam pela “elasticidade” da doutrina ao ser implantada em algum país.

Como, para Manoiesco, o que definia as corporações não era o fato de serem homogêneas e, sim, sua “função nacional”, então elas seriam “*essencialmente heterogêneas*”. Assim, os representantes das classes conservadoras apoiavam-se em palavras de um notório doutrinador do corporativismo para justificar o caráter heterogêneo das federações e associações existentes, mesmo porque buscavam vincular a existência destas entidades ao interesse nacional, o que pode muito bem ser entendido como a “função nacional” de

---

<sup>164</sup> Constituição, 1940:18.

<sup>165</sup> Ibidem: 28.

<sup>166</sup> Ibidem: 54.

<sup>167</sup> Manoiescu, *apud* Constituição, 1940:23.

<sup>168</sup> Simonsen, 1943b: 108.

ManoileSCO. Portanto, se posicionam em defesa de sua tese.

Não por ‘interesses individuais’, mas pelo interesse coletivo, pelo de colaboração com os poderes públicos é que defendem a sua tese, porque consulta os verdadeiros interesses nacionais (CONSTITUIÇÃO, 1940:31).

O modelo de Mussolini, de “tudo pelo Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado”, é criticado. Na verdade, os empresários buscam maior autonomia de suas entidades de classe, inclusive para uma maior eficiência delas. Quando comentam o processo de eleição sindical, assim se posicionam:

A intervenção ostensiva das autoridades do Ministério, para a solução de qualquer dúvida ou impugnação sobre o nome ou nomes de uma chapa registrada, além de não ser benéfica à vida do sindicato, pela tutela que essa medida representa, traz, de ordem prática, a desvantagem de permitir a influência oficial nas eleições sindicais (CONSTITUIÇÃO, 1940:43).

Neste sentido, o controle dos sindicatos deveria estar circunscrito aos sindicatos dos empregados. A princípio, a constatação deste fato é possível mediante as próprias palavras dos empresários quando se debruçam sobre o problema do “estatuto padrão de sindicato”: “Do ponto de vista patronal, tem-se a impressão de que o estatuto foi elaborado com o espírito de um severo controle sobre as massas de trabalhadores”.<sup>169</sup> Em seguida, concordam com este procedimento, uma vez que as “autoridades do Ministério desejam impor severa fiscalização, para evitar as infiltrações de elementos contrários ao regime ou prejudiciais à segurança pública”.<sup>170</sup>

Mas não é só neste ponto que os representantes das classes patronais procuram se diferenciar dos empregados. A própria definição de sindicato permite-lhes buscar um enquadramento legal diferente diante do decreto de sindicalização. Assim, procuram um significado geral dos sindicatos no Brasil para depois apontarem as características que diferenciam os dois tipos de organização sindical:

O sindicalismo brasileiro tem, naturalmente, a sua função política, e desta ocorre o direito de representação das categorias. Mas a função precípua do nosso sindicato, como órgão do Estado brasileiro e delegado de funções do poder público, é, nitidamente, *econômico-profissional*.

O sindicato brasileiro não é elemento político do Estado; é órgão econômico (...) nossa organização sindical é econômico-profissional (CONSTITUIÇÃO, 1940:24).

---

<sup>169</sup> Constituição, 1940:37.

<sup>170</sup> Constituição, 1940:43.

Ao definir os sindicatos como órgãos econômico-profissionais, e não como políticos, os autores do trabalho em análise procuram esconder o próprio ato político e ideológico de sua definição. É a estratégia adotada para, ao negar o caráter político do sindicato, fortalecer suas próprias entidades como agentes políticos de representação de classe. Visam um enquadramento diferente das associações patronais: “o sindicato de empregadores tem atividade precipuamente econômica (...) o sindicato de empregados se reveste de função profissional”.<sup>171</sup> Portanto, as entidades patronais elaboradoras do documento, através desta definição, furtam-se ao máximo à legislação sindical, resguardando o poder de ação e pressão de suas associações civis e federações.

O sindicato de empregadores não sendo de indivíduos, mas sim de firmas ou empresas, isto é, de representação econômica, deve ser considerado, para certos efeitos, de modo diverso daquele que se estabelece para as organizações de empregados que se constituem de indivíduos, ou profissionais (CONSTITUIÇÃO, 1940:49).

De fato, os organizadores deste trabalho acreditavam que as comissões que elaboraram o Decreto-Lei nº 1402/39 queriam liquidar as federações existentes. Assim, ao tratarem das “Instruções para a adaptação dos sindicatos reconhecidos”, os questionadores expressam esta opinião:

Da simples leitura desses artigos se verifica que os sindicatos e associações existentes nem como associações profissionais são considerados. Ficaria, assim, perfeitamente *liquidada* a nossa organização sindical.  
(...) ao termo ‘*adaptação*’, deram as comissões o conceito de ‘*extinção*’ ou ‘*fechamento*’... (CONSTITUIÇÃO, 1940:47 – destaques no original).

Por fim, ficam duas observações. A primeira é a exigência legal de *um terço* das empresas legalmente constituídas para criação ou reconhecimento de um sindicato. Os federados propõem *um décimo*. Este fato demonstra a dificuldade de associação entre os empresários, o que sustenta e justifica algumas observações de Oliveira Vianna. Este irá entrar em uma grande polêmica, através dos jornais, com os autores do trabalho em análise.

A segunda observação, e que é tema de controvérsia para Oliveira Vianna, é a proibição da reeleição para a direção dos sindicatos. Os patrões acreditavam que este dispositivo só caberia aos empregados, que existiam em maior número, permitindo, assim, a constante mudança. Quanto aos empresários, propunham a renovação de um terço da direção do conselho fiscal.

---

<sup>171</sup> Constituição, 1940:37.

A disputa dos técnicos do Ministério e seu consultor Oliveira Vianna, de um lado, e, a FIESP, capitaneada por Simonsen e Lodi, de outro, acabou com a vitória das classes produtoras e o abandono do decreto. Em 1941, a FIESP seria reconhecida pelo governo federal “como órgão de colaboração, tal qual as classes conservadoras reivindicavam”.<sup>172</sup> Realiza-se, assim, a proposta de Simonsen, que pretendia evitar a criação de “uma organização estrutural inteiramente em desacordo com as realidades do país, com as necessidades de nossa produção e com os propósitos e verdadeiros intuitos de um sadio corporativismo”.<sup>173</sup>

## 4.2 - INDÚSTRIA E NAÇÃO

O discurso inaugural do CIESP foi publicado com o título sugestivo de “A orientação industrial brasileira”. Ele conta com uma breve exposição do conde Matarazzo, que, logo de saída, entrega a tarefa de discorrer sobre os caminhos da indústria a Simonsen. Este discurso é importante, pois explicita os elementos formadores de um projeto de industrialização, na perspectiva de uma hegemonia da burguesia industrial, a partir da entidade que unificava suas pretensões. O discurso de Simonsen, como uma “orientação” aos industriais, implica o começo, nesta fração de classe, da constituição de um projeto político e econômico mais abrangente. Apesar de ter havido uma cisão nas classes dirigentes paulistas, no ano 1928, tanto Simonsen como Matarazzo procuraram afirmar a necessidade de harmonia entre os industriais e as outras classes produtoras. O que estava em jogo não era submeter à indústria outras atividades econômicas e, sim, a direção política do processo econômico.

Simonsen substanciava o projeto dos industriais. Como o ideólogo mais consistente da industrialização brasileira, ele era visto como a pessoa indicada para discorrer sobre este projeto. Vejamos então o discurso que, voltado ao desejo dos industriais, é o documento inaugural de um projeto em defesa da indústria.

Simonsen inicia seu discurso traçando uma rápida retrospectiva da evolução industrial brasileira, para, em seguida, atacar as posições contrárias a esta atividade econômica. Sua estratégia em todo o texto é a de apresentar o “papel da indústria” envolto em componentes civilizadores, vinculando seus interesses aos interesses nacionais. Citemos trecho de seu discurso que, apesar de longo, representa muito significativamente a idealização que Simonsen fazia da indústria:

---

<sup>172</sup> Leme, 1978:25.

<sup>173</sup> Simonsen, 1943b: 108.

Em toda parte as indústrias são consideradas padrão do adiantamento de um povo. Os núcleos devotados à pesquisa industrial são verdadeiros centros de elaboração mental, centros de permutas de idéias, centro de irradiação de inteligência e progresso. As indústrias são grandes cooperadoras da formação das elites. Basta mencionar que as invenções (...) constituem o princípio vital das grandes indústrias. São incontestáveis os benefícios carreados ao alargamento da inteligência do homem, sua capacidade produtora, ao aumento da sua cultura, pelas descobertas no campo físico-químico e pelas máquinas, frutos primordiais das invenções. Foram as máquinas que reduziram o preço de custo das utilidades, pondo ao alcance dos bolsos mais modestos o que d'antes era privilégio dos ricos. A competição industrial exalta a inteligência do homem, estimulando-o a novas pesquisas, a novos estudos, a novas descobertas na ânsia incessante de desbravar os campos infinitos da ciência. A máquina, aumentando sua produtividade, afasta-o do trabalho manual embrutecedor, aguça-lhe a inteligência, permite a elevação do nível dos salários, a redução das horas de trabalho, favorece as possibilidades da instrução proletária, melhora enfim a sorte da humanidade (SIMONSEN, 1928a: 8 e 9).

Este extrato do discurso é muito apropriado para termos uma idéia da representação, formada por Simonsen, para a defesa da indústria frente a seus opositores. A indústria é o centro que irradia as idéias, a inteligência e o progresso. É meio de civilização, pois permite o desenvolvimento das pesquisas tecnológicas e científicas responsáveis pelo aumento de produtividade, pela elevação do trabalho, pela possibilidade de instrução. A indústria também forma sua elite, expressa, então, no colóquio que se reunia para a fundação do CIESP, como também em outras ocasiões, a exemplo, a da fundação da ELSP.

Simonsen procura inventariar os mais amplos benefícios promovidos pela indústria para melhor posicionar-se no embate com seus opositores. Para ele, é a indústria que possibilita à máquina promover melhorias nas condições da humanidade. Ao descrever os benefícios da máquina, entretanto, Simonsen falseia outras implicações de sua implantação e, ao mesmo tempo, reforça os argumentos contra os que acreditam que a artificialidade da indústria brasileira leva ao empobrecimento o povo. Assim, as máquinas aguçam a inteligência e reduzem as horas de trabalho. Nenhuma menção ao fato de o trabalhador submeter-se aos ritmos determinados por ela. Não menciona o desemprego e repete um dos argumentos que justificam a utilização da organização científica do trabalho: a elevação do nível salarial, uma vez que tanto a organização do trabalho como as máquinas possibilitam o aumento da produtividade.

A indústria, por outro lado, tornou possível o desenvolvimento da agricultura, uma vez que esta herdou daquela “a utilização das máquinas, dos processos de organização de trabalho e das pesquisas científicas”.<sup>174</sup>

---

<sup>174</sup> Simonsen, 1928a: 11.

Para tornar mais eficiente a defesa do seu projeto, Simonsen busca vincular os interesses da nação aos da indústria. Assegura que os que combatem “a implantação das indústrias no país, fazem consciente ou inconscientemente obra a favor das nações estrangeiras”.<sup>175</sup>

A independência política de uma nação só é efetiva em todos os seus aspectos, se ela se baseia numa situação econômica forte, numa independência econômica relativa, sem a qual não existe de fato a independência política. Nas nações econômica e financeiramente fracas, o produtor nacional entrega os seus produtos, na permuta internacional, por valor inferior ao verdadeiro, em benefício de nações melhor organizadas (SIMONSEN, 1928a: 19 e 20).

Simonsen tinha clara consciência da herança do passado colonial e da posição subalterna do Brasil no cenário internacional. Como outros autores de sua época, expunha os obstáculos que este passado infligia ao desenvolvimento econômico. Pensava ser possível, através da industrialização, superar o atraso e sabia que só as nações melhor aparelhadas venceriam as contendas internacionais.

Mas, para atingir um grau de independência econômica, a indústria e a agricultura deveriam se conjugar “em estreita harmonia e íntima interdependência”.<sup>176</sup> O que se pode perceber é que, apesar das cisões nas classes dirigentes de São Paulo, Simonsen compreendia a importância da agricultura, e, neste caso, em especial o café, como pólo dinâmico de acúmulo de capital. Não é lugar, aqui, para traçar o caminho da acumulação capitalista no Brasil. Gostaríamos de ressaltar apenas que a oposição entre agricultura e indústria deve ser matizada, não apenas devido às palavras de Simonsen, mas também por uma razão estrutural. Como bem lembrou Gorender, “os industriais se vincularam mais estreitamente com as oligarquias estaduais do que com os industriais de outras regiões”.<sup>177</sup> Isto nos parece correto, pelo menos para o período abrangido por nossa análise. O que estava em jogo naquele momento, e que não será resolvido, ao nosso ver, até o final da década de 1940, era a construção de uma organização que garantisse a hegemonia exercida pela indústria. Para isto, Simonsen esforça-se em demonstrar que o principal fator de desenvolvimento era a industrialização do país.

Para nosso orador, a indústria construía a nação na medida em que melhorava a formação da raça e vencia os obstáculos geográficos. As “populações disseminadas e pouco

---

<sup>175</sup> Ibidem: 10.

<sup>176</sup> Ibidem: 9.

<sup>177</sup> Gorender, 1998:46.

condensadas” estariam aliadas às “dificuldades de transporte” e eram consideradas obstáculos ao desenvolvimento.

Mas a representação que Simonsen fazia da indústria não ficaria completa sem especificarmos as funções públicas que ele lhe atribuía:

Segundo a moderna orientação, as indústrias vão sendo exercidas nos meios adiantados com a preocupação máxima de “servir”, de serem úteis aos meios em que se acham estabelecidas, sendo o ganho, antes que um fim, uma função decorrente (SIMONSEN, 1928a: 19).

O desdobramento desta caracterização dos negócios, como função pública ou social, reforça a idéia de que os interesses dos industriais não eram algo de individual, mas, antes, um objetivo de nação. Assim, em diversas passagens de sua obra, Simonsen, tal qual no discurso inaugural do CIESP, busca vincular indústria e nação. Três anos após suas palavras, as pronunciadas na solenidade de fundação do CIESP, Simonsen encerra uma conferência realizada no Mackenzie College com a seguinte afirmação:

Direi, também, que as indústrias do país estão a postos, prontas para colaborar no seu ressurgimento financeiro e econômico, pois que o seu programa se confunde com as necessidades nacionais (SIMONSEN, 1931b: 53).

Em 1935, em discurso na Câmara Federal, Simonsen relembra o momento da fundação do CIESP e reafirma os vínculos entre indústria e nação. Assevera que sua “diretriz se conserva a mesma e única” e que está plenamente “consciente de que os interesses da expansão brasileira se ajustam de modo absoluto aos altos interesses da nação”.<sup>178</sup> Em outra ocasião, no ano de 1938, ao homenagear Euvaldo Lodi, presidente da CNI, reafirma ser os “anseios da indústria” coincidentes “com os da própria nacionalidade”.<sup>179</sup>

#### 4.3 - AS DIFICULDADES DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Em 1973, a Cia Editora Nacional publica, no volume 349, da Coleção Brasiliana, “Evolução industrial do Brasil e outros estudos”, de Roberto Simonsen. Na apresentação da obra, o diretor da coleção, Américo Jacobina Lacombe, afirma ser ela um complemento “lógico e indispensável” do trabalho mais conhecido de Simonsen, “História Econômica do Brasil”. Não obstante, a “Evolução...” é composta por diversos trabalhos, escritos em datas

---

<sup>178</sup> Simonsen, 1935:5.

<sup>179</sup> Simonsen, 1943b:46.



diferentes, que foram selecionados e reunidos pelo professor Edgar Carone para serem publicados. Dos textos da obra, para o presente item, os que mais nos interessam são “Evolução industrial no Brasil” e “Possibilidades da expansão industrial brasileira”.

O primeiro deles foi escrito em 1939, é um memorando apresentado a uma missão universitária norte-americana em visita ao Brasil. Nele, Simonsen descreve as dificuldades históricas do processo de industrialização do país, as condições desfavoráveis do século XIX e o cenário mais favorável do século subsequente. Assim, Simonsen ressalta que, durante o século XIX, a inexistência de combustível apropriado e a falta de depósitos minerais próximos da costa, aliadas à pouca concentração populacional e à “deficiência de capitais”, não permitiram ao Brasil qualquer surto industrial. Com a decretação do trabalho livre, houve uma melhora nas condições, uma vez que possibilitou “a formação de um mercado interno de alguma importância para os produtos industriais”.<sup>180</sup> Não obstante esta melhora, Simonsen insistia em apontar outros entraves no processo de industrialização, ainda presentes na época em que escreveu o memorando: “deficiência de capitais, a ausência de indústrias básicas e a falta de combustíveis têm embaraçado sobremodo a nossa evolução industrial”.<sup>181</sup> São ainda enfatizados outros problemas como a natureza da indústria no Brasil, predominando “as indústrias de produtos de alimentação e de vestuário, isto é, as de artigos para o consumo imediato”.<sup>182</sup> As dificuldades com os transportes, criando “verdadeiras barreiras protecionistas internas”, a falta de uma indústria de base e a de siderúrgicas também são apontadas como obstáculos à industrialização.

O segundo texto foi escrito em 1937, trata-se de um parecer ao Conselho Federal do Comércio Exterior. Nele, Simonsen torna a identificar a indústria nacional com os “altos interesses da nacionalidade”. Afirma que, só com um mercado interno forte, a indústria poderá propiciar a “unidade e grandeza cada vez maiores de nossa pátria”.<sup>183</sup> (IDEM: 71). Propõe então “triplicar o nosso consumo”:

... se quisermos perder algumas das características da atrasada economia em que nos debatemos, praticamente ainda em fase colonial, devemos nos orientar por um programa de fortalecimento intensivo de nossos mercados internos, e, portanto, do intercâmbio dentro de nossas fronteiras (SIMONSEN, 1973:80).

---

<sup>180</sup> Simonsen, 1973:12.

<sup>181</sup> Ibidem: 21.

<sup>182</sup> Ibidem: 22.

<sup>183</sup> Ibidem: 71.

Em continuidade desta idéia, defende ainda a elaboração de “uma ampla e leal política agropecuário-industrial”.<sup>184</sup> Desde o início dos anos de 1930, Simonsen vinha defendendo o imperativo de uma política industrial que contemplasse não somente a própria indústria, mas também a agricultura. Assim, em abril de 1931, discorre sobre a necessidade de uma “política industrial no Brasil” nos seguintes termos:

É numa política industrial fundada em bases racionais adequadas às condições de nosso meio que teremos que ir buscar, principalmente, a produção dos valores em bens sociais de que necessitamos para o rápido aumento de nosso poder aquisitivo e, por que não dizê-lo, com os benéficos reflexos de adiantamento de processos de trabalho que a industrialização sempre conduz. Essa política industrial acarretará, por sua vez, uma maior evolução agrícola. A agricultura receberá os influxos dos processos científicos adotados na indústria (SIMONSEN, 1931b: 41 – grifos nossos).

Em primeiro lugar, o que se pode observar é que Simonsen retoma a idéia da indústria como fator de adiantamento científico e tecnológico, como foi exposto no tópico anterior deste capítulo. Portanto, a industrialização resulta em “processos de trabalho” mais sofisticados e os influxos destes processos são benéficos não apenas à indústria, mas também à agricultura. O que Simonsen pensava era em “uma política econômica mista agrícola e industrial”<sup>185</sup> capaz de “gerar forças produtivas” que se incorporassem à infra-estrutura do país.

A segunda questão relevante é notar que Simonsen entendia a produção como uma atividade criadora de “bens sociais” necessária à elevação do “poder aquisitivo” dos brasileiros. Este fato se ligava ao imperativo da constituição de um mercado nacional como base para a industrialização. Não é por acaso que Simonsen insistia, em 1919, que um dos objetivos de sua primeira empresa era o de criar um mercado “digno de sua importância”.<sup>186</sup> Para o empresário e engenheiro paulista, um dos problemas centrais da industrialização brasileira era que nossa produção era “mínima” e nosso poder aquisitivo “diminuto”. Era então necessário primeiro “produzir para depois repartir”.<sup>187</sup>

Sintetizando as dificuldades para o desenvolvimento industrial, Simonsen salientava que a instabilidade das indústrias decorria do fato de o país não possuir uma moeda, ser deficitário no crédito, ser dono de um “mercado interno subdividido” e “sujeito a violentas flutuações”.<sup>188</sup> Uma das alternativas que Simonsen reconhecia como importante para enfrentar

---

<sup>184</sup> Ibidem: 74.

<sup>185</sup> Simonsen, 1931b: 41.

<sup>186</sup> Simonsen, 1932:39.

<sup>187</sup> Ibidem: 10.

<sup>188</sup> Simonsen, 1931b: 49.

estes problemas era a constituição de um serviço de estatística que fosse “capaz de fornecer índices seguros para a orientação das classes produtoras”.<sup>189</sup>

Outro problema constantemente apontado por Simonsen era a falta de técnicos. Deste modo, em um pronunciamento, feito em banquete oferecido, em São Paulo, a Getúlio Vargas, ele chamava a atenção do mais alto signatário da nação para a necessidade de “uma larga política agro-industrial” e para a “carência de capitais e a deficiência de técnicos”.<sup>190</sup> Simonsen não estava só em suas palavras: ele falava em nome da maior federação industrial do país e de todas as “classes produtoras” de São Paulo.

Em resumo, podemos sintetizar as preocupações de Simonsen através de suas próprias palavras, pronunciadas em 1941, no IDORT. Nesta ocasião, ele lembra a sua platéia que, para a elevação do país, seria necessário o “preparo individual”, o “desenvolvimento intenso da técnica”, a “importação e criação de capitais”, além do “aumento no rendimento efetivo e na capacidade de ganho de cada trabalhador brasileiro”.<sup>191</sup>

---

<sup>189</sup> Ibidem: Idem.

<sup>190</sup> Simonsen, 1943b: 116.

<sup>191</sup> Ibidem: 216.

## **CAPÍTULO V**

### **PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E HEGEMONIA POLÍTICA.**

#### **1. RACIONALIZAÇÃO COMO DOCTRINA SOCIAL**

A inclusão do tema da racionalização justifica-se por razões estruturais deste trabalho. Após tratarmos da relação entre nação e indústria, procuramos, no último item do capítulo anterior, apontar alguns obstáculos à industrialização, identificados por Simonsen, prevendo uma apreciação, neste capítulo, de suas propostas para superá-los. Ora, entre as sugestões apresentadas por Simonsen para a superação do atraso do país, há uma que as sintetiza e dá-lhes unidade: a planificação da economia. Entendemos a planificação como um desdobramento “natural” das racionalizações de várias atividades, sugeridas por Simonsen em anos anteriores. Destarte, a planificação seria a racionalização elevada ao patamar das políticas de Estado, visando planejar racionalmente as medidas necessárias à implantação destas mesmas políticas. O resultado das propostas de planejamento, no jogo de disputa de poder, no final do Estado Novo, é assunto central deste capítulo.

Há também uma razão de ordem histórica para a inclusão deste tema. É que, para nós, a racionalização serve como pano de fundo para explicar uma série de proposições de Simonsen e, desta forma, está presente em outros capítulos deste trabalho: no que trata da organização científica do trabalho, também no da neutralidade técnica, no procedimento objetivista tecnocrático e, ainda, na abordagem do problema dos salários. A racionalização é um tema central na obra de Simonsen, presente desde o início dela. É uma preocupação que começa a esboçar-se ainda 1911, quando Simonsen, em relatório à prefeitura de Santos, sugere formas “racionais” de pagamento do trabalho e de escolha das plantas apropriadas à arborização da cidade. Retorna com força no instante em que Simonsen passa a defender a organização científica do trabalho em suas empresas. Aparece quando da construção dos quartéis pela Cia. Construtora de Santos e está presente nas propostas de racionalização da política fiscal e protecionista. Assim, este capítulo nos parece ser o instante adequado para tratar do assunto.

## 1.1. RACIONALIZAÇÃO TOTAL

Nos últimos 25 anos, tem-se produzido, na historiografia brasileira, uma quantidade significativa de trabalhos que se debruçaram sobre os procedimentos de racionalização da produção fabril e de amplos setores da sociedade brasileira. Estes trabalhos se concentram, de modo geral, nos anos das décadas de 1910 a 1930, época em que os historiadores identificam um generalizado processo de racionalização no âmbito de diversas instituições, como também de vários segmentos da sociedade brasileira, envolvendo variado número de profissionais.<sup>1</sup>

Simonsen cabe perfeitamente neste quadro reconstruído pela recente historiografia, uma vez que propõe a racionalização dos ambientes fabris, dos quartéis, das habitações. Combatendo o modo empírico de solucionar os problemas técnicos, desqualificando o saber-fazer dos mestres-de-obras, construindo fossas salubres nos quartéis através dos métodos da engenharia sanitária ou, ainda, combatendo o desperdício em palestras no IDORT, em todos estes momentos há perspectiva racionalizadora. Suas proposições avançam a outras esferas, como a política fiscal e protecionista do Estado. Portanto, podemos perceber em seus atos os reflexos de um fenômeno apontado por Antonacci (1993), o de que a racionalização urbano-fabril pressionaria a esfera estatal a atualizar-se, buscando, deste modo, racionalizar seus procedimentos. Não obstante, deve-se observar que este processo não foi algo linear, pois as “inovações associadas à administração científica e organização racional foram implementadas de forma bastante irregular”.<sup>2</sup> Conclui-se então que o discurso de defesa do taylorismo, no início de sua carreira, se achava nas raízes do Estado centralizado e da economia planificada, o que Simonsen iria defender posteriormente.

Para melhor compreender o que Simonsen entendia e esperava da racionalização, convém defini-la. Entendemos racionalização no sentido que Habermas definiu, ou seja, um processo de “ação instrumental” que coloniza toda a vida social. Habermas inicia seu trabalho “Técnica e Ciência enquanto ideologia”, definindo racionalização como, “antes de mais nada, ampliação dos setores sociais submetidos a padrões de decisão racional”.<sup>3</sup> A institucionalização do trabalho social, baseada em “padrões de ação instrumental”, colonizaria toda a vida social, promovendo a “urbanização dos modos de viver”, a “tecnicização dos transportes e de comunicação”, propagando, assim, o que ele denomina de “agir racional-

---

<sup>1</sup> Entre os mais importantes podemos citar: Antonacci (1993); Decca (1986); Decca, M. A. G. (1987); Hardman (1988); Rago (1988); Silva, Z. L. (1990).

<sup>2</sup> Weinstein, 2000:20.

<sup>3</sup> Habermas, 1983:313.

com – respeito – a – fins” (sic). Este processo acaba por desarticular as antigas formas de legitimação, criando um novo quadro institucional:

Secularização e ‘desenfeitiçamento’ das imagens do mundo que orientam o agir, e de toda a tradição cultural, são contrapartidas de uma ‘racionalidade’ crescente do agir social (HABERMAS, 1983:313).

Este “agir racional” não admite procedimentos que lhe sejam adversos qualificando como irracional tudo que foge a seus limites. Assim, entendemos pelo termo “racionalização” uma “grande variedade de estratégias para a reorganização do trabalho, e mesmo da vida cotidiana”.<sup>4</sup> Estas “estratégias” são formuladas por meio de princípios considerados científicos por seus defensores e têm como elemento comum “a recusa aos métodos empíricos baseados na prática e na tradição” e a defesa “de métodos científicos desenvolvidos por especialistas”.<sup>5</sup>

São nestes parâmetros que Simonsen erige a racionalização como “doutrina social”. Inspirado na Alemanha dos anos de 1930, Simonsen acreditava que, através da racionalização total de todas as esferas da atividade produtiva e do Estado, emergiria uma nova ideologia capaz de colocar-se acima do liberalismo e do marxismo. Quanto às críticas que atribuíam ao excesso de racionalização as razões da crise dos anos de 1930, Simonsen afirmava que o que existia era, exatamente, a falta de racionalização.

A racionalização total da sociedade é, a nosso ver, o cerne do projeto ideológico de modernização de Simonsen. Ela deveria expandir-se do âmbito da produção para todos os setores da sociedade, abrangendo o Estado. Racionais deveriam ser os métodos da produção, a política protecionista, o câmbio, as finanças etc. O modo de governar deveria também estar assentado nos parâmetros da racionalidade científica. Dá-se então aquilo que Habermas identificou como a “institucionalização do progresso científico e técnico”.

A racionalização baseia-se em uma cultura técnico-científica que eleva a razão à condição de mito. Um mito que falseia e justifica as relações de poder, porque se reduz a símbolo de luta pelo progresso. Sacralização e vulgarização da razão que, reprimida em suas dimensões libertária e histórica, se tornou objeto de culto e consumo.<sup>6</sup>

Nesta “cultura da razão”, os técnicos possuem um papel importante. Esquadrinhando a realidade, buscando, com um olhar instrumental, produzir uma ampla gama de saberes sobre as diversas camadas sociais, a racionalização inicia-se com uma estratégia pontual, pensada

---

<sup>4</sup> Weinstein, 2000:22.

<sup>5</sup> Ibidem: 23.

<sup>6</sup> Antonacci, 1993.

de forma descentralizada por diversos “atores sociais” que acabam se articulando em um projeto unificado de agir racional. Partindo do culto à Ciência e à tecnologia, a racionalização passa a constituir-se em “doutrina social” no pensamento de Simonsen.

Pensam muitos sociólogos que desse esforço formidável que a Alemanha está desenvolvendo para racionalizar a produção em todos os seus aspectos, estudando o homem, a máquina, a sociedade sob critérios rigorosamente científicos, nascerá uma verdadeira doutrina social que absorverá, naturalmente, as escolas atualmente divergentes (SIMONSEN, 1931b: 36 – grifo nosso).

O exemplo que Simonsen toma é o da Alemanha, quando ela passava por forte concentração industrial. As conseqüências sociais desta racionalização são enormes. Ela age contra as idéias do marxismo e obriga os sindicatos a mudar de orientação. À medida que os salários crescem, formar-se-ia cada vez mais uma classe média que, aplicando suas economias no sistema financeiro, passaria a interessar-se diretamente no sucesso da produção. São as compensações, identificadas por Habermas, que permitem ao “sistema” crescer de forma permanente, acreditando-se ser desnecessário e disparatado tudo que foge a sua racionalidade.

Simonsen defende que a racionalização deve começar pela empresa, a partir de sua organização financeira, para estender-se a toda a sociedade, atingindo, finalmente, até a ação do Estado. Através do Estado, passaria a exercer uma série de pressões indiretas sobre as empresas retardatárias. Neste sentido, propõe a adoção de uma política de produção em bases racionais, tanto para a indústria quanto para a agricultura. Critica as tarifas alfandegárias do Brasil, pois recaíam indiscriminadamente sobre os mais diversos produtos, inclusive sobre matérias-primas, e propõe o estabelecimento de um protecionismo em bases científicas. Inspirando-se nas idéias do ministro do Comércio e Indústria da Romênia, Manoiesco, achava ser possível mostrar os “fundamentos científicos do protecionismo”. Nisto se origina, entre outras razões de ordem histórica e ideológica, seu antiliberalismo e a defesa moderada da presença do Estado nos assuntos econômicos.

Simonsen, como homem de seu tempo, estava em sincronia com as idéias que então predominavam. Nas décadas de 1930 e 1940, assistiremos a criação de um Estado de fortes feições corporativas no Brasil. Isto irá promover uma série de políticas centralizadoras, permitindo, aos defensores da racionalidade científica, espaço na estrutura do Estado.

Apesar da grande ênfase que recebe como “doutrina social”, a racionalização não aparece posteriormente, de forma tão explicitada, no pensamento de Simonsen, como no início dos anos de 1930. Isto não significa, porém, o abandono da perspectiva racionalizadora, uma vez que irá persistir na defesa de elaboração de uma política racional para a indústria e a

agricultura. Resumindo, acreditamos que há um fio condutor que liga suas primeiras propostas de racionalização da produção à defesa de uma economia planejada. Aliás, neste caminho é que Simonsen irá formular a racionalização como “doutrina social”.

## 2. OS EMBATES EM TORNO DA PLANIFICAÇÃO

No período que corresponde à década de 1930 e à primeira metade dos anos de 1940, o pensamento econômico dos empresários brasileiros irá constituir-se através de um projeto que contempla “um programa de desenvolvimento industrial” e da “economia global do país”.<sup>7</sup> De início, na década de 1910, “imediatista e fragmentado”, chega à década de 1940 como um “todo coerente”.<sup>8</sup> Construído passo a passo, “assume preferencialmente um caráter pragmático”,<sup>9</sup> objetivando a hegemonia do setor sobre os mecanismos de decisão econômica. O passo decisivo para o desenvolvimento deste projeto foi dado por Simonsen, em 1928, quando na inauguração do CIESP.

Durante o transcorrer da década de 1930, os industriais brasileiros irão elaborar um programa de defesa da indústria nacional, cuja expressão mais acabada será as propostas de planificação da economia brasileira. Por meio da participação em diversos organismos estatais – Conselho Federal de Comércio Exterior, Conselho Técnico de Economia e Finanças, Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial etc –, Simonsen e seus pares irão desenvolver um “conceito de planejamento” então “considerado decisivo para o desenvolvimento do país” (IDEM: 177).<sup>10</sup>

A discussão em torno da planificação da economia brasileira, iniciada a partir de 1943, é um instante privilegiado para compreendermos o papel da burguesia industrial no processo histórico brasileiro. Já abordamos esta questão, de forma muito geral, no quarto item, do quarto capítulo. Gostaríamos de retomar este assunto sob a luz das divergências entre os diversos setores sociais que se posicionaram contrários ou favoráveis à proposta de planejamento econômico defendida, sob a liderança de Simonsen, pelos empresários industriais. Em nosso entender, a reconstrução destas divergências nos dá a possibilidade de compreender mais claramente o papel ativo que a burguesia industrial desempenhou na disputa política pelo controle dos mecanismos decisórios da economia brasileira.

---

<sup>7</sup> Leme, 1978:159.

<sup>8</sup> Ibidem: 160.

<sup>9</sup> Ibidem: idem.

<sup>10</sup> Ibidem: 177.



No capítulo anterior, identificamos a posição de Caio Prado Jr., segundo a qual a burguesia brasileira nunca forjou um projeto autônomo para a sociedade nacional. Para Prado Jr., o complexo burguês era frágil, o que o levava a defender, no final dos anos de 1960, a extensão do assalariamento ao campo, uma vez que o predominante era relações de origens coloniais. Simonsen também aponta os obstáculos da herança colonial, mas o faz nos anos de 1930, quando a industrialização brasileira estava em formação. Já nos anos de 1940, ele afirmava estar o parque industrial brasileiro “obsoleto e desgastado” e apontava, entre os problemas, a “infra-estrutura, principalmente os setores de transporte e energia... defasada ante às necessidades do país”.<sup>11</sup> Assim, os setores empresariais reconheciam seus limites e fraquezas, o que não significava fragilidade ou ausência de projeto no embate político pelo controle hegemônico da economia.

Isto não significou que o Estado não tenha participado ativamente e com certa independência do processo de industrialização. Qualquer obra sobre a economia brasileira nos mostra a importância do Estado neste processo. No entanto, mesmo acreditando que o Estado possa usufruir, em dados momentos, de uma autonomia relativa, a nosso ver, isto não significa prescindir das classes sociais. Assim, a possível autonomia do Estado ante aos interesses políticos e sociais não deve ser tomado como um dado *a priori*, ou seja, o Estado autônomo ou como instrumento de uma classe. A tensão entre uma relativa autonomia e os interesses de classes é resultado de “relações concretas estabelecidas entre o Estado e a sociedade, construídas em cada momento histórico, através da luta política”.<sup>12</sup> Na análise das controvérsias sobre a planificação, fica claro que o Estado foi o local privilegiado de embates entre classes e frações de classe, objetivando-se o controle dos mecanismos que possibilitavam determinar os rumos da economia.

As propostas de planificação, apresentadas no I Congresso Brasileiro de Economia (1943), e os relatórios que Simonsen elaborou para o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) são as expressões de uma “forma acabada” de “projeto de industrialização que vinha maturando desde os anos de 1930”<sup>13</sup> no seio da burguesia industrial. Já tivemos a oportunidade de explicitar as origens deste projeto no ano de 1928 e a tentativa de vinculá-lo ao interesse nacional. O discurso do interesse nacional repete-se como justificativa ideológica para a industrialização no decorrer das divergências em análise.

O contexto histórico em que surgem as discussões sobre planejamento é formado por

---

<sup>11</sup> Corsi, 1995:7.

<sup>12</sup> Loureiro, 1997:11.

<sup>13</sup> Corsi, 1995:8.

dois fatores bem específicos: a crise política interna, oriunda de uma “série de problemas econômicos”, e a “reorganização da economia mundial” que, no final da Segunda Grande Guerra, “obrigava as classes dominantes a se posicionarem sobre os rumos da economia”.<sup>14</sup> A discussão sobre os rumos da economia brasileira, neste período, consideravam os “destinos da economia mundial”. Assim, as controvérsias, aqui e fora do país, expressam-se em divergências sobre as seguintes questões: “dirigismo” e “liberalismo”; “benefícios da industrialização” e “vantagens de uma maior especialização no âmbito da divisão internacional do trabalho”; “protecionismo” e “livre cambismo”; “participação direta e indireta do Estado” e “clássico *laissez-faire*”.<sup>15</sup> O debate entre Simonsen e Gudin consistiu, basicamente, na oposição entre “planejamento e liberalismo”.<sup>16</sup>

O descontentamento do empresariado industrial levava-o a buscar uma maior participação na definição da política econômica. É sob a pressão desta mesma burguesia que é criado o CNPIC. Logo no início de sua formação, ficou explícita sua oposição a outros órgãos do governo federal, em particular ao Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) e à Comissão de Planejamento Econômico (CPE), esta criada “para barrar as pretensões dos setores da burguesia industrial e comercial”.<sup>17</sup> Com a criação do CNPIC (1944/46) e da CPE (1944/45) é que se constitui “a primeira tentativa abordadora de instituir formalmente um sistema central de planejamento”.<sup>18</sup> Segundo Doellinger, o CNPIC “incorporava uma visão nitidamente ‘simonseniana’”. O autor questiona quais seriam as razões da criação do CPE. Para Doellinger, é intrigante o motivo que levou o governo a enviar o parecer de Simonsen para o CPE. Pergunta então sobre as intenções de Vargas, se teria sido um ato de “soberba dose de maquiavelismo” ou o escopo de elaborar um “perfeito esquema de planificação da economia brasileira”.<sup>19</sup> De qualquer maneira, a Comissão de Planejamento seria extinta em 1945 e, com ela, “a idéia de planejamento global” da economia brasileira.

Entretanto, antes de seu ocaso, a comissão foi a responsável pelas críticas mais duras à planificação da economia. Foi através de um parecer de Eugênio Gudin que se iniciou o famoso debate entre ele e Simonsen. A resposta de Simonsen a Gudin foi através do livro

---

<sup>14</sup> Ibidem: 7.

<sup>15</sup> Doellinger, 1977:3.

<sup>16</sup> Para Cinthia Abrahão, a divergência entre Simonsen e Gudin não estaria desvinculada das discussões no âmbito internacional; e, assim, no Brasil também estariam presentes os reflexos da discussão teórica e prática da economia mundial: dirigismo versus liberalismo econômico; “protecionismo versus livre-cambismo” (Abrahão, 1999:28).

<sup>17</sup> Corsi, 1995:14.

<sup>18</sup> Doellinger, 1977:13.

<sup>19</sup> Ibidem: 14.

intitulado “O planejamento da economia brasileira”. A tréplica de Gudin apareceu em agosto de 1945, em carta aberta, quando reafirma as críticas do parecer.

Podemos afirmar que a proposta de Gudin – de caráter eminentemente liberal – defendia a não-intervenção do Estado na economia, uma política livre-cambista, o predomínio da agricultura, uma industrialização mais restrita e abertura sem limites ao capital estrangeiro. Resumindo, “uma ampla internacionalização da economia como caminho do desenvolvimento”.<sup>20</sup> Quanto a Simonsen, este propunha uma política de industrialização baseada no protecionismo, na intervenção do Estado e com o predomínio da iniciativa nacional. Em suma, “defendia uma via nacionalista de desenvolvimento”.<sup>21</sup> Abrahão acredita que as proposições de Simonsen para o CNPIC “constituíram a ponta de lança da corrente desenvolvimentista”.<sup>22</sup> Loureiro também vincula Simonsen à corrente desenvolvimentista, que rivalizou com a liberal no transcurso do período 1945-64.

O que nos interessa, ao considerarmos Simonsen e Gudin em um debate importante para o pensamento econômico brasileiro, é buscar a reconstrução do embate político em torno da planificação. Enquanto o CNPIC expressava os interesses e desejos da burguesia industrial e comercial, o CPE representava o comércio de importação e exportação, a agricultura de exportação e o capital estrangeiro, os interesses dos “defensores de outros rumos para a economia brasileira”.<sup>23</sup> Cabe, entretanto, nuançar esta questão para não correremos o risco de ser esquemáticos. De fato, historicamente, a burguesia industrial esteve sempre próxima de uma política protecionista, enquanto setores ligados à agricultura de exportação, da do livre-cambismo. Não obstante, nas duas propostas, apresentadas de forma geral acima, os termos agricultura e industrialização não se excluem. Simonsen, no seu discurso de fundação do CIESP, em 1928, já ressaltava o papel da agricultura como formadora de capital e mercados para a indústria. Gudin não se colocava *in limite* em oposição à industrialização. Para ele, era necessário, entretanto, que a atividade produtiva “fosse viável sem proteção”, que se demonstrasse sua “capacidade de competição no mercado internacional”, mas, neste caso, “poucas indústrias nacionais, na época, atendiam a esses requisitos”.<sup>24</sup>

Deste modo, podemos dizer que nos dois casos há uma perspectiva de complementaridade. Nas palavras de Gorender, uma “complementaridade *contraditória*”. O próprio Simonsen incluía entre seus negócios a comercialização do café, ligando-se, nesta

---

<sup>20</sup> Corsi, 1995:17.

<sup>21</sup> Ibidem: idem.

<sup>22</sup> Abrahão, 1999:20.

<sup>23</sup> Corsi, 1995:14.

<sup>24</sup> Doellinger, 1977:11.

atividade, ao capital inglês. Gudin, em sua trajetória como engenheiro, também se vinculou ao capital inglês. Muitos industriais eram proprietários de terra, como, ademais, apesar de mais raro, cafeicultores se envolviam em empreendimentos industriais. Neste sentido, parece correta a afirmação de Werneck Sodré e Gorender, a de que o desenvolvimento da burguesia industrial não significou um antagonismo com o latifúndio. Desta maneira, a diferenciação, apontada por Gorender, entre “*política econômica* dos latifundiários e a *propriedade latifundiária*” explica porque a burguesia industrial poderia chocar-se com a primeira sem questionar a segunda.

Retornando ao debate e oposição entre CNPIC e CPE, temos que este era constituído, em sua maioria, por representantes da corrente liberal. Getúlio, que, em princípio, apóia o discurso da industrialização, faz um movimento inverso ao criar o CPE como forma de “contrabalançar as propostas do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial”,<sup>25</sup> liderado então por Simonsen. O importante aqui é resgatar as contradições no âmbito do Estado, o que nos permite fazer uma crítica aos modelos que subtraem às classes sociais papéis relevantes no processo histórico, transferindo ao Estado a responsabilidade de promover a modernização e industrialização do país. Mesmo admitindo que, em certos momentos históricos, o Estado possa assumir uma relativa autonomia – ou, ao menos, aparentar esta autonomia – não nos parece correto suprimir o concurso os agentes sociais na elaboração das políticas estatais.

Deste modo, acreditamos que a estrutura do Estado representa um campo de conflito. Assim, o “Estado brasileiro foi adquirindo forma especificamente capitalista a partir da década de 1930”, o que possibilitou “suas próprias estruturas” se transformarem em “um campo de confronto dos interesses que permeavam a própria sociedade civil”.<sup>26</sup> O desenvolvimentismo, que “exerceu influência considerável nos rumos da vida brasileira”, e o “grupo liberal” representaram as “correntes de maior expressão do pensamento econômico brasileiro”.<sup>27</sup>

O caso Simonsen-Gudin, a nosso ver, é exemplar para analisar-se a questão por uma certa perspectiva, a de que a História se realiza pela contradição das forças sociais que, obviamente, estão presentes do Estado.

---

<sup>25</sup> Sandroni, 2000: 112.

<sup>26</sup> Abrahão, 1999:17.

<sup>27</sup> Ibidem: 18.

## 2.1. CIÊNCIA ECONÔMICA E IDEOLOGIA.

A pedido do Ministério do Trabalho, foi formulada uma “indicação” para que o CNPIC examinasse “as bases de uma política industrial e comercial para o país”.<sup>28</sup> Simonsen, então relator do conselho, solicitou junto ao Departamento de Estatística da Previdência, do Ministério, sua avaliação referente à renda nacional. A discussão sobre a validade destas estatísticas foi uns dos pontos capitais da divergência entre Simonsen e Gudin, em uma época de “quase total ausência de estatísticas macroeconômicas”.<sup>29</sup>

Todavia, Simonsen utiliza-se dos dados como forma indicativa da pobreza no país, como fator aproximativo. Seu erro é estratégico, como apontam Doellinger e Abrahão, pois, ao dar, ingenuamente, muita ênfase às estatísticas em seu parecer, “abriu o flanco às mais duras críticas de Gudin”.<sup>30</sup>

Apesar de, parcialmente, concordarmos com esta avaliação do erro de Simonsen, não nos parece correto que Gudin liquidou totalmente os argumentos de seu oponente nesta questão, como afirmam Doellinger e Abrahão. As discussões sobre a forma de utilização das estatísticas do Ministério, como as concepções dos dois autores sobre renda nacional, revelam-se por demais controvertidas, devendo levar-se em conta os argumentos dos dois antagonistas para melhor compreender a complexidade da questão e dos interesses que estavam em jogo. Doellinger acredita serem precário os conhecimentos teóricos de Simonsen em Economia, considerando seus argumentos mais justos do ponto de vista político-doutrinário. Assim resume sua opinião:

De fato, a julgar pela argumentação de Simonsen, seus conhecimentos de economia como ciência eram extremamente precários (...) Gudin (...) uma grande superioridade ‘técnica’. A posição de Simonsen tinha mais sentido político-doutrinário (...) resultando de uma longa e proveitosa experiência administrativa. Como apologista do (...) *scientific management* (...) deveria estar convicto de suas vantagens para economia nacional em sua totalidade (DOELLINGER, 1977:15).

Abrahão também compartilha da idéia da superioridade técnica de Gudin, afirmando que sua perícia retirava o debate do viés ideológico:

... Gudin comprovava a consistência científica da sua crítica em relação à proposição de Simonsen, tirando o debate do âmbito das posições meramente ideológicas. A

---

<sup>28</sup> Doellinger, 1977:14.

<sup>29</sup> Ibidem: 15.

<sup>30</sup> Ibidem: idem.

superioridade técnica de seu discurso mostrou-se notória em sua polêmica com Roberto Simonsen (ABRAHÃO, 1999:30).

Nossa posição é a de que esta “superioridade” de Gudin deve ser relativizada, mas não a partir do argumento defendido por Doellinger, segundo o qual, do ponto de vista da justeza doutrinal e política Simonsen estaria correto. Não nos parece também que esteja correta a posição de Abrahão que considerava que as posturas de Gudin retiravam o “víeis ideológico” do debate. O fato é que o discurso de Gudin, em sua contenda com Simonsen, está eivado de preconceitos ideológicos, o que faz sua crítica possuir um forte viés doutrinário. Por outro lado, se Gudin apresenta uma concepção de renda nacional mais próxima do conceito da Ciência Econômica, o erro de Simonsen não está em sua concepção de renda, que ele revê, por sinal, em sua réplica. O erro de Simonsen é tático, o de acreditar que os cálculos do Ministério do Trabalho, mesmo que aproximativos, correspondiam à realidade. Isto deu margem a Gudin ironizar e criticar a base de cálculo adotada por Simonsen em suas análises, muito embora os dados sobre rendas utilizados tenham sido apenas indicativos e não uma camisa-de-ferro.

Por outro lado, se podemos admitir, até certo ponto, que Simonsen possuía “conhecimentos de economia como Ciência (...) extremamente precários”,<sup>31</sup> há passagens de sua réplica a Gudin que demonstram que ele, Simonsen, compreendia melhor certos mecanismos das trocas internacionais. Este fato fica claro quando o empresário paulista observa a dependência da economia brasileira em relação aos produtos primários. Ele arrola uma série de dificuldades do país na divisão internacional do trabalho, fato este que Gudin não toca<sup>32</sup>. Simonsen sabia o que falava ao tratar das trocas internacionais e dos mecanismos de controle dos países desenvolvidos no comércio internacional, pois ele e um seu irmão trabalharam, associados a capitais ingleses, na exportação de café.

Ainda, continuando com as observações de Doellinger, este acredita que Simonsen, em sua resposta de junho de 1945, intitulada “O planejamento da economia brasileira”, “utilizou-se mais de seu verbo fácil do que de argumentos técnicos”.<sup>33</sup> O autor parece sempre

---

<sup>31</sup> Doellinger, 1977:15.

<sup>32</sup> A posição de Gudin era a de que não haveria conflito nas relações internacionais, ou seja, “não cabiam tais correlações conflitivas na descrição do funcionamento do sistema internacional” (Abrahão, 1999:35). O equilíbrio natural da economia dava-se no “vigor da Lei das Vantagens Comparativas” (Ibidem: 46). Para Gudin, a história apresentava-se como possuidora de uma “trajetória linear, isenta dos movimentos contraditórios” (Ibidem: idem). Haveria uma estreita relação entre a “tese de equilíbrio” e a da “Lei das Vantagens Comparativas”. O máximo que Gudin admitia era a “criação de organismos reguladores internacionais” para impedir as “oscilações da oferta” de bens. Gudin acreditava que “o ganho nas transações internacionais estimularia as exportações primárias” (Ibidem: idem).

<sup>33</sup> Doellinger, 1977:16.

querer distanciar “argumentos técnicos” de posição ideológica, o que nos parece um equívoco, pois o parecer de Gudin está eivado de conteúdo ideológico, o que se percebe claramente quando se filia à escola liberal ou quando, devido a sua visível má vontade, condena o “New Deal” à condição de uma política fracassada. Mesmo assim, Doellinger acredita ser a defesa do planejamento, de Simonsen, contrária à posição liberal de Gudin, “extremamente brilhante e lúcida”, alicerçada em “sua vasta cultura humanista e de profundos conhecimentos de história”.<sup>34</sup>

Assim, não nos parece correta a idéia de uma “vitória” de Gudin sobre Simonsen motivada pela maior capacidade “técnica” do primeiro. A nosso ver, esta discussão deve ser vista sob a ótica dos interesses em jogo, o que nos faz crer que, se a “derrota” de Simonsen foi de caráter pessoal, os empresariados industriais, como classe, saíram-se vitoriosos. Afinal, foi durante o Estado Novo que a burguesia industrial aperfeiçoou sua “disciplina de classe” e elaborou seu projeto de industrialização e paz social, sustentando-se no “acesso ao poder do Estado para impor esse projeto aos membros de sua própria classe que se mostravam relutantes”.<sup>35</sup>

Subjaz, entretanto, neste debate, o que está além dos interesses de grupos econômicos vinculados aos contendores, um fenômeno que marca, de forma profunda, as políticas econômicas do pós-guerra. Trata-se do início da moderna Ciência Econômica no Brasil – afinal, Gudin é considerado o pioneiro de seu ensino no país – e da ascensão dos economistas como gestores e agentes políticos das diretrizes econômicas. É justamente na polêmica entre Gudin e Simonsen que começa a construir-se o “campo dos economistas”.<sup>36</sup> Portanto, os economistas devem ser pensados como membros “participantes de um espaço de luta material e simbólica e não apenas como grupo intelectual, produtor de idéias”.<sup>37</sup> Neste caso, não devemos debruçar-nos apenas sobre o pensamento econômico, mas preocupar-nos com “o estudo do meio social por onde circulam os economistas”.<sup>38</sup>

Em suas origens, o debate Simonsen-Gudin marca o início de uma tensão, ainda hoje presente no debate econômico, entre os que se empenham em conceitos e técnicas econômicas e os que se dedicam à História Econômica. Na opinião de um economista coetâneo, a velha Economia Política, que vinculava teoria econômica, dinâmica social e política, passou a ser “vista com raiva e desprezo pelos que estudam Economia”. Em suas palavras, o “economista

---

<sup>34</sup> Ibidem: idem.

<sup>35</sup> Weinstein, 2000:134.

<sup>36</sup> Loureiro: 1997:32.

<sup>37</sup> Ibidem: 19.

<sup>38</sup> Ibidem: idem.

virou um ET e, como tal, isolou-se completamente da realidade em que todos nós, simples mortais, vivemos”.<sup>39</sup>

Em síntese, podemos afirmar que uma das consequências da controvérsia entre Simonsen e Gudin foi dar início às configurações e identidade do campo dos economistas. Ela também engendra os elementos da disputa política que marcam a natureza da participação dos economistas no poder.

## 2.2. O DEBATE

Ao tratar do cenário econômico mundial no início dos anos de 1940, Simonsen diagnóstica as causas da crise na América do Sul e julga ser uma ilusão o enriquecimento de algumas de suas repúblicas. O autor aponta o caráter colonial e dependente destas economias e a diminuição do volume de suas exportações de matérias-primas para os Estados Unidos.

O caráter colonial está no fato de que, “durante a guerra, os produtos importados dos países latino-americanos são oriundos da indústria extrativa, que (...) requer pequenos equipamentos”.<sup>40</sup> Como requisito para estes países reajustarem seus preços às condições do mercado mundial, Simonsen propõe a racionalização e mecanização de suas atividades produtoras.

A situação brasileira é tratada também nas apreciações da missão técnica norte-americana que esteve no país no segundo semestre de 1942, chefiada por Morris L. Cooke. Aos olhos desta comissão, o Brasil possui uma indústria na “adolescência” e a industrialização do país deveria ser “sábria e cientificamente conduzida”. Este relatório foi tanto usado por Simonsen como por Gudin para justificar seus argumentos. A missão Cooke apontava como as maiores fraquezas do Brasil sua dependência de petróleo, carvão e minerais, carência de equipamentos novos e falta de manutenção dos antigos. De fato, Simonsen assinala, ainda, a diminuta “extensão de nossas estradas de ferro (...) o maquinário industrial, em elevada proporção, é obsoleto (...) a produtividade é baixa (...) Temos carência de capitais e de mão-de-obra especializada para a indústria...”.<sup>41</sup> No mais, este diagnóstico era compartilhado por Gudin.

Ainda sobre a condição brasileira, Simonsen acrescenta que a produção cresceu, durante o período analisado, em muitos setores, como tecidos, ferro, aço, produtos

---

<sup>39</sup> Mendonça de Barros, 2001.

<sup>40</sup> *Ibidem*: 25.

<sup>41</sup> *Ibidem*: 27.



farmacêuticos e maquinaria em geral. Mas isto não mudava a realidade, devido ao fato de que “poucas foram as indústrias básicas criadas (...) pela iniciativa particular”.<sup>42</sup> Simonsen sintetiza as carências que dificultavam o processo de industrialização:

A falta de combustível, a deficiência de transportes, a ausência de indústrias básicas fundamentais, as dificuldades de técnicos e de mão-de-obra apropriada, impediram um maior surto industrial (...) estagnação (...) das atividades primárias (...) principalmente (...) agricultura de alimentação (SIMONSEN, 1977:29).

Entretanto, o problema principal tratado por Simonsen é o da renda nacional. Em parecer, de 16 de agosto de 1944, para o CNPIC, Simonsen apresenta o “conceito de renda” adotado pela Diretoria de Estatística e Previdência do Ministério do Trabalho: “a capacidade de consumo total das populações”.<sup>43</sup> Para Simonsen, tratava-se de “dado preliminar e essencial”, uma “cifra representativa da renda nacional”.<sup>44</sup> Afirmava que, baseando-se neste conceito, o cômputo de nossa renda nacional seria “25 vezes menor do que a verificada nos Estados Unidos”.<sup>45</sup>

Para o autor do parecer, a renda nacional vinha, substancialmente, diminuindo. Apontava o “baixo índice de consumo médio do brasileiro” e a necessidade de uma renda nacional “quatro vezes mais elevada do que atual”, o que seria, a partir dos cálculos do Ministério do Trabalho, um valor de 160 bilhões de cruzeiros. A estatística utilizada por Simonsen apontava uma renda nacional de 40 bilhões de cruzeiros. Este fato era um grave obstáculo à industrialização.

A produção, para o mercado interno está (...) condicionada às necessidades do consumo; estas variam de acordo com a produtividade e com o estágio de educação das populações. A produtividade é função do nosso aparelhamento econômico e eficiência técnica (SIMONSEN, 1977:32).

Simonsen apresenta as alternativas para superar este problema: ou utilizavam-se os “meios clássicos”, estimulando os “processos normais” da iniciativa privada, em outras palavras, os meios da escola liberal, ou recorria-se a “novos métodos”, fazendo-se, assim, um

---

<sup>42</sup> Ibidem: 29.

<sup>43</sup> Sandroni define renda nacional como a “soma de todos os rendimentos percebidos, durante determinado período de tempo, pelos habitantes de um país, a título de remuneração dos fatores de produção. Inclui salários, lucros, juros, aluguéis, arrendamento, as receitas percebidas por aqueles que trabalham por conta própria e ainda os lucros e rendas líquidas dos organismos governamentais que não são distribuídos por não haver capital privado a remunerar (...) os recursos com que as pessoas adquirem bens e serviços necessários tanto à satisfação de suas necessidades (consumo) quanto à ampliação da capacidade produtiva do sistema de investimento (investimento)” (Sandroni, 2000:524).

<sup>44</sup> Simonsen, 1977:23.

<sup>45</sup> Ibidem: 24.

”gigantesco esforço” de “mobilização nacional” em uma “guerra” contra o pauperismo. Sua opção já estava definida no ato da colocação do problema. Simonsen acreditava na insuficiência dos “processos clássicos”. E, advertia, caso fossem mantidos os então verificados ritmos de progresso material, todos estariam sujeitos a “profundas intranqüilidades sociais”.<sup>46</sup>

A partir desta advertência e da escolha de novos métodos de ação para atingir a elevação da renda nacional, Simonsen propõe a planificação da economia:

Impõe-se, assim, a planificação da economia brasileira em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossas populações...  
A ciência e a técnica modernas fornecem seguros elementos para o delineamento dessa planificação (SIMONSEN, 1977:33).

A planificação<sup>47</sup> da economia possuía, para Simonsen, um sentido geral de construção da nacionalidade. Seu núcleo seria a promoção da industrialização, mas sem descuidar-se da agricultura. Esta observância dos interesses agrícolas se ligava à estratégia de Simonsen de não excluir do processo um setor com forte poder político e, também, devia-se a sua concepção integrada da economia. Mais ainda, a agricultura que Simonsen pensava não era apenas a de exportação, mas, principalmente, a de produção de alimentos. Se a constituição de um mercado interno é fundamental para a indústria, a agricultura de alimentação possuía um papel essencial na configuração deste mercado. Assim, conclui-se que, para a organização deste mercado interno, era necessário o aumento da renda nacional através de uma planificação integral da economia que cortejasse a indústria como elemento central, circundada pela agricultura e outras atividades econômicas. O fortalecimento da economia através da elevação da renda nacional seguiria o mais imperioso desejo da nacionalidade. A nação se fortaleceria no cenário internacional.

A parte nuclear de um programa dessa natureza, visando a elevação da renda a um nível suficiente para atender aos imperativos da nacionalidade, tem que ser constituída pela industrialização. Essa (...) não se separa (...) da nossa produção agrícola, a ela está visceralmente vinculada (SIMONSEN, 1977:33 e 34).

---

<sup>46</sup> Ibidem: 33.

<sup>47</sup> Simonsen utiliza-se do termo planificação em seu parecer de 16 de agosto de 1944, para o CNPIC, intitulando-o “A planificação da economia brasileira”. Já em sua réplica a Gudin utiliza-se em todo o texto do vocábulo planejamento. A réplica intitula-se também “O planejamento da economia brasileira” e é publicada em junho de 1945.

Duas questões básicas eram colocadas para a viabilidade de seu plano e definição do papel do Estado no projeto: a – “Como obter o financiamento necessário a cometimento tão vultoso?”; b – “Até que ponto seria exercido o intervencionismo do Estado na concretização dos planos?”.

Os recursos viriam de duas fontes. Em primeiro lugar, dever-se-ia “empenhar pelo menos 50%” das disponibilidades do Brasil no exterior. A outra fonte de financiamento seria um empréstimo a ser negociado com os Estados Unidos. A forma de remuneração deste empréstimo consistiria na substituição dos juros pela “participação (...) nos resultados das exportações industriais e. nos saldos de novas exportações”.<sup>48</sup> O que Simonsen tinha em mente era o empréstimo na forma de *lean lease*.<sup>49</sup>

Quanto à participação do Estado, trataremos do assunto no tópico 4.1, deste capítulo. Expostos os elementos constituintes da planificação, convém destacar os pontos de maior tensão em relação às proposições e críticas de Gudin.

Gudin concorda com as debilidades da economia e o pauperismo apontado por Simonsen. Ilustra sua concordância ao afirmar que os problemas apontados por Simonsen eram salutares, porquanto uma “reação já agora firmada contra o espírito do ‘porque-me-fano’...”.<sup>50</sup> Todas as deficiências apontadas por Simonsen “traçavam bem o quadro de uma economia de pobreza”.<sup>51</sup> Não haveria divergências também nos objetivos: “Não há (...) divergências quanto aos objetivos a colimar”, ou seja, os de retirar a população brasileira do estado de pauperismo.

As convergências terminavam aí. O ponto de divergência de fundo estaria no método para atingir os objetivos. Gudin assevera que nos métodos propostos pelo seu oponente estavam as razões de suas profundas divergências.

Gudin denuncia aquilo que ele denomina de “mística da planificação”. A conclusão do relator estabelecia, a partir do “índice de pobreza do país”, a necessidade de um “plano”. Nas palavras de Gudin, “impõe-se (...) a planificação...”.

O Conselheiro Roberto Simonsen filia-se, como se vê de muitos de seus conceitos, à corrente dos que vêem no ‘plano’ a solução de todos os problemas econômicos, espécie de palavra mágica que tudo resolve, mística de planificação que nos legaram o fracassado ‘New Deal’ americano, as economias corporativas da Itália e de Portugal e

---

<sup>48</sup> Simonsen. 1977:35.

<sup>49</sup> “Programa estabelecido nos Estados Unidos, em 11/03/1941, que (...) autorizava o presidente dos Estados Unidos a auxiliar as nações aliadas, mediante agências governamentais, a vender, transferir, trocar, liberar, emprestar, etc. bens e suprimentos, tanto para uso militar quanto civil, necessários para o desenvolvimento da guerra” (Sandroni, 2000:342).

<sup>50</sup> Gudin, 1977:53.

<sup>51</sup> *Ibidem*: 54.

os planos quinquenais da Rússia. Não compartilho dessa fé (GUDIN, 1977:54).

Fé é o que não falta a Gudin na defesa de seu dogma. Gudin opera uma estratégia discursiva que coloca no mesmo conceito experiências diferentes como os planos quinquenais, o “New Deal” e o corporativismo italiano e português. Todos estariam enfeixados no conceito de capitalismo de Estado. Apesar de estar certo quanto a algumas influências verificadas nas concepções de Simonsen – o aspecto corporativo da representação classista da planificação e a observância de períodos quinquenais no projeto de Simonsen –, suas reservas ao New Deal, vendo-o como um plano fracassado, parecem eivadas de preconceitos ideológicos. Ao próprio Simonsen não escapará esta impressão, como se poderá observar em sua replica a Gudin.

Por outro lado, o ponto em que a divergência atinge “os fundamentos” da política econômica, segundo expressão de Gudin, é no acordo do Estado com a iniciativa privada: “chegando a tratar da questão capital da interferência do Estado no campo da economia privada como simples matéria a ser combinada entre o governo e as entidades de classe”. Para o economista liberal, “não haveria melhor caminho para a consolidação de um regime totalitário de capitalismo de Estado”. Assim, quando Simonsen propõe o estudo, junto às entidades de classes, para determinar o grau de intervenção do Estado na economia, ele completa esta assertiva pugnando que não se deveria prejudicar “as atividades já em funcionamento no país, com a instalação de novas iniciativas concorrentes”. Por esta razão, Gudin afirma ser a proposta garantidora de uma “proteção paternalística do Estado aos ‘interesses existentes’, especialmente aos dos atuais industriais”.<sup>52</sup>

Esta crítica de Gudin está na origem de toda a resistência do pensamento liberal brasileiro à política de substituição de importações. Para esta escola, isto gerou indústrias ineficientes, guarnecidas pelo Estado protecionista. Simonsen argumentava que isto não significaria a ineficiência, uma vez que sua proposta contemplava também proporcionar, ao mesmo tempo, “os meios indispensáveis à renovação do aparelhamento já existente”. Além disto, Simonsen asseverava que se tratava de uma pretensão contra a concorrência do Estado, preocupação também esposada por Gudin. De qualquer maneira, a passagem do parecer que Gudin pisa e repisa pode-nos dar margem à interpretação de que Simonsen era contrário à concorrência. Em sua resposta a Simonsen, de 24 de agosto de 1945, em *Carta à Comissão de Planejamento*, Gudin reafirma:

---

<sup>52</sup> Ibidem: 55.

O que o Dr. Simonsen não quer é a concorrência. O que ele quer é que o Estado, por empréstimo obtido de governo a governo, proporcione aos industriais existentes a aquisição de novo aparelhamento e não permita a entrada de novos concorrentes (GUDIN, 1977:233).

Ao tratar da relação entre a ação do Estado e a economia privada, Gudín rotula a proposta de Simonsen de corporativa, pois, segundo ele, o “grau de intervencionismo” do Estado, que, no seu entender, tem conseqüências no próprio regime político, foi concebido no relatório de Simonsen com algo a ser “tratado” entre o governo e as entidades de classes, “como se o Brasil já fosse um Estado Corporativo”.<sup>53</sup>

Gudin recorre a Stalin para justificar sua concepção bipolar da prática política e econômica. Para ele, o líder soviético tinha razão quando afirmava que era necessário escolher entre dois caminhos: ou trilhar o do capitalismo de Estado, que Gudín identifica com o regime soviético e, por isto, fala em “supressão da propriedade privada” e regime totalitário, ou seguir o caminho da democracia e da economia liberal. Parece que, para Gudín, qualquer tipo de intervenção do Estado – fora de seus limites necessários –, é vista como autoritária e, por isto, caminho para o totalitarismo.

Assim, Gudín acreditava que capitalismo de Estado e democracia se repeliam mutuamente. Para ele, o Brasil caminhava para o capitalismo de Estado. Gudín tenta desvincular sua análise do discurso ideológico: “Não discuto aqui ideologias”. Mas procede inversamente ao polarizar economia liberal e capitalismo de Estado. Neste último, cabe tudo: comunismo, nazismo, “New Deal” e “qualquer modalidade totalitária”.<sup>54</sup> Assim, o discurso de Gudín é permeado de procedimentos ideológicos que encobrem parte de suas motivações doutrinárias.

Tratando do protecionismo, afirma que Frederico List, “o arauto do protecionismo”, propunha que os “direitos deveriam ser ‘moderados e temporários’...”,<sup>55</sup> caso contrário ao do Brasil, onde a proteção se eternizava. Com isto, quem sofria era o consumidor com um custo de vida elevado. Aqui temos uma divergência fundamental de Simonsen: para ele, o mal do Brasil não era o custo de vida elevado e, sim, os baixos padrões de renda, a insuficiência de ganhos. Destarte, as posições dos dois contendores refletiam o debate ideológico e os interesses em jogo quando se tratava de protecionismo. Para os que defendiam a industrialização, o alto custo de vida não era resultado do protecionismo.

Uma dos aspectos mais interessantes e importantes da crítica de Gudín está no caráter

---

<sup>53</sup> Ibidem: 79.

<sup>54</sup> Ibidem: 81.

<sup>55</sup> Ibidem: 107.

classista do protecionismo e sua vinculação às tese de Manoilescu. Recorda ele uma das teses aprovadas no Congresso das Indústrias de São Paulo, na qual estaria expresso que as tarifas aduaneiras deveriam ser revistas anualmente “com colaboração *obrigatória* de peritos indicados pelas grandes associações das classes produtoras”. O destaque na palavra “obrigatória” é de Gudin. Para ele, esta tese se inspirava na obra “Teoria do protecionismo”, do economista romeno Manoilescu, “uma espécie de bíblia do protecionismo”. Critica Manoilescu, a quem caberia a “glória” de dar conteúdo científico ao protecionismo. Arremata: “Pobre ciência”.<sup>56</sup> Assevera que a “suposta teoria do Sr. Manoilescu, que só aqui, graças à inexistência de estudos econômicos, ainda há quem invoque...”, nos Estados Unidos e Europa ela teria sido “liquidada, desde que apareceu”.<sup>57</sup> Antepõe o “princípio da vantagem comparativa” de Ricardo ao princípio de Manoilescu de uma menor produtividade na agricultura dos países agrícolas, em relação à maior produtividade do trabalho na indústria dos países industrializados. Combate, assim, o “argumento Manoilescu”, talvez uma das grandes contribuições para o estudo econômico herdadas do economista romeno. Para Gudin, o “erro” de Manoilescu é que ele raciocinaria “em circuito de economia fechada e não em regime de trocas internacionais”.<sup>58</sup>

Seu conceito de produtividade era de operosidade “técnica”, ou seja, “produção ao menor custo possível, em termos de unidades de trabalho humano, de matérias-primas e de energia mecânica”. Para ele, baixa produtividade técnica induzia a baixos salários e baixo padrão de vida. Enfim, boa produtividade técnica significava “padrão de vida elevado; produtividade simplesmente monetária quer dizer padrão de vida baixo”.<sup>59</sup>

Assim, proclama não ao “plano” e sim à “PRODUTIVIDADE”, não apenas na indústria, mas em todas as atividades. Para colimar este objetivo, precisava-se de “técnicos (verdadeiros), estações experimentais eficientes e pesquisa organizada”.<sup>60</sup>

Buscando exemplos na velha Inglaterra, cita *The Economist*, que travava uma batalha contra a Federação das Industrias Inglesas, para atacar a Federação da Indústria do Estado de São Paulo. Diz o renomado jornal inglês:

O de que a indústria britânica precisa não é de uma completa organização de associações de classe e sim de racionalização técnica e de reforma na direção; não de pirâmides de comitês e sim de métodos mais eficientes de produção. Menos Federação de Indústrias e mais produção por operário-hora (GUDIN, 1977:132).

---

<sup>56</sup> Ibidem: 108.

<sup>57</sup> Ibidem: 109.

<sup>58</sup> Ibidem: 111.

<sup>59</sup> Ibidem: 127.

<sup>60</sup> Ibidem: 129.

De certa maneira, as críticas que Gudin faz a Manoilescu e a Simonsen, referentes ao protecionismo e à intervenção do Estado a partir de acordos entre federações e governo, contribuem para entendermos alguns aspectos do pensamento de Simonsen. Assim, podemos seguir os conselhos metodológicos de um autor contemporâneo, que nos afirma que “até nosso mais feroz adversário pode sugerir-nos idéias”.<sup>61</sup> As censuras de Gudin à intervenção estatal e a influência corporativa, previstas na proposta de planificação, podem nos ajudar a compreender melhor a natureza desta proposta e reforça a idéia expressa no tópico 1.2.1, do capítulo quarto deste trabalho, quanto ao conteúdo antiliberal e conservador do pensamento de Simonsen.

### 3. ORIGEM E NATUREZA DA PLANIFICAÇÃO

No ano de 1933, discorrendo sobre a crise que se havia instalado com o *crack* da bolsa de Nova York, Simonsen atacava o excesso de liberalismo e sustentava, em sua crítica, que os problemas econômicos seriam “sanados pelos processos adotados na economia planificada”.<sup>62</sup> Considerando implícita a vinculação entre racionalização e planejamento, afirmava que houvera “insuficiência de racionalização” e propunha “o estudo das capacidades dos mercados” para absorver a mão-de-obra ociosa e criar “novas atividades”. Sua preocupação com o planejamento remonta aos primeiros anos de suas atividades como empresário, quando, na Cia. Construtora de Santos, se debruçava sobre o planejamento urbano. Ao discursar em 1918, na cidade de Santos, defendendo as bases científicas para a produção agrícola, Simonsen já apresenta de maneira difusa o desejo de racionalizar vários aspectos de seu processo:

O fomento da nossa produção exige ainda o estudo do desenvolvimento do crédito agrícola; do problema da mão-de-obra, tão complexo no momento atual pela rarefação havida no mercado de braços; da orientação acertada na escolha dos produtos e do instrumental agrícola; do transporte, a preços módicos; depende, enfim, da organização da produção em bases cientificamente determinada (SIMONSEN, 1919:28 – grifo nosso).

Podemos observar, nesta passagem, alguns dos elementos da proposta de planejamento econômico desenvolvida por Simonsen e os empresários brasileiros. Temos presentes sugestões tais como organização do crédito, enfrentamento do problema da mão-de-obra e

---

<sup>61</sup> Eco, 1997:112.

<sup>62</sup> Simonsen, 1933:32.

resolução das dificuldades de transportes, todas elas registradas no projeto de planificação econômica nos anos de 1940. Portanto, entendemos que há, desde o início da carreira de Simonsen, elementos, ainda que embrionários, reveladores de suas propostas mais gerais de planejamento. Há, explicitamente, um fio condutor que liga organização científica do trabalho às propostas de planificação econômica. Estes dois procedimentos se apresentam com facetas diferenciadas, e de graus desiguais de abrangência, de um mesmo processo de racionalização da produção e da totalidade dos mecanismos econômicos.

Durante a década de 1930 é que Simonsen irá desenvolver uma percepção maior da necessidade de racionalização dos mecanismos econômicos. No ano de 1932, ao fazer a apresentação de um de seus trabalhos, afirma que todo o fracasso econômico estaria ligado ao fato de a “economia dirigida” não se assentar “num plano de administração”,<sup>63</sup> cuja continuidade fosse assegurada.

A necessidade de uma economia planejada que começa a esboçar-se neste período está ligada ao crescimento das críticas ao liberalismo econômico. Simonsen aponta, em 1933, que a grave crise econômica do período era resultado do “excesso de liberalismo econômico” e que sua solução se daria pela adoção dos processos “da economia planificada”.<sup>64</sup> Simonsen vincula claramente “economia dirigida” e racionalização. Para ele, a crise de 1930 era decorrente da “insuficiência de racionalização”.<sup>65</sup>

No ano de 1935, em discurso na Câmara Federal, Simonsen defende a conveniência da constituição de uma “política econômica” que abrangesse uma “política comercial e financeira”<sup>66</sup> para o país. No último quartel dos anos de 1930, Simonsen inicia a defesa de uma ampla política agro-industrial para o Brasil. Nas conclusões finais de um parecer, de setembro de 1937, ao Conselho Federal do Comércio Exterior, ele apregoa a “fixação de diretrizes de uma ampla e leal política agro-pecuário-industrial no Brasil”.<sup>67</sup> A defesa desta política coincide com a instalação do Estado Novo, o que acabaria por alterar as perspectivas empresariais diante do governo e do Estado. Segundo Capelato, o governo voltaria sua atenção para o mercado interno, “privilegiando as indústrias”.<sup>68</sup> É sob este contexto favorável que Simonsen “agiu no sentido de assegurar participação e influência na política econômica do governo”.<sup>69</sup>

---

<sup>63</sup> Simonsen, 1932:9.

<sup>64</sup> Simonsen, 1933:32.

<sup>65</sup> Ibidem: idem.

<sup>66</sup> Simonsen, 1935:66.

<sup>67</sup> Simonsen, 1973:89.

<sup>68</sup> Capelato, 1989:63.

<sup>69</sup> Ibidem: idem.



O debate sobre a planificação econômica ganha força a partir do Congresso Brasileiro de Economia, realizado no Rio de Janeiro, em dezembro de 1943. Nele, “a larga influência do setor industrial” foi capitaneada por Simonsen e Euvaldo Lodi. O diagnóstico de Simonsen, para sustentar suas propostas de planificação da economia, partia da “constatação da pobreza do país” e do evidente “baixo nível da maior parte de sua população”.<sup>70</sup> Ele aponta ainda a baixa produtividade “per capita” da população brasileira e o desprezível “consumo médio do brasileiro”.<sup>71</sup> Aludia, ainda, a fatores crônicos da estrutura social e econômica e outros de ordem mais imediata. Assim, em outubro de 1943, ao falar sobre a política econômica mais conveniente ao pós-guerra, Simonsen aponta um ritmo de crescimento insuficiente no Brasil, resultante da falta “de combustíveis, de indústrias básicas, capitais e técnicos em número suficiente”.<sup>72</sup> Em razão disto, observa que há um relativo empobrecimento do país em comparação com os países democráticos.

Outro fator arrolado por Simonsen, no seu diagnóstico da economia brasileira, é quanto à natureza dos artigos produzidos no Brasil. Artigos de “consumo imediato”, que não agregavam valor produtivo considerável. Neste sentido, Simonsen parte, em seu diagnóstico, de uma série de fatores que impediam o pleno desenvolvimento industrial. A solução deste problema estaria na planificação da economia.

O “núcleo do planejamento” estava no incentivo à industrialização, com base no mercado interno. Só assim seria possível elevar a renda nacional. Qual seria a abrangência da planificação?

A planificação do fortalecimento econômico nacional deve, assim, abranger, por igual, o trato dos problemas industriais, agrícolas e comerciais, como o dos sociais e econômicos, de ordem geral (SIMONSEN, 1973:305).

Assim, a planificação contemplava a eletrificação do país, a “mobilização de suas várias fontes de combustíveis”, os equipamentos de transporte, uma “moderna agricultura de alimentação”, a criação de “indústrias-chaves” como as metalúrgicas e químicas, entre outras medidas. Ela deveria ser executada através de “planos quinquenais”<sup>73</sup> e seria encarada como uma “guerra econômica contra o pauperismo”,<sup>74</sup> apesar de, em seus horizontes, não estar contemplado nenhum programa de gastos sociais ou distribuição de renda, como fica claro nas resoluções do I Congresso Brasileiro de Economia (1943) e do Congresso Brasileiro da

---

<sup>70</sup> Corsi, 1995:12.

<sup>71</sup> Simonsen, 1973:302.

<sup>72</sup> *Ibidem*: 281.

<sup>73</sup> *Ibidem*: 305.

<sup>74</sup> *Ibidem*: *idem*.

Indústria. No parecer apresentado, em 1944, ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, intitulado “A planificação da economia brasileira”, Simonsen resume a abrangência e os objetivos da referida planificação:

Essa planificação, organizada com a cooperação das classes produtoras, deverá prever a tonificação necessária a ser dispensada a todo o nosso aparelhamento de ensino, ao sistema de pesquisa tecnológica, à formação profissional, à imigração selecionada, à solução do problema dos transportes, à vulgarização do uso de energia motora e ao grande incremento de nossas atividades agrícolas, industriais e comerciais (SIMONSEN, 1973:308).

Estes objetivos coincidem e se completam com as resoluções da segunda comissão do Congresso Brasileiro da Indústria, realizado no Rio de Janeiro, em dezembro de 1944. O texto final dessa segunda comissão, que se intitulava “Planificação econômica do Brasil no setor das atividades industriais”, foi redigido por Simonsen e recomendava que se processasse uma “planificação econômica” que teria por fim, “dentro de determinado período”, “aumentar a produtividade e criar as riquezas necessárias para alcançarmos uma suficiente renda nacional”.<sup>75</sup>

Portanto, os industriais, a partir de diversos congressos patrocinados por eles e outros setores econômicos, como também da participação intensa nos organismos governamentais, irão, no decorrer dos anos de 1940, desenvolver seu próprio “conceito planejamento”. Este passa a ser “considerado decisivo para o desenvolvimento do país” (LEME. 1978:177).<sup>76</sup>

#### 4. OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA PLANIFICAÇÃO

Para Simonsen, o Estado brasileiro nunca tivera uma política protecionista. Apesar de utilizar-se de tarifas proibitivas, estas eram resultado mais das necessidades fiscais do que de uma política racional de proteção à indústria. No início dos anos de 1930, Simonsen pugnava por um protecionismo de caráter científico. O fundamento científico do protecionismo, ele iria buscá-lo no ministro do comércio e indústria da Romênia. Segundo Simonsen, Manoilescu<sup>77</sup> faz notar, que no interesse nacional, “o verdadeiro critério científico” é que “deve prevalecer no estabelecimento de um sistema de tarifa”.<sup>78</sup>

---

<sup>75</sup> Ibidem: 104.

<sup>76</sup> Leme: 1978:177.

<sup>77</sup> Quanto ao caráter classista e ao “conteúdo científico” do protecionista defendido por Simonsen, ver as críticas de Gudín, no tópico 2.2, neste capítulo.

<sup>78</sup> Simonsen, 1931:45.

Baseando-se no clássico “argumento Manoilescu”, segundo o qual a produtividade dos países industriais seria superior a dos países agrícolas<sup>79</sup>, ele acreditava que a proteção à indústria permitiria um “ganho nacional maior”, propiciando um poder aquisitivo que valorizaria a nação “perante as outras nações”.<sup>80</sup>

O papel da proteção aduaneira é compensar a inferioridade relativa para assegurar a existência de indústria representando uma superioridade intrínseca absoluta, sendo que sua aplicação, sua latitude e duração podem ser determinadas por critérios científicos visando o verdadeiro interesse nacional (SIMONSEN, 1931b: 47).

Simonsen procura, ao vincular o protecionismo a critérios científicos, munir seu discurso de uma competência técnica que o valorize diante das críticas dos setores contrários às tarifas aduaneiras proibitivas. Portanto, ao articular sua proposta a elementos científicos, objetiva desqualificar seus críticos, colocando-os em um campo em que a racionalidade econômica e científica não existiria.

Não convém aqui retornarmos às questões sobre as acusações que incidiam sobre a indústria de encarecer os preços, devido à defesa de uma política protecionista. Convém, sim, tratarmos das razões históricas imediatas que levaram industriais e o próprio Simonsen à defesa de uma política protecionista no transcurso do Estado Novo, momento em que ele anuncia o projeto mais acabado da burguesia industrial.

No I Congresso de Economistas (1943), havia um sentimento generalizado de que, findada a guerra, “as tendências à autarquia e às elevadas barreiras protecionistas”<sup>81</sup> seriam postas abaixo. Mais uma vez, voltamos ao problema clássico da história econômica brasileira, em que se expressam as divergências entre os que postulam o livre-cambismo e os que defendem algum tipo de protecionismo. Há, porém, neste final do governo Vargas, uma diferença histórica que dá a tônica e a especificidade da posição dos empresários. Enquanto no passado, final do século XIX e início do XX, a indústria tinha, quase que exclusivamente, no protecionismo sua reivindicação básica, nos anos de 1943, 44 e 45, ele está incluído no âmago de uma proposta muito mais detalhada e abrangente, que era a planificação.

Não obstante, as razões para a defesa do protecionismo pareceriam continuar as mesmas. Tratava-se agora, como no passado, de “assegurar espaço para o desenvolvimento

---

<sup>79</sup> Ao tratar da industrialização e produtividade, Gudin critica os que acreditam que países pobres possuíssem economia agrícola, enquanto os países ricos são os industrializados. “Como princípio, não é verdadeiro” (Gudin, 1977:115). Mostra que, dos sete países de maior renda *per capita* do mundo, três eram economias “preponderantemente” agrícolas (Nova Zelândia, Austrália e Argentina). Para Gudin tudo “está na produtividade”.

<sup>80</sup> Simonsen, 1931b: 46.

<sup>81</sup> Corsi, 1995:11.

industrial do Brasil”.<sup>82</sup> Para as posições empresariais no I Congresso Brasileiro de Economia (1943) e no Congresso Brasileiro da Indústria (1944) – todos os dois com a presença e a forte liderança de Simonsen –, países com o Brasil, cuja evolução econômica não havia alcançado os patamares necessários à melhoria da renda e do consumo, não poderiam adotar uma política liberalizante, exigindo-se, assim, a manutenção do protecionismo. Destarte, na resolução do Congresso de Economia, procurou-se “definir uma política externa coerente com o objetivo de industrializar o país”,<sup>83</sup> formular uma política aduaneira protecionista e propor revisões nos tratados comerciais firmados pelo Brasil com base no livre comércio.

Tanto para Simonsen como para os industriais, uma política protecionista era fundamental para a proteção da indústria nacional face à concorrência estrangeira, o que levantou a suspeita de que os empresários desejavam privilégios em detrimento da concorrência dos mercados. Proteger a indústria nacional significava a criação de um mercado interno que seria a base principal para a “Evolução industrial do Brasil”. Além do mais, este caminho fortaleceria a própria nação. Retorna, mais uma vez, o argumento de unir interesses da indústria aos da nação: “... a indústria nacional (...) todos os seus legítimos anseios coincidem com os altos interesses da nacionalidade”, expressava-se Simonsen em 1937, em parecer ao Conselho Federal do Comércio Exterior. Alguns anos depois, em 1943, repetia este mesmo argumento com outras palavras: “A industrialização de um país como o Brasil é indispensável para que ele possa atingir um estágio de alta civilização”.<sup>84</sup>

A proposta de planificação foi sendo forjada no âmbito do CNIPC e dos congressos patrocinados pelos industriais. Estes são espaços privilegiados para buscarmos os elementos constituintes da planificação. Neles, podemos perceber as tensões e contradições dos grupos econômicos que pensavam em uma economia planejada ou se opunham a ela.

Sendo o objetivo geral da planificação “assegurar a maior e mais eficiente utilização da mão-de-obra e dos recursos naturais”,<sup>85</sup> sua abrangência seria a mais ampla possível, atingindo o trato dos “problemas industriais, agrícolas e comerciais”.<sup>86</sup> Em outras palavras, o que Simonsen e seus pares propunham era uma política econômica nacional que não excluísse os vários setores produtivos, mas que se alicerçasse em uma política industrial que visava, do ponto de vista econômico, desenvolver atividades como a de uma indústria de base e a

---

<sup>82</sup> Ibidem: idem.

<sup>83</sup> Ibidem: idem.

<sup>84</sup> Simonsen: 1973:288.

<sup>85</sup> Ibidem: 102.

<sup>86</sup> Ibidem: 103.

formação de técnicos, como também, do ponto de vista político, fundamentar o exercício de uma hegemonia pelos empresários.

A proposta de Simonsen era atingir uma renda nacional de 200 bilhões de cruzeiros no prazo de 10 a 15 anos. O programa de planejamento se desenvolveria por “planos quinquenais”, obedecendo a uma “verdadeira guerra contra o pauperismo”. Para o financiamento do plano, seriam necessários 100 bilhões de cruzeiros: a maior parte deste montante seria destinada à “eletrificação do país”, ao revigoração das “fontes de combustíveis” e aos equipamentos de transportes. Energia e infra-estrutura, então, seriam os pontos básicos para alavancar o progresso material. O programa destinava-se também à criação de uma “moderna agricultura” através da intensificação de sua produção, a criação de “indústrias-chaves”, como a metalúrgica e química. Ainda estavam previstas “providências correlatas”, tais como “montagem de novas escolas de engenharia, vulgarização de institutos de pesquisas tecnológicas, industriais e agrícolas” e “intensificação do ensino profissional”.<sup>87</sup>

Defendia também a “imigração selecionada e abundante de técnicos e operários eficientes”, o que contribuiria para o mais rápido crescimento do mercado interno, devido ao “alto padrão de consumo” destes imigrantes.

Nas recomendações da terceira comissão, intitulada “Reajustamento da produção industrial às necessidades do pós-guerra. Medidas a serem adotadas”, do Congresso Brasileiro da Indústria (1944), estão presentes propostas referentes à exploração de novas matérias primas, custos da produção industrial, mão-de-obra, energia e combustível, transporte, sistema tributário e produtividade. Assim, o congresso recomenda: “aplicação intensiva de meios mecânicos, a fim de reduzir”<sup>88</sup> os custos da produção industrial; estímulo do ensino profissional e instituição de “bolsas de aperfeiçoamento no país e no estrangeiro para os melhores operários, mestres e contra-mestres”,<sup>89</sup> “desenvolvimento de empresas produtoras de energia elétrica”,<sup>90</sup> constituição de “uma conjugação racional e harmônica dos vários meios de transportes”,<sup>91</sup> e “racionalização do sistema tributário”.<sup>92</sup>

Há, nas sugestões do congresso, um forte apelo quanto às questões ligadas à pesquisa tecnológica, científica e à padronização. Indica-se a necessidade de organizar-se cartas geológicas do país, que os institutos de pesquisas divulguem “listas” com “novas matérias-

---

<sup>87</sup> Simonsen, 1977:34.

<sup>88</sup> Carone, 1977:365.

<sup>89</sup> Ibidem: 369.

<sup>90</sup> Ibidem: idem.

<sup>91</sup> Ibidem: 371.

<sup>92</sup> Ibidem: 374.

primas”,<sup>93</sup> que se adotem “medidas científicas de prevenção de acidentes no trabalho”<sup>94</sup> e que se adote a “padronização das máquinas e dos produtos em geral”.<sup>95</sup> Falava-se, ainda, na “organização racional do trabalho” e, acima de tudo, em uma “planificação industrial” que estimulasse o “reerguimento econômico do país”.<sup>96</sup>

Como podemos observar pela gama e variedade de propostas, tratava-se de um projeto bem articulado e amplo que visava munir Estado e a iniciativa particular das condições racionais, necessárias a um incremento da produção da indústria e de outros setores da economia brasileira.

#### 4.1.O PAPEL DO ESTADO

O I Congresso de Economia (1943), o Congresso Brasileiro da Indústria (1944) e a Conferência de Teresópolis (1945) são momentos privilegiados para observarmos a constituição, como também as mudanças, de uma proposta de planejamento da parte dos empresários industriais. Neste particular, servem, ainda, para analisarmos dois pontos essenciais no projeto de planificação da economia.

Simonsen, constantemente, debruçou-se sobre a função que cabia ao Estado na economia. Já no ano de 1918, ao analisar a agricultura americana, ele chamava a atenção para a “ação do Estado”<sup>97</sup> americano como incentivador e divulgador das pesquisas científicas e do ensino agrícola. No ano de 1933, discursando durante a fundação da ELSP, criticava as forças do mercado, que, a seu ver, não poderiam ser deixadas soltas, e defendia uma moderada intervenção do Estado nos problemas econômicos. Neste momento, parece-nos que formula as bases de sua visão do Estado no processo econômico, o que fundamentará suas posições no decorrer da década de 1940.

No decorrer dos anos 30 do século passado, Simonsen voltará, em várias oportunidades, a preocupar-se com o papel do Estado. Como em outros momentos de sua trajetória, Simonsen, ao fazer um pronunciamento na Assembléia Nacional Constituinte de 1934, reafirma o caráter “semicolonial” de nossa economia e aponta a necessidade de uma intervenção moderada do Estado na produção, não como produtor e sim como coordenador.

---

<sup>93</sup> Ibidem: 364.

<sup>94</sup> Ibidem: 375.

<sup>95</sup> Ibidem: idem.

<sup>96</sup> Ibidem: 368.

<sup>97</sup> Simonsen, 1919:23.

O Estado (...) num país como o nosso, pode estimular e amparar a produção, proteger o trabalho, determinar rumos coordenadores e são para que esses fatores se processem num ambiente de harmonia, reduzindo ao mínimo os atritos criadores dos problemas sociais; nunca, porém, Sr. Presidente, agindo por descabidas intervenções no campo da produção, perturbando e cerceando iniciativas dignas de amparo, fazendo desaparecer os estímulos do progresso, quando o Estado ainda se não mostrou tecnicamente capaz de resolver problemas fundamentais de nossa nacionalidade como os da educação e valorização do nosso homem (SIMONSEN, 1934b: 12 e 13 – grifos nossos).

A tônica destas palavras é que elas vêm associadas à crítica aos “postulados puríssimos da escola liberal”.<sup>98</sup> Para ele, o *laissez-faire* e o *laissez-passer* não passavam, “sempre”, de uma “utopia”. Simonsen identifica o problema das lutas de classe no “excessivo individualismo” que acabava por gerar uma “doutrina reacionária” que pugnaria pelo fim da “liberdade individual em matéria econômica”.<sup>99</sup> Assim, podemos observar que este tipo de crítica filiava Simonsen a várias correntes antiliberais e corporativas de sua época que viam, no excesso de individualismo, as causas de vários problemas econômicos e sociais.

O Congresso de Economia, em seu documento final, também buscou definir os espaços de atuação do Estado e da iniciativa privada. O que prevaleceu foi a idéia de que a ação do Estado deveria ser “suplementar à iniciativa privada”.<sup>100</sup> A intervenção direta só deveria ser realizada em casos especiais, em função ao interesse nacional. Neste sentido, admitia-se, sem restrições, que o Estado assumisse a construção de usinas hidroelétricas e incrementasse os transportes; ou, em outras palavras, onde a iniciativa privada fosse incapaz de investir, por falta de capitais ou por dificuldades de retorno, caberia então uma maior intervenção do Estado. Para Simonsen, a utilização de mecanismos clássicos, sem a intervenção do Estado, seria insuficiente para elevação dos padrões de vida da população brasileira. Enfim, de um modo geral, em relação a este tema, as divergências no congresso de 1943 giraram sobre o grau de intervenção que cabia ao Estado.

No Congresso Brasileiro da Indústria, em 1944, após rebater as acusações de que o planejamento não se ligaria à democracia<sup>101</sup>, a segunda comissão, responsável pelo tema da “Planificação econômica do Brasil no setor das atividades industriais”, no tópico II, de sua resolução, “Intervenção do Estado e iniciativa particular”, considerou que “os planejamentos industriais” deveriam “ser elaborado à margem do autoritarismo do Estado, que neles deve

---

<sup>98</sup> Simonsen, 1934b: 13.

<sup>99</sup> Ibidem: idem.

<sup>100</sup> Corsi, 1995:9.

<sup>101</sup> Esta foi uma das principais críticas de Gudin aos pareceres de Simonsen sobre a planificação. O economista liberal identificava o planejamento a regimes autoritários, o que levou Simonsen a responder que a planificação no regime democrático garantiria a “primazia da iniciativa particular”.

colaborar como órgão incentivador...”.<sup>102</sup> Ao Estado cabia o papel de “criar condições” que assegurassem a “permanência do desenvolvimento das atividades privadas que são a essência da prosperidade da nação”.<sup>103</sup>

Apesar da defesa da planificação como expediente democrático, devendo ela passar à “margem do autoritarismo do Estado”, as resoluções do congresso não deixam de expressar um conteúdo corporativo e tecnocrático; afinal, a organização da planificação ficaria a cargo de “órgãos técnicos” que deveriam “funcionar com a participação direta das classes produtoras”.<sup>104</sup> Esta proposta ganha um significado maior para nossa análise do pensamento de Simonsen, uma vez que a segunda comissão contou com sua participação decisiva, sendo a resolução final redigida por ele. Assim, em resumo, o documento final, além de reconhecer que cabia ao Estado o dever de assegurar as condições de permanente “desenvolvimento das atividades privadas, que são a essência da prosperidade da nação”,<sup>105</sup> recomendava que a atuação do Estado fosse “supletiva”, “planificadora”, “auxiliadora”, visando “articular racionalmente as forças produtivas”, e que estimulasse a iniciativa privada.

Em um outro texto, escrito em dezembro de 1944, “A planificação da economia brasileira”, resultado do relatório elaborado a partir de princípios discutidos no Conselho Nacional de Política Industrial, Simonsen admitia a impossibilidade de a iniciativa privada fazer crescer a renda nacional e propunha a colaboração do Estado em diversas iniciativas, tais como as relativas ao “aparelhamento do ensino”, ao “sistema de pesquisa tecnológica”, à “formação profissional”, à imigração planejada, aos problemas de transportes etc.

A forma como se organizaria institucionalmente a planificação é um indicativo da concepção de Estado que Simonsen possuía. O grau de intervenção e responsabilidade do Estado deveria “ser estudado com as várias entidades de classe” para que, neste arranjo, “fosse utilizada, ao máximo, dentro dos preceitos constitucionais, a iniciativa privada e não se prejudicassem as atividades já em funcionamento no país”.<sup>106</sup> Não seria o mercado que determinaria o que deveria ser produzido.

Esta forma de organização institucional, centrada em entidades de classe, foi duramente criticada por Gudin, como vimos no tópico 2.2, deste capítulo. Para este autor, as proposições de Simonsen relacionadas à intervenção do Estado eram fortemente “corporativas

---

<sup>102</sup> Simonsen, 1973:105.

<sup>103</sup> Ibidem: idem.

<sup>104</sup> Ibidem: idem.

<sup>105</sup> Ibidem: idem.

<sup>106</sup> Simonsen, 1944:46.



e cartoriais”.<sup>107</sup> Gudin acreditava que elas continham uma redução da concorrência em favor de um pequeno grupo que, a “partir de seus interesses particulares”<sup>108</sup> controlariam as decisões econômicas do país. Se entendermos esta discussão como um instante em que a burguesia industrial busca ampliar sua influência sobre a política econômica, tentando construir uma hegemonia política, então as críticas de Gudin nos servem para entender um pouco a perspectiva corporativa que Simonsen tinha do Estado. Na escarnejada disputa entre Simonsen e Gudin, este, mesmo que não concordemos com suas demais posições, nos fornece argumentos críticos para a análise da concepção de Simonsen sobre o Estado.

Assim, podemos dizer que a posição de Simonsen favorável à intervenção do Estado na economia e em outras atividades não era residual. Ela já era abordada em seus primeiros escritos e irá apenas ganhando refinamento e maior precisão em sua trajetória intelectual.

#### 4.2. O CAPITAL ESTRANGEIRO

Para este tema, utilizaremos os mesmos congressos analisados no segmento anterior. No Congresso de Economia, tal como ocorreu em relação ao Estado, seus participantes intentaram delimitar o campo de ação do capital estrangeiro. Para tanto, partiram da argumentação da falta de capital no Brasil, atribuindo grande importância ao capital estrangeiro. E não poderia ser diferente. Segundo Wilson Cano, na década de 1930 já ocorria a atração de grandes empresas internacionais para São Paulo e cercanias, onde se instalaram e passaram a “produzir ou montar produtos de maior complexidade tecnológica”.<sup>109</sup> Diante de tal fato, este “capital deveria dirigir-se à produção”.<sup>110</sup>

Como o planejamento incluía uma vasta gama de atividades, uma pergunta básica se colocava: como financiar um programa tão ambicioso? Neste caso, Simonsen aponta, como saída, a utilização de 50 por cento das reservas brasileiras no exterior e a obtenção de financiamento junto aos Estados Unidos.<sup>111</sup> Este último ponto foi alvo de uma grande polêmica no CNPIC. Simonsen defendia o empréstimo de governo a governo, enquanto outros membros do conselho, a aquisição de recursos junto ao mercado financeiro norte-americano. A razão de Simonsen ter optado pela forma de empréstimo de governo para

---

<sup>107</sup> Corsi, 1995:15.

<sup>108</sup> Ibidem: idem.

<sup>109</sup> Cano, 1997:245.

<sup>110</sup> Corsi, 1995:10.

<sup>111</sup> Simonsen, 1973:306.

governo deve-se ao fato de que este tipo de transação “permitia um maior controle da economia brasileira por capitais nacionais”.<sup>112</sup>

A apreciação de Simonsen sobre o capital estrangeiro não se circunscreve ao exposto acima e nem ao período em referência. Em época anterior a década de 1940, em meados dos anos de 1930, Simonsen debruça-se sobre a questão, apontando seus aspectos negativos e delimitando o campo de ação do capital estrangeiro. Em discurso pronunciado, em 11 de setembro de 1935, na Câmara Federal, ao tratar da relação capital estrangeiro e balança de pagamentos, Simonsen assevera que, por falta de capitais nacionais, o país foi obrigado a atrair capitais estrangeiros para a expansão de suas atividades.<sup>113</sup> Isto significou que as remessas para o exterior passaram a ser cada vez maiores e este fato, aliado à “falta de crescimento correspondente nos produtos de exportação”, provocou uma “paralisação do afluxo de novos capitais”.<sup>114</sup> Apesar disto, Simonsen não acredita que haja razão de antagonismo entre o capital estrangeiro e o nacional, reservando àquele o papel de aliado de “nosso progresso”.<sup>115</sup> Em poucas palavras, Simonsen resume sua opinião a respeito do tema:

A solução que se nos depara é, portanto, a de procurar alianças entre os interesses estrangeiros representados por seus capitais no Brasil e os elementos nacionais do trabalho. Para solução do problema das transferências, é, enfim, mister ligar corajosamente o problema de nossas exportações ao da satisfação dos nossos compromissos com o exterior (SIMONSEN, 1935:20 – grifo nosso).

O trecho reproduzido acima é bastante marcado por problemas específicos que são as dificuldades das exportações e dos compromissos externos do país. Além disto, de certa maneira, a perspectiva acima segue de perto a própria trajetória empresarial de Simonsen, uma vez que ele fundou a “grande casa comissária ‘Murray, Simonsen Company’”, ligada ao banqueiro inglês Lazard Brothers, um dos “financiadores do Instituto Paulista de Defesa do Café”.<sup>116</sup> Há, entretanto, outros momentos em que Simonsen delimita de forma mais explícita a natureza da participação do capital estrangeiro na economia brasileira. Em 1944, ao proferir discurso na Associação Comercial de Marília, tratando de tema sobre as finanças internacionais, Simonsen delinea, claramente, o espaço do capital estrangeiro:

---

<sup>112</sup> Corsi, 1995:13.

<sup>113</sup> Maria Helena Capelato nos lembra que o jornal *O Estado de São Paulo* acreditava, como Simonsen, que nossa economia possuía um caráter colonial e que nosso atraso era resultado da “falta de capitais”, e defendia a total liberação do afluxo do capital estrangeiro, pois este era “entendido como elemento desinibidor do atraso, acelerando o tempo histórico do Brasil na trajetória que conduziria ao progresso” (Capelato, 1989:53).

<sup>114</sup> Simonsen, 1935:16.

<sup>115</sup> *Ibidem*: *idem*.

<sup>116</sup> Enciclopédia Mirador: 1977:10438.

As inversões de capitais internacionais só se justificam, para o fortalecimento real da economia e legítima expansão das atividades produtoras, quando então os serviços de juros e resgate de tais inversões serão custeados, direta ou indiretamente, pelos resultados auferidos nessas aplicações reprodutivas (SIMONSEN, 1944a: 16).

Temos o espaço do capital estrangeiro delimitado pelas aplicações produtivas que fortaleceriam o desenvolvimento econômico do país e as condições de sustentabilidade dos “serviços de juros e resgates de tais aplicações”.

A despeito de toda a articulação da burguesia industrial e de todo o combate de Simonsen em favor da planificação, a partir da Conferência de Teresópolis, o tom do discurso dos empresários sofre um deslocamento. A planificação perde ênfase e, em seu lugar, advoga-se uma “articulação nacional das forças produtivas”.<sup>117</sup> Os reveses políticos no âmbito do Estado e os novos ventos liberais que sopravam no cenário internacional favoreceriam esta nova postura.

## 5. PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TÉCNICA.

Ao responder a Gudin, que afirmava ser o planejamento econômico incompatível com o capitalismo e a democracia, Simonsen afirmava ser o planejamento “uma técnica neutra” que poderia ser utilizada em qualquer regime político. Portanto, repetia, nesta alegação, a mesma concepção de neutralidade objetiva presente em sua percepção de Ciência (capítulo I), organização do trabalho (capítulo II) e do modo tecnocrático de governar (capítulo IV). Há, claramente, um fio de continuidade entre suas primeiras experiências com a organização científica do trabalho e as idéias de planejamento. Assim, a racionalização do trabalho e a idéia de planejamento “são os dois pontos-chaves” da contribuição de Simonsen, “elementos fundamentais de seu pensamento, que fogem totalmente à tradição da fase anterior”.<sup>118</sup>

Simonsen não se preocupava apenas com a resolução dos problemas cotidianos da indústria, mas, antes, com a “superação de obstáculos inerentes à nossa industrialização”.<sup>119</sup> Neste sentido, a transposição destes obstáculos deveria se dar por meio da organização racional da produção. Este procedimento exigia que a Ciência e tecnologia adquirissem uma “nova dimensão”.<sup>120</sup> Em outras palavras, seria necessária uma “mudança da mentalidade

---

<sup>117</sup> Corsi, 1995:19.

<sup>118</sup> Caroni, 1971:24.

<sup>119</sup> Ibidem: idem.

<sup>120</sup> Capelato, 1989:212.

brasileira” para atingir o progresso, devendo as elites dirigentes assumir novas atitudes e, entre elas, a “valorização da ciência e da técnica”.<sup>121</sup> (IDEM. 1989:128).

No pensamento de Simonsen, a planificação e a tecnologia aparecem como elementos de afirmação de um novo surto industrial. Sua “consciência técnica” está presente desde o início de sua carreira, como nos atestam suas preocupações com a administração científica do trabalho, como o papel dos engenheiros na sociedade e, ainda, com a falta de técnicos. Não podemos imputar-lhe a pecha do determinismo tecnológico, pois considerava necessários, para o progresso industrial, outros fatores também substanciais, tais como, uma política cambial e comercial, a formação de capitais ou, ainda, o incremento dos transportes. Podemos classificar Simonsen com um dos maiores expoentes de uma “nova elite industrial” que, a partir do final dos anos de 1920 e início dos de 1930, se empenhará em uma cultura por inteiro direcionada aos valores da ciência e da técnica.

Foi precisamente durante os anos de 1930 que Simonsen começou a esboçar um vago entendimento de planejamento como objeto da ação de técnicos. Em sua “História Econômica do Brasil”, depois de fazer referências a regiões do Brasil onde viveriam “milhões de brasileiros” em situação de pobreza, apresenta aquilo que já pode ser antevisto como uma perspectiva de planejamento calcado no conhecimento técnico e científico.

Para elevar o seu ritmo de vida a um nível mais progressista, faz-se cada vez mais necessário um alevantado programa, delineado por técnicos, que bem conheçam as realidades locais, dentro das possibilidades brasileiras, a ser cumprido por administrações que mantenham uma indispensável continuidade e firmeza de ação. O aumento da eficiência e do bem-estar dessa enorme massa de população deve constituir um dos maiores anseios da nacionalidade (SIMONSEN, 1978:295 – grifos nossos).

Pode-se identificar a mesma base de argumentos na justificativa do projeto de planejamento esboçado, na década de 1940, pela burguesia industrial e por seu ideólogo máximo. Com conhecimentos técnicos e científicos, seria possível superar os patamares de miséria em que se encontrava a população brasileira. Simonsen ilustra seus argumentos com exemplos de outros países, onde a técnica<sup>122</sup> e o planejamento foram utilizados para debelar problemas das mais diversas ordens. Seguindo este caminho, fala-nos da “reconstrução planejada do reflorescimento do vale do Tennessee” nos Estados Unidos; dos planos

---

<sup>121</sup> Ibidem: 128.

<sup>122</sup> Mais uma vez, lembramos que Simonsen se utiliza dos termos técnica e tecnologia de forma imprecisa. Assim, em alguns casos, técnica pode significar tecnologia, como em outros, técnicas comerciais, de organização do trabalho etc. Por sua vez, tecnologia, em passagens de seus textos, confunde-se como maquinaria.

qüinqüenais soviéticos que utilizavam os “conhecimentos técnicos proporcionados pelas civilizações ocidentais”.<sup>123</sup> Resumindo, afirma:

(...) tais iniciativas, exemplos do que pode conseguir o engenho humano, através do inteligente planejamento da aplicação e conexão dos grandes recursos da técnica moderna a qualquer região natural, por mais hostil que ela se apresente. (SIMONSEN, 1973:319 – grifo nosso).

Assim, para Simonsen, a planificação se impunha pelo exemplo histórico e pela necessidade de sobrepujar-se a pobreza e incentivar o desenvolvimento econômico. Planificação deveria ter sua base assentada na Ciência e na técnica moderna: “A ciência e a técnica modernas fornecem seguros elementos para o delineamento dessa planificação”.<sup>124</sup> Em discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em outubro de 1946, Simonsen recorda os embates no CNPIC e reafirma sua concepção de planejamento sustentado na Ciência e na técnica:

O planejamento, tal como o sugeri num dos conselhos técnicos da administração pública, permitiria o enquadramento, na ciência e na técnica, de todos os nossos problemas básicos, pondo a descoberto o absurdo de pretendermos transplantar processos alienígenas de cura, para doentes constitucionalmente diferenciados (SIMONSEN, 1947c: 18).

Mais do que baseada na Ciência e na técnica, a planificação seria, ela própria, uma técnica. Entre as resoluções do Congresso Brasileiro da Indústria (1944), na seção destinada ao planejamento industrial, a planificação é definida como “uma técnica econômica de melhoria da produção”.<sup>125</sup> Por conseguinte, tratando-se de uma técnica, os técnicos teriam um papel de revelo em sua elaboração e gerenciamento.

Estamos também na era da planificação. Recorre-se, por toda a parte, aos técnicos, para inquirir dos recursos disponíveis, investigar sobre o seu melhor aproveitamento, planificar a produção e o progresso. São os engenheiros os obreiros máximos nessa planificação generalizada (SIMONSEN, 1945a: 62).

Temos, mais uma vez, a atribuição de uma função de relevo aos engenheiros. Entretanto, não só a esta categoria que se restringiriam as atribuições para uma racionalização da produção econômica. Outros “técnicos”, como os sociólogos, também possuiriam importância no processo. A quarta comissão do Congresso Brasileiro da Indústria

---

<sup>123</sup> Simonsen, 1973:319.

<sup>124</sup> Ibidem: 304.

<sup>125</sup> Ibidem: 102.

recomendava a criação de “centros de pesquisas e de ensino das questões pertinentes às relações humanas na indústria, mediante a aplicação dos métodos e ensinamentos da moderna antropologia social”.<sup>126</sup>

Após o fim do Estado Novo, com os novos ventos liberalizantes, frutos do conflito mundial, o cenário para a defesa da planificação se altera. Simonsen acusa a oposição liberal ao planejamento. Deste modo, em seu discurso de estréia no Senado, em 23 de abril de 1947, Simonsen discorre sobre o novo “clima democrático” e a necessidade de prepararem-se “as bases de uma larga planificação econômica nacional”.<sup>127</sup> Ataca a “falange dos que se filiam à ortodoxia do liberalismo econômico” e propõe uma “mobilização coordenada de todas as forças vivas do país”,<sup>128</sup> objetivando o planejamento econômico. Em sua estratégia discursiva, utiliza-se de metáforas da mecânica, visando anular os oponentes a suas propostas.

Sou, por índole e formação, essencialmente construtivo. O pessimismo nada constrói. A lembrança da teoria sobre a composição de forças – um dos mais encantadores capítulos da mecânica – oferece (...) sugestivo exemplo da situação ideal que desfrutamos se conseguíssemos alinhar, num mesmo sentido, todos os fatores que possam concorrer ao nosso engrandecimento, de forma que a resultante da sua soma traduzisse o valor total das várias componentes (...) Componha-se, no entanto, esses fatores em direções opostas, e essas forças, que tão bem poderiam ser aproveitadas em sentido construtivo, anular-se-ão ou destruir-se-ão em manifestações estéreis. Apliquem essas forças em sentidos apenas divergentes e a sua resultante, maior em grandeza absoluta do que qualquer das suas componentes consideradas isoladamente, nem sempre será levada na direção mais favorável aos interesses nacionais (SIMONSEN, 1973:317).

Temos aqui um exemplo muito significativo de como a “consciência técnica” de Simonsen pode ser utilizada para justificação de suas propostas e como forma de inabilitar os oponentes. Neste processo, podemos perceber que o conceito de unidade de Simonsen excluía o contraditório, uma vez que o todo seria resultado da soma “total” dos vários componentes. Assim, a unidade da nação se daria com a confluência das forças existentes em um único sentido, pois, caso dispostas em antagonismos, não tomariam a “direção mais favorável aos interesses nacionais”. Portanto, temos uma única direção possível para o desenrolar do movimento da história, que é reafirmada pelas leis da mecânica. Só a planificação possibilitaria o incremento industrial.

Tal como acontece com a industrialização, Ciência e técnica também seriam responsáveis pela “elevação de (...) índices de cultura e o desenvolvimento da (...)”

---

<sup>126</sup> Carone, 1977:377.

<sup>127</sup> Simonsen, 1973:316.

<sup>128</sup> Ibidem: 321.

civilização”.<sup>129</sup> Desta maneira, Ciência, tecnologia ou técnica e indústria reunir-se-iam em só um objetivo: a construção da nação, mas de uma nação civilizada, erguida sobre esta tríade da experiência humana moderna.

---

<sup>129</sup> Simonsen, 1973:456.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Simonsen em vários momentos de sua vida declarou o seu amor pela Ciência e seu fascínio pela Tecnologia. Para ele a solução dos problemas nacionais não deveria ser entregue ao acaso e sim a anuência da Ciência e da técnica. Há nesta forma de pensar um forte sentimento de combate ao empirismo. Desde o início de sua atuação como empresário e engenheiro, Simonsen se debate contra um meio desorganizado que relutava em adotar processos científicos para a solução dos problemas técnicos, sociais ou econômicos.

O combate ao empirismo só poderia ser vencido com uma mudança de mentalidade, e neste sentido a constituição de uma nova elite era fundamental. Entretanto, a formação desta elite não deveria ser dar por tramites da cultura bacharelesca, mas sim o resultado de uma cultura que acreditasse nos cânones da ciência e da tecnologia. Uma elite formada através do método científico.

Na vanguarda desta nova elite técnica estaria o engenheiro. Este deveria assumir o comando nas soluções dos problemas técnicos, mas também nos desafios sociais e econômicos do país. Neste caminho, Simonsen acabou por idealizar as funções do engenheiro e atribuir-lhe um significado especial que o colocava como o quadro social mais adequado para implementar as políticas necessárias ao progresso do Brasil.

O combate ao empirismo se inscreve a no âmbito de uma cultura tecno-científica que contemplava valores voltados a uma mentalidade portadora de um tipo de racionalidade instrumental, que no exercício de sua operacionalidade, escamoteava seus pressupostos autoritários. Assim, as noções de Ciência e tecnologia de Simonsen espelhavam uma perspectiva racionalizadora presente desde a sua primeira experiência de organização do trabalho até sua proposta de planificação econômica.

O planejamento da economia brasileira seria o desdobramento “natural” de seu desejo de ver amplos setores da sociedade e múltiplas atividades racionalizadas. Sintetizaria o anseio de hegemonia da burguesia industrial brasileira através de um projeto que começou a se esboçar quando da fundação do CIESP e que tinha na planificação seu momento de plena expressão. Seria elemento fundamental no processo de industrialização.



Só a “ciência e a técnica moderna fornecem seguros elementos para o delineamento dessa planificação”<sup>1</sup>. É através da planificação delineada pelos parâmetros da ciência e da técnica que seria alavancado o processo de industrialização. Mas do que isto, a planificação para Simonsen ela mesma era uma técnica deprovida de conteúdo político. Assim, repete-se na sua defesa da planificação a mesma concepção de racionalidade neutra e objetiva presentes em sua concepção de ciência e tecnologia.

Assim pensamos que Ciência e tecnologia constituíam dois elementos fundamentais no projeto de industrialização de Simonsen. Estas atividades estariam presentes em momentos diversos de seus argumentos, tanto para sustentar práticas empresariais mais racionais, como para traçar política que possibilitassem o desenvolvimento econômico do país. Por sua vez, a indústria seria a atividade essencial para a construção da nação. Uma nação que, para Simonsen, deveria se aparelhar de forma racional para os desafios das contendas internacionais.

Simonsen acabou por pensar a modernização brasileira através de mecanismos que não contemplavam a plena expressão dos direitos políticos das camadas populares. Portanto, parece-nos correto que seu caminho foi o de uma modernização conservadora que buscava o “progresso” sem a chancela popular. Seu desejo foi o de que sua classe expandisse sua ação cada vez mais no âmbito do Estado. Mas nem por isto Simonsen deixou de ver que antes de tudo deveria convencer seus pares a pautarem suas práticas empresariais em procedimentos que contemplassem os ditames da ciência e da técnica.

Desse modo, a indústria era a chave para a superação dos obstáculos herdados do passado e artefato básico na construção de uma nação forte e integrada.

---

<sup>1</sup> Simonsen, 1973:304.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### I – FONTES

- ANUÁRIO da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo 1940-1942. São Paulo.
- BOLETIM do instituto de engenharia. São Paulo, 1933,1937 e 1939.
- COMISSÃO de melhoramentos municipais. *Relatório*. Santos, 1912.
- CONSTITUIÇÃO de 10 de novembro de 1937 e a organização corporativa sindical.
- Memorial de classes patronais. São Paulo, s/ed. 1940.
- ESCOLA livre de sociologia e política. Informações e programa. São Paulo: ELSP, 1933/1934.
- ESCOLA livre de sociologia e política. Informações. São Paulo: 1935.
- INFORME sobre a escola livre de sociologia e política. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Departamento de cultura e recreação, ano II, v. XV, São Paulo, 1935.
- SOCIOLOGIA. Revista da ELSP. São Paulo, 1940 – 1964.

### II – OBRAS DE ROBERTO COCHRANE SIMONSEN

*(Ordenadas segundo as datas)*

- 1912a. O MUNICÍPIO de Santos. São Paulo: s/ed.
- 1912b. OS MELHORAMENTOS municipais de Santos. S/ed.
1919. O TRABALHO moderno. *O Estado*. Seção de Obras. São Paulo.
1923. O ASFALTAMENTO de São Paulo. Memorial apresentado ao Instituto de Engenharia de São Paulo. São Paulo: Rothschild & Cia., 1923.
- 1928a. A ORIENTAÇÃO industrial brasileira: escolas profissionais do Lyceu Coração de Jesus. São Paulo: CIESP.
- 1928b. A SITUAÇÃO econômica e financeira do Brasil através da mensagem do presidente da República. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus.
1930. AS CRISES no Brasil. São Paulo: São Paulo Editora.
- 1931a. A CONSTRUÇÃO dos quartéis para o Exército. São Paulo.
- 1931b. AS FINANÇAS e a indústria. São Paulo: São Paulo Editora.

1932. À MARGEM da profissão (discursos, conferências e publicações). São Paulo: São Paulo Editora.
1933. RUMO à verdade. São Paulo: São Paulo Editora.
- 1934a. MISSÃO comercial à Inglaterra. Pandiá Calégoras: Opinião de seus contemporâneos. São Paulo: Tipografia Siqueira.
- 1934b. ORDEM econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras. São Paulo: São Paulo Editora.
1935. ASPECTOS da política econômica nacional. São Paulo: s/ed.
1937. A INDÚSTRIA em face da economia nacional. São Paulo: Revista dos Tribunais.
1938. CONSEQUÊNCIAS econômicas da abolição. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v. 47, p. 257 a 268, maio.
- 1939a. A EVOLUÇÃO industrial do Brasil. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- 1939b. ASPECTOS da história econômica do café. São Paulo: s/ed.
1940. NÍVEIS de vida e a economia nacional. São Paulo: s/ed.
1941. AS INDÚSTRIAS e as pesquisas tecnológicas. São Paulo: FIESP.
- 1942a. O CONGRESSO Eucarístico Nacional de 1942 e a entronização da Cruz nas fábricas. s/ed.
- 1942b. AS CLASSES produtoras de São Paulo e o momento nacional. São Paulo: FIESP.
- 1942c. A IMAGEM de Cristo. São Paulo: FIESP.
- 1943a. ALGUNS aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período do pós-guerra – Geografia e política industrial. São Paulo: FIESP.
- 1943b. ENSAIOS sociais, políticos e econômicos. São Paulo: FIESP.
- 1943c. DIREITO internacional social. Rio de Janeiro: s/ed.
- 1943d. EUCLIDES da Cunha, uma lição de amor ao Brasil. Rio de Janeiro. *A manhã*, p.3, 17 de ago.
- 1944a. ELOS da indústria. São Paulo: FIESP.
- 1944b. O CONCEITO de renda nacional e sua influência na elevação dos padrões de vida – tese à Conferência de Rye. Problemas de política econômica. São Paulo: Gráfica Siqueira.
- 1944c. PLANIFICAÇÃO da economia brasileira – parecer apresentado ao CNPIC. São Paulo: FIESP.
- 1945a. A ENGENHARIA E A INDÚSTRIA. São Paulo: FIESP.
- 1945b. A CONFERÊNCIA de Teresópolis. *Revista Industrial de São Paulo*. São Paulo: v. 1, nº 4, p. 13, abr.
- 1945c. AOS INDUSTRIÁRIOS de São Paulo. São Paulo: Edigraf.

- 1945d. CONGRESSO Brasileiro da Indústria. *Revista Industrial de São Paulo*. São Paulo: v 1, nº 2, p. 12 a 13, jan.
- 1945e. O PLANEJAMENTO da economia brasileira. Réplica ao Sr. Eugênio Gudin. São Paulo: s/ed.
- 1945f. ROOSEVELT. São Paulo: Edigraf.
- 1946a. OBRA que honrará o patronato brasileiro. *Revista Industrial de São Paulo*. São Paulo, v. 2, nº 20, p.23-25, jul.
- 1946b. POLÍTICA econômica brasileira: sugestões para o delineamento de uma política econômica para o período de paz que se inicia. *Revista Industrial de São Paulo*. São Paulo, v. 2 nº 16, p. 20 a 22, mar.
- 1947a. AS ATIVIDADES do Serviço Social da Indústria no estado de São Paulo. São Paulo: Gráfica Siqueira.
- 1947b. AS CLASSES produtoras no Brasil e o Partido Comunista. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- 1947c. CULTURA e civilização. Discurso na Academia Brasileira de Letras. Recepção de Roberto Simonsen na Academia Brasileira de Letras em 07 de outubro de 1946. São Paulo: s/ed.
- 1947d. MOEDA e economia. *Revista Industrial de São Paulo*. São Paulo, v. 3, nº 31, p. 95/96, jun. 1947.
- 1947e. O PROBLEMA social no Brasil. São Paulo: Gráfica Siqueira.
- 1947f. SUGESTÕES para uma política econômica pan-americana: problemas de desenvolvimento econômico latino-americano. Rio de Janeiro: Confederação Nacional das Indústrias.
- 1947g. O PLANO Marshall e suas prováveis repercussões econômicas na América Latina. Rio de Janeiro: s/ed.
- 1948a. A IMPORTÂNCIA econômica das ciências. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, 1948.
- 1948b. A SITUAÇÃO econômica da América Latina e suas possibilidades em face do Plano Marshall – contribuição para a Conferência Interamericana de Bogotá. São Paulo: Dep. de Economia Industrial.
- 1948/1949. O PLANO Marshall e um novo critério nas relações internacionais. Rio de Janeiro: s/ed.
- 1949a. NECESSIDADE do erguimento econômico da América Latina. Anais do Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria (anos de 1947, 1948 e 1949).

1949b. AS CLASSES produtoras da América. Anais do Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria (anos de 1947, 1948 e 1949).

1973. EVOLUÇÃO industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

1977. A CONTROVÉRSIA do planejamento na economia brasileira. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.

1978. HISTÓRIA Econômica do Brasil (1500 a 1820). São Paulo: Cia. Editora Nacional.

### III – OBRAS, ARTIGOS ETC. SOBRE ROBERTO COCHRANE SIMONSEN

AMZALAK, Moses Bensabat. Economistas brasileiros: Roberto Simonsen: Ed. Coimbra, 1944.

AZEVEDO, Aldo M. Roberto Simonsen, o Organizador. *Revista Industrial de São Paulo*. São Paulo, v. 4, nº 45, p. 30/31, ago. 1948.

AZEVEDO, Osvaldo Benjamim. Roberto Simonsen. *Revista Industrial de São Paulo*. São Paulo, v; 4, nº 45, p. 23 e 24, ago. 1948.

BARROS, Souza. Um grande líder industrialista. *Indústria e produtividade*. Rio de Janeiro: v. 9, nº 108, mai. 1977.

BERLINK, Cyro. Roberto Simonsen, a indústria, as ciências sociais e a realidade brasileira. São Paulo: ELSP, 1948.

CARONE, Edgard. Roberto C. Simonsen e sua obra. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 11, nº 4, p. 23/28, out./dez. 1971.

DANTAS, Humberto. A ação e cultura na obra de Roberto Simonsen. *Boletim Informativo*. CIESP/FIESP. São Paulo, v. 104, nº 922, p. 4 a 5, 12 e 17. jun. 1967.

DERTÔNIO, Hilário. Roberto Simonsen e a pesquisa técnica. *Revista Industrial de São Paulo*. São Paulo, v. 4, nº 44, p. 35/37, jul. 1948.

DEVISATE, Antônio. Simonsen e a operação pan-americana. São Paulo: FIESP, 1958.

FANGANIELLO, Helena. Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico. São Paulo, 1967. Tese (Doutorado em Economia Política) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, Universidade Católica de São Paulo.

FRANCIOSI, Edy. O semeador: a vida e a obra de Roberto Simonsen. *Indústria*. Curitiba, v. 3 nº 15, mai. 1977.

GUDIN, Eugênio. Carta à Comissão de Planejamento sobre a réplica do Dr. Roberto Simonsen. Rio de Janeiro: s/ed., 1945.

LIMA, Heitor Ferreira. Roberto Simonsen. ROCHA, Joaquim Peixoto (org.). Homens de São Paulo. São Paulo: Martins, 1955, p. 450/495.

\_\_\_\_\_. Mauá e Roberto Simonsen: dois pioneiros do desenvolvimento. São Paulo: EDAGLIT, 1963.

\_\_\_\_\_. Atualidade de Simonsen: 25 anos depois. *Indústria e Desenvolvimento*. São Paulo, v. 6, nº 5, mai. 1973.

\_\_\_\_\_. Três industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976a.

MARTINS, José de Souza. Roberto Simonsen – a inteligência na industrialização brasileira. *Caderno Paulista*, nº 16, Encarte do Diário Oficial -Leitura. São Paulo, nº 8, ano 18, ago. 2000, p. 3.

MICELLI, Paulo Celso. Estudo e economia, de Simonsen a Simonsen. *Indústria e Desenvolvimento*. São Paulo: v. 9, nº 8, p. 22/23, ago. 1976.

\_\_\_\_\_. História Econômica atualizada aos quarenta anos. *Indústria e Desenvolvimento*. São Paulo: v. 10, nº 1, p. 25, jan. 1977.

NOSCHESI, Antônio de Souza. Discurso. Homenagens à memória do senador Roberto Simonsen em Santo André. *Revista Industrial de São Paulo*. São Paulo, v. 2, nº 24, p. 68-70, nov. 1946.

REIS FILHO, Adolfo Moraes. Roberto Cochrane Simonsen: vida e obra. *Revista de Engenharia* (separata). São Paulo, v. 7, nº 75, nov. 1948.

RODRIGUES, Jorge Martins. Alberto Torres, Rui e Simonsen, três nacionalistas. *Indústria e Desenvolvimento*, São Paulo, v. 2, nº 8, p. 26/27, ago. 1969.

VIEIRA, Maria Rosa. O pensamento industrialista de Roberto Simonsen: análise de uma ideologia. São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

#### **IV – REPORTAGENS, HOMENAGENS ETC.**

A ELEIÇÃO do Sr. Roberto Simonsen. *Revista Industrial de São Paulo*. São Paulo, v. 3, nº 28, p. 57 e 58, mar. 1947.

AINDA a morte de Roberto Simonsen. *Revista Industrial de São Paulo*. São Paulo, v. 4, nº 45, p. 59, ago. 1948.

AS HOMENAGENS a Roberto Simonsen. *FIESP/SIESP em Notícias*. São Paulo, v. 20, nº 1182, p. 4, 29 mai. 1989.

ATUALIDADE de Simonsen: 25 anos depois. *Indústria e Desenvolvimento*. São Paulo, v. 6, nº 5, p. 14 a 18, mai. 1973.

SENADOR Roberto Simonsen: o Brasil perde um líder. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro, v. 13 nº 149, p. 63, jun. 1948.

DUELO econômico: Roberto Simonsen x Eugênio Gudin. *Planejamento e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, v.5, nº 52, p. 60 a 65, set. 1977.

HISTÓRIA Econômica do Brasil: 1500/1820 – Roberto Simonsen. *Informativo Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, v. 19, nº 10, p. 5 e 6, out. 1987.

HOMENAGEM à memória do Eng. Roberto Simonsen. *Engenharia*. São Paulo, v. 7, nº 74, p. 102, out. 1948.

HOMENAGEM à memória do Senador Roberto Simonsen. *Revista Industrial de São Paulo*. São Paulo, v. 4, nº 44, p. 16 a 19, jun. 1948.

HOMENAGEM ao Dr. Roberto Simonsen. *Revista Industrial de São Paulo*. São Paulo, v. 3, nº 29, p. 38 e 39, abr. 1947.

HOMENAGEM da Federação das Indústrias ao seu presidente. *Revista Industrial de São Paulo*. São Paulo, v. 2, nº 24, p. 68 a 70, nov. 1946.

HOMENAGENS à memória do Senador Roberto Simonsen em Santo André. *Revista Industrial de São Paulo*. São Paulo, v. 4, nº 46, p. 29, set. 1948.

O FALECIMENTO do Dr. Roberto Simonsen. *Revista Industrial de São Paulo*. São Paulo, v. 4, nº 43, p. 41 a 52, jun. 1948.

LODI, Simonsen e Capanema: eles anteviram o futuro do SENAI. *Indústria e Produtividade*. Rio de Janeiro, v. 15, nº 153, p. 45 a 55, jan. 1982.

O LEGADO de Roberto Simonsen. *Boletim Informativo – CIESP/FIESP*. São Paulo, v. 3, nº 87, p. 1, jun. 1951.

ROBERTO Simonsen. SENAI, Departamento Regional de São Paulo. São Paulo, s 1, s./d, 4 p.

ROBERTO Simonsen. Industrial e ideólogo. FIESP/CIESP, Instituto Roberto Simonsen. São Paulo. Fundação escola de sociologia e política de São Paulo. 1997.

## V – Obras diversas

ABRAHÃO, Cinthia Maria de Sena. Eugênio Gudin disseminador do *laissez-faire* no Brasil.

DANTAS, José Adalberto Mourão (org.). *Gudin-Bulhões-Furtado: matrizes o pensamento econômico brasileiro*. Maringá: Eduem, 1999.

- ABREU, João Capistrano Honório de. *Capítulos de história colonial*. Brasília: UnB, 1982.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALONSO, Ângela. De positivismo e de positivistas: Interpretações do positivismo brasileiro. *Revista Brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais – BIB*. Rio de Janeiro, nº 42, 1996.
- AMADO, Gilberto. *Grão de Areia*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1919.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. *A vitória da razão (?) – O IDORT e a sociedade paulista*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1993.
- APOSTOLIDES, Fernando de. *O rei-máquina: espetáculo e política no tempo de Luís XIV*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- AZEVEDO, Fernando de. A Sociologia no Brasil – o ensino e as pesquisas no Brasil. *Dicionário de Sociologia*. Porto Alegre: Globo, 1977.
- BARRETO, Romano. Esboço histórico de Sociologia. *Sociologia*, v. II nº 1. São Paulo: 1940.
- BARROS, Alexandre de S. C. A formação das elites e a continuação da construção do Estado nacional brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, nº 15, 1977.
- BARROSO, Gustavo. *A sinagoga paulista*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. ABC, 1927.
- BERLINK, Cyro. A Escola Livre de Sociologia e Política no XXV aniversário. *Sociologia*, São Paulo, v. II, nº 2, mai. 1958.
- \_\_\_\_\_. Rumos da pesquisa social no Brasil. *Sociologia*. São Paulo, v. XXIII, nº 4, dez. 1961.
- \_\_\_\_\_. Liderança e liberdade. *Sociologia*. São Paulo, v. XXVI, nº 3, set. 1964.
- BLANC, Marcel. Os herdeiros de Darwin. São Paulo: Scritta, 1994.
- BOBBIO, Noberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Scritta, 1994.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRESCIANI, Stella. Forjar a identidade brasileira nos anos 1920-1940. HARDMAN, Francisco Foot (org.). *Morte e progresso. Cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: UNESP, 1998.
- \_\_\_\_\_. O charme da Ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna, cientista social. SILVA, Sérgio; SZRECSÁNYI, Tomás (orgs.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1996.
- BREWSTER, Bem. Introdução ao trabalho de Lukács sobre o Manual de Bukhárin. *Bukhárin – Teoria Marxista*. Belo Horizonte: Editora Oficina de livro, 1989.



- CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*. Campinas: Pontes/Unicamp, 1988.
- CÂNDIDO, Antônio. *Iniciação à literatura brasileira*, 2ª ed. São Paulo: Humanitas – Publicações FFLCH/USP, 1998.
- CANO, Wilson. Base e superestrutura em São Paulo. LOURENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP/PAPESP, 1997.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Os arautos do Liberalismo – a imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). *Produção histórica no Brasil: 1985-1994*, CNPq/História – USP – ANPUH. São Paulo: Xamã, 1995.
- CAPISTRANO DE ABREU, João. Ver: ABREU, João Capistrano Honório de.
- CARONE, Edgard. *O pensamento industrial no Brasil – 1880-1945*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.
- CARVALHO, Maria Alice de Rezende. República brasileira: viagem ao mesmo lugar. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 32, nº 3, 1989.
- CARVALHO, José Murilo. Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: A república no Brasil. *Dado*, Rio de Janeiro, v.32, nº 3, 1989.
- CAVALARI, Rosa Maria Feitoro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. História a contrapelo. DECCA, Edgar de. Edgard de. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. Uma ideologia perversa. *Folha de São Paulo*, caderno Mais. São Paulo, 14 mar. 1999.
- COMTE, Auguste. Comte. MORAES FILHO, Evaristo (org). *Sociologia*. Coleção grandes cientistas sócias. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- CORRÊA, J.M. Sampaio. A engenharia e a unidade nacional. *Boletim do instituto de engenharia*, São Paulo, nº 150, v. XXX, dez. 1939.
- CORSI, Francisco Luiz. A burguesia industrial e os rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nºs. 4 e 5, 1995.
- COSTA E SILVA, Alberto. Quem fomos nós no século XX: As grandes interpretações do Brasil. MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta. A grande transação. A experiência brasileira*. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- COULON, Alain. *Escola de Chicago*. Campinas: Papyrus, 1995.

- CRUZ COSTA, João. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- CUIN, Charles Henry; GRESLE, François. A Sociologia atravessou o Atlântico. CUIN, Charles Henry. *História da Sociologia*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- CUNHA, Euclides da. Instituto Politécnico. \_\_\_\_\_. *Obra completa*. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 1995.
- DANTAS, José Adalberto Mourão. Gudin, Bulhões e Furtado. *Matrizes do pensamento econômico brasileiro*. Maringá: Ed. Universidade Estadual de Maringá, 1999.
- DECCA, Edgard de. A ciência da produção: fábrica despolitizada. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, nº6, 1984.
- \_\_\_\_\_. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas – cotidiano operário em São Paulo: 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- DOELLINGER, Carlos Von. Introdução. SIMONSE, Roberto. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1997.
- DONZELLI, Maria. Comte, a Itália e a França entre o século XIX e o XX. TRINDADE, Héliogio (org.). *O positivismo – Teoria e prática*. Porto Alegre. Editora UFRGS, 1999.
- DURAND, Claude. A ideologia tecnocrática na organização do trabalho. PIMENTEL, Duarte (org.). *Sociologia do trabalho*. Lisboa: Regra do Jogo, s/d.
- DURAND, Will. *A filosofia de Herbert Spencer*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- EAGLETON, Terry. *A ideologia*. São Paulo: Boitempo/UNESP, 1997.
- ECO, Humberto. *Como fazer uma tese*. 14ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- FANGANIELLO, Helena. *Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico*, Tese de doutorado (Economia Política), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: 1967.
- FERREIRA, Oliveiros S. *Os 45 cavaleiros húngaros. Uma leitura dos cadernos de Gramsci*. São Paulo/Brasília: Hucitec/UnB, 1986.
- FERREIRA, Ricardo. *Bates, Darwin, Wallace e a Teoria da Evolução*. Brasília/São Paulo: UnB/EDUSP, 1990.
- FERNANDES, Florestan. Sobre o trabalho teórico. *Trans/form/ação*. Assis, nº 2, 1975.
- FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989)*, v. 2, Ouro Preto: UFOP, 1994.

FREITAS FILHO, Almir Pita. Os industriais e a educação profissional dos jovens trabalhadores no final do Estado Novo: a criação do Senai. História. São Paulo: Editora UNESP, °14, 1995.

GAMA, Ruy. A tecnologia em questão. *Revista da USP*. São Paulo: n° 7. Set. /out. /nov. 1990.

GORDZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GUDIN, Eugênio. Rumos de política econômica – Relatório apresentado à comissão de planejamento econômico sobre a Planificação da economia brasileira. SIMONSE, Roberto. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1997.

\_\_\_\_\_. Carta à comissão de planejamento – Carta sobre a réplica do Dr. Roberto Simonsen. SIMONSE, Roberto. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1997.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

HABERMAS, Jürgen. Técnica e Ciência enquanto ideologia. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HARDMAN, Francisco Foot. *O trem fantasma – a modernidade na selva*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

HERSCHAMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. HERSCHAMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs). *A invenção do Brasil moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBBSBAWN, Eric. *A era das revoluções*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no 3º Reich*. São Paulo/Campinas: Ensaio/Unicamp, 1993.

IANNI, Octávio. *A idéia do Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

KAWAMURA, Lili Katsuco. *Engenheiros: trabalho e ideologia*. São Paulo: Ática, 1981.

KHOURY, Yara Maria Aun et al. *Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.

KONDER, Leandro. Cultura e política nos anos críticos. FILHO, Daniel Aarão Reis. *O século XX. O tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- KROPT, Simone Petraglia. O saber prever, a fim de provar. A engenharia de um Brasil moderno. HERSCHAMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). *A invenção do Brasil Moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da civilização brasileira III*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.
- LEME, Marisa Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros: 1919-1945*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- LIMA, Heitor Ferreira. *História do pensamento econômico no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976b.
- LIMONGI, Fernando. A escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. MICELLI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*, v. 1. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1989.
- LODI, João Bosco. *História da Administração*. São Paulo: Pioneira, 1993.
- LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1997.
- LOURENÇO, Maria Rita. *Os economistas do governo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- LOVE, Joseph. *A construção do terceiro mundo. Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- LÖWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o Varão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Ideologia e ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- LUKACS, Gyorgy. Tecnologia e relações sociais. BUKARIN, VV. AA. *Teoria marxista*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1989.
- MANOILESCO, Michail. *O Século do corporativismo. Doutrina do corporativismo integral e puro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.
- MARTINS, Egydio. O papel do engenheiro na sociedade moderna. *Boletim do instituto de engenharia*. São Paulo, nº142, v. XXIX 1939.
- MARX, Karl. *A miséria da Filosofia*. Lisboa: Mandacaru/Estampa, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O capital*. Livro I, v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MAZA, Fábio. *Anarco-sindicalistas. A visão dos libertários de Ciência e tecnologia*. Dissertação de mestrado: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. Ficção e realidade na Paris de Verne. *Cadernos UFS – História*, nº 2, v 2. São Cristóvão: Editora UFS, 1996.

\_\_\_\_\_. *Ciência e tecnologia no pensamento de Roberto Simonsen*. Relatório de qualificação, doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo: 2000.

MELLO, Luiz de Anhaia. Os arautos da tecnocracia: Frederick Ackerman; Walter Rautenstrauch; Basset Jones; Howard Scott. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo. Vol: XVII nº 90. Maio de 1933 e nº 91 de junho de 1933.

MENDONÇA DE BARROS, Luiz Carlos. *Para onde vai a Argentina*. Disponível em: <http://www.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2812200107.htm>> Acesso em: 28 dez. 2001.

MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. MICELI, Sergio. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, v 1. Idesp/ Vértice/Finep, 1989.

MORAES FILHO, Evaristo. Introdução. *Comte. Sociologia*. Coleção grande cientistas sociais. São Paulo: Editora Ática, 2000.

MOTOYAMA, Shozo (org.). *Tecnologia e industrialização no Brasil*. São Paulo: UNESP/CEETEPS, 1994.

\_\_\_\_\_. *FAPESP: uma história de política científica e tecnológica*. São Paulo: FAPESP, 1999.

NOGUEIRA, Oracy. A Sociologia no Brasil. FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo (orgs). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: EDUSP/EPUC/CNPq., s/d.

ODÁLIA, Nilo. A economia e o pensamento historiográfico de Oliveira Vianna. SILVA, Sergio; SZRECSÁNYI (orgs.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1986.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1997.

\_\_\_\_\_. Modernidade e questão nacional. *Lua nova*. São Paulo, nº 20, mai. 1990.

OLIVEIRA, C.A. Barbosa. O mundo econômico contemporâneo e a engenharia. *Boletim do instituto de engenharia*. São Paulo, mar. 1934.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. *Ensaio inédito*. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.

- PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967.
- PAULO NETTO, José. Razão, ontologia e práxis. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, ANO XV, nº 44, abr. 1994.
- PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PERROT, Michelle. Os problemas da mão-de-obra. PIMENTEL, Duarte (org.). *Sociologia do Trabalho*. Lisboa: Regra do Jogo, s/d.
- PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras, e “Coleção Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. MICELLI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*, v. 1. São Paulo: IDESP/FINEP/Vértice, 1989.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. Prefácio da edição Brasileira. WEINSTEIN, Bárbara. *(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez/CDAPH/IPHAN/Universidade São Francisco, 2000.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- QUARTIM DE MORAES, João. O positivismo nos anos 20: entre a ordem e o progresso. LONRENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (orgs). *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1997.
- RAEDERS, Georges. *O conde Gobineau no Brasil*. São Paulo/Rios de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F. P. *O que é taylorismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração na década de 20. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociologia*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural do Banco do Brasil, 1998.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- RIBEIRO, João. *O que é Positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- ROMANO, Ruggiero. Conveniencias y peligro de aplicar los métodos de la nueva historia económica. *Congreso Internacional de Americanistas*. Lima, 1970.
- ROMERO, Sílvio. *O Evolucionismo e o Positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Clássica de Alves & Cia., 1895.

- ROUANET, Sérgio Paulo. A deusa Razão. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- \_\_\_\_\_. O olhar iluminista. In: NOVAES, Adauto (org.). *O olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- RUMNEY, Jay. La Sociologie anglaise. GURVITCH, Georges (Dir.). *La Sociologie au XX siècle – les études sociologiques dans les différents pays*. Paris: Presses Universitaires de France, 1947.
- SANTANA, José Carlos Barreto. Euclides da Cunha e a escola politécnica de São Paulo. *Revista estudos avançados*, nº 26, v.10. São Paulo : IEA/USP, jan/abr. 1996.
- SANTOS, Ricardo Ventura. Da morfologia às moléculas, de raça à população : trajetórias conceituais em Antropologia Física no século XX. MAIO, Marcos Chor ; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociologia*. Rio de Janeiro : Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1998.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. *Estudos CEBRAP nº 3*. São Paulo: Edições CEBRAP/Editora Brasileira de Ciências, jan. 1973.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.) *Raça, Ciência e Sociologia*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural do Banco do Brasil, 1998.
- SILVA, José Maria de Oliveira. Manoel Bonfim e a sociedade do futuro. *Educação e sociedade*. São Paulo, nº 27, 1987.
- SILVA, Marina Correia Vaz. *Da maria-fumaça à fumaça das fábricas – a ELSP de São Paulo (1922-1940)*. Tese de doutorado: Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo, 1994.
- SILVA, Zélia Lopes da. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco – raça e nacionalismo no pensamento brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1989.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Literatura e história no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

- TAYLOR, Frederick Winslon. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas, 1966.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar. 1981.
- THUILLIER, Pierre. *De Arquimedes a Einstein: a face oculta da invenção científica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Moraes, 1980.
- TRINDADE, Hélió. *O positivismo. Teoria e prática*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- VARGAS, Milton. Dupla transferência – o caso da mecânica dos solos. *Revista da USP*, São Paulo: nº 7, set./out/nov. 1990.
- \_\_\_\_\_. *Para uma filosofia da tecnologia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1994a.
- \_\_\_\_\_. Os cem anos da Politécnica de São Paulo. \_\_\_\_\_ (org.). *Contribuição para a história da Engenharia no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1994b.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. Ver: OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de.
- VIEIRA, Maria Rosa. *O pensamento industrialista de Roberto Simonsen: análise de uma ideologia*. Dissertação de mestrado (História Social): Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: 1987.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- WEINSTEIN, Bárbara. *(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez/CDAPH/IPHAN/Universidade São Francisco, 2000.
- WERNECK SODRÉ, Nelson. Ver: SODRÉ, Nelson Werneck.

## VI – OBRAS DE REFERÊNCIAS

- DICIONÁRIO crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens. Francisco Carlos Teixeira da Silva [et al] (organizadores). Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000.
- DICIONÁRIO de Filosofia. Nicola Abbagnano; tradução Alfredo Bosi. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- DICIONÁRIO de Política. Noberto Bobbio [et al.]; tradução Carmem C. Varriale...[et al]. 4ª ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.
- DICIONÁRIO de Sociologia. Porto Alegre: Globo, 1977.



DICIONÁRIO do Brasil colonial (1500 – 1808). Ronaldo Vainfas (direção).Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

DICIONÁRIO do pensamento social do século XX. William Outhwaite e Tom Bottomore (editores); editoria da versão brasileira, Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos; tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1996.

DICIONÁRIO Histórico - Biográfico Brasileiro. 1930 – 1983. Vol. 4. Forense Universitária/ Finep. Rio de Janeiro. 1984.

ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional – Encyclopaedia Britannica no Brasil. Publicações LTDA. São Paulo/ Rio de Janeiro. Brasil. 1977.

NOVÍSSIMO dicionário de economia. Paulo Sandroni (organização). São Paulo: Editora Best Seller, 2000.

TRABALHO e tecnologia-dicionário crítico.Antonio David Cattani (organizador). Petrópolis: Vozes, 1997.